UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

**Programa de pós graduação em Antropologia Social
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**

TRAVESSIAS

UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL XAVANTE

LUÍS ROBERTO DE PAULA

**Tese apresentada à
Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da USP
como exigência parcial para a
obtenção do título de Doutor
em Antropologia Social**

**Orientação: Profa. Dra.
Eunice Ribeiro Durham**

**SÃO PAULO
2007**

Dedico este trabalho à professora Aracy que me despertou a paixão pelos povos indígenas quando me acolheu como orientando em 1994 para iniciar minha pesquisa sobre os Xerente. Por essas coisas incompreensíveis da vida, acabei por compartilhar a dor da sua perda junto àqueles que ela tinha dedicado grande parte de sua vivência como pesquisadora e indigenista. Coube a mim levar a notícia de seu falecimento, ocorrido um dia antes da minha primeira ida a Parabubure. Parte deles, como vim a descobrir naqueles dias, a tinham conhecido profundamente entre 1973 e 1978, quando de suas pesquisas etnográficas. Desnecessário dizer (ou talvez não) que a minha tristeza foi compartilhada por muitos deles de maneira profunda e sincera. Espero que esse trabalho faça jus à formação intelectual que a Aracy me proporcionou e, principalmente, à herança por ela deixada na defesa intransigente dos direitos indígenas.

Aos Xavante, que em meio a séculos de opressão, continuam a trilhar um caminho próprio de resistência à submissão política e cultural. Meu maior desejo, a despeito das possíveis contribuições ao campo antropológico, é que essa tese seja um instrumento de reflexão sobre a vivência histórica desse povo e que subsidie uma urgente e necessária refundação do seu 'contrato social' com o Estado nacional brasileiro.

Agradecimentos

Aos Xavante de Parabubure pelo acolhimento e apoio que me proporcionaram numa situação etnográfica imersa num ambiente politicamente explosivo.

À minha orientadora Eunice Ribeiro Durham, não só pelas questões conceituais fundamentais que levantou durante toda a orientação, como também pela enorme paciência demonstrada diante dos meus desvarios reflexivos e pelo estímulo para que eu continuasse em frente. Muito obrigado, Eunice!

Às professoras Paula Montero e Marta Amoroso pelas indicações fundamentais em meu exame de qualificação. À Professora Dominique Gallois, sempre presente, e ao professor Julio Simões pelo estímulo dado em diversas ocasiões, particularmente durante a disciplina “Seminários de Projeto”, por ele ministrada em 2003.

Um agradecimento muito especial a Fernando Fedola Brito Vianna, meu ‘co-orientador’. Sem a sua leitura atenta e críticas contundentes não poderia em hipótese alguma ter manobrado com um mínimo de precisão alguns dos aspectos principais da complexa estrutura social Xavante a que faço menção no decorrer da tese.

Aos funcionários do Departamento de Antropologia: Ivanete, Rose, Ednaldo, Soraya e Celso (palmeirense e sofredor como eu).

A todos aqueles com quem tenho compartilhado nos últimos anos a minha trajetória acadêmica e, principalmente, minha experiência de vida: Ariei, Alexandre Kishimoto, Alcilene&Carla, Fedola, Fernanda&Bozo, Janaína&Mia; Letícia&Rita&Uirá; Marcelo&Lina; Marquinhos Rufino, Toninho e Gláucio; Rio&Paula, Rogério&Silvia, os “Rubens”(Vanilza&Juliana&Rubens), Yara&Pipoca, Yumi&Julia&Andreas, Wagner de Moraes.

A Jú e ao Alexandre Kishimoto pelo papel fundamental que tiveram nos encaminhamentos finais desta tese. Um agradecimento muito especial à Yumi Kawamura Gonçalves que contribui decididamente para que esta tese ficasse pronta a tempo.

Aos meus bravos camaradas de campo – os antropólogos: Jorge Luiz de Paula e Ricardo Calaça Manoel – que estiveram enredados nos mesmos processos de identificação de terras. Além de termos passado poucas e boas, e tomado outras, lá no leste matogrossense, tive o privilégio de poder compartilhar de seus conhecimentos etnográficos sobre os Xavante. É do Jorge a idéia de refundação do contrato social.

Ao Marco Paulo Schettino que como Coordenador do DEID/FUNAI em Brasília deu total retaguarda aos nossos trabalhos em campo. Aos funcionários da ADR da FUNAI de Cuiabá e

Campinópolis por não terem criado nenhum obstáculo à realização dos grupos de trabalho de identificação de terras xavante.

À Juliana, minha companheira de batalha, convívio e reflexão que nunca me faltou com o apoio e carinho nas horas mais difíceis. Não por acaso é a mãe de minha filha, Janaína, que não via a hora que o papai acabasse a “tal da tese”.

Às minhas duas famílias – os De Paula e os Rosalen – pela torcida e apoio. Em especial aos meus pais, Dona Josepha e Seu Antonio e a meu sogro, Seu Dalmo.

Esta pesquisa contou com o financiamento da Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – através de Bolsa de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo. Sou grato pelo apoio recebido.

Resumo

Este trabalho nasceu de uma *situação etnográfica* decorrente da minha atuação como assessor de políticas públicas voltadas para o atendimento dos direitos territoriais indígenas, quando participei dos trabalhos para a identificação e a delimitação de áreas reivindicadas como “terras tradicionalmente ocupadas” por conjuntos de grupos locais Xavante. A tese comporta dois movimentos analíticos, distintos em diversos aspectos, mas bastante interdependentes entre si. Num primeiro movimento, são apresentados e analisados aspectos fundamentais da estrutura social xavante do ponto de vista da espacialidade. O segundo movimento analítico tem por objetivo identificar e situar, numa perspectiva histórica, a genealogia da atual configuração sócio-espacial das nove terras indígenas xavante atuais e, particularmente, da T.I. Parabubure. São discutidas algumas das imagens e narrativas da dimensão mais ampla da dinâmica sócio-espacial xavante – o “território xavante” – que, seria supostamente formado por um conjunto de territórios locais. O debate sobre território, terras e territorialidade é o núcleo que articula de maneira transversal esses dois movimentos analíticos.

Abstract

This study was originated from an ethnographic situation in consequence of my assignment as an assessor in public policies geared to indigenous territorial rights, when I took part of activities identificating and delimitating areas claimed as “land traditionally occupied ” by local groups of Xavante Indians. The thesis comprises two analytical movements, distincts in many aspects rather inter-dependent between them. In the first movement, fundamental aspects of the Xavante’s social structure are presented and analyzed in the light of space. The objective of the second analytical movement is to identify and situate, in a historical perspective, the genealogy of the present social-spatial configuration of the nine Xavante existing indigenous lands and, in particular, of T.I. Parabubure. Some of the images and narratives of the wider social-spatial dynamics of the xavante – the “Xavante territory”, supposedly formed by a joint of local territories, are discussed. The debate about ‘territory’, ‘indigenous land’ a ‘territoriality’ forms the core which articulates in a transversal manner these two analytical movements.

Lista de Figuras

Figura 1: Localização das atuais nove terras indígenas xavante	31
Figura 2: Proposta “original” de revisão de limites da T.I. Parabubure (1996)	33
Figura 3: Demarcação das T.I.s Ubawawe e Chão Preto (1998)	35
Figura 4: Proposta original (1996) e reconfiguração dos limites da Área V (2001).....	40
Figura 5: “Onde a Funai quer chegar.....	41
Figura 6: Contorno da “ampliação” da T.I. Parabubure Peça publicitária.....	42
Figura 7: Identificação e reconfiguração dos limites da Área II (2003).....	46
Figura 8: Reconfiguração dos limites da Área III (2003)	47
Figura 9: “Facada no Coração”.....	49
Figura 10: O Coletivo A´uwe.....	56
Figura 11 – Reconfiguração da Área IV e sobreposição interna.....	58
Figura 12: A distinção entre “Xavantes Ocidentais” e “Orientais” (Maybury-Lewis).....	73
Figura 13: Exogamia clânica entre os “Xavante Orientais”	74
Figura 14: Exogamia clânica entre os “Xavante Ocidentais”: Metades	75
Figura 15: Modelo conceitual de grupo doméstico.....	87
Figura 16: Comparação entre dois modelos de grupo doméstico	89
Figura 17: Croqui de uma aldeia tradicional xavante (salesianos)	95
Figura 18: Disposição interna da habitação xavante tradicional	98
Figura 19: Habitação xavante tradicional.(Lopes da Silva)	99
Figura 20: Posição dos Wapte no Hö (salesianos)	101
Figura 21: Esquema da corrida Noni	102
Figura 22: Trilhas da Iniciação do Way´a	103
Figura 23: Circuito de distribuição da carne (salesianos).....	110
Figura 24: Circuito de distribuição de carne (Maybury-Lewis).....	111
Figura 25: Território de caça e coleta de um grupo local	114
Figura 26: Calendário de atividades sazonais xavante.....	116
Figura 27: Modelo de território de uma aldeia xavante de Lopes da Silva	122
Figura 28: Modelo abstrato do território de um grupo local.....	123
Figura 29: Localização de aldeias antigas xavante citadas no Capítulo 3	125
Figura 17: Croqui de uma aldeia tradicional xavante (salesianos)	128
Figura 30: Croqui da aldeia São Marcos em 1964. Maybury-Lewis	129
Figura 31: Croqui da Aldeia Sangradouro (1995- Brito Vianna)	130

Figura 32: Croqui da Aldeia São Marcos (1981) – Cristina Sá.....	131
Figura 33: Croqui da Aldeia Abelhinha (1999) – Brito Vianna.....	132
Figura 34: Croqui das roças coletivas (agricultura mecanizada) –Menezes.....	136
Figura 35: Desenho de uma casa xavante “moderna” Cristina de Sá.....	137
Figura 36: Croqui da aldeia Paraíso (1974) – Lopes da Silva.....	138
Figura 37: Croqui da aldeia São Domingos (1958) – Maybury-Lewis	141
Figura 38: Genealogia grupos domésticos de São Domingos (1958).....	147
Figura 39: Croqui da aldeia São Domingos (1958) – Domínio faccional	149
Figura 40: Fissão em São Domingos na perspectiva das relações de parentesco	150
Figura 36: Croqui da Aldeia P.I. Paraíso (1974)- Lopes da Silva.....	154
Figura 45: Espacialização dos grupos domésticos na aldeia do P.I. Paraíso.....	159
Figura 46: Descendência e aliança - Conjunto 1	161
Figura 47: Descendência e aliança - Conjunto 2	162
Figura 48: Descendência e aliança - Conjunto 3	163
Figura 49: Descendência e aliança - Conjunto 4	164
Figura 50: Descendência e aliança - Conjunto 5	165
Figura 51: Descendência e aliança – Conjunto 6.....	166
Figura 52: Aliança entre os Wa´raí ro e os Rai´ri ´te.....	167
Figura 53: Os “dois territórios xavante” na perspectiva dos salesianos.	173
Figura 54: Regiões territoriais nos leste matogrossense	174
Figura 55: Carta Etnográfica de Theodoro Sampaio (1913)	179
Figura 56: Missão do Duro – manuscrito aquarelado (1751).	180
Figura 57: Sub-grupos Akwen Sécs. XVIII e XIX - Mapa etnohistóricoNimuendaju	185
Figura 58: “Desocupação” da Província de Goiás	186
Figura 59: “Serra dos Martírios” ou as “Minas dos Araés”	187
Figura 60: “O Gentio” Araés	188
Figura 61: Rota Expedição Roncador-Xingu	195
Figura 62: Mapa da primeira etapa de territorialização.....	199
Figura 63: Mapa do Território Xavante - Fundação Brasil Central (1950)	202
Figura 64: Mapa original da criação do Parque do Xingu	204
Figura 65: Território Xavante – Maybury-Lewis	207
Figura 66: “Quistos” territorializados (década de 1960) – Maybury-Lewis (1964)	209
Figura 67: Mapa das Reservas Xavante – Lopes da Silva (Década de 1970).	211
Figura 68: Modelos de Território Xavante.....	215

Figura 69: Modelo africano de linhagem segmentaria (Tiv e Nuer).....	216
Figura 70: Migrações Xavante (Giaccaria&Heide)	219
Figura 71: Migrações Xavante – Seth Garfield	221
Figura 72: Aplicação do modelo de regiões territoriais	222
Figura 73: A fundação das aldeias xavante após a travessia do rio das Mortes	228
Figura 74: Dinâmica sócio-espacial Região 2.....	235
Figura 75: “Desaparecimento da Região 2”	237
Figura 76: Da Região Territorial 2 a Terra Indígena Maraiwatsede.	238
Figura 77: Dinâmica sócio-espacial xavante – Região 1.....	240
Figura 78: Territorialização – Região 1.....	242
Figura 79: (Re)travessia do rio das Mortes.....	245
Figura 80: De territórios a terra (Região 1)	247
Figura 82: Dinâmica sócio-espacial de formação da Região 3	251
Figura 83: Territorialização dos grupos xavante –Região 3	257
Figura 84: Retorno do Exílio –Região 3.....	263
Figura 85: Reservas Xavante – Região 3 (Década de 1970).....	266
Figura 86: Proposta de unificação das Reservas Kuluene e Couto Magalhães.	268
Figura 87: Os limites da T.I. Parabubure em 1980	271
Figura 12: Divisão entre “Xavantes Ocidentais” e “Orientais” (Maybury-Lewis)	272
Figura 88: Grupos de comunidades xavante – Lopes da Silva	274
Figura 89: Dinâmica socio-espacial "para dentro" - T.I. Parabubure.....	277
Figura 90: Interconexões - Regiões Territoriais Xavant/Atuais terras indígenas	282
Figura 91: Um “Grande Cerco de Paz” efêmero	285
Figura 92: Território em confronto	286
Figura 93: De terra a territórios?.....	290

Lista de Quadros

Quadro 1: Cronologia dos principais eventos	30
Quadro 2: Clãs e pintura corporal.....	74
Quadro 3: As linhagens xavante e suas designações – Maybury-Lewis.....	76
Quadro 4: Os “trancos” xavante identificados por Lopes da Silva (1974-Paraíso)	82
Quadro 5: Composição dos grupos domésticos da Aldeia São Domingos (1958).....	145
Quadro 6: Composição dos grupos domésticos na aldeia P.I. Paraíso (1974)	153
Quadro 7: Homens e mulheres/grupo doméstico/tronco - P.I. Paraíso	156
Quadro 8: “Trancos” e Metades na aldeia P.I. Paraíso – (1974).....	158
Quadro 9: Cronologia dos Eventos	191
Quadro 10: Exílios.....	256
Quadro 11: Dinâmica populacional na Região 3 (1977-2006)	280
Quadro 12: Fundação das principais cidades.....	283

Lista de Fotos

Foto 1 e Foto 2: Reuniões	37
Foto 3 e Foto 4: O consenso histórico	57
Foto 4A: Os nomes e os mortos	59
Foto 5 e Foto 6: Caçada na identificação	61
Foto 7 e Foto 8: Soja X Cerrado.....	63
Foto 9 e Foto 10: Ciclo de iniciação masculina.....	64
Fotos 10A e 10B: “Olhar dos velhos”.....	65
Foto 11: Homens e Nomes de prestígio	67
Foto 12: Aldeia xavante durante o (re)contado (1).....	91
Foto 13: Aldeia xavante durante o (re)contado (segunda foto)	94
Foto 14: Ritual do “batimento das mãos”.....	105
Foto 15: Rio das Mortes e Foto 16: “Lagoa Encantada”	106
Foto 17: Lagoa para caça - Isou ´pá.....	112
Foto 18: “Presépio” numa aldeia xavante	134
Fotos 19 e 20: Habitação xavante em forma poligonal.....	135
Fotos 21 e 22: Mudança no padrão estético das habitações xavante.....	140
Foto 23 – (Re)contato: a troca de “dádivas” e outras coisas.....	197
Foto 24 – Conjunto de Morros “Uhöwatsieoze”	289

Sumário

Introdução.....	01
Capítulo 1 - O “antropólogo-identificador” em meio à contemporaneidade da dinâmica sócio-espacial xavante.	24
1.1. A situação etnográfica como uma situação histórica (1985-2005).....	31
1.1.1 “Dividir para imperar”? (1998-2000)	33
1.2. A retomada do processo de revisão de limites da T.I. Parabubure: a experiência como antropólogo-identificador (2000-2005)	35
1.2.1. Faces do <i>poder tutelar</i> num processo de identificação de terras.....	39
1.2.2. Identificação e reconfiguração dos limites da Área II.....	43
1.2.3 – Identificação e reconfiguração dos limites da Área III.....	47
1.2.4. O “Estado-nação Indígena”	48
1.2.5. Nomi-nações.....	54
1.3. Narrativas sobre “territórios” e “territorialidades” em confronto.....	60
1.3.1 “O índio e o mundo dos brancos”	62
Capítulo 2 - Aspectos da estrutura social xavante do ponto de vista sócio-espacial	71
2.1. Classes de pessoas e grupos sociais.	72
2.1.1. Clãs, linhagens e facções	73
2.1.2. Classes e categorias de idade	85
2.1.3. Grupos locais, grupos domésticos e famílias nucleares.....	87
2.2. As formações sócio-espaciais xavante tradicionais.....	93
2.2.1. O pátio central.....	96
2.2.2. As habitações xavante	97
<i>Ri</i> , as moradia dos grupos domésticos	97
Hö, a casa de solteiros:	100
2.2.3. Marã: as clareiras rituais	102
2.2.4. Panou: o rio	104
2.2.5. Bru: as roças.....	106
2.2.6. O segundo conjunto do território de um grupo local: as áreas de caça e coleta	108
Capítulo 3 - Da construção de um modelo de território local às suas transformações sócio-espaciais.....	120
3.1. Transformações no primeiro conjunto de formações sócio-espaciais xavante	124
3.1.1. Transformações: aldeias em situação de missão.....	127
3.1.2. As formações sócio-espaciais xavante em postos do S.P.I.....	138

3.2. Um exercício de espacialização de grupos sociais xavante na dimensão micro-territorial.	142
3.2.1. Composição e dinâmica sócio-espacial de um grupo local na perspectiva de Mayburi-Lewis: a aldeia de São Domingos	143
3.2.2. Composição e dinâmica sócio-espacial de um grupo local a partir dos dados etnográficos de Lopes da Silva: a aldeia P.I. Paraíso.	151
Conjunto 1 (Grupo Doméstico Ampliado)	160
Conjunto 2	161
Conjunto 3	162
Conjunto 4	163
Conjunto 5	164
Conjunto 6	165
Capítulo 4 - Imagens e narrativas sobre o “território xavante” em dois tempos.	170
4.1. Situando a proposta: os dois “territórios xavante” e o outro “território”	171
4.2. A produção de imagens e narrativas sobre o “primeiro território xavante”	177
4.2.1. De “Akwen” a “Xavante”	178
4.3. Imagens e narrativas sobre o “segundo território Xavante”.	189
4.3.1. Índícios do segundo movimento de territorialização dos grupos locais xavante	191
4.3.2. O reencontro dos grupos locais xavante com o “Estado”.	194
4.3.2.1. A Fundação Brasil Central e os “novos bandeirantes” da Expedição Roncador-Xingu.	194
4.3.2.2. O retorno ao “campo” do Serviço de Proteção aos Índios.	196
4.3.2.3. A “Marcha para Oeste” encontra os grupos locais xavante.	200
4.4. O “território xavante” a partir de dois de seus etnólogos.	206
Capítulo 5 - Travessias	213
5.1. “De travessias é que se vive”: a gênese da ocupação do leste matogrossense pelos grupos locais xavante.	217
5.1.1. Primeira travessia: rio Araguaia (Öprü- “água vermelha”)	224
5.1.2. Segunda travessia: rio das Mortes (Owawe)	226
5.2. Da dinâmica sócio-espacial xavante na Região 2 ao seu encapsulamento territorial.	233
5.3. A dinâmica sócio-espacial xavante na Região 1	238
5.3.1. A territorialização dos grupos locais da Região 1	241
Capítulo 6 - O direito ao retorno	249
6.1. A gênese da ocupação da Região 3	250

6.2. Travessias dos rios Kuluene, Noidori e das Mortes e o exílio	254
6.2.1. A atuação do Serviço de Proteção ao Índios.....	257
6.2.2. A atuação da Missão Salesiana	259
6.3. O direito ao retorno	261
6.4. E assim se formou Parabubure.....	267
6.4.1 A dinâmica sócio-espacial xavante “para dentro”	272
6.5. O “fracasso” do “Grande Cerco de Paz”	282
6.6. Fechando o circuito.....	286
Conclusão	293
Bibliografia	302
Anexos.....	310
Anexo I : Diagramas de parentesco da aldeia Paraíso (1974). Fonte:Lopes da Silva (1980)	
Anexo II: Dinâmica demográfica nas aldeias da T.I. Parabubure (1984-2006)	
Anexo III : Decreto do Governo do Mato Grosso de doação de terras aos Xavante - 1950	
Anexo IV - Mapa e descrição da Missão e Aldeias no Sertão do Duro (1971)	

Introdução

O mote principal que estimulou a elaboração desta tese derivou de uma *situação etnográfica* bem diferente daquela que é classicamente fundamento da antropologia acadêmica, já que decorreu da minha atuação como assessor de políticas públicas voltadas para o atendimento dos direitos territoriais indígenas. Essa posição, que poderíamos chamar de antropólogo-identificador, é oficialmente caracterizada como “consultor-especialista”. Foi nesta última condição que participei dos dois GTs autorizados pela Funai para a identificação e a delimitação de quatro áreas (II,III,IV e V) reivindicadas como “terras tradicionalmente ocupadas” por conjuntos de grupos locais Xavante residentes em uma das suas nove terras indígenas atuais: a T.I.Parabubure¹. A “missão” atribuída ao antropólogo num trabalho com esse perfil é a de produzir dados etnográficos baseados em fontes orais e documentais visando subsidiar a elaboração de uma peça jurídica, o *relatório circunstanciado de identificação e delimitação (RCID)*, que busca demonstrar a legalidade e a legitimidade das demandas territoriais da população indígena em questão². A elaboração do RCID está vinculada a parâmetros normativos expostos em diplomas específicos sobre a matéria³.

Foi a partir de uma reflexão retrospectiva sobre essa experiência – e de parte do material etnográfico ali coletado - que foram se delineando os contornos metodológicos e

¹ O primeiro grupo técnico, que foi responsável pela identificação e delimitação das denominadas “áreas IV e V”, ficou 60 dias em campo. O segundo grupo de trabalho, responsável pela identificação e delimitação das denominadas “áreas II e III”, ficou 34 dias em campo. Posteriormente, tive que voltar a campo sozinho para resolver controvérsias xavante sobre os limites territoriais por eles pretendidos, período que durou mais 15 dias. Portanto, durante 109 dias estive *em campo* com os grupos locais xavante de Parabubure.

² Lima (1998) já demonstrou com precisão o quando a “identificação” de terras indígenas deve ser tratada como uma “categoria histórica”, o que implica dizer que essa etapa do trabalho de regularização fundiária de terras indígenas depende integralmente do contexto político na qual a política indigenista brasileira está imersa.

³ O Decreto nº 1775, de 8 de janeiro de 1996, dispõe sobre os procedimentos administrativos para demarcação de terras indígenas, estabelecendo o que ficou conhecido como o “princípio do contraditório”, que, na perspectiva de seus produtores, possibilitaria aos “não-índios” que se sintam prejudicados pelas demarcações o direito à “ampla defesa”. A Portaria 14, de 09 de janeiro de 1996, estabelece novas normas para a elaboração do relatório de identificação de terras indígenas, exigindo que sejam preenchidos os seguintes requisitos: (a) dados gerais sobre o grupo; (b) habitação permanente; (c) atividades produtivas; (d) meio ambiente; (e) reprodução física e cultural; (f) levantamento fundiário; (g) conclusão: limites pretendidos pelo grupo. Além desses dois diplomas, foi elaborado pela Funai, em 1997, um roteiro para a atuação do grupo de trabalho em campo, conhecido como “Manual do Antropólogo”. Para uma análise desses diplomas, ver Barreto Filho (2002). Importante lembrar que, apesar dessas inovações jurídicas, o Estatuto do Índio, de 1973, continua ainda em vigor, o que costuma causar complicações jurídicas intermináveis, não só nos processos demarcatórios.

conceituais que orientaram a elaboração desta tese. O tema prioritário que a articula de maneira transversal se situa no debate entre território, terras e territorialidade a partir da perspectiva etnológica. Apresentarei uma sistematização desse debate e me situarei nele no final desta introdução.

Os dados etnográficos relativos a essa temática obtidos nessa jornada de identificação de terras foram bastante modestos quando comparados às outras monografias elaboradas sobre os Xavante. A dificuldade em obtê-los em situações de pesquisa com esse tipo de perfil já foi devidamente diagnosticada por autores como Oliveira Filho&Almeida (1998) e Lima (1998) . Dentre os motivos pelos autores elencados, aquele que auxilia a compreensão dos limites dos dados etnológicos obtidos em campo relaciona-se aos contextos políticos que tanto presidem a aprovação da criação de um grupo de trabalho de identificação de terras como decorrem desta aprovação. Nesses contextos, encontramos tanto a pressão política dos grupos indígenas para o reconhecimento das suas demandas territoriais por parte da Funai como o mesmo tipo de pressão, mas em sentido contrário, desencadeada pelos segmentos regionais que se contrapõem àquelas demandas. Evidentemente, ambas as pressões não se limitam à esfera regional de decisão, sendo verificadas na sede do órgão indigenista em Brasília. A maneira como esses contextos políticos são produzidos pode ser sintetizada pela expressão: “*A Funai só atua sob pressão.*” (Oliveira Filho&Almeida, 1998:70). A situação de pesquisa num contexto como esse está subordinada aos objetivos mais pragmáticos exigidos pela legislação indigenista: um diagnóstico geral de uma situação fundiária regional sempre explosiva politicamente e a focalização nos aspectos etnológicos e históricos que, em tese, possam legitimar as demandas por terras feitas pelos índios.

Na situação etnográfica específica por mim vivenciada como antropólogo-identificador, as lideranças xavante manifestaram muita resistência em oferecer reflexões mais detalhadas sobre as interconexões existentes entre sua organização social e a expressão dela em termos espaciais. Em vários momentos, tentei perguntar às lideranças que participavam dos trabalhos de identificação, por exemplo, sobre suas filiações às linhagens clônicas, visando com isso captar subsídios para a compreensão da dinâmica fragmentária “nativa” na qual, como veremos, se baseiam suas demandas pela revisão de limites da Terra indígena Parabubure. Essas interlocuções tinham invariavelmente curta duração e terminavam com expressões tais como “*você está aqui para fazer o trabalho de identificação para a Funai*”.

Assim, os poucos dados que obtive sobre a relação entre organização social xavante e espacialidade a partir do ponto de vista nativo foram, em grande parte, resultado da coleta de informações fragmentadas, que viriam a ser associadas a um esforço extra e pós-campo: garimpagem de informações, seja em documentos obtidos junto a Funai, seja na literatura etnográfica pertinente, sobre os grupos locais xavante hoje presentes na Terra Indígena Parabubure.

Dentre tantos elementos sociológicos que caracterizaram essa situação etnográfica complexa, destaco que meu maior espanto etnográfico esteve relacionado à maneira fragmentária pela qual diferentes grupos locais xavante conduziram – e continuam a conduzir - o processo de revisão dos limites da Terra Indígena Parabubure. O processo oficial de revisão dos limites dessa terra sempre esteve pautado pelo seu desmembramento em cinco⁴ áreas contíguas, conforme solicitação e interesse manifesto pelos próprios grupos locais xavante desde seu início por volta de 1985. No mapa abaixo, tais propostas estão representadas graficamente. No entanto, chamo a atenção para o fato de que os limites das áreas reivindicadas, conforme aparecem nesse mapa inicial, são apenas ilustrativos de um momento, já que seus contornos foram sofrendo sucessivas mudanças no decorrer dos quase 10 anos em que a etapa principal do processo de identificação e delimitação oficial transcorreu (1995-2005), ou seja, em que foram autorizados oficialmente pela Funai grupos de trabalho de identificação, bem como a posterior entrega para o órgão indigenista dos Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação (RCID). Os aspectos principais de todo esse processo serão apresentados e discutidos no **Capítulo 1** dessa tese.

⁴ Esclareço que minha participação como antropólogo-identificador se deu em dois grupos de trabalho responsáveis pela identificação das Áreas II, III, IV e V nos anos de 2000 e 2003. A Área I, quando iniciei minha participação nesses GTs, já tinha sido identificada e homologada em 1998. Esse processo é apresentado no Capítulo 1.

Ressalto que o espanto etnográfico que me acometeu não foi resultado do meu desconhecimento da dinâmica conflituosa que orienta os embates e alianças entre os grupos sociais xavante – que, provisoriamente, denomino como “facções”, seguindo Maybury-Lewis –, bem como da sua manifestação no espaço, já indicadas, embora de maneira pouco sistematizada e sem a devida relevância que acredito que mereça, em algumas etnografias e relatos historiográficos sobre a “Sociedade Xavante”. Entretanto, apesar das evidências etnográficas espalhadas pela literatura Xavante sobre o tema do faccionalismo e da espacialidade, Lopes da Silva (1980) indicou que esse fenômeno social ficava (pelo menos no contexto de suas pesquisas) em segundo plano quando o problema a ser resolvido pelos Xavante se relacionava a questão territorial.

“Nesta história mais recente dos Xavante que tenho acompanhado, ou seja, nos últimos sete anos [1973-1980], tem sido relativamente raras as iniciativas de solução coletiva para seus problemas.(...) A única exceção, acima de qualquer dúvida, diz respeito à luta pela defesa, garantia e reconquista de seu território. Nessas situações, dependência dos brancos e faccionalismo interno ficam para o segundo plano até serem superados os momentos mais difíceis e mais intensos da disputa pela terra.” (Lopes da Silva, 1980:15)

Assim, o meu espanto etnográfico acabou por ser corroborado a posteriori pela constatação de que o faccionalismo também se manifestava com grande intensidade justamente naquela dimensão da vida social Xavante que Lopes da Silva julgara como a menos vulnerável a esse tipo de fenômeno.

A partir de uma reflexão retrospectiva sobre essa experiência como ‘antropólogo-identificador’ elaborei algumas questões prioritárias - às quais desenvolverei mais a frente - que nortearam a construção desta tese: de que maneira a sócio-espacialidade xavante tem sido etnografada no tempo em termos micro e macro-territoriais e como as interpretações ali contidas subsidiam a compreensão da situação etnográfica por mim vivenciada como antropólogo-identificador? Num plano mais amplo, mas interdependente, quais os significados que podem ser extraídos das imagens e narrativas que vêm sendo produzidas ao longo de décadas por diversos agentes – índios e não-índios – sobre o denominado “território xavante”?

Além disso, buscando compreender mais de perto o processo conturbado que esteve presente na minha experiência como antropólogo-identificador, pude desdobrar daquelas questões levantadas uma outra de caráter mais específico: o reconhecimento das cinco propostas para a revisão de limites da T.I. Parabubure por parte do órgão indigenista – e, como veremos, as estratégias de postergação levadas a cabo por ele até os dias de hoje com a participação ativa também de lideranças xavante - seria o resultado da aplicação tardia do famoso princípio do *dividet et impera* - paradigmática das chamadas “situações coloniais” – ou apenas mais um dos resultados historicamente etnografados da dinâmica faccional xavante, conforme nos ensinou Maybury-Lewis (1984 [1967])?

Na busca de repostas a essas questões sigo a sugestão de Lopes da Silva que, ao tecer as considerações a que fiz referência anteriormente sobre a dificuldade dos Xavante em resolver seus problemas em termos coletivos – afora, como vimos, quando o assunto, em tese, era a questão do território - indicou que:

“Uma compreensão maior disto depende tanto de uma atenção mais detida aos processos políticos internos à sociedade Xavante quanto a um exame das relações dos Xavante com o órgão tutelar.” (1980:15)

Diante do verdadeiro imbróglio sócio-espacial que foi captado na situação etnográfica focalizada, e convencido de que a sua compreensão adequada depende - seguindo a sugestão de Lopes da Silva - de uma *atenção mais detida nos processos políticos internos e o exame das relações dos Xavante com a Funai* (mas não só com ela, como buscarei demonstrar), a apresentação dessa tese comporta dois movimentos analíticos distintos em diversos aspectos, mas , como espero demonstrar, bastante interdependentes em outros.

Num primeiro movimento, apresento e analiso aspectos fundamentais da estrutura social xavante tradicional a partir de narrativas (descrições e interpretações) e imagens

(particularmente, mapas, croquis e fotos) produzidas por algum de seus etnógrafos sobre o conjunto de formações sócio-espaciais – pátio central, habitações domésticas, casa de solteiros, rio, clareiras para atividades rituais e para as roças e, por fim, as áreas de caça e coleta - que comporiam o que Lopes da Silva (1983) denominou como *modelo do território de uma aldeia xavante*. Como veremos com maiores detalhes no decorrer dos dois capítulos que compõem esse primeiro movimento (Capítulos 2 e 3), amparando-se em considerações desses etnógrafos, parece possível dizer que há um certo consenso, tímido é verdade, sobre o fato das “fronteiras” entre seus grupos locais – por ora, compostos por um conjunto de grupos domésticos que residem numa mesma aldeia – poderem ser apreendidas pelo último conjunto de formações sócio-espaciais presente no modelo apresentado por Lopes da Silva: as áreas de caça e coleta. (Maybury-Lewis, 1984[1967]; Giaccaria&Heide, 1972; Lopes da Silva, 1980; 1983).

“O último espaço, nesse modelo, seria constituído pelas áreas percorridas pelos Xavante moradores de cada aldeia nas suas expedições de caça e coleta que caracterizam seus períodos de nomadismo. Essa área corresponde, na verdade, ao próprio território do grupo.” (Lopes da Silva, 1983:45)

Esse último conjunto de formações sócio-espaciais seria responsável, em última instância, pela delimitação em termos tradicionais de diferentes conjuntos de territórios locais que constituiriam o que denomino nessa tese em termos analíticos como *regiões territoriais*, assunto que será abordado mais detalhadamente no Capítulo 5 dessa tese. Ressalto que na atualidade as áreas de caça e coleta que davam os contornos-limites a essas regiões territoriais - pelos menos até o final da década de 1930 – foram expropriadas de maneira violenta dos grupos locais xavante e apropriadas pela lógica espacial embutida no modo de produção capitalista. No lugar desse conjunto de formações sócio-espaciais estratégico para o modo de vida xavante tradicional, hoje encontramos tanto fazendas de gado, soja, algodão e milho, como inúmeros assentamentos rurais e cidades com seu atraente mercado de consumo. Se nas áreas nas quais se localizam hoje fazendas e assentamentos rurais ainda é possível para os Xavante exercitar as atividades de caça e coleta – e é o que o fazem de maneira cotidiana ou sazonal e, por isso, em muitos casos, são elas objeto de reivindicação - , nas cidades eles exercitam aquilo que vêm aprendendo há pelo menos 350 anos: lidar com as benesses e as armadilhas da urbanidade. Não há diálogo – ou para usar uma palavra da moda, “ressignificação” - possível entre essas duas dimensões, pelo menos não quando observamos as prerrogativas sociocosmológicas envolvidas numa caçada cerimonial, que nada se assemelha ao ato de comprar carne em um açougue na cidade ou a viagens a

Brasília atrás de recursos assistenciais junto a Funai; até porque, se assim o fosse, os Xavante não estariam em Brasília reivindicando a revisão dos limites territoriais de suas terras.

O objetivo fundamental desse primeiro movimento analítico é o de captar subsídios etnográficos sob a perspectiva da associação entre organização social, processos políticos internos e espacialidade para que eu possa apresentar no decorrer da tese considerações mais adequadas sobre os problemas etnológicos e etno-históricos que foram emergindo gradativamente na análise da situação etnográfica captada na condição de antropólogo-identificador. Em síntese, nesse primeiro movimento apresentarei uma sistematização de aspectos fundamentais da estrutura social xavante tal qual como destacado pelos pioneiros etnógrafos desse povo, apesar de alguns pesquisadores terem realizado esse tipo de tarefa recentemente e de maneira bastante precisa. (Brito Vianna, 2001; Souza, 2002; Falleiros, 2005). A diferença da sistematização que proponho nos Capítulos 2 e 3 que constituem esse primeiro movimento se fia simplesmente na perspectiva com a qual analiso os dados etnológicos e históricos disponíveis, destacando a relação de aspectos da estrutura social e dos processos políticos internos a partir de suas manifestações no espaço. Para tanto, de maneira mais específica, no **Capítulo 2** apresento aspectos dessa estrutura social – particularmente, os grupos e instituições sociais que a compõem – associando-os aos conjuntos de formações sócio-espaciais que comporiam o território de uma aldeia (ou de um grupo local) visto em termos tradicionais. No **Capítulo 3**, num exercício mais diacrônico, apresento algumas imagens (principalmente croquis de aldeias) e narrativas retiradas também de parte da literatura Xavante visando demonstrar de que maneira seria possível observar algumas das transformações da dinâmica sócio-espacial xavante ainda nesse mesmo plano, digamos, microsociológico.

Espero que esses subsídios etnográficos propiciados pelo primeiro movimento analítico não sejam vistos apenas como um interregno “mais etnológico” e, portanto, “perdido” em meio ao desenvolvimento processual e histórico que norteia a tese como um todo. Pelo contrário, o objetivo dessa estratégia metodológica é demonstrar que a organização social xavante e sua expressão nesse plano micro-espacial serve, por um lado, de parâmetro para compreendermos parte dos motivos que explicam a dinâmica sócio-espacial mais ampla na qual - e pela qual - essa micro-espacialidade vem sendo (re)produzida no decorrer do longo processo de contato dos grupos locais xavante com a sociedade nacional. Em outras palavras, a expressiva lógica espacial xavante, nessa dimensão mais microsociológica, poderá assim ser demonstrada através de um raciocínio

argumentativo que associa tanto a organização do espaço interno de suas habitações domésticas até as relações existentes entre os territórios de seus grupos locais e, num plano mais amplo, destes os territórios dos “outros”. É a essa expressão multidimensional da espacialização dos grupos sociais xavante no tempo que denomino aqui como dinâmica sócio-espacial xavante.

Além disso, o imbróglio fundiário mais específico no qual está imerso o processo de revisão de limites da T.I. Parabubure também encontrará nesse primeiro movimento analítico, assim espero, chaves sociológicas para uma interpretação mais adequada.

O segundo movimento analítico tem por objetivo identificar e situar, numa perspectiva histórica, a genealogia da atual configuração sócio-espacial das nove terras indígenas xavante atuais e, particularmente, da T.I. Parabubure. Busco apresentar e discutir algumas das imagens e narrativas a respeito da dimensão mais ampla da manifestação da dinâmica sócio-espacial xavante - o “território xavante” – que, em tese, seria formado por um conjunto de territórios locais. Esse suposto “território” tem sido retratado através de diversas imagens e narrativas produzidas tanto por alguns de seus etnógrafos, como por outros agentes envolvidos historicamente nessa situação de contato interétnico (missionários, cronistas, agências indigenistas, administrações governamentais estaduais, segmentos regionais da sociedade civil).

Esse segundo movimento analítico é construído a partir da seleção de três situações históricas com perfis sociológicos distintos. Em termos cronológicos esse movimento como um todo contempla a análise de narrativas e imagens produzidas sobre a dinâmica sócio-espacial xavante nos seguintes períodos históricos:

a) Os séculos XVIII e XIX, quando temos as primeiras notícias oficialmente registradas sobre um conjunto de sub-grupos ameríndios identificados como pertencentes ao tronco etnolinguístico “Akwen”, do qual já se destacava a identidade dos “Akwen-Xavante”, apesar das sobreposições como os demais sub-grupos (“Xerente”, “Acroá” e “Xacriabá”). As fronteiras territoriais que delimitam o conjunto dos sub-grupos Akwen como um todo são localizadas nesse período nos limites da antiga Província de Goiás. Em termos heurísticos, denomino parte dessa região como “primeiro território Xavante”, distinção que será melhor esclarecida no Capítulo 4 dessa tese.

b) Meados do século XIX e a primeira metade do século XX, quando grupos locais “Akwen” passam a ser identificados exclusivamente pela designação “xavante” e atravessam sucessivamente os Rios Araguaia, Cristalino e da Mortes ocupando a região leste matogrossense compreendida entre a banda oeste desse último rio e a banda leste do

rio Kuluene. Nesse período, conjuntos de grupos locais xavante se mantêm em “relativo isolamento” – ou na feliz expressão de Lopes da Silva (1992:365) “afinal, liberdade e paz (ainda que relativas)” - quando tomamos como parâmetro a situação histórica anterior, já que distantes do contato com as frentes pioneiras e de expansão da sociedade nacional. Entretanto, é importante ressaltar que essa idéia de “relativo isolamento” só tem sentido quando pensamos no contato com os não-índios, já que esses grupos locais xavante interagiram e disputaram esses novos territórios com outros povos indígenas que naquelas paragens já se encontravam presentes. Estima-se que esse período tenha durando cerca de 100 anos – 1840/1940.

c) A década de 1940 em diante quando alguns grupos locais xavantes passam a ser re-contatados oficialmente por agências de mediação do Estado brasileiro (Serviço de Proteção aos Índios, Fundação Brasil Central e seu braço avançado, a Expedição Roncador-Xingu) ou mesmo agências associadas (missões salesianas). Particularmente a partir da metade da década de 1950 em diante, assistiremos no leste matogrossense ao segundo processo de esbulho territorial ao qual esses grupos locais ameríndios – agora, para sempre, auto-designados como “A’uwe-Xavante”⁵ - serão submetidos e que tem como vetor fundamental a famosa “Marcha para o Oeste”. É a partir desse período que podemos identificar os aspectos mais contemporâneos do processo de transição daquilo que distingo analiticamente como um conjunto formado por três grandes regiões territoriais – que viria a ser a base da produção de imagens e narrativas sobre o que podemos designar como um “segundo território xavante” - para as suas atuais nove terras indígenas. Essas terras só viram a ser demarcadas a partir da metade da década de 1960.

O recontar da história do contato⁶ oficialmente registrado entre o “Xavante” e a “sociedade nacional”⁷ é, como maior ou menor destaque, um expediente padrão presente

⁵ “A’uwe é a maneira com que os atuais Xavante se auto-denominam. Os Xerente, por sua vez, se auto-denominam “Akwe-Xerente”.

⁶ É importante aqui ressaltar que trabalhos recentes como os de Garfield (2001) e Coimbra&Flowers&Salzano&Santos (2002) seguem parte do roteiro básico dessa minha apresentação. Entretanto, esse roteiro já estava presente tanto em Maybury-Lewis(1984[1967]); Giaccaria&Heide (1972); Ravagnani (1977), Farias (1990,1994) e Lopes da Silva (1980,1983,1984,1992) e foi utilizado em minha dissertação de mestrado (2000) focando mais exclusivamente os “Xerente”. Outros antropólogos, que têm participado de processos de identificação de terras indígenas xavante nos últimos 10 anos, também seguem esse roteiro como são os casos dos relatórios de identificação produzidos por Eugênio Wenzel e Jorge Luiz de Paula (1998); Jorge Luiz de Paula & Luís Roberto de Paula (2001); Luís Roberto de Paula (2005); Ricardo Calaça Manoel (2005).

tanto na literatura acadêmica, seja nos relatórios de identificações e delimitação de terras indígenas. Inaugurada pela monografia de Maybury-Lewis, a maioria dos etnógrafos e de outros pesquisadores que o sucederam deixaram, além de reinterpretações mais ou menos detalhadas dessa história, a herança de dados e análises inéditas, já que captadas situacionalmente pelas suas pesquisas de campo. O próprio Maybury-Lewis deixou também esse legado, tanto na própria “Sociedade Xavante” (1984[1967]), como no relato de viagem “O Selvagem e o Inocente” (1990).

Foi Lopes da Silva que fez a melhor síntese dessa perspectiva oficial, no artigo intitulado “Dois séculos e meio de história xavante” (1998 [1992]), apoiando-se por um lado em trabalhos historiográficos documentais – como os de Oswaldo Ravagnani (1977); Marivone Chaim (1983); Cláudia Menezes (1984); Carlos Moreira Neto (2005[1971]), Lopes, 1988, além de parte dos relatos nativos apresentados por Giaccaria&Heide (1972). Chovelon&Fernandes& Sbardellotto (1996), outros três padres salesianos que estiveram na região do rio das Mortes a partir do final da década de 1930, além de descreverem as disputas e rivalidades ocorridas entre seus grupos locais durante a década de 1950 -, portanto, durante a segunda tentativa de pacificação dos Xavante -, apresentaram propostas de demarcação de terras para o governo federal para cada um daqueles grupos. A parte relativa aos conflitos intra-tribais pode ser contrastada às descrições feitas por Maybury-Lewis, já que, como veremos, esse autores narram praticamente os mesmo acontecimentos a partir, provavelmente, de interlocutores xavante diferentes.

Além das descrições situacionais captadas em campo por diversos dos antropólogos acima referidos, Giaccaria&Heide (1972) e Lopes da Silva (1984, 1992) são os autores que apresentam o que podemos denominar como uma tentativa mais sistematizada de trazer à tona as interpretações nativas sobre o contato. Lopes da Silva elaborou dois trabalhos diferentes a esse respeito (1984, 1992). No primeiro a autora, mesmo que partindo de fontes oficiais, incorpora uma gama de relatos nativos e, a partir de um exercício de análise estrutural, propõe pensar a “expressão mítica da vivência histórica” Xavante, perspectiva que destoa pelo rigor etnológico dos demais trabalhos acima citados. Por fim, um trabalho mais recente – Sereburã e outros (1998) - traz uma versão diferente da que fora captada e

⁷ Outros autores que discutiram a sociedade Xavante também fizeram referências tanto ao longo processo de migrações xavante - de Goiás para o Mato Grosso - e a situação das terras por eles ocupadas contemporaneamente, como, em alguns casos, a processos específicos de fragmentação de aldeias e de grupos locais xavante em determinadas situações históricas. Menezes (1984); Lopes (1988); Graham (1995), Chovelon & Fernandes & Sbardellotto (1996); Coimbra & Flowers & Salzano & Santos (2002), Garfield (2001) e Brito Vianna (2001).

descrita tanto pelos padres salesianos como por Lopes da Silva, já que focaliza em grande parte esse processo de ocupação territorial a partir da perspectiva dos grupos locais que hoje compõem apenas uma das aldeias da atual Terra Indígena Pimentel Barbosa. São essas as fontes principais que servirão de base para as análises empreendidas neste segundo movimento analítico.

Diferentemente do que se poderia esperar, entretanto, os capítulos 4, 5 e 6, que compõem este segundo movimento analítico, não são apresentados rigorosamente a partir da seqüência cronológica que articula os três períodos históricos a que fiz referência. Assim, no quarto capítulo apresento exclusivamente a perspectiva oficialmente registrada da dinâmica sócio-espacial xavante, articulando o primeiro período histórico (séculos XVIII até meados do XIX) ao terceiro (após a década de 1940) quando foram produzidas imagens e narrativas sobre o que denomino aqui como “primeiro” e “segundo” “território xavante”. Assim, a dinâmica sócio-espacial xavante desenvolvida já no leste matogrossense - que tem como marco as sucessivas travessias dos rios Araguaia, Cristalino e das Mortes pelos grupos locais xavante em fuga de Goiás, até o (re)contato de parte deles com a sociedade nacional na década de 1940 - será apresentada e discutida nos Capítulos 5 e 6.

Essa reconstrução analítica é justificada pelo fato de que as narrativas sobre esse período de interregno histórico só podem ser acessadas de maneira exclusiva através da perspectiva nativa do contato. Essa perspectiva tem sido registrada tanto por alguns etnógrafos da “Sociedade Xavante” como, mais recentemente, pelos próprios índios. Como tentarei demonstrar, a memória coletiva dos grupos locais xavante sobre a sua dinâmica sócio-espacial tem como marco a travessia do Araguaia, sendo que desse momento para trás a expressão de sua “vivência histórica” se dá em termos mitificados, como ensinou Lopes da Silva (1984). Diria até que, como veremos, pelo menos uma parte da ocupação do leste matogrossense, após a travessia do Rio das Mortes, também possui significados do mesmo tipo para os Xavante atuais. De fato, são nesses últimos três capítulos que pretendo apresentar uma perspectiva mais original sobre a dinâmica sócio-espacial xavante, buscando uma outra maneira de ver o processo de gênese de suas atuais terras indígenas e, particularmente, trazer novos elementos históricos e sociológicos para a compreensão do processo de fragmentação pelo qual as demandas por revisão de limites de Parabubure têm sido endereçadas a Funai nos dias de hoje.

Diferentemente do que farei no primeiro movimento de análise, no qual mergulho no que poderia chamar de micro-espacialidade xavante, aqui o olhar estará voltado para a dimensão ampliada da dinâmica sócio-espacial xavante, ou seja, para as associações – e

dissensões - construídas historicamente entre seus diversos conjuntos de grupos locais que são, ao mesmo tempo, produtos e produtores da ocupação do leste matogrossense.

Ressalto ainda que a associação heurística entre as noções de *território* e *grupo local* foi estratégica nesta investigação. Com base nela, pude tanto distinguir os dois movimentos analíticos que compõem a tese como articulá-los e torná-los analiticamente interdependentes. Essa interdependência constrói-se a partir da ampliação do modelo proposto de território local: a idéia, a ser demonstrada particularmente no **Capítulo 5**, é que cada conjunto de grupos locais xavante ocupou de maneira tradicional e exclusiva determinados espaços geográficos na região leste matogrossense desde, pelo menos, o final do século XIX. Tentarei demonstrar que: a) o espaço geográfico compreendido pela sobreposição das fronteiras de cada conjunto desses *territórios locais* – não tão fixas, mas também não completamente móveis – possibilita, em tese, os contornos daquilo que diversos agentes, inclusive parte dos próprios grupos locais xavante mais recentemente, têm denominado como “território xavante”; b) que o processo de encapsulamento desse conjunto de territórios locais – que denominarei como regiões territoriais – explica, conjuntamente com a dinâmica sócio-espacial mais propriamente nativa, o modo fragmentário e conflituoso como o processo de revisão de limites da T.I. Parabubure tem se manifestado.

Pelo fato das questões apontadas até aqui decolarem justamente da minha experiência como antropólogo-identificador, antes de adentrar nos dois movimentos analíticos a que fiz referência - compostos em seu conjunto pelos capítulos 2, 3, 4, 5 e 6 - busco no capítulo inicial (**Capítulo 1**) traduzir e reconstruir, num exercício retrospectivo, a situação etnográfica derivada daquela experiência.

Num primeiro momento desse capítulo, apresento algumas narrativas e imagens obtidas nos arquivos da Funai sobre as etapas precedentes que compuseram o processo de revisão dos limites da T.I. Parabubure e, que, logicamente, antecederam a situação etnográfica por mim vivenciada no período de 2000 a 2003. Num segundo momento, focalizo a apresentação das imagens e narrativas produzidas sobre essa temática controversa, tanto por lideranças xavante como por segmentos não-indígenas envolvidos direta ou indiretamente na situação etnográfica focalizada. Nesse cenário concreto do conflito, ou seja, na situação etnográfica vivenciada pelo antropólogo-identificador, não foram captadas narrativas homogêneas produzidas por cada um desses atores. E isso tem uma explicação bastante simples: no lugar da oposição clássica entre “índios x brancos”, o antropólogo-identificador se viu às voltas com uma realidade multifacetada que, se não borrou aquela oposição estrutural entre índios e brancos completamente, ao menos possibilitou subsídios

para a sua problematização e, por conseguinte, para a compreensão mais adequada do imbróglio territorial em questão. Nesse capítulo introdutório serão apresentadas uma diversidade de narrativas e de mapas relativos ao tema da revisão dos limites da T.I. Parabubure produzidas não por “brancos” - mas por “comerciantes”, moradores de cidade de áreas rurais, grandes, médios e pequenos “proprietários”, “sem-terras”, assentados do Incra – como, também, não por “índios” – mas por “facções”, “grupos locais”, “jovens” e velhas “lideranças” indígenas. Além disso, essa produção de narrativas contraditórias não se limitou aos atores em confronto, mas também, aos próprios membros dos grupos de trabalho responsáveis pela identificação.

Os dois movimentos analíticos que estruturam essa tese se propõem a subsidiar a busca de respostas a essas questões e, como deve ter sido notado, partindo de uma situação etnográfica atual, retrocede numa espécie de “viagem de volta” pelo espaço e pelo tempo.

Uma vez que apresentei grande parte dos aspectos metodológicos envolvidos na construção dessa tese, talvez possa enunciar agora de maneira mais objetiva as três questões prioritárias que orientaram essa investigação: 1) de que maneira pode-se associar a dinâmica sócio-espacial tradicional xavante ao longo processo de produção de suas atuais terras indígenas? 2) como um conflito de terras expresso pelo idioma da etnicidade produz *grupos* e como esses *grupos* acessam e se apropriam das narrativas e imagens produzidas *por eles* e *sobre* eles mesmos, em termos contextuais, visando à construção de um discurso competente e legítimo no sentido de efetivar ou inviabilizar as reivindicações territoriais em curso? 3) de que maneira a imagem de “povo nômade”, com a qual os Xavante têm sido rotulados historicamente, interfere e é apropriada pela dinâmica de produção de concepções de um “território xavante”?

Antes de terminar essa introdução, apresento a seguir uma breve síntese dos debates mais atuais sobre as noções de *terra*, *território* e *territorialidade*, tema transversal na qual se assentam as análises que compõem os seis capítulos desta tese.

“Terras, territórios e territorialidades”

Na literatura antropológica atual sobre o tema da *produção do espaço*, é bastante recorrente uma distinção conceitual básica dada pelo confronto entre duas lógicas espaciais tidas como antagônicas e, por isso, sempre em confronto. A primeira dessas lógicas deita suas raízes na Europa do século XVI e é mundialmente hegemônica desde o século XIX. Está marcada pelo direito exclusivo de uma instância política superior, o “Estado-nação”,

monopolizar pela força o ordenamento jurídico-político de um território e de sua população, com o objetivo único de torná-los homogêneos em termos étnicos, lingüísticos e culturais. A segunda lógica caracteriza-se justamente pela manifestação de formas de apropriação do espaço distintas da anterior e vistas sempre como irreduzíveis, em termos históricos e conceituais, à homogeneidade territorial e populacional almejada pelos Estados nacionais.

Basicamente, as fontes dessa dicotomia clássica pode ser encontrada em Morgan, ainda no século XIX, que estabeleceu a distinção paradigmática entre a “civilização”=“território” e “povos primitivos”=“grupos de parentesco”, ou seja, a partir de então, “Território” e “Estado” passariam a ser conceitos intrinsecamente associados⁸.

No caso específico das populações indígenas situadas no Brasil, essa distinção tem sido caracterizada, desde o final da década de 1970, pela oposição conceitual entre a noção de “terra indígena” - produto jurídico-administrativo do Estado nacional – e as de “territórios” e “territorialidades” indígenas, expressão de lógicas espaciais nativas específicas e, portanto, irreduzíveis à lógica espacial mais ampla do Estado nacional. Em outras palavras, as “terras indígenas” são produtos históricos dos “encapsulamentos” sócio-espaciais aos quais os povos indígenas e suas “territorialidades” ou, de maneira borrada, “territórios”, foram submetidos no decorrer de séculos de expropriação fundiária. (Seeger&Viveiros de Castro, 1979; Oliveira Filho,1994,1998; Havt,1999,2001; Ladeira,2001; Little,2002; Gallois, 1996,2004).

O Estado nacional brasileiro parece ser um caso *sui-generis* dentro do processo global de consolidação do paradigma territorial que compõe o modelo de Estado-nação europeu. Desde a sua gênese em tempos coloniais, o “Estado Nacional” brasileiro produziu uma legislação indigenista que reconhecia o direito que os “naturais senhores dessas terras” (Ribeiro, 1996 [1971]: 222) teriam de possuí-las – um direito pensado como decorrência, justamente, de uma posse que pré-existiria ao Estado, sendo conceitualizada como “imemorial”. Evidentemente, a despeito dessa legislação protetora, as políticas historicamente implementadas em relação aos povos indígenas foram marcadas por um viés etnocida, e o resultado dessa longa “guerra de conquista” (Lima, 1995) todos nós conhecemos: redução demográfica, espoliação territorial, esforços para assimilação dos índios à população nacional. A atual “Sociedade Xavante”, como espero demonstrar na

⁸ Ver Oliveira, 1998:54.

segunda parte deste trabalho, é um exemplo vivo desse paradoxo que sempre esteve presente na política indigenista brasileira⁹.

Não é mera coincidência que a emergência de análises conceituais mais sistematizadas sobre essa temática tenha aparecido justamente atrelada a um momento histórico em que o problema concreto das demarcações das terras indígenas passou a ganhar decididamente a agenda indigenista pública brasileira, tendo como protagonistas os próprios povos indígenas.

Foi esse o cenário histórico que influenciou a elaboração do artigo de Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro (1979) intitulado “Terras e Territórios Indígenas no Brasil”.¹⁰ De maneira inédita, surgia na cena científica brasileira uma tentativa de reflexão conceitual mais sistematizada sobre o confronto entre as *“formas indígenas de apropriação territorial pelas unidades sociais que compõem a comunidade (isto é, a propriedade ‘para dentro’)*” – e a definição uniforme inscrita nas “concepções econômico-jurídicas ocidentais (brasileiras) de território e terra” – ou seja, a “propriedade para fora”. (1979:105-107).

Apesar das contribuições trazidas nesse ensaio, algumas ilações ali presentes podem ser consideradas, no mínimo, polêmicas. Dentre elas, podemos encontrar uma sugestão de dicotomização que distingue os grupos indígenas da seguinte maneira: aqueles que, devido a suas “formas de subsistência mais sedentárias”, possuem “uma relação mitológica com o território” ou um “enraizamento simbólico” – como os índios do Xingu e do Alto Rio Negro –; enquanto outros, como os Gê e os Yanomami,

“...por estarem em processos de expansão - muitas vezes de natureza guerreira – e por se apoiarem em adaptações mais móveis ao meio ambiente, não parecem definir sua identidade em relação a uma geografia determinada” (1979:104).

⁹ “..há de se considerar o estranho fato de que uma sociedade secularmente responsável pelo extermínio sistemático da população indígena tendo sempre, no nível do Estado, elaborado sucessivas leis específicas de proteção aos silvícolas – e isso desde o passado mais remoto(...) Desse modo, o Estado se coloca para eles, simultaneamente, como instituição alheia à sua tradição cultural, como expressão do julgo estrangeiro e como única instância de proteção face à sociedade que ameaça destruí-los.” Durham (2004[1982]:299/301)

¹⁰ As características do momento histórico em que escreveram os autores podem ser depreendidas da seguinte passagem: *“Interessa-nos ainda saber que pontos de vistas gerais podem ser assumidos sobre a questão das ‘terras indígenas’ como um todo, especialmente diante das iminentes ameaças de ‘emancipação’. Aqui, adiantamos que se trata de distinguir entre a garantia da propriedade tribal do território e uma ilusória concessão de direitos individuais sobre parcelas alienáveis de terra.”* (Seeger&Viveiros de Castro, 1979:102-grifos dos autores)

Essa imagem não foi construída por acaso, já que as grandes monografias sobre os Jê e Yanomami indicavam justamente a idéia implícita ali contida: “povos caçadores-coletores”, “meio-nômades”, “sem fronteiras” – ou, para ser mais justo com os autores, povos “apoiados em adaptações mais móveis ao meio ambiente”. Essa imagem perseguirá especialmente os estudiosos da “Sociedade Xavante” e os próprios Xavante até os dias de hoje, assunto que voltarei no decorrer e na conclusão desta tese.

Segundo ainda os autores a limitação dos “territórios indígenas”(?) implicaria na “produção ‘espontânea’ de uma concepção indígena da ‘terra’ como espaço geométrico homogêneo, fechado por fronteiras definidas pelo direito nacional”, levando a indistinção entre grupos em expansão histórica (“os de natureza guerreira”, leia-se, Gê e Yanomami) e grupos mais sedentários já em situação de refúgio como os do Xingu e do Vaupés. (1979:106). Essas mudanças afetariam particularmente o primeiro conjunto de povos que tem suas formas econômico-sociais baseadas na caça e coleta, pressuposto que leva os autores a formularem talvez aquela que seja a questão prioritária do texto: existiria autonomia entre economia e cultura? A resposta apenas aponta para o debate: sim, é inevitável a associação entre as decadências econômicas e de particularidades culturais dos grupos, não obstante ao fato de ser possível “continuar falando de uma cultura Gê (ou, dentro desta, em uma cultura Xavante, Suyá etc.) apesar da decadência de certas formas de subsistência.” (1979:107).

Em suas considerações finais, Seeger e Viveiros de Castro, inspirados no modelo de Darcy Ribeiro de transfiguração étnica, elaboram uma espécie de guia para o “planejamento de políticas específicas para a defesa das “terras indígenas”, acrescentando a importância de se destacar nesse planejamento o “grau de consciência étnica de cada povo” em relação ao *grau de controle que cada povo possui sobre seu “território”; ao tipo e ao grau de pressões que ameaçam este território; ao domínio dos códigos culturais brasileiros por parte de cada povo; ao tipo de agência mediadora entre os povos indígenas e a sociedade nacional.* (1979:107).

Como tentarei demonstrar, o “grau de consciência étnica” dos grupos locais Xavante que articula todas essas variáveis ao mesmo tempo, vem sendo produzido historicamente pelo menos desde os meados do século XIX, quando subgrupos de um “conjunto étnico e histórico” denominado como “Akwen” atravessou sucessivamente os rios Araguaia, Cristalino e das Mortes e foram ocupar o leste matogrossense. O conjunto de grupos locais produzidos nessa longa travessia compõe o que desde a década de 1950 se denomina como a “Sociedade Xavante”.

Numa segunda etapa desse debate conceitual, será João Pacheco de Oliveira e boa parte de seus alunos que conduzirão as reflexões mais sistemáticas sobre essas distinções conceituais, e daí emergirá a noção de *territorialização* desse autor (1994,1998), muito referenciada em trabalhos posteriores sobre essa temática (Menezes,1999; Havt,2001; Ladeira,2001; Little,2002; Gallois,2004, dentre outros).

Depois de mais de uma década de análises inovadoras sobre as conexões entre indigenismo, poder colonial e terras indígenas, será no ensaio *“Uma etnologia dos ‘índios misturados’? situação colonial, territorialização e fluxos culturais”* (1998) que João Pacheco de Oliveira, a partir da análise dos processos de produção de identidades etnicamente diferenciadas na região do nordeste brasileiro - a construção do objeto *“índios do nordeste”* -, apresentará uma nova perspectiva sobre a dimensão territorial, estratégica, em suas palavras, *“para se pensar a incorporação de populações etnicamente diferenciadas dentro do Estado-nação”*. (1998:55). Destacará ainda o autor o papel de protagonismo dos índios mesmo que imersos num *processo de territorialização* ¹¹:

“O processo de territorialização não deve jamais ser entendido simplesmente como de mão única, dirigido externamente e homogeneizador, pois a sua atualização pelos indígenas conduz justamente ao contrário, isto é, à construção de uma identidade étnica individualizada daquela comunidade em face de todo o conjunto genérico de ‘índios do Nordeste’”. (1998:60).

Alguns comentários são importantes de se fazer aqui sobre essa noção, já que a julgo como de fundamental importância para a compreensão de diversos contextos históricos vivenciados pelos grupos locais Xavante, mas não de uma maneira mecânica que não leve em consideração as especificidades existentes entre os *“Índios do Nordeste”* e os grupos locais Xavante.

Enquanto que o *“conjunto étnico histórico”* denominado *“Índios do Nordeste”* passou a ser objeto de atenção para os antropólogos a partir de *“fatos de natureza política”* associadas à demarcação de terras indígenas durante a década de 1970, a *“Sociedade Xavante”* já havia ganho notoriedade acadêmica 20 anos antes. Diferentemente de uma luta pela demarcação de terras, fato que só iria ocorrer com os Xavante também durante a década de 1970, a atenção acadêmica se voltou para esse povo num contexto histórico que seria marcado pela defesa de seu(s) território(s) contra a expoliação desencadeada sobre

¹¹ *“A noção de territorialização tem a mesma função heurística que a de situação colonial — trabalhada por Balandier (1951), reelaborada por Cardoso de Oliveira (1964), pelos africanistas franceses e, mais recentemente, por Stocking Jr. (1991) —, da qual descende e é caudatária em termos teóricos”*. (Oliveira,1998:56)

eles por diversos agentes da sociedade nacional. (Ver Capítulo 4). Além disso, ao invés de “índios misturados”, os “Xavante” passariam uma imagem exatamente contrária: a do exotismo, da belicosidade, em suma, a do “selvagem inocente”. Portanto, estamos, nesse ponto, bem distantes do paradoxo dos “Índios do Nordeste”. (Oliveira,1998). Além disso, ressalvo ainda que, enquanto a “unidade” destes últimos se assentou, seguindo o autor, no fator histórico-geográfico denominado “Nordeste”, a “unidade” dos “grupos locais Xavante” tem como base uma vivência de longa data – que tem sua gênese ainda no Século XVIII - e que se caracteriza justamente por aquilo que faltaria, segundo Oliveira, aos primeiros: *a unidade institucional, histórica e de conexão com o meio ambiente*.

Por outro lado, destaco que Oliveira no desenvolvimento do seu trabalho não adota uma perspectiva radical que veria nos processos de territorialização a gênese da produção de uma idéia de “território” entre os povos indígenas, no caso, do Nordeste, mas sim, que a partir de tais processos se instauraria *novas relações destas sociedades com seus territórios*. (Oliveira,1998:54) ¹². É no destaque dessa dimensão da noção de territorialização, como espero demonstrar, que se apóia sua utilização no decorrer desta tese, em especial, nos capítulos que compõem o seu segundo movimento analítico. (Capítulo 4,5 e 6).

Uma vez que tenha me situado nesse debate específico, é possível relacionar e comparar as estratégias metodológicas que constituem a aplicação da noção de territorialização e extrair daí algumas diretivas que possam iluminar a questão territorial Xavante. Ao invés de fazer uma análise fina e pontual das possíveis articulações existentes entre a aplicação dessa noção entre provos indígenas envolvidos em situações históricas tão distintas, pelo menos em termos de contemporaneidade, opto por apresentar o seguinte quadro sinóptico:

¹² “Destituídos de seus antigos territórios, não são mais reconhecidos como coletividades, mas referidos individualmente como ‘remanescentes’ ou ‘descendentes’. São os índios misturados (...).”(1998:58-grifos meus)

• Comparação: Movimentos de Territorialização		
• Séculos	• <i>“Índios do Nordeste”</i>	• <i>“Índios Akwen-xavante”</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Final do XVI- XVIII 	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiro movimento de territorialização : “famílias de nativos de diferentes línguas foram atraídas para os aldeamentos missionários” (Oliveira, 1998:57) 	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiro movimento de territorialização (?): grupos locais do centro-oeste brasileiro de diferentes línguas foram atraídos para os aldeamentos missionários, dentre eles os sub-grupos “Akwen” já identificados de maneira distinta (xacriabá, acroá, xerente, xavante)
<ul style="list-style-type: none"> • XIX 	<ul style="list-style-type: none"> • “Índios misturados” 	<p>Continuidade do primeiro movimento de territorialização: grupos locais do centro-oeste brasileiro de diferentes línguas foram confinados em presídios militares para índios;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os “Xerente” são territorializados na Missão de Theresa Cristina (antigo norte de Goiás); os “Xacriabá” passam a ser identificados como “índios misturados” (MG) - Parte dos grupos locais “Xavante” recusam os processos de territorialização em curso na antiga província de Goiás e vão conquistar novos territórios no leste matogrossense.
<ul style="list-style-type: none"> • Primeira metade do século XX 	<ul style="list-style-type: none"> • Início do Segundo movimento de territorialização com o reconhecimento de terras indígenas pelo governo estadual de Pernambuco • - Instalação de postos do S.P.I. 	<ul style="list-style-type: none"> • - Os grupos locais xavante conquistam territórios de outros grupos indígenas no leste matogrossense dando os contornos para a idéia contemporânea de “território xavante”
<ul style="list-style-type: none"> • Década de 1950 • 	<ul style="list-style-type: none"> • - Continuidade do segundo movimento de territorialização 	<ul style="list-style-type: none"> - Início do segundo movimento de territorialização com o reconhecimento de um “território xavante” pelo governo estadual - A volta das missões e a chegada inédita das agências indigenistas (S.P.I e Fundação Brasil Central)
<ul style="list-style-type: none"> • Década de 1970 	<ul style="list-style-type: none"> • Início do terceiro movimento de territorialização: reivindicações por demarcação de terras pelos “Índios do “Nordeste” 	<ul style="list-style-type: none"> • Início do terceiro movimento de territorialização: reivindicações por demarcação de terras pelos índios “Xavante”
<ul style="list-style-type: none"> • Década de 1980 	<ul style="list-style-type: none"> • ? 	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão dos limites de todas as terras indígenas Xavante.

Diante das distintas situações históricas vivenciadas pelos Xavante, conforme apresentei sinteticamente no quadro, a aplicação da prerrogativas previstas pela noção de territorialização - “um processo de reorganização social” (Oliveira,1998:55) - merece algumas ressalvas.

a) “*Criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora*”: essa prerrogativa é aplicável plenamente no primeiro movimento de territorialização vivenciado pelos “Xavante” então identificados e distinguidos como um dos sub-grupos “Akwen” ainda em terras goianas entre os Séculos XVIII e XIX;

b) “*constituição de mecanismos políticos especializados*”: a partir do segundo movimento de territorialização (década de 1950) quando encontramos a gênese do estabelecimento de novas formas de representação política entre os grupos locais xavante (a figura de um único chefe responsável pela mediação com as agências de contato e, posteriormente, a emergência de outros papéis políticos tais como “caciques”; “secretários”; “dirigentes de associação”, “chefes de posto” etc.)

c) “*redefinição do controle social sobre os recursos ambientais*”: principalmente durante o primeiro e o segundo movimento de territorialização; a partir do terceiro – década de 1970 – assistimos entre os Xavante uma tentativa de retomar os padrões tradicionais de apropriação de controle sobre os recursos naturais;

d) “*na reelaboração da cultura e da relação com o passado*”: a partir do segundo movimento - (re)contato – e, fundamentalmente, nas últimas décadas, com a participação ativa dos Xavante na incorporação e produção de narrativas e imagens, particularmente, às relacionadas a equação cultura/território.

Uma terceira etapa desse processo de conceitualização e distinção das noções de terra, territórios e territorialidades pode ser marcado a partir dos trabalhos de pesquisadores como Havt (1999,2001), Santilli (2000)¹³, Ladeira (2001) Gallois (1996,2004), que, sintomaticamente, ao se envolverem em situações etnográficas na condição de “antropólogo-identificador”, passam a dar uma maior ênfase à perspectiva da espacialidade nativa “para dentro”, ou, melhor talvez, “de dentro para fora”.

Vejo os resultados das reflexões sobre essa temática presentes nos trabalhos de Bindá (1999,2001) e Gallois (2004) como produtos de reflexões compartilhadas, como as

¹³ “Como pretendo demonstrar, para os Macuxi a constituição de uma organização política verticalizada trouxe, como correlato necessário, a constituição de uma unidade territorial ou desencadeou, como tão bem expressou Oliveira Filho (1994), uma nova etapa no processo de ‘territorialização’. Ou seja, a concepção de um território contínuo não estava dada de partida, mas foi sendo, paulatinamente, construída no processo de disputa pela terra.” (Santilli,2000:12 – grifo meu)

próprias autoras admitem e, portanto, os discuto de maneira conjunta. As autoras, ao recuperarem de maneira bastante original as contribuições de Seeger&Viveiros de Castro (1979) e Oliveira (1998), têm como questão fundamental a nortear suas reflexões a contradição existente entre as narrativas existentes nos relatórios de identificação de terras indígenas, por um lado, e os trabalhos acadêmicos sobre povos indígenas, por outro: os relatórios buscam necessariamente compor uma argumentação que permita ao Estado reconhecer para os povos indígenas justamente o que Seeger&Viveiros de Castro(1979) denominaram como “propriedade para fora” ou de “uma base territorial fixa” (Oliveira,1998); os trabalhos acadêmicos identificam, de maneira geral, a ausência, entre essas populações, de uma noção de “território fechado” ¹⁴.

Suas reflexões apóiam-se em trabalhos com os Zo'e (localizados no Estado do Pará) e com os Wajapi (Amapá), ambos conformados por “grupos locais” envolvidos em extensas “redes inter-comunitárias”, nas quais seria possível identificar o exercício de práticas distintas de apropriação territorial e, mais do que isso, o estabelecimento de fronteiras móveis de caráter inter-grupal. Derivam-se daí a questão que julgo central no raciocínio das autoras: o pressuposto da existência de territorialidades indígenas não implica necessariamente na idéia de “território”, ou melhor, de um “território fechado”. O que, segundo as autoras, aconteceu nos processos de demarcação das terras tanto Wajapi como Zo'e foi a deflagração da construção de um classificador coletivo – um “Nós Zo'e”/ “Nós Wajapi” - até então inédito na sociocosmologia indígena: as incorporações nativas das noções de “Território” e de “Identidade Coletiva”, parecem ser, nessa perspectiva, faces de uma mesma moeda.

Ressalto que o processo de constituição de um ‘nós, Xavante’ pode ser analisado de maneira análoga ao que foi feito pelas duas autoras, só que já num patamar muito mais consolidado devido à antiguidade das experiências de contato vivenciadas pelos grupos locais Xavante. Como destacou Brito Vianna, esse classificador coletivo “Xavante” é, todavia, sempre uma expressão que só ganha sentido “para fora”:

“Pois o ‘nós, Xavante’ só parece realizar-se plenamente em duas situações: (1) como xavantes, isto é, sub-grupos distintos e, por vezes, hostis entre si, ou (2)

¹⁴ Ladeira (2001), que elaborou sua tese de doutorado sobre o “espaço geográfico Guarani-Mbya”, segue a mesma linha de argumentação: “Considerando que o conceito de território não é próprio das sociedades indígenas, e que as delimitações territoriais são historicamente fixadas por meio de estratégias de poder e controle político do Estado, conclui-se que os territórios e as terras indígenas são espaços dominados que, inevitavelmente, forçam os índios a firmar um pacto eterno de dependência com o Estado.” (2001:89).

quando ‘os brancos’, abandonando as variadas posições de ‘eles, com quem convivemos’ (positiva ou negativamente), aglutinam-se na de ‘você, com (para) quem falamos’.” (Brito Vianna, 2001:307).

Como espero demonstrar no conjunto de capítulos que compõem esta tese – e como já espero ter deixado claro na presente Introdução –, a compreensão mais adequada da atual situação histórica fundiária na qual estão enredados os grupos locais Xavante passa pelo paradigma que vem sendo construído de maneira coletiva e compartilhada pelos pesquisadores a que fiz referência, lista que certamente poderia ser ampliada.¹⁵

Em síntese, o que tentarei demonstrar com os dois movimentos analíticos que orientam a apresentação geral dessa tese é justamente o confronto entre a dinâmica sócio-espacial fragmentária Xavante e os diversos movimentos de *territorialização* que a tentaram “encapsular” desde, pelo menos, o Século XVIII. Entretanto, diferentemente de parte do raciocínio empreendido por Gallois, Havt e Ladeira – fruto evidentemente de suas etnografias específicas - é que entre os grupos locais xavante o processo de produção de uma noção nativa de “território fechado” conforme concebido pela visão ocidental tem sua gênese em tempos bem mais antigos. Mas do que isso, nessa produção, diversos agentes da sociedade nacional para além do “Estado”, tiveram e continuam a ter participação ativa.

Pois bem. São nessas chaves conceituais que o conjunto de capítulos que compõem essa tese está assentado e que busca apresentar ao leitor, em última instância, um estudo detalhado da dinâmica sócio-espacial xavante em termos multidimensionais. É assim que, como já afirmado anteriormente, busco no primeiro movimento analítico sistematizar a lógica espacial nativa dentro do universo do território local de uma aldeia tradicional xavante – seu “microcosmo”-, extraindo dali um padrão básico pelo qual se manifesta a dinâmica sócio-espacial em termos micro-territoriais. Trata-se, portanto, de extrair da literatura Xavante e das minhas modestas observações de campo, aquilo que Seeger & Viveiros de Castro denominaram como “formas indígenas de apropriação territorial”, ou, segundo, Gallois e Havt, de aspectos da territorialidade indígena que permitam pensar de que maneira os grupos sociais xavante se apropriam do espaço, conformando aquilo que denomino nesta tese como um conjunto de formações sócio-espaciais. No segundo movimento, procuro

¹⁵ Paul Little, por exemplo, apresenta um novo conceito para dar conta da diversidade das noções de territorialidades presentes no Brasil, sem ater-se exclusivamente a populações indígenas. Seu conceito, o de cosmografia, corresponde aos “...saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele.” (2002:4)

abordar a mesma dinâmica sócio-espacial, mas já numa dimensão de macro-territorialidade: a articulação de um conjunto de territórios locais naquilo que aponto aqui ainda, como hipótese explanatória, como um espaço geográfico com “fronteiras fechadas”, que teriam seus contornos extraídos tanto a partir de fontes externalistas (agências do contato), como das próprias narrativas nativas.

Nesse segundo movimento procurarei demonstrar com conteúdos, ora heurísticos ora etnográficos e etnohistóricos, de que maneira a noção de *processos de territorialização* (Oliveira, 1998) pode iluminar o longo processo de produção de narrativas e imagens sobre a isso que se denomina “território xavante” e, como desdobramento, abordar o confronto entre as noções de Território e de Terras Indígenas, aspecto fundamental para que se compreenda o processo de revisão de limites da T.I. Parabubure.

É nessa dimensão mais ampla da dinâmica sócio-espacial xavante que podemos identificar com maior precisão o desencontro entre lógicas espaciais que, apesar de tão antagônicas, estão irremediavelmente fadadas a enredarem-se numa mesma trama histórica. Como tentarei demonstrar, se, em movimentos de territorialização antigos, os grupos locais xavante foram encapsulados de maneira bastante traumática e evidente, o que se assiste no leste matogrossense desde, pelo menos, a década de 1970 é um processo que aponta para uma espécie de “desencapsulamento” da sua dinâmica sócio-espacial. Essa trama histórica entre lógicas espaciais antagônicas é marcada, portanto, por um movimento dialético; o resultado do confronto entre essas distintas territorialidades é imprevisível, já que, como nos chamou a atenção Oliveira (1998), as populações indígenas, mesmo que imersas numa situação colonial (tardia, é verdade), são protagonistas dos processos de territorialização e, observando o caso Xavante, muitas vezes os colocam em xeque.

Capítulo 1

O “antropólogo-identificador” em meio à contemporaneidade da dinâmica sócio-espacial xavante

“O antropólogo é presa desta corrente histórica. Ele é chamado cada vez mais a cumprir, nos chamados países em vias de desenvolvimento, uma tarefa prática, a substituir o peso da tradição pela ação planejada, a de fazer triunfar o racionalismo em continentes que até aqui tiveram outras formas de conhecimento, mítico, religioso ou puramente empírico, a ajudar os ‘grupos comunitários’ de camponeses dispersos pelo mundo a se tornarem ‘grupos societários’ através da urbanização, da racionalização da economia tradicional e, sobretudo, através das programações. Mas ele é chamado a cumprir esta tarefa dentro do modelo dominante, que é o modelo cartesiano, isto é, a extrair sua Antropologia Aplicada de sua Antropologia Científica.”

(Roger Bastide, 1971:3)

Neste capítulo, busco apresentar, num exercício retrospectivo sobre minha experiência como “antropólogo-identificador”, uma “descrição densa” dos contextos de interlocução em que foram captadas as narrativas e as imagens atuais sobre as demandas territoriais Xavante.

Impossível fazer referência à relação dos “Xavante” com o “Estado nacional” sem que se leve em consideração as suas (in)tensas manifestações que ganham a cena pública¹⁶, endereçadas historicamente à instituição especificamente responsável pela mediação desta relação: a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Da matéria “Galeria Permanente da Crise”, publicada em texto e virtualmente pelo Instituto Socioambiental de São Paulo (ISA), selecionei algumas passagens que revelam alguns aspectos de suas constantes

¹⁶ Informações e análises sobre os “Xavante na Cena Pública” (Graham,2000) podem ser encontradas em: Toral (1986); Graham (2000,2005); Fernandes (2005).

performances políticas envolvendo particularmente alguns dos sucessivos presidentes da Funai:

Presente João Carlos Nobre da Veiga (nov. 1979 a out. 1981) “(...) A 15/12/1980, sai uma Portaria Interministerial (MINTER/ Min. das Minas e Energia) facilitando a exploração mineral em terras indígenas por empresas estatais. Com base no parecer do Conselho Indigenista da FUNAI, o Ministro do Interior, Mario Andreazza, proíbe Mário Juruna, liderança indígena do povo Xavante, de participar do Tribunal Russel, na Holanda. Juruna lidera 40 índios que, na sede da FUNAI em Brasília, exigem a demissão do Presidente da FUNAI e mais dois coronéis da direção: Ivan Zanoni Hausen (DGPC) e Jose Rodrigues Godinho (DGO)”.

Paulo Moreira Leal (out. 1981 a jul. 1983): “Assumiu a presidência da FUNAI falando em reestruturação administrativa; solicitou ao Ministério do Interior a contratação de 4 mil novos funcionários e afirmou que sua grande aspiração era ver o maior número possível de índios ocupando cargos de direção da Fundação. Demitiu alguns militares assessores do órgão sob pressão dos Xavantes.”

Gerson da Silva Alves (abr. a set. 1985): “Assumiu interinamente a presidência da FUNAI e, em meados de maio, foi empossado oficialmente no cargo, apoiado pelos Xavante e pelo deputado Mario Juruna em meio à “enchente indígena” em Brasília”.

Apoena Meirelles (nov. 1985 a mai. 1986): “Sertanista, nasceu numa aldeia Xavante em Pimentel Barbosa, filho do também sertanista Francisco Meirelles (funcionário do antigo SPI), desde cedo acompanhava o pai nas frentes de atração e trabalho nas aldeias. Distribuiu muitos recursos para contentar o lobby Xavante e reprimiu os índios hospedados em Brasília , cancelando o contrato de hospedagem com os hotéis das cidades satélites.”

Cláudio dos Santos Romero (mai. a set. 1993) “Claudio Romero ocupava o cargo de Diretor Geral de Assistência da Funai, quando foi nomeado para presidir o órgão em 20/05/93. Funcionário de carreira do órgão, desde meados da década de setenta, coordenou o Projeto Xavante que tinha como principal objetivo a demarcação do território xavante ocupado pela frente colonizadora, além de projetos de educação e desenvolvimento comunitário. (...) Romero diz que os servidores denunciados planejavam invadir a sede da

Funai, articulados pelo então deputado Mário Juruna e pelo então vice-governador do Rio, Darcy Ribeiro.”

Márcio José Brando Santilli (set. 1995 a mar. 1996) “ (...) Santilli ganhou muitos inimigos internos com a demissão de funcionários corruptos das Áreas Kayapó e Xavante, o corte de diárias de caciques xavante em Brasília, o fechamento de Administrações Regionais, e o anúncio de uma grande reforma administrativa. Enfrentou várias rebeliões regionais e seqüestros de funcionários por índios articulados com segmentos de máfias funcionais e o seu próprio gabinete em Brasília foi invadido por um grupo de Xavante, acompanhado da Rede Globo de TV”.

Júlio Gaiger (mar. 1996 a jul. 1997) “Em junho de 1997, apesar dos apelos dos Xavante pela saída imediata de Gaiger, o novo ministro da Justiça, Íris Rezende, bancou a sua permanência. Mas, em 17 de julho, Gaiger entregou o cargo, alegando que o governo não teria se empenhado na implementação da política indigenista e que lhe teria faltado apoio político para levar adiante a reformulação administrativa do órgão. "Ressinto-me, na Funai, da ausência de decisões estratégicas que escapam do nosso alcance", escreveu em sua carta de demissão. Em entrevista, disse que vinha sofrendo pressões dos Xavante, de funcionários da Funai e de grupos políticos vinculados aos índios e aos servidores que, na sua opinião, tencionavam desestabilizá-lo para que não reformulasse o órgão”.

Márcio Lacerda (fev. a nov. 1999) “Em 31 de maio, Lacerda foi retirado à força do prédio da Funai por 51 guerreiros xavante, que se revoltaram devido ao afastamento do diretor da AER de Nova Xavantina”.

Roque de Barros Laraia (abr. a mai. 2000) “Em entrevista exclusiva ao *Isa*, confessou que os maiores problemas por ele enfrentados em sua curta gestão na presidência, foram o esvaziamento dos quadros profissionais, a escassez de recursos e a pressão constante de grupos indígenas, como os Xavante e os Fulniô. Segundo ele, "não é possível administrar a Funai com os Xavante do jeito que estão". Para ele, a maioria dos índios continua desassistida, ao passo que uma etnia acaba consumindo o tempo da administração e tomando a maioria dos recursos parcamente disponíveis.”

Essas performances registradas pela matéria são apenas a ponta de um imenso *iceberg* composto por um complexo jogo político interétnico que vem desde a década de

1950 e que se desenrola muito longe dos olhos da grande maioria dos segmentos vinculados ao campo indigenista e indígena brasileiro.

Em Brasília, na sede central da FUNAI, o *lobby* Xavante se manifesta com a mesma intensidade, com a presença de segunda à sexta-feira das mesmas lideranças, que, num rodízio estratégico, pressionam técnicos da instituição seja através de demandas de ordem fundiária (revisão dos limites territoriais de suas terras), seja através de pleitos assistencialistas.

Mas essas estratégias políticas, colocadas em prática por experientes lideranças Xavante, são direcionadas também para outros atores, em cenários distintos daquele proporcionado pela sede do órgão indigenista na capital federal. Assim, em uma pequena cidade como a de Campinópolis, no estado do Mato Grosso, próxima a uma das terras indígenas Xavante, a administração regional da Funai é tomada diariamente por dezenas de lideranças deste povo, que pressionam os funcionários regionais visando a obtenção e o reforço da assistência mais cotidiana (conserto de motores de seus veículos, cotas de combustível, pedidos de parceria agrícola, recursos para pagamento de dívidas contraídas junto ao comércio local etc.).

Essa situação em nada se diferencia de outras que ocorrem em cenários interétnicos espalhados por diversos cantos do país, a não ser pela enorme capacidade que os Xavante têm em alcançar com muito mais sucesso parte de suas demandas. Nesse processo, é importante destacar que as lideranças Xavante se encontram articuladas a coalizões políticas contextuais, produzidas tanto na *esfera local*¹⁷ como em diversos outros planos de articulação política. No plano da esfera local – definição metodológica para um recorte geopolítico -, observei coalizões políticas contextuais entre fazendeiros, comerciantes e facções indígenas em busca de objetivos comuns, também conjunturais. Isso pode ser ilustrado pela observação de uma organização de uma “excursão” de lideranças indígenas para Brasília com o objetivo de pressionar a Funai a liberar verbas para que a administração regional do órgão indigenista pudesse quitar, junto ao comércio local, os inúmeros débitos que os grupos locais xavante haviam realizado durante o ano todo. O mais interessante desse evento é que a caravana de lideranças indígenas a Brasília foi patrocinada na íntegra, justamente, pelos comerciantes locais e em pleno processo de identificação de terras. Outras cenas de *lobby* explícito Xavante na esfera local podem ser captadas cotidianamente, como, por exemplo, as constantes tomadas de carros da Fundação Nacional de Saúde por

¹⁷ Com essa noção tentei dar conta das articulações políticas existentes entre facções indígenas Xerente e os demais atores não-indígenas. (De Paula, 2000)

lideranças Xavante, inconformadas, segundo elas, com o alto índice de mortalidade em suas aldeias.

A pressão Xavante para liberação de verbas diretamente em Brasília ou de sucessivos pedidos de cabeças de gado para fazendeiros na esfera local são constantes e muito difundidas pelos meios de comunicação regional e pelos setores do campo indigenista mais atentos a essa região. Entretanto, essa situação encobre uma realidade complexa, já que muitas dessas demandas estão atreladas à desistência de lideranças e grupos locais xavante de pedidos de revisão de limites territoriais. Por transitar entre tais esferas com a mesma desenvoltura, as lideranças Xavante se relacionam com o *Estado*, ora pela subordinação implícita a uma lógica claramente clientelista – via a obtenção de diárias, cargos funcionais, veículos, gado etc. –, ora pelo enfrentamento explícito – quando demandam a recuperação de territórios tradicionais. No primeiro caso, o discurso é da modernidade, no segundo, da tradição.

Importante esclarecer desde já que por aspectos tradicionais da sócio-espacialidade xavante entendo as características etnográficas conforme captadas nesses termos pelos etnógrafos pioneiros da “Sociedade Xavante” sendo, por outro lado, cada vez mais referendadas pelos discursos atuais dos próprios Xavante.¹⁸

Outra situação que ilustra as contradições atuais presentes na relação dos grupos locais Xavante com a sociedade nacional relaciona-se à exigência de lideranças indígenas junto à Funai para a liberação do arrendamento de suas terras demarcadas para parcerias agrícolas com *não-índios*¹⁹.

Dessa tensa e contraditória relação, emerge uma espécie de “indústria da pacificação”, que deita seus tentáculos por diversos cenários presentes entre o Estado e a sociedade civil. Filha primogênita dos primeiros anos do (re)contato oficial de parte dos grupos locais xavante pelo Estado (década de 1940), essa “indústria” envolve uma infinidade de artimanhas e articulações entre índios e não-índios em que fica difícil definir, no limite,

¹⁸ Noto aqui que tenho ciência de que posso estar aqui cometendo aquilo que Owusu (1978 apud Oliveira 1998:67) denominou como um ato de “anacronismo essencial”: “a apresentação dos dados etnográficos como se ‘resultassem de um contexto tradicional, quando de fato foram coletados no quadro colonial.’”

¹⁹ Uma liderança xavante encaminhou para a administração regional da Funai em Campinópolis, em 30.06.2003, um pedido para realização de uma parceria agrícola com um fazendeiro da região, em pleno processo de identificação de terras. “*Solicito endosso de incremento de uma parceria com cláusulas entre a referida comunidade versus plantadores de cereais, que queiram produzir nas lavouras em terras indígenas xavante.*” O administrador da Funai, diante da “saia justa”, encaminhou a solicitação para Brasília, fazendo menção ao projeto de Parceria Agrícola em Terras Indígenas proposto pelo Senador Mozarildo Cavalcanti. O arrendamento para o auto-intitulado “setor produtivo” de parte do território tradicional indígena é contrário à legislação indigenista até este momento.

quem está “pacificando” quem, já que todos os envolvidos parecem conhecer profundamente as regras do jogo e agir como sujeitos políticos bastante conscientes de seus lances. Por outro lado, o controle desse jogo pelos grupos locais xavante é bastante conjuntural, já que as lógicas constitutivas da situação colonial muitas vezes se impõem, até porque encontram terreno fértil na dinâmica fragmentária que caracteriza a “Sociedade Xavante”.

Trata-se de uma tentativa de síntese de um período histórico recortado metodologicamente a partir da noção de *situação histórica* de Oliveira Filho (1988). O aspecto metodológico fundamental dessa noção que me interessa mais de perto aqui destacar é aquele que define que os eventos investigados :

(...) devem ser interpretados por meio de conceitos já anteriormente definidos, que permitem aprender as finalidades perseguidas pelos diferentes atores, considerando o conjunto de alternativas subjacentes, explicitando as opções e as táticas de ação utilizadas e tentando dessa forma encontrar uma conexão lógica entre a sucessão de eventos descritos”. (Oliveira, 1988:170).

Essa assertiva é o fundamento da seleção que fiz de um conjunto de eventos compreendido em termos cronológicos a partir de 1985, com as notícias das primeiras reivindicações pela revisão dos limites da Terra Indígena (T.I.) Parabubure, e terminado em 2005, com a entrega dos relatórios de identificação e delimitação das últimas dessas demandas por terras à Fundação Nacional do Índio (Funai).

É certo, porém, como espero demonstrar no decorrer dessa tese, que a compreensão mais adequada e precisa dos diversos aspectos presentes no quadro de disputas envolvidos nesse processo contemporâneo de revisão de limites de terras indígenas, que será aqui apresentado, exige a remissão a outras situações históricas mais antigas. Elas serão objetos de considerações detalhadas nos três capítulos finais dessa tese, quando espero conectá-las a situação histórica específica que delimitei a partir da minha experiência como antropólogo identificador.

Apresento no quadro abaixo uma breve cronologia dos principais acontecimentos envolvidos no processo de revisão de limites da T.I. Parabubure para que o leitor possa recorrer na medida em que no decorrer da leitura surja alguma dúvida sobre o delineamento cronológico dessa situação histórica.

Quadro 1: Cronologia dos principais eventos

Período	Evento
1985	Primeiros pedidos formais dos grupos locais xavante junto a Funai para a revisão de limites da T.I. Parabubure
1996	<ul style="list-style-type: none"> - Primeiro GT (Grupo de Trabalho) autorizado pela Funai para a revisão de limites da T.I. Parabubure - Mobilização regional contra a revisão de limites e suspensão dos trabalhos de identificação em campo - Entrega pelo Grupo de Trabalho a Funai dos contornos territoriais de 5 áreas contíguas a T.I. Parabubure pretendidas pelos grupos locais xavante (Áreas I,II,III,IV e V) - Articulações de bastidores contra a revisão dos limites envolvendo órgãos fundiários regionais e federais
1997-1998	- Mudança de estratégia da Funai: atendimento parcial dos pedidos de revisão dos limites da T.I. Parabubure: GTs autorizados para a identificação somente da Áreas I e parte da Área II. (Demarcação e homologação das T.I. Ubawawe e Chão Preto)
1999-2000	<ul style="list-style-type: none"> - Pressão de conjunto de grupos locais Xavante para a continuidade dos trabalhos de identificação do restante das áreas ainda não identificadas; - Autorização pela Funai dos GT para a identificação exclusiva das ÁREAS IV e V (ampliação dos contornos “originais” previstos em 1996 dessas duas áreas) - Meu primeiro envolvimento como antropólogo-identificador num grupo de trabalho
2001-2002	<ul style="list-style-type: none"> - Entrega do Relatório de Identificação e Delimitação das Áreas IV e V para a Funai - “Onde a Funai quer chegar”: produção da primeira peça publicitária contra o processo de revisão de limites da T.I. Parabubure - Desistência momentânea da continuidade do processo burocrático de identificação por parte de grupos locais xavante
2003-2005	<ul style="list-style-type: none"> - Autorização pela Funai do GT para a identificação exclusiva das ÁREAS II e III (meu segundo envolvimento como antropólogo-identificador) - “Facada no Coração”: produção da segunda peça publicitária contra o processo de revisão de limites da T.I. Parabubure - Entrega dos Relatórios de Identificação das Áreas II e III para a Funai - Articulações de bastidores entre segmentos de órgãos estaduais e federais para a suspensão do andamento do processo de identificação das quatro áreas reivindicadas pelos grupos locais xavante - Suspensão do processo de revisão de limites da T.I. Parabubure

1.1. A situação etnográfica como uma situação histórica (1985-2005)

Nos últimos 20 anos, foram muitos os pedidos de revisão dos limites jurídicos-territoriais endereçados à Funai por diversos grupos locais xavante, residentes em grande parte das suas nove terras indígenas atuais. Em vários desses casos, a Funai autorizou distintos grupos de trabalho (GTs) a realizar os trabalhos de identificação de áreas reivindicadas por grupos locais xavante como terra de ocupação tradicional e, dentre elas, inclui-se a **Terra Indígena Parabubure**, localizada entre os rios Rio Kuluene e Couto Magalhães, formadores do Rio Xingu.

Figura 1: Localização das atuais nove terras indígenas xavante.

Fonte: Fundação Nacional do Índio (2003)

A Funai, via seu Departamento de Assuntos Fundiários (DAF), “aceitou” como passíveis de serem investigadas por um GT as demandas dos “Xavante” pela revisão de

limites da T.I. Parabubure em 1985²⁰. Entretanto, só em março de 1996²¹ a Presidência da Funai autorizaria a ida a campo do primeiro grupo de identificação, coordenado por um antropólogo. O relatório entregue por este grupo à Funai baseia-se, fundamentalmente, na apresentação da organização social xavante e na história de seu contato com a sociedade nacional. Toda a ênfase recai sobre a expoliação de um suposto e não delimitado “território tradicional” e as marcas e heranças resultantes desse processo sobre o modo de vida tradicional xavante. Por conseguinte, o relatório não oferece nenhum destaque à maneira como os grupos locais xavante de Parabubure ocupariam as terras por eles reivindicadas de maneira tradicional na atualidade, limitando-se a apontar apenas a localização dos “sítios arqueológicos” (cemitérios e aldeias antigas, principalmente) que demonstrariam o processo de expoliação territorial.

Note-se que as normas em vigor (Portaria 14 e Decreto 1776, ambos de 1996) que orientam os processos de identificação de terras indígenas exigem que o antropólogo-identificador e o GT comprovem se as áreas reivindicadas pelos índios estão sendo tradicionalmente por eles ocupadas, ou seja, de acordo com seus “usos, costumes e tradições” e que sejam consideradas como portadoras de recursos ambientais imprescindíveis a sua reprodução física e cultural. (Artigo 231 da Constituição Federal de 1988). Ou seja, a indicação de “sítios arqueológicos” é válida somente como aspectos complementares ao processo de identificação.

Mesmo com essas deficiências de ordem técnico-jurídica, um mapa sobre a delimitação física de cinco áreas contíguas entre si, todas elas conectadas à T.I. Parabubure foi apresentado ao Diretor de Assuntos Fundiários ainda no decorrer do ano de 1996.

Uma nota sobre a apresentação das figuras que compõem não só esse capítulo, mas como grande parte da tese. Apesar de optar por representar de maneira estilizada parte dos mapas a que elas fazem referência, essa estratégia não altera praticamente em nada o sentido a ser captado pelas suas imagens originais. Como desdobramento disso, notar-se-á que grande parte destes mapas foi por mim trabalhada a partir do “Mapa de Terras Indígenas no Brasil” produzido pelo Instituto Socioambiental (ISA).

²⁰ As situações históricas que vieram a conformar os atuais limites da T.I. Parabubure serão objeto de consideração no Capítulo 6.

²¹ Portaria da Funai 344/PRES de 26.03.1996. Essa portaria seria assinada pelo então recente presidente da Funai Julio Gaiger. Dias antes Márcio Santilli tinha sido exonerado do cargo e, dentre os fatores que resultaram nesse processo, nos deparamos com a atuação política ativa de grupos locais xavante. Para uma averiguação do envolvimento de grupos locais xavante na indicação e derrubada de presidentes da Funai ver “Galeria da Crise Permanente” (<http://www.socioambiental.org/pib/portugues/indenos/presfunai.shtm>).

Na Figura 2 estão indicados de maneira estilizada – mas muito próximos dos reais – os contornos das cinco áreas originalmente solicitadas por distintos conjuntos de grupos locais xavante neste ano.

Figura 2: Proposta “original” de revisão de limites da T.I. Parabubure (1996)

Ressalte-se que esse primeiro grupo de trabalho não conseguiu terminar os trabalhos de identificação por conta da pressão política local, que, normalmente, atinge também o poder central do órgão tutelar em Brasília. Essa pressão política regional contra a primeira iniciativa oficial da Funai em revisar os limites da T.I. Parabubure pode ser captada de duas maneiras: pela visibilidade pública dada ao conflito e pelas articulações dos setores administrativos envolvidos diretamente com a questão. No primeiro caso, a revisão de limites ganhou a primeira capa do principal jornal do Mato Grosso:

"Um novo conflito entre Xavante e brancos poderá eclodir a qualquer momento na região do Médio Araguaia, nos municípios de Campinápolis, Água Boa, Novo São Joaquim e Paranatinga devido a possibilidade de criação de uma nova reserva indígena na região." (Diário de Cuiabá, 22.10.96.)

1.1.1 “Dividir para imperar”? (1998-2000)

Esses contornos territoriais dos limites das cinco áreas reivindicadas pelo Xavante de Parabubure dariam margem a muitas especulações de responsabilidade dos agentes regionais contrários ao processo demarcatório e de efeitos aparentemente, na perspectiva

desses setores, bastante satisfatórios. O resultado principal dessa campanha foi o adiamento do processo oficial de identificação das áreas pleiteadas pelos Xavante de Parabubure, que só será retomado como um todo pela Funai quatro anos depois.

Nesse ínterim, a Funai autorizou a formação de um GT para atender parcialmente os pleitos de Parabubure e identificou apenas a Área I, ignorando as propostas dos demais conjuntos de grupos locais xavante. Essa área veio a ser denominada T.I. Ubawawe (abaixo, Figura 3) e em menos de dois anos passou por todo o trâmite burocrático que é exigido no processo atual de regularização fundiária envolvendo T.I.s – identificação e delimitação; contraditório; levantamento fundiário (e desintrusão de não-índios com o pagamento das benfeitorias); demarcação física; homologação e registro em cartório²². Logo em seguida, num mesmo rito sumário, a Funai demarcará e homologará a T.I. Chão Preto (Figura 3) , atendendo prontamente à solicitação de uma única liderança xavante e seu grupo local, da mesma maneira que o ocorrido com a T.I. Ubawawe. Os não-índios que ocupavam ambas as áreas receberão prontamente as indenizações pela “benfeitorias” que implementaram, retirando-se de maneira pacífica, algo totalmente fora dos padrões existentes em processos demarcatórios de T.I.s indígenas de maneira geral. Entretanto, diferentemente da T.I. Ubawawe, os limites da T.I. Chão Preto ficaram sobrepostos àqueles da Área II, reivindicada oficialmente por um outro conjunto de grupos locais xavante de Parabubure. O novo desenho territorial de Parabubure está expresso de maneira ilustrativa no mapa abaixo.

²² Para que o leitor tenha um parâmetro de comparação há vários casos de T.I.s que já chegaram à etapa de homologação – por exemplo, a T.I. Xavante Maraiwasede, homologada em 1998 – mas que ainda se encontram ocupada por não-índios e com definição jurídica final em suspensão.

Figura 3: Demarcação das T.I.s Ubawawe e Chão Preto (1998)

Essa estratégia do órgão tutelar, dentro do paradigma “dividir para imperar”, estimulou, num primeiro momento, a dinâmica política fragmentária que marca a vida social xavante propiciando legitimidade jurídica as disputas sobre o controle desse processo de mediação a determinadas lideranças xavante e seus grupos locais. Por outro lado, a demarcação integral da Área I (que veio a ser demarcada como T.I. Ubawawe) e, independentemente dos conflitos internos e contextuais daí derivados, os demais conjuntos de grupos locais xavante continuarão a pressionar a Funai pelo reconhecimento das outras quatro áreas contíguas a T.I. Parabubure (Área II, III, IV e V- Ver Figura 2). No Capítulo 6 será apresentada uma situação análoga a essa, produzida no contexto inicial da gênese da T.I. Parabubure durante ainda a metade da década de 1960.

1.2. A retomada do processo de revisão de limites da T.I. Parabubure: a experiência como antropólogo-identificador (2000-2005)

Entre 2000 e 2003, a partir da nova onda de pressão sobre o órgão tutelar por parte dos grupos locais xavante de Parabubure não contemplados nas demarcações anteriores, novos grupos de trabalho são criados para a “re-identificação” das Áreas II, III, IV e V²³.

²³ Portaria Funai 1086/PRES de 20.10.2000 (Áreas IV e V). Portaria Funai 592/PRES de 20.01.2003 (Áreas II e III)

O primeiro encontro do GT com as lideranças de grupos locais xavante que reivindicam revisões de limites territoriais não se deu, como se poderia pensar, em suas aldeias ou cidades próximas às suas terras indígenas, mas, sim, na sede da Funai em Brasília. Além disso, não foram contatados os “Xavante”, mas sim, e em momentos diferentes, lideranças de maior prestígio de seus diversos grupos locais que não dialogam entre si na frente de interlocutores “brancos” na sede do órgão tutelar.

A sensação que tive como antropólogo nesses momentos que antecederam a ida para o campo foi a de que não se tratava de uma reivindicação de uma esperada (por mim) “terra coletiva xavante”, mas, sim, de reivindicações de frações territoriais especificamente associadas à luta pela terra empreendida por cada um dos seus grupos locais de maior prestígio, capitaneados, via de regra, por um “grande chefe”. Essa sensação inicial ganhou cada vez mais concretude nas sucessivas etapas desse processo de identificação de terras.

Uma vez em campo, o GT do qual participava se deparou com os caciques e lideranças Xavante endereçando, dentro de uma performance bastante ritualizada, críticas contundentes a Funai. Dado que o grupo representa a Funai em campo, as críticas eram extensivas a ele, e derivavam da demora no atendimento das demandas territoriais indígenas. Vejamos alguns trechos discursivos de algumas lideranças:

"A Funai veio aqui faz quatro anos. Veio por causa da política e não pelos índios. Só enrolando. Tem que incluir todas as áreas. Vocês só pensam em diárias." (Cacique J.L.)

"Já tivemos esse compromisso com o Sullivan [ex-presidente da Funai]. Nós somos os legítimos donos da terra. O Portugal invadiu o Brasil, o índio já estava no Brasil. Agora já está tudo virando deserto. Já faz quatro anos que está parado essa ampliação." (Cacique J.)

"Precisa arredondar todas as áreas... O índio não cria a riqueza. O rico do índio é a terra, animais, as frutas, os peixes. Precisamos de áreas para caçar, para fazer a caçada para a festa de casamento dos jovens. O índio está envolvido com o branco. Precisamos de mais terra para aumentar a caça. A área V está tudo quase destruído, os fazendeiros jogaram veneno que mata os bichos." (Cacique H.)

"Fazendeiro vai ser pago? Terra foi tudo contaminada, não tem quase mais caça, não tem mais sucuri para comer. Então paga logo para fazendeiro e manda embora" (Cacique C.)

Normalmente a primeira hora das intermináveis reuniões preparatórias para atingir o “consenso tribal” em “*warãs*”²⁴ improvisados entre os grupos locais xavante foi dedicada contra um inimigo comum – a Funai e, evidentemente, aos membros do GT. A duas fotos abaixo captaram dois lugares distintos nos quais foram realizadas parte destas reuniões. A Foto 1 foi tirada na sede da administração regional da Funai; a Foto 2 na escola de uma aldeia dentro da T.I. Parabubure.

Foto 1

Foto 2

Reuniões para discutir os trabalhos de identificação (2001/2003)

A nova etapa da identificação dos limites de Parabubure teria tudo para caminhar para um simples preenchimento das lacunas existentes em seu relatório inicial elaborado, como vimos, ainda 1996. Entretanto, a necessidade de se cumprir minimamente os critérios previstos no artigo 231 da Constituição Federal levou os grupos de trabalho a elaborar novas (e mais extensas) propostas de configuração para os limites das áreas IV e V – objetos do primeiro GT - dando ênfase à associação entre aspectos da tradicionalidade da ocupação atual dessas áreas a um extenso diagnóstico das condições ambientais da região na qual a T.I. Parabubure se localiza²⁵.

²⁴ “*Warã*” é o termo empregado pelos Xavante para designar o local no qual se reúne o “conselho dos homens maduros”. Esses homens são responsáveis pelo gerenciamento coletivo das decisões mais importantes de um grupo local xavante. Na morfologia da aldeia, os etnógrafos denominam essa formação sócio-espacial como “pátio central”. Discutirei esse tema com maiores detalhes no Capítulo 2 dessa tese.

²⁵ Lembremos que a Área I já tinha sido reconhecida pela Funai em 1998, tornando-se a atual T.I. Ubawawe.

Na reconfiguração dos limites pretendidos pelos grupos locais xavante, o grupo de trabalho levou em consideração um dos critérios previstos no artigo 231: aquele que diz respeito à indicação das áreas *“imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar”* do grupo indígena. Esse primeiro GT da Funai, coordenado por dois “antropólogos-identificadores”, entendeu que uma proposta de limites territoriais que se pretendesse coerente ao espírito constitucional não poderia deixar de contemplar as diversas micro-bacias hidrográficas que circundam a Terra Indígena Parabubure – e que fazem parte da bacia maior composta pelas cabeceiras de rios que alimentam o Parque Indígena do Xingu.

O problema é que grande parte dessas micro-bacias - onde as atividades de caça, pesca e coleta continuam a ser praticadas pelos grupos locais xavante de Parabubure – é ocupada hoje por extensas fazendas cada vez mais voltadas ao agro-negócio que, com se sabe, é um fator reconhecidamente responsável pela degradação ambiental do cerrado matogrossense.

Na tentativa de levar a sério os princípios constitucionais, o grupo de trabalho contou com uma oposição ferrenha não só por parte dos segmentos regionais de praxe, como também por parte de alguns dos técnicos que compunha o próprio grupo, vinculados às vezes aos próprios órgãos fundiários e ambientais regionais. Esses membros do grupo de trabalho não faziam a menor questão de que os trabalhos de identificação alcançassem seus objetivos. No decorrer da convivência de campo, mais do que a “insegurança” que está presente todo tempo nesse tipo de trabalho, os motivos dessa resistência se revelaram associados à visão de que as demandas territoriais dos índios eram inadequadas. O bordão “muita terra para pouco índio” seria identificado nessa situação etnográfica não só nos discursos de técnicos de outros órgãos envolvidos com a questão fundiária, como também nos dos funcionários regionais da Funai que costumam dar suporte a esse tipo de trabalho. A sensação nítida que se tem no desenvolvimento dessa fase é a de que o antropólogo e o ambientalista ficam cada vez mais isolados dentro do grupo de trabalho quanto mais expressam suas convicções de ordem técnica sobre a legitimidade das reivindicações territoriais indígenas.

1.2.1. Faces do *poder tutelar*²⁶ num processo de identificação de terras.

“Até aqui estava indo tudo bem”. Essa fala enigmática de um funcionário da Funai, com ares de repreensão aos trabalhos desempenhados pelo grupo de trabalho, revelaria uma contradição que estava minando por dentro o poder de controle tutelar: a contratação de antropólogos e ambientalistas de fora dos quadros técnico da Funai estaria possibilitando um total descontrolo da estratégia pela qual o órgão tutor vinha encaminhando, havia pelo menos 50 anos, a luta pela terra empreendida pelos grupos locais xavante. Os exemplos das demarcações sumárias das terras indígenas Chão Preto e Ubawawe foram, ao que tudo indica, uma manifestação explícita desse desejo de controlar os processos de reivindicação territorial xavante dentro de um claro paradigma colonial historicamente estabelecido desde o (re)contado dos grupos locais xavante com a sociedade nacional a partir da década de 1940.

Como fator complicador a mais nesse quebra-cabeça fundiário, o grupo de trabalho se defrontaria ainda com a oposição de parte dos próprios grupos locais xavante diante da proposta de reconfiguração dos limites de algumas das áreas em processo de identificação. Por outro lado, as disputas acirradas entre os grupos locais de Parabubure diante das fronteiras internas de cada uma das áreas em identificação continuaria a se desenrolar tanto nos bastidores da Funai²⁷, como no decorrer dos próprios trabalhos de campo.

Vejamos o exemplo da Área V. No primeiro relatório de identificação e delimitação de 1996 o limite original oeste dessa área excluía completamente as cabeceiras de diversos afluentes que banham o Rio Kuluene, a fronteira jurídica atual desse lado da Terra Indígena Parabubure.

No mapa abaixo (Figura 4) apresento a configuração final dos limites da Área V entregues a Funai pelo primeiro grupo de trabalho do qual participei como antropólogo-identificador em 2001, já com os devidos acréscimos propiciados pela observação do critério das áreas consideradas como *“imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais*

²⁶ “Com a categoria poder tutelar pretendo, pois, descrever uma forma de ação sobre as ações dos povos indígenas e sobre seus territórios, oriunda e guardando continuidades implícitas com as conquistas portuguesas e sua administração por aparelhos de poder que visavam assegurar a soberania do monarca lusitano sobre terras dispostas em variados continentes. É um poder estatizado num aparelho de pretensa abrangência nacional, cuja função a um tempo é estratégica e tática, no qual a matriz militar da **guerra de conquista** é sempre presente” (Lima, 1995:73-74)

²⁷ Há uma vasta documentação nos arquivos da Funai elaborada pelas maiores lideranças Xavante de Parabubure que revelam motivos das divergências entre elas e seus grupos locais em relação a esse processo de revisão de limites (limites de cada uma das áreas reivindicadas; a legitimidade das lideranças que a solicitam; os nomes que cada área deve receber após a demarcação; dentre outros). Essa documentação manifesta, por outras vias, aspectos importantes da estrutura sócio-espacial xavante, assunto que será aprofundado no decorrer dessa tese.

necessários ao bem-estar” do grupo indígena. Note-se que como referência para o limite oeste foi utilizada uma parte dos contornos de uma estrada da região (MT-020). Apesar do esforço do grupo de trabalho em incluir as cabeceiras dos afluentes do rio Kuluene, as cabeceiras principais do mesmo ficaram de fora dessa reconfiguração, por um motivo complexo: ali se encontra Paranatinga, uma das cidades que circundam os atuais limites da T.I. Parabubure.

Compare no mesmo mapa os limites sugeridos em 1996.

Figura 4: Proposta original (1996) e de reconfiguração dos limites da Área V (2001)

No período existente entre os trabalhos de identificação das Áreas IV e V (2000/2001) e aqueles relativos às Áreas II e III (2003/2004), as pressões políticas locais contrárias ao processo de revisão de limites voltariam a ganhar intensidade e visibilidade.

É assim que, em setembro de 2001, três meses após a entrega oficial pelo grupo de trabalho do Relatório de Identificação e Delimitação das Áreas IV e V, o encarte de uma revista de divulgação regional intitulada “Produtor Rural” apresentava um extenso artigo em que identificava e analisava os interesses que estariam por detrás da “ampliação e criação de novas reservas indígenas no Mato Grosso”.

Figura 5: “Onde a Funai quer chegar”

Junto à matéria, como de praxe, encontramos mais um mapa dos então bastante famosos regionalmente limites das áreas II, III, IV e V (FIGURA 6, baixo). Ressalte-se que os contornos das Áreas II e III ainda têm como referência a proposta originalmente entre em 1996. Como veremos, um novo grupo de trabalho será autorizado pela Funai para identificar e delimitar exclusivamente essas duas últimas áreas somente em junho de 2003.

Figura 6: Contorno da “ampliação” da T.I. Parabubure conforme divulgado na peça publicitária

Fonte: O Produtor Rural (set/2001).

Essas estratégias terão profundas implicações na condução administrativa e política do processo de identificação tanto das duas primeiras áreas, como naqueles que seriam levados a cabo dois anos depois, relacionados às Áreas II e III. Mais do que isso, tais estratégias serão responsáveis diretas pelos pedidos de “desistência” momentâneos do andamento do processo de revisão de limites que passariam a chegar a Funai nesse período. Parte desses pedidos, nunca oficializados por escrito, partiria de algumas das próprias lideranças xavante envolvidas no processo de identificação desde o seu início²⁸.

Essa campanha midiática, que será retomada com maior intensidade dois anos depois, não será suficiente, por um lado, para brevar a totalidade das demandas apresentadas pelos grupos locais xavante sobre aquilo que julgam ser frações de seus territórios tradicionais. Entretanto, além dos pedidos localizados de cancelamento da

²⁸ Recebi por volta de 2002, após, portanto, a entrega do relatório de identificação, um ligação da Funai de Brasília me informando que a principal liderança xavante envolvida mais diretamente com uma das áreas identificadas nesse primeiro GT havia, “verbalmente”, solicitado o cancelamento do pedido. Somente em 2003, quando voltaria a campo para participar de um segundo GT, pude averiguar com a referida liderança o motivo (real ou não) dessa desistência. Sua explicação apontou, num primeiro momento, para as disputas internas entre grupos locais xavante sobre quem teria prioridade na ocupação da área reivindicada após seu suposto reconhecimento pela Funai. Entretanto, pude perceber que além desse motivo, as pressões políticas de não-índios também se somavam a essa desistência.

proposta de revisão de limites por parte de lideranças xavante, outro impacto será percebido na continuidade desse processo: a apresentação de novas propostas de delimitação por parte dos grupos locais xavante ao GT que indicaram a redução dos limites das áreas pretendidas, quando comparados àqueles previstos pelo primeiro GT que foi a campo em 1996.

1.2.2. Identificação e reconfiguração dos limites da Área II

O último grupo de trabalho autorizado pela Funai para identificar as duas áreas restantes – a II e III – vai a campo no segundo semestre de 2003 e, mesmo em meio a pressões políticas de toda ordem, consegue terminar o trabalho²⁹. Os limites dessas áreas são rediscutidos pelos grupos locais xavante e também sofrem mudanças em sua configuração original, conforme apresentada em 1996, mas no sentido contrário ao ocorrido com a Área V, que tinha sido, como vimos, aumentados.

Enquanto fazíamos essa parte do trabalho de campo, alguns boatos sobre a possível desistência dos pedidos de revisão territorial por parte de um conjunto de grupos locais chegavam ao GT cotidianamente. Somando-se a isso as notícias diárias sobre a ameaça de agressão de regionais da cidade de Primavera do Leste contra outro GT de Identificação, que trabalhava na Terra Indígena Sangradouro, o quadro político daquele momento indicava que poderíamos ter dificuldades em campo. A tensão existente na T. I. Sangradouro teve impacto nítido sobre os grupos locais de Parabubure que reivindicavam a Área II. Parte desse impacto se deve as relações de parentesco e territoriais produzidas historicamente entre o conjunto de grupos locais que atualmente habitam essas duas terras indígenas, assunto que recuperarei com maior nível de detalhamento, particularmente no Capítulo 6 desta tese.

Como de praxe, discursos bastante agressivos foram endereçados não necessariamente a nós, mas ao órgão que então representávamos, a Funai.

“Terra Xavante é tudo lugar. Rio das Mortes, Rio Araguaia.”

“ Governo deu terra de cascalho para o Benedito (Roadzo). Precisa devolver terra tradicional”

²⁹ Paralelamente, outros processos de identificação de áreas reivindicadas pelos Xavante de Sangradouro, Pimentel Barbosa e Areões eram levados a cabo por outros grupos de trabalho, o que causou extremo alvoroço no leste matogrossense, daí as reações virulentas por parte da mídia vinculada aos grande grupos econômicos regionais.

“Rio Matrinchã. Noidore. Sepulcro sagrado. Tudo nosso.”

“Faz 15 anos que damos prazo para regulamentar. E cada vez mais entra posseiro. Branco parece formiga”.

“ Não é para dar terra! É para devolver a terra!”

“ Votamos no Lula e ele vai resolver”.

“Em lugar de agradecimentos ao índio, queremos a terra”.

“ Não mexemos no RJ, SP, BA. Mexemos no pedaço Mato Grosso, que é nosso”

“Vamos prender vocês aqui. Vocês só ganham diárias!”

Este tipo de retórica agressiva já é bastante conhecido por quem trabalha com os Xavante. O objetivo, quase sempre, é o de constranger moralmente as equipes que com eles vão trabalhar, visando obter maior empenho por parte delas. Após essas performances, e dependendo do empenho e da competência política da equipe, as relações se tornam, na media do possível, relativamente simétricas e bastante generosas.

Não pretendo me deter demasiadamente nesse ponto, pois será retomado nos capítulos finais desta tese, mas é importante ressaltar que falas como *“Terra Xavante é tudo lugar. Rio das Mortes, Rio Araguaia”* e *“ Não mexemos no RJ, SP, BA. Mexemos no pedaço Mato Grosso, que é nosso”*, indicam pistas substanciais para compreendermos de que maneira os Xavante concebem aquilo que eles tem traduzido pela noção de “território tradicional”. Ressalto também que a menção ao fato do *“governo ter dado terra de cascalho para o Benedito”* faz alusão ao líder xavante que retornou primeiramente a região do Rio Kuluene e Couto Magalhães, quase 10 anos depois que todos os grupos locais ali residentes até a década de 1940, tinham sido dali expulsos. Retomarei esse processo, como já prometido, nos capítulos finais dessa tese. Adianto apenas que, como veremos, a memória xavante da ocupação territorial em termos históricos do leste matogrossense tem como referência a travessia do Rio Araguaia, fato ocorrido, na perspectiva de alguns etnógrafos e historiadores, por volta do final do século XIX. Daí para trás, a história dessa ocupação sob o ponto de vista xavante ganha contornos do que Lopes da Silva (1984) denominou como “a expressão mítica da vivência histórica”, fórmula que ficará melhor entendida nos capítulos finais da tese.

No decorrer das reuniões com as lideranças que representavam os grupos locais que reivindicavam a Área II, estamos em julho de 2003, fomos percebendo que a decisão de

realizar o trabalho de identificação tinha sofrido algum tipo de esmorecimento. Demonstrando o grau de pressão política que os Xavante têm sofrido por parte de segmentos não-indígenas desde que resolveram intensificar a reivindicação de parte daquilo que consideram seu território tradicional, os discursos realizados por suas lideranças variaram de ameaças de guerra contra os “brancos” - se não houvesse a recuperação das terras que eles reivindicavam – para uma postura conciliatória, na qual se sobressaía uma suposta “proposta do Governador”. Depois viemos a entender que a suposta “proposta” ria uma referência aos constantes boatos ouvidos em campo de que “o Governador do Mato Grosso” estaria disposto a investir nas terras indígenas do estado, através de insumos agrícolas, maquinário etc., desde que as populações indígenas ali localizadas, não só os Xavante, abandonassem seus pleitos territoriais. Ressalto que esse tipo de estratégia foi implementada pela Funai no final da década de 1970 a partir do conhecido “Projeto Xavante” que envolveu todas as terras Xavante (e também Xerente), com resultados deletérios para a formação econômico-social indígena tradicional, além de ter reforçado os laços assistencialistas entre os índios e o órgão tutelar mantidos desde os tempos do (re)contato.

Após intensas discussões entre as lideranças ali presentes, foi decidido num primeiro momento que *“não adiantava realizar o trabalho”, pois os “políticos do Mato Grosso não iam deixar ir para frente”,* além de que a Funai não teria *“dinheiro para indenizar os fazendeiros”*. Prefeririam, assim, optar pelo *“desenvolvimento das reservas”,* adotando, pois, a suposta proposta do governo estadual³⁰. Os maiores entusiastas do trabalho de identificação ali presentes, após o fim da reunião não consensual, ficaram sentados no meio do pátio, bastante desolados.

Dois dias depois dessa reunião, finalmente, chegava de volta de Brasília o chefe de maior prestígio político dessa região territorial de Parabubure, fato que reverteria à decisão lá tomada que não contou com a sua presença. Resolve-se assim que os trabalhos de identificação deveriam ser realizados, e essa decisão contou com o apoio contextual e, agora entusiasmado, de lideranças que tinham questionado fortemente sua viabilidade política.

³⁰ Em 2005 a Funai recebe o seguinte manifesto assinado por algumas das lideranças que fizeram parte dessa reunião: *“Nós caciques e demais representantes abaixo assinados, oriundos da Terra Indígena X, distribuídos nas respectivas aldeias abaixo relacionadas, vimos por meio desta informar-lhe que somos contra e não vemos nenhum objetivo positivo para nosso povo, qualquer expansão de nossas reservas que venham a atingir as terras agriculturáveis, pois estas terras não se prestam para nossas atividades e com o encerramento das atividades agropecuárias, resultaria em uma grande perda para a arrecadação do município, do Estado e do País, dificultando ou se tornando impossível que os administradores tenham condições de nos auxiliar com assistência na educação, saúde, estradas e demais necessidades das população indígena.”* 24.10.2003.

A **Área II** é a mais problemática de todas, pois sua identificação implica na incorporação de áreas consideradas “urbanas” de dois municípios da região – Campinópolis e Novo São Joaquim. O caso mais polêmico é da primeira cidade que, pela proposta originalmente apresentada em 1996 (ver FIGURA 2). Diante da pressão política local intermitente, o chefe político xavante responsável pela mediação junto a Funai do processo de identificação da Área II – que, nesse caso específico, é a figura inquestionável a representar os interesses desse conjunto específico de grupos locais - acaba apresentando uma nova proposta para o GT, na qual percebe-se a redução dos limites previstos originalmente pelo grupo de trabalho que ali atuou em 1996. Nessa nova proposta são excluídos pequenos trechos do pedido original – marcados no mapa abaixo (FIGURA 7) -, estratégia nitidamente construída com o objetivo de atenuar o impacto fundiário do pleito sobre os dois municípios citados e diminuir a pressão política local.

Figura 7: Identificação e reconfiguração dos limites da Área II (2003)

Se a pressão política não-indígena é fator importante nesses processos de reconfiguração dos limites “originais” identificados ainda no ano de 1996, a contrapartida Xavante não é menos relevante. Esse desencontro nativo de perspectivas territoriais também partiu do próprio conjunto de grupo locais que reivindicava a Área II, só que, nesse caso, contra àqueles segmentos xavante que tinham conquistado junto a Funai a demarcação da Terra Indígena Chão Preto, processo esse já mencionado anteriormente. Lembremos que essa demarcação extirpou uma fração dos limites originais e integrais da Área II (Ver FIGURA 3). Além disso, os demais conjuntos de grupos locais vinculados aos

pedidos de revisão das demais áreas (III e V), sempre que possível, desqualificavam a proposta dos postulantes da Área II como o argumento de que a identificação dessa área inviabilizaria as demais propostas.

1.2.3 – Identificação e reconfiguração dos limites da Área III

Diferentemente do que ocorrera na Área V - que teve seus contornos originais ampliados pelo grupo de trabalho ainda em 2001 (FIGURA 4), os limites da **Área III** – estamos aqui em julho de 2003 - seriam redimensionados e reduzidos quase pela metade, num movimento análogo ao que ocorrera com a Área II, mas de maneira mais radical em termos de dimensão territorial. No mapa abaixo (FIGURA 8) está indicada o trecho reduzido por iniciativa dos grupos locais xavante que reivindicam a Área III.

Figura 8: Reconfiguração dos limites da Área III (2003)

Os setores regionais não se dariam por satisfeitos com esses recuos e continuariam sua estratégia tanto de conquista da opinião pública regional como também pela tentativa de “sensibilização” da Funai para que fosse suspenso o conturbado processo de revisão de limites da T.I. Parabubure. As articulações de bastidores existentes entre esferas administrativas regionais e federais para efetivar essa protelação são inúmeras e se encontram devidamente registradas na já vasta documentação que compõe a história oficial

desse longo processo de identificação de terras indígenas³¹. Não vou me deter nesse assunto, mas é importante apenas ressaltar que nessa documentação oficial encontra-se presente desde cartas e memorandos assinados pelas principais lideranças xavante a respeito da condução – ou mesmo suspensão – dos trabalhos de identificação das áreas pretendidas, como documentos expedidos por inúmeros setores não-indígenas contrários a esse processo. Interessa-me aqui apresentar de que maneira essa estratégia foi construída em termos de visibilidade pública regional.

1.2.4. O “Estado-nação Indígena”

Os “Xavante”, depois das experiências traumáticas pelas quais passaram nos séculos XVIII e XIX, se refugiaram no final desse último século no leste matogrossense, após as travessias sucessivas dos rios Araguaia, Cristalino e Rio das Mortes. Mergulharam durante quase 100 anos numa estratégia de invisibilidade deliberada, período o qual rechaçaram qualquer contato com a sociedade nacional. Voltarei a esse assunto nos capítulos final dessa tese, como já afirmado mais de uma vez.

É assim é que após quase 150 anos da fuga de Goiás - época na qual os “Xavante” foram identificados como uma “Nação” por missionários, governadores de província, viajantes etc -³², eis que o autodenominado “setor produtivo, um dos atores mais importantes do cenário no qual se desenrola o drama interétnico aqui focalizado, evoca a mesma designação – “a nação” – a partir da elaboração de uma estratégia ideológica de deslegitimação de demandas territoriais etnicamente diferenciadas.

Com o título sensacionalista “**Facada no Coração**” e um subtítulo mais impressionante ainda, “ONGs e Funai solapam Mato Grosso, Tocantins, Pará e Amapá para criar uma Nação Indígena independente na Amazônia”, o suplemento do Jornal do Estado (MT), “Revista Virou Manchete”, de agosto de 2003, enumera uma série de argumentos para provar que estaria em curso uma grande conspiração internacional para “esfacelar considerável fatia territorial da Amazônia” através da criação de um “estado indígena” – “a Grande Nação Xavante”. A matéria, visando legitimar sua tese, abre espaço para falas contundentes de “autoridades” políticas regionais, de jornalistas com certa erudição, de pequenos agricultores e comerciantes e, estrategicamente, de segmentos dos próprios

³¹ Todo antropólogo que participa de uma situação etnográfica com esse perfil, em tese, que dizer, dependendo de quem está dirigindo a Funai no momento, tem o direito de ler toda a documentação presente nos processos administrativos referentes a cada pedido de revisão de T.I.s.

³² “*A nação Chavante, que existe aldeada às margens do Araguaia entre a Ilha do Bananal e São Joaquim do Jamumbu*”. (Freury, 1848 apud Moreira Neto, 2005[1971]:158).

índios. Note-se que para além das disputas internas existentes entre as maiores lideranças xavante, quais sejam, as suas disputas pelo controle da mediação do processo de demarcação junto a Funai – aliás, as que mais comprometem o seu andamento - acontece também a participação de indivíduos xavante em peças ideológicas anti-demarcatórias como essa. Apesar de fazerem parte de uma minoria insignificante em termos quantitativos, esses discursos de indivíduos xavante alimentam sobremaneira as táticas dos setores interessados no cancelamento das demandas territoriais feitas pela maioria das lideranças xavante .

Figura 9: “Facada no Coração”

Fonte: Revista “Virou Manchete” – Suplemento – Agosto de 2003

A construção da narrativa, que introduz primeiramente a tese da conspiração internacional via a criação da “Grande Nação Xavante” e que vai ganhando cada vez mais contornos nacionalistas por toda a matéria, começa de forma comedida.

Com o título “Adeus Nova Nazaré”, a matéria descreve o provável processo de desapropriação que se abaterá sobre esse pequeno povoado que se encontra localizado dentro de uma das áreas reivindicadas como de ocupação tradicional pelos grupos locais

xavante da T.I. Areões, ou seja, de outra das terras indígenas xavante em processo de revisão de limites ³³.

“Aparentemente Nova Nazaré não tem escapatória. Seu fim está próximo. Vai se transformar em Borecaia (seu nome primitivo e de um rio que banha o lugar) e que segundo o cacique Pedro, da aldeia Xavante Ubararé, significa campo de caça de Xavante ou lugar onde se pode caçar. A aldeia de Pedro é distante da cidade e ele tem o mesmo entendimento dos demais caciques de Areões: todos querem o aumento da área e sua anexação à reserva Pimentel Barbosa.(...)”

A afirmação de que todos os xavantes querem a anexação do local irá apresentar uma contradição logo na sequência da matéria. A fala do deputado estadual buscará deslegitimar no atacado a reivindicação territorial indígena e, para tanto, manipulará a divisão e o conflito de interesses existentes entre os grupos locais xavante:

“Índio não quer mais terra coisa nenhuma. Ouvi isso deles numa audiência em Água Boa. O índio precisa é de ser incorporado ao processo produtivo. A questão é que a Funai distorce tudo e prefere encher caminhões de índios para irem de suas aldeias para Barra do Garças e Água Boa. Temos que dar um basta nisso.”
(Alencar Soares, Deputado estadual)

Além do estímulo a divisão entre os grupos locais xavante que, como veremos, é insistentemente acionado em várias situações de conflito -, percebe-se um jargão comumente usado nesses momentos de drama interétnico, qual seja, a de que os índios precisam é ser incorporados ao “setor produtivo”.

Por outro lado, uma das estratégias tradicionalmente desencadeadas pela administrações públicas - federal, estadual e municipal – diante das demandas territoriais xavante é a de “abrir os cofres” para contê-las através de toda sorte de benefícios assistenciais, possibilitando aos índios, senão a incorporação ao setor produtivo, pelo menos, o acesso aos bens de consumo produzidos por ele. A demanda territorial assim serve literalmente como “moeda de troca”.

É importante ressaltar que a matéria, estrategicamente, não mostra em nenhum momento os grandes produtores rurais da região, os interessados principais da disseminação dessa peça publicitária que se inicia com um tema que tem propagação imediata – um discurso anti-demarcação -, mas que ganha gradativamente um apelo a uma

³³ Ricardo Calaça Manoel coordenou três grupos de trabalho para revisão de limites das T.I.s Sangradouro/Volta Grande, Pimentel Barbosa e Areões entre 1999-2003. Assim como é o caso da T.I. Parabubure, todos esses processos se encontram paralisados na Fundação Nacional do Índio. (2006)

suposta “consciência nacional” adormecida. Se os produtores dessa narrativa da “nação” estão no anonimato, a interpretação daquela narrativa aparece corporificada nos discursos de seus representantes políticos, ou, o que é mais interessante, através do discurso de “gente humilde”.

“A gente é fraco e não tem como resistir se eles vierem (os índios). Só peço a Deus que não deixe isso acontecer”.[fala de um pequeno agricultor que tem sua condição social -“nove filhos, uma carrada de netos e um sítio de 10 hectares” - devidamente explorada pela matéria.

“Quem lamenta a situação é o comerciante gaúcho do ramo de materiais de construção, Valdir Fiorini, dono da Cosmaco, que vive na região há 21 anos, com cinco deles dedicados à Funai³⁴.(...)”

Nota-se que é a questão mais premente – a perda da terra ou a inviabilização do comércio – que subsidia o discurso desses pequenos atores regionais. Não é, portanto, para eles que o fantasma do separatismo étnico, presente nessa peça publicitária, se dirige, pois para esse segmento da população regional, a ameaça da “demarcação” basta por si só. São eles normalmente que se saem mais prejudicados quando os processos demarcatórios conseguem ser eficazes até o seu final.

Um outro argumento muito utilizado na matéria é a da manipulação de uma suposta “ingenuidade” dos índios pelos inimigos de sempre: ongs, antropólogos, ambientalistas e a própria Funai. A *imagem ambígua do índio na consciência nacional* (Durhan 2004[1982]) dá margem a esse tipo de artimanha, sendo que, aqui, o apelo é para sua imagem de “pureza” e de “inocência”.

“Isso é uma aberração. Os índios já têm terra suficiente. O problema é que algumas ONGs usam os índios como bandeira para ferirem a nossa soberania. Me preocupa muito essa questão das ONGs e o papel da Funai.” (Pedro Satélite, deputado estadual).

Outros atores envolvidos na luta pela terra no Mato Grosso são incorporados à produção dessas narrativas, também, de maneira contraditória.

³⁴ Se a intenção da matéria em identificar o comerciante como ex-funcionário da Funai visou dar legitimidade a sua fala, o que de fato isso demonstra é o quanto que a apropriação do micro-poder do órgão tutelar por “regionais” foi sempre uma tradição, mas que vem sendo rechaçada por alguns povos indígenas que têm reivindicado, e obtido sucesso, o controle sobre essa dimensão do poder tutelar.

“Sou parceleiro assentado pela reforma agrária e conheço bem a questão da terra. Acho que a Funai não tem cabeça no lugar e se deixa levar pelas ONGs. Não podemos aceitar o absurdo de aumentar as terras dos índios, com tanto trabalhador sem-terra.” (Dimas de Melo, deputado estadual)

Contradizendo a fala acima, que clama retoricamente pela situação do trabalhador “sem-terra”, o deputado Zeca de Ávila enumera os inimigos do “setor produtivo”:

“Chega de tanta perseguição ao produtor rural, que ora é acuado pelo MST, ora pelos ambientalistas, ora pelas ONGs que vivem às custas da causa indígena, ora pelo MAB” (Zéca de Ávila, deputado estadual)

Não é só como figura de retórica que a oposição entre “trabalhadores sem-terra” e “índios” é mobilizada no cenário onde se desenrola o drama interétnico. São inúmeros os assentamentos para pequenos agricultores que têm sido criados desde a década de 1980 no entorno das terras indígenas xavante, o que concretiza, em termos de conflito político territorial, aquela oposição.

A matéria a partir daí começa a ganhar contornos nacionalistas de fazer inveja aos militares, explicitando uma estratégia que tem se mostrado politicamente eficaz no recuo das demandas territoriais expressas pelo idioma da etnicidade:

“O deputado Zeca de Ávila desencadeará uma campanha de conscientização popular sobre os riscos que a soberania e o processo produtivo correm diante do esboço daquela que seria a ‘Grande Nação Xavante’.”

A associação do fantasma do “ataque à soberania nacional” às supostas ameaças que a “demarcação de terras indígenas” pode ocasionar ao “setor produtivo” torna-se um mote estratégico na produção dessa narrativa.

Afirmada a manipulação local dos índios pelas ONGs e pela Funai, a matéria chama a autoridade de uma espécie de intelectual orgânico local – um repórter com certa erudição. Assinalará ele que, por detrás da ampliação das terras Xavante, esconde-se uma estratégia de construção de um “estado indígena” e passa a identificar quem são os verdadeiros mentores do sinistro plano: *o imperialismo*.

“Um plano muito bem orquestrado está em curso por ONGs brasileira subalternas ao WWF, ultimando os detalhes daquela que será a ‘Grande Nação Xavante’ encravada no coração do país. Esse pretenso estado indígena começou a ser implantado na década de 70, com a demarcação de reservas Xavante em pontos estratégicos e equidistantes nos vales do Araguaia e Xingu. Num passo seguinte, lançou-se a campanha pela ampliação de tais áreas. E no arredondamento, serão

interligadas varrendo cidadãos, cidades e tudo mais que estiver em seu caminho. Não se sabe ao certo o tamanho dessa nação. (...) Porém, ela continua em gestação pelos novos Joaquim Silvério, à paisana, a serviço da desnacionalização. (...) Melhor que a mesma não se materializasse, mas se isso acontecer, que os Silvério se juntem aos gringos aos quais combateremos solidários com nossas Forças armadas quando eles violarem o Araguaia e o Xingu com seus coturnos imperialistas ainda impregnados de sangue de crianças e velhos iraquianos.”” (Matéria publicada na mesma Revista, intitulada “Imperialistas”, de Eduardo Gomes, repórter do Diário de Cuiabá.)

Um outro repórter, dando vazão total ao “furo de reportagem”, articulará a WWF aos governos inglês e americano. O imperialismo aparece assim como um rosto de Jano: numa face, os estados imperiais, na outra, as ONGs internacionais.

Como a “narrativa da nação” (Trajano,1993) não carrega em si um potencial muito grande para “despertar a consciência nacional” *local*, recorre-se a uma outra associação que também é uma prerrogativa do bem-estar do Estado-nação: a imagem de inocência do “índio” continua implicitamente, mas em outra perspectiva, como “obstáculo ao desenvolvimento”.

“Verdadeiramente, quem está por trás da manobra para expandir terras indígenas, embargar navegação comercial em hidrovias e construção de hidrelétricas é o Fundo Mundial para a Natureza, o WWF, entidade criada em 1961, na Inglaterra, por estrategistas britânicos do Real Instituto de Assuntos Internacionais, de Londres, com o objetivo de implantar estrutura que permita às multinacionais da Comunidade Britânica e dos Estados Unidos, plena e absoluta tutela mundial das reservas e recursos vegetais e minerais.”

O apelo retumbante desse intelectual orgânico local para despertar a “consciência nacional” das ameaças a sua soberania alimenta-se de elementos ideológicos clássicos no nacionalismo geral: “invasão estrangeira”, “imperialismo”, “riscos da soberania”, “esfacelamento territorial”, “estado indígena”, além de elementos locais do nacionalismo brasileiro: apelo emblemático às “forças armadas” associado à figura também emblemática da “traição nacional” – Joaquim Silvério do Reis. Subliminarmente, o argumento construído e a ser disseminado é o de que a luta pela terra, quando expressa pelo idioma da etnicidade, carrega potencialmente o fantasma do *separatismo étnico*, necessariamente sempre visto como um atentado à *soberania nacional*.

É importante ressaltar que imagens como essas, circunscritas anteriormente ao setor militar têm sido cada vez mais acionadas nas narrativas produzidas por atores posicionados

na sociedade civil brasileira quando diante do problema das demarcações de terras indígenas³⁵.

A pressão regional, como sempre, surtiu resultados. Pressionadas por grupos organizados de não-índios – prefeitos das cidades locais, segmentos administrativos do governo estadual, grandes fazendeiros da região, a imprensa regional – e atraídas por benesses assistenciais propiciadas por segmentos administrativos da Funai e do próprio governo estadual, algumas das mais proeminentes lideranças xavante, incluindo algumas que encabeçam formalmente cada uma das propostas de revisão de limites, desistiram momentaneamente de suas demandas territoriais. Chegariam, em alguns casos, ao ponto de solicitar formalmente a Funai a suspensão e até o cancelamento dos trabalhos de identificação em curso³⁶.

1.2.5. Nomi-nações

As dissensões internas entre as lideranças xavante que reivindicam muitas vezes a mesma área apresentam-se de maneira explícita também nas reuniões sobre o “consenso histórico” indígena a que fiz referência anteriormente.

Nesses momentos, alguns fatores aparecem sobrepostos, dentre eles, as distintas propostas de segmentos dos grupos locais sobre a extensão dos limites que deverão ter a mesma área em identificação e a avaliação da possibilidade política do órgão tutelar de atender as demandas na atualidade. Além disso, posicionamentos claramente divergentes entre os grupos locais sobre qual o nome que seria dado às áreas em identificação foram etnografados não só nas reuniões, como também no decorrer de outras etapas do processo de identificação.

Como ilustração dessa última clivagem, foi identificada uma enorme controvérsia entre os grupos locais xavante que compõem a Terra Indígena Parabubure a respeito não só dos nomes que cada uma das áreas reivindicadas deveria vir a receber, como também em relação à redefinição do próprio nome da T.I. Parabubure. Exemplo do primeiro caso, para termos apenas uma idéia desse processo, foi observado em relação ao nome que receberia a Área V. Três conjuntos de grupos locais que a reivindica solicitaram que o nome futuro da

³⁵ A demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, proporcionou a seguinte manchete ao Jornal Hora do Povo, daquele mesmo estado: **Demarcação contígua de “área indígena” é enclave à soberania** - 7/05/2004

³⁶ Tempos depois, as mesmas lideranças retomariam com a mesma intensidade os pedidos para a continuidade das etapas do processo demarcatório. Mesmo assim, em dezembro de 2006, o processo de revisão de limites das quatro áreas reivindicadas pelos Xavante de Parabubure encontravam-se suspensos, sem nenhuma explicação “jurídica” plausível.

área, uma vez que tivesse sido reconhecida pela Funai, deveria chamar “Hu’uhi” ou “Carapato” ou ainda “Bzaeton”. Quando ao segundo caso, a redefinição do nome da T.I. Parabubure, vejamos um trecho de um dos documentos obtidos junto aos arquivos da Funai.

“ Por nossos conhecimentos históricos, viemos através desta, anular o nome atual PARABUBURE que substituirá em divisão de 02 (dois) nomes antigos, conhecido pelos idosos atuais: “Norotsurã” e “Onhiudu”³⁷.

A compreensão satisfatória dessas controvérsias só será alcançada pela leitura integral da tese, particularmente, na sua segunda parte que aborda os processos de gênese e ocupação do leste matogrossense pelos grupos locais xavante e os impactos da territorialização sobre eles na perspectiva da espacialidade. De qualquer forma, é possível que o leitor já vislumbre que esse processo fragmentário e contraditório de pedidos de revisão de limites não se limita apenas a lógica colonial do “dividir para imperar” , mas possui também , e de maneira articulada, profundas raízes na dinâmica sócio-espacial propriamente nativa.

Diante desses conflitos, por um momento – quando da redação da primeira versão do relatório de identificação das áreas IV e V em 2001 –, resolvi que seria eu mesmo, como suposta “autoridade etnográfica”, o responsável pela diluição dos conflitos intra-grupais. A FIGURA 10 abaixo representa um mapa estilizado da T.I. Parabubure e as áreas contíguas reivindicadas pelos grupos locais xavante em sua integralidade. Denominado por mim como “O Coletivo A’uwê” , essa figura é representativa do grau de subjetividade – e de desespero - a que um antropólogo-identificador pode chegar diante de uma tão realidade caótica. Como viria a constatar nessa situação etnográfica, o *mito do território coletivo xavante* – tema inicial da minha pesquisa – estava, acima de tudo, na minha cabeça.

³⁷ Carta s/n, endereçada ao Presidente da Funai e ao Ministério da Justiça por quatro lideranças xavante em 12.04.1998.

Figura 10: O Coletivo A'uwe.

Nessa proposta, tentei vislumbrar uma maneira de contemplar cada uma das propostas apresentada pelos grupos locais xavante em relação à nominação das áreas reivindicadas, além de sugerir um novo nome – Terra Indígena “A’uwe Uptabi” –em substituição o da Terra Indígena Parabubure atual visando eliminar as controvérsias a esse respeito. Por sorte, desisti da idéia antes de enviá-la a Funai, já que em diálogos posteriores com lideranças xavante ficou patente que qualquer iniciativa sobre isso deixaria sempre contrariada não só uma parte dos grupos locais de Parabubure, como vim a saber, dos demais grupos que residem em outras terras indígenas xavante.

Ressalto que, apesar das tentativas do grupo de trabalho em deter esses debates - com o argumento de que decidir o “nome” da terra seria ela uma “questão menor” -, grande parte do tempo das reuniões de campo era gasto nesse tipo de temática. Para convencê-los de que estávamos certos, e que o importante naqueles momentos era definir quem iria participar da identificação, foi necessário em algumas ocasiões ameaçá-los com a retirada da equipe do campo, utilizando o argumento de que estávamos ali para defender o interesse dos “Xavante”, “da terra xavante”, e não de um de seus líderes ou de “uma de suas terras”.

Assim, a decisão mais importante para uma condução eficaz do processo de identificação – a escolha dos representantes xavante que deveriam participar da identificação das terras reivindicadas (normalmente, “velhos” e alguns auxiliares) – fugia, muitas vezes, ao controle político tanto do grupo de trabalho como também dos próprios Xavante, que se perdiam, momentaneamente, em suas intermináveis idiossincrasias faccionais. Não era por acaso que praticamente todas as reuniões organizadas para que os grupos locais xavante chegassem, antes de mais nada, a um “consenso histórico” entre eles sobre os limites que viriam compor as suas propostas por terras tivessem de ser praticamente impostas pelos membros do grupo de trabalho. Debates tensos na língua materna associados à saída repentina de lideranças das reuniões demonstravam as dissensões internas diante de uma suposta “vontade geral”, pretendida pelos membros do grupo de trabalho. Não obstante esses interregnos faccionais, e após diversas negociações inter-facionais e inter-grupais, os representantes acabam sendo escolhidos e o processo de identificação, pelo menos na vigência da sua etapa de trabalho de campo, chegava ao seu término sem maiores obstáculos.

As duas fotos abaixo representam ao ponto que chegou a necessidade do estabelecimento do “consenso histórico” intra-grupal.

Foto 3

Foto 4

Fotos: Luís Roberto de Paula (2003) – T.I. Parabubure

Esse pacto inter-grupal captado por essas imagens - estabelecendo o “consenso histórico” através da “caneta” – foi uma solução exclusiva adotada pelos grupos locais que reivindicam apenas uma das áreas identificadas. Nas demais, o pacto se deu longe das “câmaras” e, normalmente, dentro do universo lingüístico Xavante.

Retomo somente aqui o processo de identificação da Área IV, que se deu conjuntamente com a identificação da Área V (2000), pois ele envolve algumas questões relativas à associação entre a lógica espacial xavante e o seu complexo sistema de nomenclatura. Ressalto que apesar de também colocar pólvora na região, esse processo sempre destoou da rotina de controvérsias entre os grupos locais xavante verificada nas demais áreas reivindicadas. Além de ser encabeçada por uma liderança xavante de prestígio político muito elevado, seus limites sofreram apenas pequenos acertos no processo de re-identificação quando comparados àqueles propostos ainda em 1996. (Figura 11, abaixo)

Figura 11 – Reconfiguração da Área IV e sobreposição interna.

Ressalto que, como também indicado no mapa (Letra A), quando do processo de identificação da Área III em 2003, o grupo de trabalho constatou que os limites pedidos pelos grupos locais que reivindicam distintamente as Áreas III e IV se sobrepunham, situação aparentemente análoga ao caso verificado quando da demarcação da T.I. Chão Preto sobre o espaço da Área II (Ver Figura 3). Apesar da analogia, trata-se de sobreposições de natureza política bastante diferente. Enquanto a demarcação da T.I. Chão Preto redundou num conflito interno, a sobreposição de terras existente entre as Áreas III e IV não causou, aparentemente, mal estar nenhum entre os dois conjuntos de grupos locais xavante que as reivindicam distintamente. A explicação mais plausível para esse pacto interno advém de

um dado etnográfico que pude captar em campo: a liderança mais proeminente que reivindica a Área IV – *Rai'ri'té* - tinha livre trânsito entre todos os grupos locais xavante de Parabubure, menos daqueles que reivindicam a Área II. Isso foi constatado de maneira bem simples: ele foi a única liderança xavante que participou dos processos de identificação de três das quatro áreas reivindicadas, o que me pareceu como algo incoerente dentro da lógica sócio-espacial xavante conforme observada em campo. *Rai'ri'té* é o ancestral fundador de um dos “truncos” (Lopes da Silva, 1980) de maior prestígio político entre os Xavante de Parabubure, assunto que discutirei especificamente no próximo capítulo. Em um dos sítios arqueológicos que foi identificado numa fazenda da Área IV se encontra, justamente, o cemitério no qual está enterrado o corpo de *Rai'ri'té*, o ancestral fundador. Esse fato seria apenas um acontecimento de praxe em trabalhos de identificação, a não ser pelo fato do neto desse ancestral fundador – A. *Rai'rit'té*, representante máximo dos grupos locais que reivindicam a Área IV - “cuidar”, nas suas próprias palavras, desse cemitério desde 1978, fato confirmado pelo gerente da fazenda na qual se encontra localizado³⁸.

Esse tipo de estratégia, visivelmente associada ao paradigma da “imemorialidade” da ocupação territorial, foi acionada inúmeras vezes em campo pelos representantes xavante no sentido de “comprovar” o direito a terra. Na foto abaixo (4A), um desses representantes fez questão de me mostrar uma lista de “nomes” de parentes que teriam sido mortos e enterrados na Área V.

Foto 4A: Os nomes e os mortos

³⁸ Além disso, surgiu uma situação inusitada no processo de identificação dessa área em campo: diante do fato de que o aumento da Área IV em seu sentido norte a emendaria com a Reserva Ecológica Estadual do Rio Kuluene, alguns xavante perguntaram se podiam lá caçar, já que tinha ali “muito bicho”.

1.3. Narrativas sobre “territórios” e “territorialidades” em confronto

Os grupos locais xavante conhecem profundamente a “biografia” de cada um dos seus vizinhos não-índios, desde grandes fazendeiros a pequenos aglomerados de pequenos sítiantes: *“aquele veio do Rio Grande do Sul”*; *“aquele outro tinha um frigorífico no interior de São Paulo que faliu”*; *“aqueles sem-terra chegaram ontem, são piores do que fazendeiro, pois comem nossa caça”*. O inverso também é absolutamente verdadeiro: os fazendeiros e os pequenos proprietários da região dizem que estão cansados de doar desde centenas de pães a dezenas de cabeças de gado e aves para distintos caciques xavante que batem às suas portas em diversas ocasiões, tais como o “Dia do Índio” ou nas “festas de fim de ano”. Ficam chocados quando, depois de tantos presentes, descobrem que os mesmos caciques reivindicam as terras que ocupam.

Os grupos locais xavante caçam, pescam e coletam em todas as fazendas circunvizinhas à atual Terra Indígena Parabubure. Portanto, na perspectiva exigida pelo parágrafo 1 do artigo 231 da Constituição Federal de 1988, há também muitos elementos para que as áreas reivindicadas pelos grupos locais xavante de Parabubure sejam classificadas como terras tradicionalmente ocupadas na atualidade.

Um dos caciques que nos acompanhava em uma das identificações resumiu a reação dos Xavante à proibição de caçar - ordem expressa de muitos fazendeiros ou mesmo pelos “fiscais do IBAMA” - com o seguinte raciocínio: *“O veado está marcado com o nome deles? Não!... Os bichos são dos índios.”* A exigência para caçar durante todo o trabalho de identificação chegou a propiciar momentos de tensão entre membros da equipe e os Xavante. Chegamos a intervir de maneira rigorosa, quando foi possível, impedindo que eles caçassem nas fazendas nas quais tínhamos pontos a identificar, com o argumento que essa atitude poderia servir de pretexto para que os gerentes de fazenda inviabilizassem nosso trabalho. Sempre bastante contrariados, em alguns casos eles concordavam com nossa orientação, mas aproveitavam para tecer comentários sarcásticos tais como, *“Eles [os membros do GT] são amigo do Ibama!”*. Mas, na maioria das vezes, independentemente do nosso apelo, os Xavante, sem titubear, exigiram que parássemos o carro para matar veados, emas, tatus, etc.

Foto 5

Foto 6

Fazendas nas imediações da T.I. Parabubure (Luis Roberto de Paula, 2000)

Em um momento dos trabalhos de identificação das áreas em questão, por volta de novembro de 2001, ocorreu uma discussão bastante tensa entre um gerente e dois caciques, por conta da necessidade de identificar um dos cemitérios em uma das fazendas da região. Na discussão, aliás, foi necessária a intervenção de membros do GT para que a situação não descambasse para algo mais grave, pois ambos os lados, como fomos perceber depois, estavam armados. Destacou-se em meio a essa tensa discussão um argumento que expressa a percepção que os Xavante de modo geral têm em relação as terras adjacentes àquelas já reconhecidas como suas pelo estado brasileiro. Um velho Xavante se dirigiu ao gerente e perguntou:

"Seu bisavô morou aqui? Eu não conheci. Seu avô morou aqui? Eu não conheci. Seu pai morou aqui? Eu não conheci. Meu bisavô morou e andou por tudo isso aqui...meu avô...meu pai...Volta para onde você veio. Você é lá do Rio [Grande] do Sul..(em alusão ao fato do gerente ser gaúcho)."

Note-se que o argumento central da liderança xavante gira em torno da imemorialidade da ocupação tradicional, perspectiva essa muito arraigada nos discursos dos velhos xavante.

Um dos últimos momentos reveladores do clima de tensão existente na região por conta da luta travada pela posse da terra ocorreu por conta da própria iniciativa do GT. A equipe resolveu numa determinada ocasião marcar uma reunião com os fazendeiros da região no intuito de prestar esclarecimentos sobre o trabalho e o processo de identificação e delimitação em curso, buscando serenar os ânimos que, àquela altura, já estavam bem acirrados. O recado dos fazendeiros foi bastante claro: queriam um "acerto justo", quer dizer,

uma indenização que compensasse os investimentos que eles fizeram em suas respectivas fazendas (inclusive, aventaram a hipótese de a indenização pela terra ser paga com TDAs³⁹); não queriam "terra em outro lugar" como forma de compensação – mecanismo muito utilizado na década de 1970 nessa região - e firmaram posição de que, para efetuar o levantamento fundiário – uma das fases do processo demarcatório -, seria necessária a emissão de mandado judicial e a presença da Polícia Federal para garantir a segurança dos técnicos que por lá se aventurassem. Foi bastante difícil fazê-los compreender que uma terra, quando é declarada de posse indígena, não está sujeita a qualquer tipo de indenização – a não ser o pagamento das benfeitorias nelas realizadas -, o que, inclusive, serviu para exaltar mais os ânimos de nossos interlocutores. Segundo um dos fazendeiros, um dos aspectos envolvidos nessa situação conflituosa pode ser assim resumido: alguns fazendeiros, diferentemente dos índios, "não têm raiz" nenhuma no lugar - o que, aliás, só reforça a imagem que os Xavante a eles atribuem - e, portanto, é só a "FUNAI" pagar um preço "justo" que eles vão embora satisfeitos, principalmente porque não "agüentam" mais ser "vizinhos de índio". Trata-se, evidentemente da perspectiva de um pequeno segmento do "setor produtivo" regional, principalmente composto por fazendeiros que moram nas adjacências das T.I.s xavante. A maior parte desse setor teme que as reivindicações dos Xavante por terras no leste matogrossense inviabilize a expansão do agro-negócio, como vimos nas peças publicitárias analisadas anteriormente.

Questionado sobre a possibilidade de um dia haver uma convivência tolerante entre índios e não-índios, um dos fazendeiros respondeu que isso é impossível de acontecer, pois tratar-se-ia de uma "guerra", que nem aquela travada entre *"judeu e palestino"*. A idéia de "territórios ocupados" me recorreu naquele momento e é um dos motes principais que me levou a elaborar os três capítulos finais dessa tese.

1.3.1 "O índio e o mundo dos brancos"

De maneira geral, a rivalidade entre o auto-intitulado "setor produtivo" e os grupos locais xavante tem por base, fundamentalmente, visões totalmente distintas em relação às

³⁹ Os TDA's são títulos de modalidade nominativa e negociável a taxa de juro de 6% (seis por cento) ao ano. De acordo com a quantidade de módulos rurais contidos na área desapropriada, o prazo para resgate pode ser de cinco, dez e vinte anos. São pagos anualmente, na data de aniversário que coincidir com a data de emissão do referido título. Esses títulos são moedas como o dinheiro, têm cotação em bolsa, e são atualizados mensalmente pelo Governo Federal por meios de portarias". (Linhares,2000).

formas de apropriação da terra. Trata-se, portanto, do exercício de diferentes e antagônicas territorialidades.

A monotonia das extensas áreas de agricultura e de pastagens (muitas, infestadas de cupins, fato que só revela a exaustão do solo) ao longo das estradas contrasta com a exuberância da mata que recobre as terras indígenas xavante de maneira geral. Dentro da Terra Indígena Parabubure, retomada por grupos locais xavante na década de 1970, as antigas áreas de pastagens encontram-se num processo intenso de recuperação da vegetação do cerrado original, sendo que quanto mais caminhamos em direção ao seu centro mais exuberante torna-se a mata.

FOTO 7

Área preparada para plantação de soja (Área V)

FOTO 8

Interior da T.I. Parabubure

Não há dúvida de que uma das maiores experiências que se pode ter em um GT de Identificação com participação Xavante é a descoberta, e o decorrente convencimento, de que, por detrás da aparente semi-aridez do cerrado brasileiro, esconde-se uma biodiversidade exuberante, percepção contrária à imagem bastante difundida no e pelo senso-comum de que se trata de um habitat "pobre" e, portanto, destinado a ser extinto para que seja transformado naquilo que seria num imenso "celeiro de grãos para exportação".

Em uma rápida conversa travada pela equipe do GT com um grupo de fazendeiros da região, ficou patente o "diálogo entre surdos" que acontece em situações como esta. *"Agora não tem nada mais lá"*, disse o fazendeiro, referindo-se às antigas áreas de pasto que estão atualmente dentro da Terra Indígena Parabubure, nas quais o cerrado vai se recuperando

lentamente. Um dos representantes xavante na equipe prontamente respondeu: *"Ora, tem cerrado, tem caça!"*.

Esse desencontro de visões a respeito da melhor forma de se apropriar do cerrado expressa a contradição primeira que tem colocado índios e não-índios em conflito há dezenas de anos nessa como em outras regiões do Brasil. De um lado, grandes produtores rurais advindos de outras regiões do país e pequenos produtores cheios de ilusões, que, incentivados por políticas públicas levadas a cabo pelas administrações federal e estadual há décadas, vêem o cerrado como "um matagal" a ser derrubado e substituído pela produção agrícola e pelas pastagens. Do outro, a população indígena local, que vê esse bioma brasileiro como fonte insubstituível para a reprodução de suas formas indígenas de apropriação territorial, não só em termos de subsistência física, como também cultural – cultura vivida intensamente, seja no dia a dia da aldeia, seja em ocasiões cerimoniais.

Não por acaso, mesmo durante os trabalhos de identificação, pudemos observar uma festa de corrida de tora de buriti que estava ocorrendo em uma das aldeias xavante, corrida associada nesse caso, ao ciclo de iniciação masculina.

Foto 9

Foto 10

Em plena identificação, o ciclo de iniciação masculina continua a pleno vapor. (T.I. Parabubure/2003)

Aspectos da lógica espacial dos Xavante podem ser captados através do olhar dos seus “velhos” sobre determinados lugares que, segundo eles, formavam seu vasto “território tradicional”.

Fotos 10A e 10B: “Olhar dos `velhos’(ih í)

Identificação Áreas II e IV

Apesar de nunca ter ouvido em campo por parte dos Xavante nenhum comentário ou sequer indício sobre um suposto “território” de fronteiras ilimitadas – conforme sugeriu explicitamente Seth Garfield (2001:1) : *“to where the earth touches the sky”* - , essas imagens ilustram de que maneira os Xavante orientam a delimitação das áreas que reivindicam numa plano de visualização mais amplo, ou seja, a partir de “morros” devidamente reconhecidos por eles através de (de)nominações tais como: na Área IV: Etereseri’re (“conjunto de casas pequenas”); Área V: Hu’uhi (“lugar onde o xavante matou a onça”) ; Área II: Eterãirebere (?); Área III: Daho’rené (“igual aos seios de moça”).

O sentimento que os velhos Xavante transmitem é que a felicidade pela recuperação de um pedaço de seus territórios se confunde a uma espécie de frustração por perceberem que o confinamento a limites propiciados por uma lógica espacial antagônica as suas é algo inexorável. Eles insistentemente falavam entre si de quando eram *wapté* [adolescentes] e *"andavam lá pelo Xingu, depois da Gaúcha (do Norte)..."* De certa forma, esse sentimento de confinamento acaba por ser também responsável pela agressividade com a qual os Xavante mais velhos expressam suas reivindicações de recuperação territorial, seja na sede da FUNAI em Brasília, seja junto aos "gerentes" das fazendas vizinhas.

Não é por acaso que um dos caciques nos afirmou que eles, os velhos, têm plena consciência de que a possibilidade de reconquistarem partes do seu “antigo território” está cada vez mais difícil - *"os brancos são que nem formiga, são muitos, derrubam tudo"*. Grande parte das lideranças mais velhas – em média com 60 anos – tem gravado na memória todo o processo de expulsão dos grupos locais xavante da atual região de Parabubure ainda na década de 1950. Mas do que isso, foram eles que – asilados durante uma década nas

missões salesianas e nos postos do SPI – iniciaram a saga de recuperação de seus territórios tradicionais a partir do final da década de 70. Se há uma dimensão da situação etnográfica na qual podemos encontrar expressões que fazem alusão ao processo de produção de uma idéia que hoje se denomina como “território tradicional xavante” é quando se convive com essas lideranças. Vejamos um trecho de um diálogo que tive com um velho cacique xavante, descendente de maior prestígio da linhagem Tsahobo:

"Atravessa rio Couto, até Etesirire. Até córrego Piranha, não tem fazenda, nem fazendeiro, nem fazenda Xavantina, não tem nada. Warazu morava longe até nos Estados Unidos, warazu morava longe até Portugal, Itália, Roma. Tudo seu avô longe, eu não conhece. Aqui Brasil é não tem warazu preto, não tem warazu cabelo arrepiado, só cabelo cumprido, Xavante velho, antigo, anda pelado, branco está xingando. Área é da comunidade, é da união, é do indígena. Xavante não morreu nada. Doença de branco entrou em Xavante, Xavante está fraco, comida sal, molho, doce, rapadura, marmelada, é misturado, é doença de Xavante. Xavante antigo não tem nada, está limpo, limpo, índio puro, toma água pura, comida puro, carne puro, peixe puro, sem sal, nada, é sadio xavante antigo. Hoje tem doença. Eu tenho doença reumatismo, dor de coluna, barriga, meu pescoço, minha cabeça dói, por quê? Doença de branco. Warazu trouxe roupa velha, usada, aí manda doença. Antigamente Xavante andava no mato natural, está acabando. Nossa tribo avô, a mãe, só passava no mato, batata raiz, do mato, comer assado, cará do mato, "onirepre", "tomotsu", "usapodo", "munia", "pidihire", xavante antigo come do mato, não tem ferramenta, tira raiz com borduna, pau arrancado de raiz, mulher de xavante antigo é muito forte, não tem diabete, não pega diarreia, nada, antigamente é melhor. Então precisa Xavante hoje pedir terra para aumentar da área, warazu tira tudo fazendeiro até levou até Rio Grande do Sul. Vai embora! Outro fazendeiro mora em São Paulo, vai embora para São Paulo então! Área dele é São Paulo. Político Mato Grosso é filho empresário... Bisavô meu não falou nada de comerciante, de fazendeiro, meu pai não falou nada. Não é amigo de Xavante, meu avô não falou nada. Xavante antigo não conhece remédio de warazu, não conhece aplicar injeção." (A. novembro/2001)

Certamente esse tipo de reflexão só poderia ser expressa com tamanha naturalidade – e complexidade - por um velho xavante que tem na sua biografia territorial base para substanciar os pleitos por terra contemporâneos. Essas gerações mais velhas foram socializadas em espaços territoriais contíguos à T.I. Parabubure, diferentemente das gerações mais novas, nascidas e confinadas em “situação de reserva”. As jovens gerações xavante, apesar de socializadas no registro da tradição, são mais suscetíveis a mudar o eixo de suas demandas para o uso e controle territorial em detrimento das reivindicações sobre o

acesso a novos territórios. Entretanto, nada é tão simples nessa situação etnográfica. Os mesmos velhos que reivindicam novos territórios e que criticam os jovens pela “perda da tradição” são também responsáveis pelos pedidos de suspensão das mesmas reivindicações, pois são eles os interlocutores exclusivos junto ao órgão tutelar.

Com a foto abaixo, termino esse capítulo que foi dedicado a sintetizar os aspectos principais que estiverem presentes na situação etnográfica vivenciada por mim como antropólogo-identificador, entendida como parte uma situação histórica mais ampla, e a partir da qual decolaram os motes fundamentais que vieram a compor o enredo integral dessa tese.

A realização dessa performance foi solicitada pelos próprios Xavante já no final da identificação das Áreas IV e V (dezembro/2001). A foto representa as lideranças xavante “vivenciando miticamente” um acontecimento histórico ocorrido na Área V no qual grupos locais xavante teriam “guerreado” não só com segmentos não-indígenas pela sua ocupação, como também por “parentes de outra nação” que estavam “do lado dos warazu”.

Parte das “linhagens” mais prestigiadas da organização social Xavante, conforme nos ensinou Lopes da Silva (1980), - Omohi, Tsahobo, Rai’iríté e Abdzu – encontram-se representadas na foto, por meio de alguns de seus herdeiros. São eles os “representantes” dos grupos locais xavante que reivindicam particularmente as Áreas IV e V. São eles, verdadeiras biografias territoriais.

Foto 11: Homens e Nomes de prestígio

Área V – fazenda Rio Maria localizada nas adjacências da T.I. Parabubure (2001)

Esses 'chefes políticos', como veremos no próximo capítulo, são ao mesmo tempo produtos e produtores daquilo que se denomina como "território tradicional xavante" e carregam uma espécie de biografia territorial que é passada de geração para geração. Parte dos conflitos presentes no processo de revisão de limites da T.I. Parabubure está absolutamente associado ao confronto dessas biografias, que passam, dentre outras coisas, pelo prestígio da linhagem de que são herdeiras, como também pela (re)fundação de antigas aldeias.

Não foi fácil para a equipe fazer esses velhos índios compreenderem que não havia condições técnicas, jurídicas e políticas para "emendar", como eles gostam de dizer, a atual Terra Indígena Parabubure a outras terras indígenas nas quais se encontram impressas partes de suas "biografias territoriais", como sutilmente sugerido por eles em diversos momentos das etapas de identificação. Repetindo o raciocínio dos Xavante em relação à proibição da caça, a nossa negativa em relação a possibilidade de levarmos em conta um pleito dessa natureza, implicou numa percepção pelos Xavante de que os membros da equipe eram, além de "amigos do Ibama", também "amigos de fazendeiro". Essa negativa não foi gratuita. A coordenação do GT estava orientando a condução dos trabalhos de identificação a partir de duas variáveis: a primeira, de ordem técnica, que exigia a comprovação bem argumentada da articulação dos critérios previstos no parágrafo 1 do artigo 231 da Constituição Federal; a segunda, de ordem política, que levava em conta a sustentabilidade política dessas demandas numa região deflagrada historicamente pela questão territorial indígena. O cumprimento integral da primeira variável colocava em xeque muitas vezes a característica principal do argumento utilizado pelos Xavante para legitimar essas reivindicações: a imemorialidade da ocupação territorial. Como vemos nos capítulos finais dessa tese, essa imemorialidade é um fato objetivamente comprovado por uma vasta documentação oficial que se articula precisamente aos relatos nativos, mas, como já afirmei, ela não é uma argumento que se basta por si só nos procedimentos atuais de reconhecimento de terras indígenas.

Acredito que a passagem abaixo, de Oliveira Filho&Almeida (1998), sintetiza em parte um dos aspectos fundamentais envolvidos em situações etnográficas com esse perfil:

"Imaginar que uma identificação de área indígena corresponda a um simples ato técnico, como buscar antigos cemitérios ou capoeiras, algo tão fácil e direto como verificar impressões digitais, tipo físico ou amostras sangüíneas, não tem o menor fundamento.(...) Uma compreensão racional e científica dessa etapa do processo demarcatório intitulada identificação supõe, portanto, uma investigação antropológica especializada e dirigida, bem como a compreensão plena de que a

proposta que daí resulta é um fenômeno político, isto é, um fenômeno que possui igualmente uma dimensão de barganha na qual os atores buscam maximizar os seus interesses face a um certo contexto histórico e uma determinada correlação de forças." (Oliveira Filho & Almeida, 1998:76/77- grifo dos autores).

Por outro lado, como espero ter apresentado indícios nesse capítulo introdutório, essa situação etnográfica não pode ser entendida plenamente sem que se leve em conta tanto a complexidade da estrutura social xavante, como da sua produção e reprodução dentro de uma dinâmica sócio-espacial mais ampla, que deita suas raízes, oficialmente, ainda no século XVIII.

No exercício de "antropologia aplicada" que aqui tentei sintetizar, foi muitas vezes difícil distinguir *os papéis de cientista acadêmico, pesquisador de campo, militante dos direitos indígenas e profissional que se vê às voltas com a venda do seu trabalho no mercado* (Lopes da Silva, 1994). À diferença entre a situação etnográfica produzida a partir de critérios acadêmicos e a que foi vivenciada pelo antropólogo-identificador exigiu deste inevitavelmente um posicionamento político em defesa das demandas dos índios, por mais que se buscasse produzir uma narrativa dentro do cânone "científico", ou seja, objetivamente neutra.

Inserida em tal contexto, a reconstrução dessa situação etnográfica teve de enfrentar uma questão metodológica prioritária: transformar os dados etnográficos, as análises e as conclusões derivadas de um exercício de antropologia aplicada em um objeto de investigação que permitisse uma reflexão acadêmica livre dos constrangimentos de ordem subjetiva e objetiva presentes na narrativa exigida pelos diplomas normativos que orientam a elaboração de um relatório de identificação de terras indígenas. Os conteúdos apresentados e analisados na totalidade dos próximos capítulos que compõem essa tese certamente trarão elementos suficientes para que se possa averiguar (o leitor) até que ponto esse objetivo foi atingido.

"Linhagens", "troncos", "grupos locais", "chefias políticas", "facções", "disputas por nomes", "fragmentações", dentre outras noções relativas aos aspectos componentes da estrutura social xavante, foram acionadas para um encaminhamento adequado da apresentação (ou produção) da situação etnográfica vivenciada como antropólogo-identificador.

Os dois capítulos seguintes se propõem a apresentar e captar subsídios para distinguir em termos mais detalhados tais conceitos a partir de um mergulho em parte da produção etnográfica a partir da perspectiva da sócio-espacialidade xavante.

A idéia é preparar o terreno para, num movimento posterior (Capítulos 4, 5 e 6), retomar a análise da produção das terras indígenas xavante atuais a partir da remissão a outras situações históricas que se encontram conectadas a maneira fragmentada e conflituosa pela qual tem se manifestado o processo de revisão de limites da T.I. Parabubure. Trata-se de um longo processo de disputa jurídica por terras e pela produção de concepções distintas de “território” – em especial, de ‘território xavante’.

Capítulo 2

Aspectos da estrutura social xavante do ponto de vista sócio-espacial

“As pesquisas entre os Jê confirmam então que a organização dualista é uma teoria cósmica com efeitos profundos na vida cotidiana dos índios, mas sem vinculação com instituições específicas. É por isso que tem se mostrado tão adaptável. Esta conclusão nos leva a outro paradoxo. Este tipo de organização adapta-se tão bem às mudanças que é, em si mesmo, de difícil mudança. Não muda, pois absorve as mudanças, mas pode desaparecer e isto é exatamente o que os índios mais temem. Desaparece quando os próprios índios desaparece ou quando a cultura indígena desaparece, isto é, quando os índios abandonam as suas próprias tradições.”

(Maybury-Lewis, 1988:125)

O objetivo principal desse capítulo é extrair da produção etnográfica sobre os Xavante argumentos que permitam mapear a composição das diversas formações sócio-espaciais que se encontram presentes no *território de um grupo local*, a partir do modelo apresentado por Lopes da Silva (1983). Muitos dos aspectos que serão apresentados dessas formações sócio-espaciais possuem um caráter relativamente idealizado, já que os dados etnográficos do qual extraio tanto suas conformações arquitetônicas como sua composição em termos de uso pelos grupos sociais xavante, foram produzidos já em situações de intensa transformação social advinda do (re)contato desse povo com a sociedade nacional a partir da década de 1950.

Por outro lado, observe-se que estou propondo analisar num primeiro movimento o conjunto de formações sócio-espaciais que compõe a paisagem do *território* de uma *aldeia xavante* vista em termos heurísticos como *tradicional* e não a dinâmica sócio-espacial que articula o conjunto dessa aldeias – e de seus territórios – numa dimensão mais ampla, objeto específico do segundo movimento analítico presente nessa tese (Capítulos 4, 5 e 6). A essa

dinâmica mais ampla, que implica, dentre outros aspectos, acompanhar os processos de gênese e produção tanto das antigas aldeias xavante localizadas no leste matogrossense, como daquelas que se encontram presentes nas suas atuais nove terras indígenas, identifico para efeitos de distinção analítica como pertencente ao plano da macro-espacialidade Xavante.

Na apresentação que se segue, optei por apresentar em sequência as formações sócio-espaciais que compõem o *território de um grupo local xavante*, dimensão da sociabilidade nativa a qual poderíamos denominar também para efeitos analíticos como pertencente ao plano da micro-espacialidade.

A estratégia da apresentação do conjunto de formações sócio-espaciais que compõem o território de uma aldeia xavante visto em termos tradicionais é construída a partir da indicação específica de cada uma dessas formações, das trilhas que as interconectam as demais e, também, a composição dos grupos sociais que as utilizam com mais frequência.

Como as formações sócio-espaciais são produtos da apropriação do espaço pelos grupos sociais, antes de adentrar especificamente na apresentação das primeiras apresento alguns dos aspectos da estrutura social xavante na perspectiva da composição conceitual de seus grupos sociais mais importantes.

2.1. Classes de pessoas e grupos sociais.

A “estrutura social”⁴⁰ Xavante poderia ser vista como a expressão mais próxima de um tipo ideal de **organização dualista** que, por sua vez, se manifestaria no plano da vida social xavante pela oposição categorial nativa entre **waniwinhã** (“nós”) X **watsire’wa** (“eles”) que orienta as distinções existentes entre as classes de pessoas e grupos sociais xavante⁴¹, sem no entanto se vincular exclusivamente a nenhum deles.

⁴⁰ A “estrutura social Xavante” é entendida nessa investigação como um “modelo lógico que existe na mente do antropólogo” (Maybury-Lewis, 1984[1967]:369).

⁴¹ Os sistemas clânico e de parentesco, na perspectiva de Maybury-Lewis, devem ser entendidos em seu conjunto como um sistema de coordenadas sociais que “*fornece a matriz para as situações reais*” (Maybury-Lewis, 1984[1967]:229) orientando assim a prática social de seus diversos grupos sociais. Portanto, Maybury-Lewis parece sugerir uma relativa distinção entre os grupos sociais xavante produzidos concretamente pela dinâmica da prática social – linhagens, grupos domésticos, facções – e o “sistema de coordenadas sociais” que orientam, no limite, a produção dos primeiros.

2.1.1. Clãs, linhagens e facções

As metades exogâmicas aparecem, ora associadas ora não, às três classes de pessoas que na teoria social nativa são identificadas por três clãs segmentados em linhagens - Poredza'ono, Owawe e Toptató. Os vínculos que ligam cada indivíduo a essas classes de pessoas são dados, em tese, pela descendência agnática patrilinear. Como será visto, existem possibilidades contextuais e estruturais de “manipulação” dessa regra.

Maybury-Lewis classificou a sociedade Xavante em duas regiões sócio-espaciais (os Xavante Orientais e os Ocidentais) a partir da percepção de que alguns componentes sociológicos da estrutura social Xavante eram pensados pelos grupos locais que compunham cada uma dessas regiões de maneira relativamente distinta.

Os dois principais componentes sociológicos a distingui-las seriam a organização existente entre as classes de idade e a questão da existência das metades exogâmicas e sua relação entre o sistema clânico composto por três clãs: Poredza'ono, Owawe e Toptató.

Figura 12: A distinção entre “Xavantes Ocidentais” e “Orientais” (Maybury-Lewis)

Fonte: Maybury-Lewis, 1984 [1967]:38)

O que é comum entre ambas as regiões é que seus membros reconhecem a existência desses três clãs exógamos patrilineares. A distinção fica por conta da maneira com que cada um dos conjuntos de grupos locais - orientais ou ocidentais - teoriza sobre as relações de afinidade via casamento existente entre eles.

Note-se que a expressão dos vínculos a cada um dos três clãs por parte dos Xavante ocorre não só pela auto-identificação discursiva, mas também a partir dos motivos distintos expressos na sua refinada pintura corporal em ocasiões cerimoniais.

Quadro 2: Clãs e pintura corporal

Clã	Desenho	Posição	Significado ⁴²
Poredza'ono		nas têmporas	"girino"
Öwawe		nas têmporas	"rio grande ou velho"
Toptató		nas maçãs do rosto	"círculo ,olho" "grito de uma ave"

Adaptado de Maybury-Lewis, 1984[1967]:221)

Entre os "Xavante Orientais" (região do alto Rio das Mortes e de Marawatsede) o casamento pode ser realizado entre membros dos três clãs exógamos, ou seja, no caso desse conjunto de grupos locais xavante, Maybury-Lewis não etnografou a manifestação da distinção entre metades exogâmicas.

Figura 13: Exogamia clânica entre os "Xavante Orientais"

⁴² Ver Maybury-Lewis (Ibidem:221); Giaccaria & Heide (1972:101); Brito Vianna, (2001:104); Falleiros (2005: 85-86)

Mesmo composta por esses três clãs exôgamos, a dimensão da estrutura social dos Xavante Ocidentais seria expressa pela divisão entre duas metades exogâmicas, opondo, respectivamente, um conjunto de pessoas auto-identificadas como Poredza'ono, que só poderiam se casar com as pessoas auto-identificadas como Owawe e Toptató que, por sua vez, também não casariam entre si. (Maybury-Lewis, 1984[1967]:120).

Figura 14: Exogamia clânica entre os “Xavante Ocidentais”: Metades

Cada um dos clãs xavante é constituído por múltiplas linhagens e, apesar de não existir uma definição direta e precisa de “linhagem” nos capítulos que compõem a “Sociedade Xavante”, podemos considerar que Maybury-Lewis concordaria com a definição dada por Lopes da Silva:

um grupo de parentes consangüíneos com ascendência paterna comum que se identifica e é reconhecido por outros como grupo (embora não necessariamente incorporado nem com limites fixados rigidamente). (Lopes da Silva, 1980:133-grifo meu).

Por mais que se negue ou questione a aplicabilidade do conceito de linhagem entre os Xavante - e veremos exemplos disso - as análises empreendidas nessa direção, desde Maybury-Lewis, nos deixam uma certa sensação de que não se trata de um conceito a ser facilmente descartado na apreensão de parte da complexa vida social xavante, fato sugerido explicitamente por Lopes da Silva (1980: 133/134) e de maneira mais implícita por outros etnógrafos (Brito Vianna, 2001).

Mais do que isso, eu diria, seguindo Maybury-Lewis e Lopes da Silva, que os Xavante - particularmente, os homens xavante - têm um profundo prazer em se assumirem como membros de uma determinada linhagem, apesar das confusões que essa identificação gera para o pesquisador e, como indicou Maybury-Lewis, para os próprios Xavante (1984[1967]: 227).

As análises empreendidas por Maybury-Lewis e Lopes da Silva apontam, como veremos, e de maneira um tanto quanto paradoxal, seja para a vitalidade seja para a inadequação parcial da noção de linhagem quando pensada a partir do tipo ideal africano.

Maybury-Lewis entende as linhagens como sub-divisões clânicas, ou seja, de maneira análoga a sua definição de clã, uma classe de pessoas que se vinculam entre si através da descendência patrilinear.

“Os fundadores dos clãs saíram da terra, no começo, quando não havia nada (...) eles fundaram os clãs Poredza’ono, O Wawe e Toptató; os três clãs pintaram-se segundo os padrões diversos e fizeram uma acordo: tomariam sempre, em casamento, os filhos uns dos outros.” (pág. 220-grifo meu).

Entretanto, o próprio Maybury-Lewis encontrou certas ambiguidades manifestas pelos Xavante em relação a identificação precisa dos atributos e prerrogativas que distinguiriam uma linhagem de outra. O autor viu essas ambiguidades como fruto de arranjos contextuais eminentemente políticos, enquanto Lopes da Silva, se por um lado trouxe à tona mais uma série de fatores que as reforçaram, pelo outro demonstrou que muito do que Maybury-Lewis indicou como fruto do “contexto” era “previsto estruturalmente” (Lopes da Silva, 1980:137).

Maybury-Lewis identificou as seguintes linhagens clânicas e seus atributos respectivos. (Maybury-Lewis, 1984[1967]:378-381).

Quadro 3: As linhagens xavante e suas designações⁴³ – Maybury-Lewis

Clã Poredza’ono	Clã Owawe	Clã Toptató	Sem referência ao clã
A’é (colar de sementes)	Wahi (cobra)	Wahi	Abadzi (algodão)
Aluté Manãri (nomeadores das meninas)	Uhe/uhõ (porco do mato) ou abadzipré (algodão vermelho)	Aluté Manãri	Dahoiwaro
Tebe (nome ritual masculino)	Tebe	Hu “onça”	Iwede (madeira)
Wamãri (espécie de madeira da qual se faz um cilindro polido)	Wamãri	Amur	Uhödö (anta)

⁴³ Note-se no quadro as seguintes **linhagens Xavante**: “Wahi’tede’wa (donos da cobra) e “Abadzi’tede’wa” (“donos do algodão). Agora vamos aos **clãs Xerente**: “Wahirêtedekwa” (“donos da cobra pequena”) e Kbazi (“donos do algodão”). Há um outro clã xerente denominado Kritodetekwa (“os donos da mangaba” –fruto do cerrado). Na língua Xavante mangaba é designada como “*Rito*”, apesar de nenhum etnógrafo ter identificado entre eles as possíveis linhagens “donas” desse fruto.

Wamaridzu (são os “pacificadores”)	Wamaridzu		
Pahōriwa (nome cerimonial masculino)	Dzutsi “pó mágico”		
Da’rã (pintura com urucum (cor preta) no rosto)			

Note-se que para cada linhagem identificada há uma prerrogativa específica, nas palavras do autor, uma “espécie de apelido”, que antecede o sufixo “*tede’wa*”: por exemplo, a linhagem “wamaritede’wa”, do clã Poredza’ono, é assim denominada por ter como prerrogativa a posse exclusiva do “wamari”, um espécie de cilindro de madeira polida que permite aos seus “donos” a capacidade de clarividência e de comunicação com os mortos (Maybury-Lewis, 1984[1967]:380)⁴⁴.

Tudo estaria bem encaminhado se não fosse por um motivo, como deve ter sido notado na tabela: linhagens pertencentes a clãs diferentes possuem as mesmas designações. A linhagem Wamaritede’wa está presente não só em linhagens do clã Poredza’ono, como também das do clã Owawe; a linhagem Wahitede’wa nos dois clãs Owawe e Toptató, e assim sucessivamente, como indicam as flechas na tabela. Lembro aqui que Maybury-Lewis está falando de um grupo local identificado aos “Xavante Orientais”, por isso, falo de clãs e não de metades clânicas.

“A designação Wamaridzu aplicava-se a duas linhagens de clãs diferentes, em São Marcos. Insisti junto aos Xavante para que me esclarecessem esta aparente contradição e, como resposta, ouvi que os Wamaridzu tinham se misturado (aos dois clãs), nesta aldeia.” (Ibde: 227). (...) O contexto determina não só o que um Xavante faz – o que é óbvio – mas também o que ele é.” (pág.229).

Essa maneira de confundir as linhagens se dá pela desintegração de uma delas por conta das disputas faccionais o que implica em muitos casos pela adoção dos membros remanescentes a uma outra. Esse foi o aspecto principal da ambigüidade captada por Maybury-Lewis na composição social de uma linhagem.

⁴⁴ Segundo, Giaccaria&Heide, (1972:289) os wamaritede’wa são os “donos dos sonhos” enquanto os wamaridzutedewa são os “pacificadores”.

Antes de continuar nessa discussão sobre a aparente “fluidez” da noção de linhagem entre os Xavante, adianto a definição de “facção” já que, particularmente para Maybury-Lewis, é praticamente impossível falar de linhagem sem que se faça referência a sua relação inerente junto a dinâmica faccional, fenômeno fundamental da vida social xavante. Por “facção” entenda-se um grupo social contextual e não-corporado constituído para fins políticos efêmeros, formado exclusivamente por homens e, essencialmente, por aqueles pertencentes à categoria de idade de “maduros” (*ipredu*). Assim como o *dualismo*, a *facciosidade* é um fato sociológico irreduzível da vida social Xavante, diz Maybury-Lewis (1984[1967]:5). As facções, apesar de terem como núcleo central uma determinada linhagem, com ela não se confundem, já que sua composição real incorpora membros que se identificam não só a linhagens distintas, como também a membros de clãs ou metades diferentes.

Assim, se em termos da teoria social nativa, é entre o grupo de maior amplitude – os clãs - que um homem envolvido em uma disputa faccional espera encontrar solidariedade irrestrita, na prática social, muitas vezes se observa dissensões dentro do mesmo clã manifesta por intensas disputas inter-linhagens ou, mesmo, de segmentos de uma mesma linhagem. Por conta dessa constatação, ensina Maybury-Lewis :

‘ (...) são as linhagens que devem agir como grupos incorporados ⁴⁵. Cada membro de uma linhagem determinada não pode tomar partido diverso do de seus companheiros em questões importantes, a menos que queira deixar de pertencer ao grupo.(...) É, portanto, mais importante para aos moradores de uma determinada aldeia saber com que linhagens um recém-chegado tem ligações do que descobrir a que clã pertence. No momento em que ele pinta o seu corpo segundo um padrão característico de uma dada linhagem, faz uma afirmação pública de sua filiação faccional.(...) A expectativa é que os membros de uma linhagem não façam oposição aberta uns aos outros, é, aqui, muito maior do que no caso do clã. Assim, são as linhagens os grupos incorporados nos quais o sistema político se baseia.’ (Ibidem:pág.224/225-grifos meus).

O grupo social hegemônico numa determinada aldeia, ou seja, a facção dominante, é reconhecido pelos Xavante pela linhagem clânica a que o “chefe” da aldeia se auto-identifica.

⁴⁵ Ou “corporados”, tanto faz para o raciocínio do autor essa distinção de ordem conceitual. Isso não impede que se ressalte aqui os questionamentos realizados por Falleiros (2005:65-66) em relação à associação que Maybury-Lewis faz da noção de linhagem como um “grupo corporado” - na versão em inglês da Sociedade Xavante - e a sua tradução como “grupo incorporado” por Lopes Da Silva, na versão em português da mesma obra

A “condição de “chefe” é o maior bem de prestígio disputado pelos homens maduros xavante e suas facções ⁴⁶.

“Um chefe é reconhecido como tal enquanto é o cabeça de uma facção forte. Segundo o pensamento Xavante, se sua facção deixa de ser suficientemente forte e poderosa para mantê-lo naquela posição, ele perde o direito à chefia.” (Maybury-Lewis, 1984[1967]:251).]

Lembremos que Maybury-Lewis, apesar do foco dado à dinâmica faccional xavante, nunca abandona o pressuposto estrutural de que os grupos sociais xavante são sempre expressões da dicotomia categorial entre “nós/eles”. Por conta disso, Maybury-Lewis afirma que sempre encontraremos em qualquer aldeia xavante processos de disputa política envolvendo duas facções antagônicas, uma dominante e outra opositora ⁴⁷. Por decorrência lógica, é possível supor que Maybury-Lewis concordasse que fosse possível observar numa aldeia a dicotomia entre duas linhagens mais hegemônicas, já que as facções têm por base as coalizões entre segmentos de linhagens pertencentes a clãs distintos. Será isso mesmo que ele fará quando diagnosticar a espacialização da dinâmica faccional ocorrida na aldeia São Domingos em 1958, assunto que será tratado no próximo capítulo.

Lopes da Silva (1980:36) diagnosticou que Maybury-Lewis chegara a alguns “becos sem saída” quanto à identificação precisa das linhagens e a filiação clânica conforme expressas pelos Xavante.

Como “solução”, afirma Lopes da Silva, o antropólogo britânico apresentou a explicação de que a “fluidez” presente na composição das linhagens seria fruto dos arranjos políticos contextuais. Lopes da Silva irá identificar a partir da análise de três situações sociais distintas, outras incompatibilidades e contradições relativas às prerrogativas e ao processo de identificação das “linhagens” xavante, dando mais ênfase ainda à fluidez presente na organização desses grupos sociais. Entretanto e apesar disso, a autora manterá como válido o uso da noção de linhagem para a compreensão da vida social xavante, além de demonstrar que aquilo que Maybury-Lewis identificou como ambigüidades contextuais do sistema de identificação clânica e de linhagem, está previsto estruturalmente.

No **Cerimonial do Oi’ó**, realizado pelos *wapté* logo no início do ciclo de iniciação masculina, dois grupos de jovens, escolhidos pelos membros mais velhos da aldeia, são

⁴⁶ “As facções competem eternamente por poder e prestígio assim como pelo prêmio maior: a chefia.” . (pág. 250)

⁴⁷ Brito Vianna problematizou com precisão a associação feita por Maybury-Lewis entre o dualismo jê e esses grupos sociais denominados “facções”. (2001:111/112)

colocados em pólos opostos do warã e ali reproduzem uma performance composta pela luta ritual com pequenas bordunas ou raízes de um capim grosso e pelo estímulo à resistência e à agressividade masculina. Nesse cerimonial os meninos recebem coletivamente pela primeira vez uma marca identitária: as pinturas corporais que os identificarão para o resto da vida como membros de um dos clãs xavante, pelo menos no plano desejado pela teoria social nativa. A questão é que durante esse processo ritual alguns “meninos”⁴⁸ podem receber a insígnia clânica de um homem de um outro clã ou metade que não o (a) do seu pai, após acordo deste com aquele. Apesar disso, para Lopes da Silva ainda, isso não altera o uso da terminologia de parentesco e sua relação com seu grupo doméstico, tampouco suas identificações às metades exogâmicas. (Lopes da Silva, 1980:140). Esclareço aqui que Lopes da Silva, como veremos mais abaixo, não relaciona às metades exogâmicas aos três clãs xavante, diferentemente do que fazem, por exemplo, Maybury-Lewis – no caso dos “Xavante Ocidentais” – e Giaccaria&Heide de maneira generalizada. Quando esse “menino” chegar a idade madura fará referência ao clã que foi adotado cerimonialmente no ritual do Oi’ó. Isso explica, por um lado, o fato de a autora ter constatado que membros de um grupo de irmãos reais usavam identificações clânicas diferentes e, por outro, as aparentes ligações incestuosas. (Lopes da Silva, 1980:138/139). Essa descoberta etnográfica dá mais força ainda àquela sensação de ambigüidade verificada por Maybury-Lewis nas relações de identificação de homens xavante às linhagens.

Mas as complicações não param por aí. Lopes da Silva assinala que Maybury-Lewis não observou com precisão a relação existente entre as linhagens e suas prerrogativas. Para a autora, aqueles ornamentos rituais (wamari), nomes/cargos (Pahöriwa), plantas (abadzi) ou animais (wahi) que para Maybury-Lewis seriam designações que distinguiriam as linhagens são, na verdade, prerrogativas quase exclusivas, num primeiro momento, de cada um dos clãs xavante. Ocorre que a partir daí as coisas se embaralham mais ainda: essas prerrogativas são trocadas e emprestadas a partir do estabelecimento de alianças inter-linhagens vinculadas a clãs diferentes, de caráter político ou mesmo para equilíbrio numérico entre grupos sociais. Isso explica, por outra via, o porquê de Maybury-Lewis ter

⁴⁸ Uso “meninos” aqui porque há um problema etnográfico não resolvido ainda entre os Xavante. Para Maybury-Lewis esses meninos são os “meninos da casa de solteiros” (1984[1967]:306), portanto, os *wapté*. Para Giaccaria&Heide trata-se de *watebremit* – meninos de 2 a 7 anos que ainda que não adentraram a casa dos solteiros. (1972: 121, 285). Lopes da Silva concorda com Maybury-Lewis: “luta com pequenas bordunas realizadas entre os meninos durante sua permanência na casa de solteiros.” (1980:138 – nota de rodapé).

encontrado a mesma designação para linhagens pertencentes a metades clânicas distintas em São Domingos.

“A relação entre duas linhagens com o mesmo nome não precisa ser uma relação de parentesco explicitada através da pertinência a um mesmo clã (como deveríamos esperar que acontecesse se nos prendêssemos ao material correlato de tribos africanas). O ponto em comum entre ambas é exatamente o fato de serem ‘donos’ da [mesma] função não-mágica...” (Lopes da Silva, 1980:144).

Há uma última “saída institucional para a ‘fixidez’ das categorias” entre os Xavante – o sistema de nominação – responsável por uma outra forma de estabelecimento de laços “entre afins”, no caso, entre os conjuntos de linhagens que compõem distintamente cada um dos clãs ou as metades, dependendo do etnógrafo. Nos diversos rituais que compõem o sistema de nominação, pode ocorrer também o *pedido*, o *oferecimento* e a *doação* de nomes, realizados tanto entre homens pertencentes a metades diferentes como entre homens de gerações diferentes. (Idem, 1980:145). Note-se que, no ritual do Oi’ó, o nome que “um menino não-iniciado” recebe pode ser transmitido pelo FF, FFB, mas, também, pelo MF, MFB. (Ibidem: 52)⁴⁹.

Diante da crítica feita a Maybury-Lewis sobre a inadequação da associação entre as prerrogativas e as designações das linhagens⁵⁰, os critérios de identificação desses grupos sociais não serão mais dados pelas prerrogativas apontadas pelo primeiro autor, mas sim, através do nome de maior prestígio do ancestral fundador do tronco, dentre tantos que ele obteve durante toda sua vida. (Lopes da Silva, 1980:247).

As “linhagens xavante” identificadas por Lopes da Silva na aldeia do P.I. Paraíso, denominadas pela autora como “troncos”, são apresentadas na tabela abaixo: nele estão identificados os nomes e a seqüência dos números de cada tronco, conforme identificado pela autora.

⁴⁹ Maybury-Lewis deu ênfase ao papel do tio materno – MB - no ritual do Oi’ó, assinalando outra coordenada sociológica que orientará a vida de um homem xavante em suas várias dimensões: a relação entre F e MB, ou, nas palavras do autor, a relação crucial da sociedade Xavante – ZH (marido da irmã) e WB (irmão da esposa). (1980[1967]:297)

⁵⁰ Que também já estava presente em Muller (1976), conforme descreve Falleiros (2005:51).

Quadro 4: Os “troncos” xavante identificados por Lopes da Silva (1974-P.I.Paraíso)

<i>Troncos/Metade I</i>		<i>Troncos/Metade II</i>	
´Ráí´rité	1 a 103	Wa´rái´ró	283 a 369
Omohi	104 a 149	Abdzu	370 a 428
Tsahöbö	150 a 180	Parawawi	429 a 461
Abarewarí	181 a 198		
Aptise´ré	199 a 251		
<i>AVULSOS</i>		<i>AVULSOS</i>	
Tsipadzabé	252 a 264	Tsimõ	462 a 490
Tomotsu	265 a 282	Aihidí	491 a 499
		Podze´u	500 a.....

Fonte: Lopes da Silva, 1980:248.

Maybury-Lewis já demonstrara certo espanto diante das incertezas provocadas pelo sistema de nominação xavante.

“Os nomes pessoais devem servir, com toda certeza, para identificar as pessoas. Os dados Xavante, no entanto, são ambíguos. Os nomes Xavante poderiam ser usados desse modo; na verdade, não o são. O problema que se coloca é: eles são pensados como meio de identificação de indivíduos? Para essa questão, não tenho resposta. “ (Maybury-Lewis, 1984[1967]: 301).

Lopes da Silva, como já vimos, responde a essa pergunta de maneira bastante incisiva: um nome não só identifica um indivíduo determinado, como trata-se do critério fundamental para distinção inter-linhagens, no caso da autora, inter-troncos, já que é pelo nome de maior prestígio que um ancestral fundador de tronco é identificado. Lembro ainda que Lopes da Silva assinala que um homem xavante pode adquirir até oito nomes durante a sua vida, sendo que por isso o “nome” – tanto em termos quantitativos como, e principalmente, qualitativos - é considerado um índice de prestígio para um homem xavante e, não por acaso, extremamente disputado. É importante dar destaque aqui a mais um índice que revela o alto grau de prestígio que um “nome” xavante masculino possui na dimensão sócio-política da vida social xavante.

“É freqüente a situação de um homem que, ao morrer, transmite seus nomes diretamente a seus filhos; ou os transmite ao mais velho de seus filhos; ´depositando-os´ sob sua responsabilidade e indicando a quem, dentre seus filhos

mais novos, cada nome deve ser transmitido oportunamente.” (Lopes da Silva, 1980: 55).

Mas esse aspecto da teoria social nativa quando diante da prática social também se revela crivado de complicações. Algumas disputas registradas por etnógrafos - como Maybury-Lewis, Giaccaria&Heide, Britto Viana, dentre outros – por nomes de prestígio tiveram como resultado fissões entre linhagens. Como fator complicador a mais, esses nomes – tidos por Lopes da Silva como feitos para “doar” e não para “acumular” – são motivo de transferência constante entre os “troncos” e, portanto, entre os clãs.

Um caso que ilustra a disputa por nomes pessoais foi registrado por Maybury-Lewis (1980[1967]:298): a adoção do nome “Apowe” pelo chefe de São Domingos era motivo de polêmicas acirradas entre os grupos locais xavante. Explica-se. Apowe era também o nome de um outro chefe excepcionalmente forte da região do Couto Magalhães e Kuluene, que na época das pesquisas de Maybury-Lewis, já se encontrava asilado numa aldeia recém-fundada na Missão Salesiana de São Marcos. Muitos xavantes ouvidos por Maybury-Lewis acusavam o chefe de São Domingos, dentre tantas outras coisas, de ter “roubado” o nome “Apowe”.

Essa sobreposição de nomes de grandes lideranças xavante numa mesma geração causa para o investigador uma enorme confusão etnográfica quando o tema é a formação dos grupos locais xavante⁵¹. Ressalte-se que essa sobreposição causa um certo desconforto etnográfico quando colocamos em cena a afirmação peremptória de Lopes da Silva de que *“não devem existir dois homens adultos que tenham o mesmo nome simultaneamente”*. (1980:52). Estamos, ao que tudo indica, diante de mais um dos casos xavante em que a teoria social nativa não é acompanhada mecanicamente pelas práticas sociais levadas a cabo pelos seus membros. É bem provável que Lopes da Silva esteja absolutamente correta ao identificar essa norma social, até porque é justamente levando-se em conta a relação dialética existente entre a teoria e a prática xavante que se torna mais compreensível parte dos constantes processos de fissão existentes entre as linhagens xavante.

A análise dessas três situações sociais em que ocorre a transmissão e a troca cerimonial entre prerrogativas, nomes e identificação clânica inter-clânicas para fins de aliança de parentesco e políticas corrobora, segundo Lopes da Silva, sua idéia de que o que aparece como contextual para Maybury-Lewis estaria previsto estruturalmente. Isso tudo

⁵¹ Numa breve olhada nas genealogias elaboradas por Maybury-Lewis, Lopes da Silva e Giaccaria&Heide é possível entrever vários casos com esse mesmo perfil.

permitiria captar *a redefinição e reconstrução continuada desses grupos sociais* [as linhagens] *a cada duas gerações*. (Lopes da Silva, 1980:132).

Portanto, apesar de reafirmar - por decorrência lógica da sua argumentação - a dificuldade de usar o termo linhagem no contexto xavante, a autora não o descartará totalmente, já que “...quando não comprometido integralmente com o sentido que toma nos modelos africanos e outros, [o conceito de linhagem] pode ser útil para a compreensão da realidade Xavante.” (Ibidem:133).

Como afirmei anteriormente, também compartilho da validade parcial da noção de linhagem entre os Xavante já que as observações que colhi em campo reafirmam essa importância, apesar da fluidez apresentada em suas composições. Muitas das lideranças Xavante que atualmente solicitam a revisão de limites da T.I. Parabubure têm seu prestígio assentado tanto nos nomes herdados dos ancestrais fundadores de tronco, como também pelo fato de serem vistas (as lideranças atuais) – e talvez correlativamente – como fundadoras de aldeias. Entretanto, pelo fato de haver uma disputa ferrenha entre parte das grandes lideranças xavante atuais para se legitimarem como os principais “herdeiros” das mais prestigiadas linhagens – algo que passa, dentre outras coisas, pela herança de “nomes famosos” e apropriação de prerrogativas - muitas vezes a identificação das suas composições torna-se inviável.

Há uma grande disputa entre essas lideranças ainda num outro plano da manifestação do sistema de nomeação xavante: a nomeação – a “nominação”, para ser mais coerente – das áreas reivindicadas pelos conjuntos de grupos locais que compõem a Terra Indígena Parabubure, como apresentei no Capítulo 1. Mais do que isso, como será visto, essas disputas por nomes e por fronteiras territoriais se dão também dentro dos contornos internos dessa região tradicionalmente ocupada por conjuntos de grupos locais xavante desde meados do século XIX e na qual se encontra a atual T.I. Parabubure. O sistema de nomeação Xavante – e toda a complexidade de seus desdobramentos em termos de prática social - encontra-se articulado de maneira evidenciada à lógica espacial xavante, relação que ilustrei brevemente no Capítulo 1 e que será mais detalhada no Capítulo 6 dessa tese.

2.1.2. Classes e categorias de idade

O ciclo de vida de um homem xavante é marcado por três grandes fases, distinguidas internamente por diferentes categorias de idade: não-iniciados, em processo de iniciação e iniciados.⁵²

Esse ciclo de desenvolvimento diacrônico da pessoa masculina xavante⁵³ tem alguns momentos bastante significativos para o entendimento de seu posicionamento político quando futuramente esses adolescentes completarem seu ciclo de iniciação e adentrarem na dinâmica faccional xavante de maneira definitiva. Antes da segunda fase de seu processo de socialização – quando se tornam waptés – um “menino” xavante traz em sua bagagem de socialização primária uma relativa, mas ainda não decisiva, identificação à “linhagem” patrilinear da qual é herdeiro, que pode se dar pela nascimento como pela adoção, mas principalmente por conta do primeiro nome que recebe por volta dos 5 anos, na maioria dos casos “sonhados” por membros da sua linhagem patrilinear.⁵⁴ Como ensina Lopes da Silva (1980:138-141), essa herança será reforçada quando o “menino” passar a ser classificado na categoria de idade dos wapté, já que será novamente batizado com outro nome, na grande maioria dos casos, também “sonhado” pelos membros de sua patrilinearidade..

Uma vez que cumpra rigorosamente as prerrogativas previstas na sua formação e termine o ciclo de iniciação na “casa de solteiros”, o grupo de *waptés* em seu conjunto passará a ser identificado a um outro grupo social xavante: as classes de idade. O conjunto dos wapté, independentemente de suas filiações clânicas ou linhageiras, será identificado – para o resto de sua vida – como membro de um dos oito grupos cerimoniais que compõem o sistema de coordenadas sociológicas das classes de idade. São eles: *‘Tsadoro*, *‘Aire’rê*, *Hotorã*, *Tirówa*, *Etepá*, *Abar’ú*, *Nödzo’u*, *Anorówa*⁵⁵.

⁵² Na primeira fase os Xavante identificam as **categorias de idade** dos “nenês” (aiuté); dos “meninos pequenos” (watebrémi) e dos “meninos” (airepúdu). Na segunda fase, dos adolescentes (wapté). Na terceira, dos “rapazes iniciados” (ritéi’wa); do “jovem homem maduro” (ipredupté ou danhohui’wa); do “homem maduro” (iprédu); do “velho” (ihí). (Lopes da Silva, 1980:38). Grahman (1990 apud Falleiros, 2005:69) afirma a existência de outra “categoria de idade”: a dos “antepassados”, *hōimana’u’õ*.

⁵³ Muller (1976) apud Brito Vianna (2001:127).

⁵⁴ Lopes da Silva assinala que o mapeamento dos nomes dos watebreimi da aldeia P.I. Paraíso indicou a preferência, em primeiro lugar, pelos nomes dos ‘avós’ paternos e, em segundo, pelos nomes “inéditos” sonhados pelos homens da mesma patrilinearidade. Só alguns casos bastante raros indicaram a escolha do nome pelos homens da patrilinearidade da mãe, por exemplo, MB. (1980:43).

⁵⁵ Será nesse momento que dois ou três wapté estabelecerão os laços de amizade formal denominado *da’amō*. (Lopes da Silva, 1980:169). Para uma apresentação e discussão da associação entre os ciclos das classes de idade e das categorias de idade entre os Xavante ver Brito Vianna, 2001:126-136.

Esse processo de convivência na “casa de solteiros” entre “adolescentes” – os wapté - produzirá esses grupos cerimoniais que serão, em tese, marcados pelas forças de sociabilidade harmoniosas e solidárias, simetricamente contrapostas às forças de sociabilidade mais desruptivas orientadas pelos conflitos inter-linhagens e suas múltiplas segmentações, base da formação das “facções políticas” xavante.

Ressalte-se que uma outra força de solidariedade perpassa o ciclo de formação de um homem xavante: quando os wapté, terminando o processo de iniciação na “casa de solteiros”, adentram na categoria de idade dos “ri’te’wa, “rapazes iniciados, mas ainda solteiros”. (Lopes da Silva, 1980: 52). Esse rapaz iniciado receberá um outro nome, agora não mais por membros de sua patrinhagem, mas sim, pelo seu “tio materno” (MB). Ou seja, tanto a amizade formalizada quanto a nominação cerimonial realizada pelo “tio materno”, são ingredientes sociológicos que apontam para o estabelecimento de relações solidárias entre afins. Na verdade, essa relação cerimonial entre MB/ZS que só se consagra quando o ZS se torna um rapaz iniciado, tem sua gênese numa relação de solidariedade e de afetividade pré-existente que já se desenvolvia em outro plano da sociabilidade xavante: dentro do grupo doméstico.

Entretanto, como estamos diante de uma “sociedade dialética”, quando esses “rapazes iniciados” casarem e, particularmente, quando tiverem filhos, é que o processo de iniciação masculina chegará ao seu término, possibilitando aquisição de prerrogativas suficientes para participarem ativamente das tomadas de decisões políticas coletivas que se desenrolam no pátio central da aldeia. A partir de então esse jovem iniciado formalmente será incorporado à dinâmica faccional que perpassa toda a vida social xavante (Maybury-Lewis, 1984[1967]). No casamento, como veremos posteriormente, a relação dialética entre afins será recolocada em outro plano pela oposição entre genro/sogro.

É importante por fim, como afirma Maybury-Lewis, ressaltar que a identificação de um homem xavante aos seus companheiros de classe de idade - a qual pertencerá idealmente para o resto de sua vida - perderá paulatinamente importância diante do seu vínculo às facções. (1984[1967]:366).

A partir desse momento, segundo Maybury-Lewis, um homem xavante

“(...) cessa de participar das atividades da classe de idade. Passa a assumir com mais seriedade suas obrigações para com sua facção e relega a segundo plano seus deveres para os companheiros de idade. Poder-se-ia dizer, então, que os sistemas de classes de idade constituem, de certo modo, uma instituição subordinada.” (Maybury-Lewis, 1984[1967]:366).

2.1.3. Grupos locais, grupos domésticos e famílias nucleares

O modelo conceitual de um grupo doméstico xavante é aquele configurado por um conjunto de famílias nucleares sob a chefia familiar de um “sogro”. Sabemos também que o casamento preferencial realizado entre os xavante é realizado entre um grupo de irmãos e irmãs, do qual também deriva a possibilidade – sempre aberta pelo sistema – da poliginia sororal. (Maybury-Lewis, 1984[1967]:134). Trata-se de um sistema baseado fundamentalmente no “princípio da unidade do grupo de siblings”.

Assim, ainda em termos conceituais, uma vez que cada habitação que compõe uma aldeia xavante deveria reproduzir essa conformação, poderíamos obter a imagem da configuração sócio-espacial de um conjunto de 02 grupos domésticos – A e B - da seguinte maneira.

Figura 15: Modelo conceitual de grupo doméstico

Maybury-Lewis (1984[1967]:107-152) faz uma longa descrição do desenvolvimento diacrônico e composicional de um “grupo doméstico” xavante. Logo no início da sua apresentação o autor assinala que “as patrilinhagens formam o cerne das facções Xavante de modo que os filhos constituem a base do esteio político de um homem.” (Maybury-Lewis, 1984[1967]:108). Em outra passagem o autor é mais contundente ainda:

“Se elas [as esposas de um homem] lhe dão filhos homens cedo, estes significarão um aumento no prestígio do pai, tornando-o cabeça de uma linhagem forte, o que, por sua vez, pode lhe dar o direito de tomar esposas extras.” (Idem:122).

O problema desse modelo político de grupo doméstico - que tem como unidade mínima a coalizão “consangüínea” entre pais e filhos - surge quando a ideologia da patrilinearidade que o sustenta é clivada pela regra de residência uxorilocal. “Os maridos das filhas num grupo doméstico Xavante são inferiores aos pais e irmãos de suas esposas. Um rapaz adia tanto quanto possível, portanto, a aceitação do status de marido da filha na casa

de sua esposa.” (Ibidem:133). Em síntese, quando um homem xavante vai morar com os sogros ele *transformou-se num refém que entra num campo inimigo*. (ibidem:151).

A tensão entre sogro/genro/pai acompanhará um homem xavante durante parte de sua vida. Será resolvida tanto de maneira contextual, dependendo do prestígio das linhagens do pai e do sogro em confronto e da suas alianças ou rivalidades construídas historicamente, como também ativação de outras forças sociais que contrabalanceiam esses processos disruptivos, particularmente, aquelas associadas ao sistema das classes de idade e os laços produzidos entre afins pela convivência dentro de um grupo doméstico⁵⁶. Quando o “sogro”, ao final da vida, estiver incapacitado de produzir seu próprio sustento, diminuirá a tensão política existente entre ele e seu(s) genro(s), já que caberá ao último ser solidário com a situação vivenciada pelo sogro. (Giaccaria&Heide,1972; Lopes da Silva,1980).

Note-se ainda, como descreve Maybury-Lewis (1984[1967]:145), que um menino xavante nascerá num grupo doméstico dominado pelo seu avô materno - o sogro de seu pai (visto como um estranho, porque um afim) e terá durante grande parte da sua infância uma relação privilegiada com o referido avô materno (MF) e os irmãos da sua mãe (MB). Nada simples, poder-se-ia dizer, a vida política de um homem xavante. Essa tensão ganhará outros contornos quando esse homem xavante que, num primeiro momento, entra como genro num grupo doméstico, e com a morte do sogro, passa a ocupar o seu status – o de sogro. (Ibidem:144)

Pode-se destacar aqui uma complementação adicional que está presente implicitamente nessa análise. Se o genro (o mais velho, normalmente) ocupa o lugar do sogro na casa/grupo doméstico após o falecimento desse último, por um período pode ser que esse grupo doméstico seja composto por membros da mesma linhagem:

“Do ponto de vista xavante, os melhores casamentos são os que ligam um grupo de irmãos a um grupo de irmãs. Desta forma, as patrilineagens não se desfazem como consequência da regra de residência após o casamento”, ensinou Maybury-Lewis (Idem: 135).

Importante ainda ressaltar que se a “posse” da casa é atribuída à mulher mais velha da casa⁵⁷ (Giaccaria&Heide,1972:43), para Maybury-Lewis (1984[1967]: 151) é o avô materno, portanto, o sogro, que é o chefe político do grupo doméstico. Giaccaria&Heide não

⁵⁷ “A posse da cabana – posse tomada no sentido lato, porque na sociedade Xavante não se encontram os nossos conceitos de posse e de propriedade – é atribuída à mulher mais velha que seja mãe de algumas ou eventualmente de todas as jovens que habitam a cabana com os seus maridos.” (Giaccaria&Heide, 1972:43)

discordam de Maybury-Lewis em nenhum momento da sua etnografia, mas chamam a atenção para o papel preponderante que as mulheres possuem não só no circuito de distribuição da caça, como também nas atividades de distribuição dos alimentos no geral, com implicações sociológicas importantes e pouco exploradas na literatura xavante.

“Por isso há motivos para supor que a cabana e a plantação sejam consideradas propriedade da mulher.” (1972:48).

Essas duas prerrogativas, evidentemente, parecem não ser excludentes. Entretanto, quando observamos a composição real de grupos domésticos e grupos locais logo a seguir definidos e suas transformações no tempo – como veremos posteriormente –, percebe-se que um estudo aprofundado que levasse tais prerrogativas em consideração possibilitaria esclarecer uma outra dimensão da dinâmica de segmentação intra-linhagem e formação de grupos políticos xavante dada pela participação ativa das mulheres nesse processo, e até hoje relegada a segundo plano ⁵⁸.

Figura 16: Comparação entre dois modelos de grupo doméstico

COMPOSIÇÃO IDEAL DE UM GRUPO DOMÉSTICO
NA PERSPECTIVA DA CHEFIA POLÍTICA DA CASA

COMPOSIÇÃO IDEAL DE UM GRUPO DOMÉSTICO
NA PERSPECTIVA DA POSSE “ECONÔMICA” CASA

A “sociedade Xavante” tradicional, como a apreendemos nas interpretações de seus etnógrafos, se constitui por um conjunto de aldeias nas quais podem ser encontradas o seu “universo social em miniatura” – denominado pelos especialistas como seu “microcosmo” – e, talvez por isso mesmo, tenha sempre ficado em segundo plano na etnografia as relações existentes entre as aldeias. Lopes da Silva sintetizou com precisão a concepção sobre o que poderíamos imaginar como uma unidade no plano de um grupo local xavante :

⁵⁸ Falleiros (2005:91-110) apresenta um exercício importante sobre a composição dos grupos domésticos e das habitações xavante a partir da noção de “sociedade das casas” como “pessoal moral” de Lévi-Strauss. Em nota (118) na página 97, Falleiros assinala a “diferença grande” existente entre a casa Kaiapó Mebengokre (Lea,1995) e a casa xavante. Parece-me, por pura intuição, que há aqui um grande filão etnográfico a ser percorrido.

“(...) não vejo a aldeia como resultado da união de grupos numericamente reduzidos e economicamente autônomos; antes, vejo estes grupos como possíveis porque se articulam mutuamente num todo que se constitui como sociedade, a qual controla a posse e o usufruto, por seus membros, de um território do qual retiram sua subsistência. Não é a sociedade que é o resultado da soma ou da justaposição de pequenos grupos familiares; ao contrário, estes podem isolar-se temporariamente exatamente porque contam com a garantia de sua permanência a uma unidade maior e, portanto, física e logicamente mais forte e mais capaz de controlar um território satisfatório em relação às necessidades do conjunto de seus membros.” (Lopes da Silva,1980:226).

O que estou chamando aqui de “grupo local” aparece com designações diversas na literatura: “comunidades” (Maybury-Lewis, 1984[1967]); “grupo” (Giaccaria&Heide,1972); “aldeia” (Lopes da Silva,1980,1983). No decorrer de grande parte dessa tese quando fizer referência a um grupo local estarei me referindo a uma “aldeia” ou a uma “comunidade”. Da mesma forma, quando falar em um modelo de *território de um grupo local* estarei me referindo ao território que é controlado na prática pelos membros que compõem uma aldeia ou uma comunidade vista em termos tradicionais.

Uma aldeia xavante ideal é formada, segundo Giaccaria&Heide (1972:42; Lopes da Silva,1983:44 – nota 5), em média por um conjunto de 20 casas, habitadas cada uma por um conjunto de famílias nucleares, as quais, são formadas pela aliança de casamento entre afins sempre identificados a clãs distintos. Essa constatação arquitetural de uma aldeia xavante tradicional não é fruto de suposições ou mesmo de idealizações nativas, mas se baseia principalmente nas fotos tiradas durante a década de 1940 de regiões na qual se encontravam os grupos locais xavante no leste matogrossense.

Foto 12: Aldeia xavante durante o (re)contado (1)

Foto da “pacificação xavante” (por volta da década de 1940) Fonte: Sereburã et al. (1998). Note-se que a casa distante do semi-círculo é o que a etnografia passaria a denominar como a “casa de solteiros” e os Xavante como *Hö*.

Em casa habitação xavante tradicional residiriam de 3 ou 4 famílias nucleares em média sendo o “cabeça” desse segmento residencial, como vimos, o sogro. A média de moradores em cada habitação ficaria entre 10 e 15 pessoas. É consensual entre os etnógrafos a identificação dessa composição do chamado “grupo doméstico”, tanto em termos numéricos quanto sociais. (Maybury-Lewis, 1984[1967]:143; Giaccaria&Heide, 1972:46⁵⁹; Lopes da Silva, 1983:43). Implicitamente, essa associação indica que numa habitação tradicional xavante reside um grupo doméstico.

Como derivação dessa composição numérica de um grupo doméstico e a quantidade de habitações por aldeia, um grupo local teria em média de 150 a 250 pessoas, segundo Giaccaria&Heide (1972:42) e Lopes da Silva (1983:44 –nota 4). Para além desse limite de habitantes, as aldeias e, portanto, um grupo local xavante, tenderia tradicionalmente a se fragmentar (Giaccaria&Heide, 1972:42). Os motivos para o processo de fragmentação sócio-espacial não se resumem apenas a essa perspectiva sócio-demográfica um tanto quanto

⁵⁹ Giaccaria&Heide só mudam as designações: “grupo familiar” e “cabana”, respectivamente

determinista. Pelo contrário, como veremos no decorrer dessa tese, as fontes desse processo são inúmeras e complexas, inclusive em termos tradicionais, ainda que visivelmente estimuladas – e não deflagradas, note-se a diferença - pelo contato cada vez mais intenso dos grupos locais Xavante com inúmeras frentes de expansão econômicas e agentes sociais não-indígenas a partir do (re)contato oficial com a sociedade nacional a partir da década de 1940.

Os contornos sociais de um grupo local podem ser produzidos tanto por uma dinâmica sociopolítica que, por sua vez, é composta por alianças produzidas historicamente entre um conjunto de grupos domésticos, como também por relações de ordem estrutural de parentesco e cerimoniais.

Note-se que mesmo que a convivência de facções opositoras na mesma aldeia seja bastante difícil, ela [a convivência] é parte inescapável da vida social xavante como um todo. Como as facções estão organizadas, no limite, pelas alianças e fissões intra-linhagens e, portanto, pela fragmentação intra-grupos domésticos, é muitas vezes pelos vínculos faccionais e pela relação entre grupos domésticos mais amplos – quer dizer, para além de uma aldeia, que podemos compreender parte da dinâmica sócio-espacial xavante que conforma e produz novas aldeias e, portanto, as fronteiras do que se poderia chamar, por ora, de *regiões territoriais xavante*.

O padrão populacional de um grupo local que tenho como referência nessa tese é aquele apresentado por Giaccaria&Heide e Lopes da Silva. Ou seja, entre 150 e 250 pessoas. Voltarei a esse tema no Capítulo 6 quando tratar da fragmentação das aldeias xavante na T.I. Parabubure. De qualquer forma, esclareço desde já que quando faço alusão a um conjunto de grupos locais estarei fazendo referências a agrupamentos xavante com uma média mínima de 400 pessoas. Como desdobramento desse cálculo demográfico explanatório, noto que atualmente é impossível associar mecanicamente um único grupo local a uma aldeia, devido ao intenso processo de fracionamento pelo qual têm passado as grandes aldeias xavantes, principalmente a partir da década de 1980. Seguindo uma das teses principais de Farias (1990:53) sobre a dinâmica sócio-espacial Xerente, veremos que um grupo local hoje é constituído por diversas “aldeias-satélites” que têm seus conjuntos de grupos domésticos referenciados sempre à uma “aldeia-mãe”. (Ver Capítulo 6)

Ressalte-se que Lopes da Silva percebeu a complexidade que envolve a composição de um grupo doméstico xavante e para tanto chamou a atenção para a associação entre linhagem e espacialidade a partir da noção de “grupo de substância”: “

“Os conceitos de identidade e continuidade são primeiramente transmitidos aos Xavante dentro grupo doméstico onde nasce: identifica-se com a comunidade de substância de que faz parte ao mesmo tempo que aprende a reconhecer como iguais os membros do grupo de ascendência paterna comum a que pertence. Temos aí os dois elementos de que fala J.Kaplan: o grupo doméstico é definido espacialmente; a “linhagem” significa um eixo temporal, a través de gerações subseqüentes.” (1980: 214/215).

Apresentarei no próximo capítulo um exercício que tentará associar a conexão entre esses grupos sociais – grupos domésticos, vistos como “comunidades de substância, e linhagens – e a espacialidade delineada em duas aldeias xavante etnografadas por Maybury-Lewis e Lopes da Silva. Espero extrair desse exercício algum tipo de padrão que marcaria no plano microssociológico os processos de fissão presentes na dinâmica sócio-espacial xavante. Seu resultado será significativo para que iluminemos retrospectivamente os processos de fragmentação que ocorreram tanto no processo de gênese da ocupação xavante no leste matogrossense, como os que continuam a ocorrer de maneira mais intensificada atualmente. A idéia é de que, diferentemente dos modelos africanos, a segmentação entre linhagens e a ocupação territorial entre os grupos locais xavante é de uma ordem de maior complexidade.

Uma vez apresentados os aspectos principais dos grupos sociais xavante, para os fins a que se propõe essa investigação, o que me proponho a realizar a partir de agora é destacar da mesma releitura de parte da etnografia Xavante imagens e narrativas sobre as formações sócio-espaciais que compõem o território de um grupo local (ou de uma aldeia, como se queira) em termos os mais tradicionais possíveis.

2.2. As formações sócio-espaciais xavante tradicionais

Como veremos com maiores detalhes no capítulo posterior, a partir do *modelo de território de uma aldeia xavante* conforme sugerido por Lopes da Silva (1983:45), pode-se distinguir para efeitos analíticos duas grandes regiões: a primeira, a aldeia e seu entorno imediato, quer dizer, parte de um rio que fecha o semi-círculo conformado pelo conjunto de habitações e de pequenas clareiras a elas adjacentes utilizadas para cerimoniais e para atividades de subsistência (as roças); a segunda, as áreas de caça e coleta, distantes de espaço da aldeia propriamente dita e, por isso mesmo, como limites bastante fluídos, mas não, como espero demonstrar, inexistentes.

Apesar de advogar o caráter heurístico da apresentação do conjunto de formações sócio-espaciais que compõem um território local xavante *tradicional*, algumas imagens produzidas a partir de fotos tiradas das aldeias xavante durante o período de (re)contato com a sociedade nacional na década de 1950, dão uma certa concretude para pelo menos a parte visível daquele conjunto, revelando assim em termos mais objetivos alguns dos aspectos do padrão de organização sócio-espacial xavante. Compare-se a foto abaixo, provavelmente de uma outra aldeia xavante, com aquela apresentada anteriormente (FOTO 12-Seção 2.1.3.). O padrão semicircular é o mesmo, apenas a quantidade de casas varia minimamente. Um aspecto importante a se notar são as trilhas que aparecem de maneira bastante visível nessa foto e que interconectam diversas das formações sócio-espaciais xavante que compõem a paisagem do primeiro conjunto sócio-espacial de um território local.

FOTO 13: Aldeia xavante durante o (re)contado (segunda foto)

Fonte: Giaccaria&Heide,1972 – Note-se os caminhos para as roças

Foi a partir dessa foto de sobrevôo de uma aldeia xavante que os missionários salesianos, Giaccaria&Heide (1972), elaboraram a imagem abaixo, incorporando a ela dados e observações etnográficas colhidas em campo.

Figura 17: Croqui de uma aldeia tradicional xavante (salesianos)

Croqui da aldeia Parawadza´radze (1953) – Fonte: Giaccaria&Heide, 1972 (atualmente, aldeia Santa Maria, localizada na Terra Indígena Parabubure – Região do Couto Magalhães)

A conformação básica é evidente por si só: um conjunto de formações sócio-espaciais interconectadas por inúmeras trilhas de sociabilidades cotidianas ou mesmo ocasionais. Note-se que as áreas de caça e coleta – o que estarei designando nessa investigação como o segundo conjunto de formações sócio-espaciais – não aparecem nem nesse croqui como tampouco na grande maioria das imagens extraídas da literatura Xavante, conforme será melhor demonstrado no capítulo seguinte.

A seguir, faço uma descrição morfológica de cada uma das formações sócio-espaciais que compõem tanto o primeiro conjunto – o plano da aldeia propriamente dita – como a segundo (as áreas de caça e coleta). No próximo capítulo retomo sinteticamente essa apresentação para demonstrar de que maneira Lopes da Silva construiu o seu modelo de território de uma aldeia xavante e, a partir dele, apresentar e discutir algumas imagens e narrativas que nos revelam de que maneira alguns etnógrafos captaram parte das transformações pelas quais passaram as formações sócio-espaciais que compõem o primeiro conjunto, quando comparadas as suas configurações *tradicionais*.

2.2.1. O pátio central

O primeiro espaço social xavante tradicional localiza-se no centro da ferradura formada por suas habitações. Nesse espaço são distinguidos na etnografia xavante dois círculos: o primeiro, o *warã*, que é ocupado cotidianamente ao entardecer – ou, ocasionalmente, nas madrugadas que antecedem o amanhecer - e de maneira exclusiva por homens maduros (*ipredú*), que se reúnem para discutir e decidir as atividades sociais coletivas que envolvem o destino de todo grupo local; o segundo, uma espécie de *warã* de menor prestígio político, é ocupado exclusivamente pelos *riteiwa*, rapazes que já terminaram o processo de iniciação masculina, mas que ainda não são considerados formalmente aptos para a vida social plena de um homem maduro xavante⁶⁰. Portanto, na vida cotidiana, as crianças, os *wapté* e as mulheres estão formalmente excluídos da participação nesses dois círculos que compõem o “mundo dos homens” ou o “coração da aldeia” xavante (Giaccaria&Heide,1972:42)

Nessas reuniões são tornadas públicas as notícias que correm no cotidiano da aldeia, além do compartilhamento de informações adquiridas sobre outros grupos locais xavante. O *warã* é ainda o centro cerimonial pleno da vida social xavante, já que a ele estão conectadas diversas das trilhas utilizadas para os cerimoniais realizados integralmente ali ou que, no mínimo, ali encontram seu ápice. O *warã* também se conecta por inúmeras outras trilhas a cada uma das casas xavante, já que ali moram os homens maduros e os *riteiwa* que participam das suas reuniões coletivas cotidianamente. Por outro lado, em ocasiões menos cotidianas de realização de rituais, o *warã* se conecta por outras trilhas à casa dos solteiros e às pequenas clareiras - denominadas *mara* - abertas sempre próximas ao rio e utilizadas particularmente para a realização de parte de um dos rituais mais importantes da cultura xavante, o *Wai'a*⁶¹.

As expedições coletivas de caça e coleta que congregam todo o grupo local encontram também seu fórum privilegiado de planejamento nas reuniões do conselho. Expedições de caça que envolvem apenas os *wapté* em processo de iniciação masculina

⁶⁰ Os *riteiwa* são “rapazes” classificados num grupo de idade masculina transitório entre os *wapté* (jovens em processo de iniciação) e *ipredú* (homens maduros). Maybury-Lewis assinala que esses “rapazes” são aqueles que passaram pela pelas cerimônias de iniciação e de casamento coletivo (1984[1967]:188), além de serem considerados “os guerreiros por excelência” (Idem: 128); Giaccaria&Heide (1972:128), que se trata de jovens de 17 a 22 ou 23 anos que ainda continuam a morar com os pais; Lopes da Silva (1980: 238) como jovens iniciados, mas sem filhos. Para uma sistematização precisa das controvérsias etnográficas sobre o ciclo de iniciação masculina xavante e suas articulações entre classes e grupos de idade ver BritoVianna, 2001:127-136.

⁶¹ Sobre o ritual do *Wai'a* e suas controvérsias ver também Brito Vianna, 2001: 132/133.

são decididas pelos homens maduros ocasionalmente nessas reuniões. (Maybury-Lewis, 1984[1967]:85).

O “conselho dos homens” (“warã”) se organizaria a partir da oposição entre dois grupos sociais masculinos liderados pelos homens mais velhos de cada metade, além de que, em algumas ocasiões, seria possível perceber que membros da mesma *classe de idade* sentar-se-iam juntos. (Maybury-Lewis, 1984[1967]:194⁶²). Além disso, são os grupos cerimoniais e, particularmente, as disputas faccionais, que hegemonizam essa formação sócio-espacial.

Como vimos no Capítulo 1 (Seção 1.2.) representantes de conjuntos de grupos locais xavante têm levado o mesmo *modus operandi* do “conselho dos homens maduros” para as discussões realizadas extra-aldeia, mas, para tanto, o assunto necessariamente deve envolver decisões de natureza coletiva, ou melhor, no caso Xavante, menos fragmentária. É por isso que ali discutiam os processos de revisão de limites da T.I. Parabubure.

2.2.2. As habitações xavante

***Rĩ*, as moradia dos grupos domésticos**

Enfileiradas em forma de ferradura e habitadas pelos grupos domésticos que compõem o grupo local xavante, as casas xavante conformam um espaço social circular, que congrega diversas atividades profanas e sagradas. (ver Fotos 12 2 13, supra)

Devido à regra da uxorilidade (Maybury-Lewis, 1984 [1967]; Lopes da Silva, 1980; Brito Vianna, 2001) ou matrilocidade (Giaccaria&Hide, 1972:43), um grupo doméstico Xavante se constitui por uma família extensa encabeçada por um casal mais velho, suas filhas e genros. Essa é a unidade sociológica mínima de reciprocidade sócio-econômica Xavante.

Giaccaria&Heide (1972:43-44) afirmam a existência de uma ordem espacial dentro da habitação de cada um dos grupos domésticos que compõem um grupo local xavante, marcada pela localização das esteiras de cada família nuclear que começaria pelo setor esquerdo da porta de entrada da casa: na primeira esteira dormiria o casal de sogros e, sucessivamente, as filhas mais velhas para as mais novas com seus respectivos maridos.

⁶² Para uma discussão detalhada do funcionamento de uma reunião do *warã* ver Maybury-Lewis (1984[1967]:193-199)

Figura 18: Disposição interna da habitação xavante tradicional.

Giaccaria&Heide, 1972:43-44

Maybury-Lewis afirma que o ordenamento espacial da casa é um tanto quanto arbitrário: o “cabeça do grupo doméstico” e sua esposa – os sogros, portanto – apenas manteriam uma relação de distância simétrica em relação à esteira da filha mais velha e do genro, enquanto os demais casais que vão sendo formados ocupariam os espaços entre ambas esteiras de maneira aleatória. (Maybury-Lewis, 1984: 143/144; Lopes da Silva, 1983:38).

O que é importante reter aqui é que, como bem observou Lopes da Silva, “*Cada família tem, portanto, o seu espaço dentro da casa.*” (1983:38), demonstrando aspectos microsociológicos da lógica espacial xavante.

No centro da casa, uma fogueira arde quase que diariamente: durante o dia serve para a produção de parte da alimentação xavante, atividade exclusiva das mulheres; de noite, todos os membros do grupo doméstico deitam em suas esteiras ao redor da fogueira, tendo assim o conforto necessário para suportar o frio que marca algumas estações essa região do cerrado matogrossense durante as madrugadas. (Giaccaria&Heide, 1972; Lopes da Silva, 1983).

Figura 19: Arquitetura externa/interna de uma habitação xavante tradicional.(Lopes da Silva)

Lopes da Silva, 1983: 42

Já que os homens têm no espaço do *warã* o lócus para o exercício de seu poder, o domínio da esfera doméstica é essencialmente da mulher xavante. Não por acaso, quando nasce um bebê, a mãe enterra a sua placenta no quintal da casa demonstrando assim que as formas indígenas de apropriação territorial xavante são encontradas no plano da microssociologia xavante:

"A casa Xavante é, enfim, o lócus da reprodução por excelência – e, nesse sentido, ela parece partilhar uma característica básica com outras casas, de outros muitos povos. É o espaço do repouso, do aconchego e da intimidade; da comida e da reposição de energias; dos carinhos e dos filhos. É na casa, por alguns momentos vazia de homens, que nascem as crianças. Amparada por outras mulheres queridas e experientes, uma mulher tem, de cócoras, o seu filho. E é no chão dessa mesma casa, no ponto onde de manhã cedo o sol bate primeiro, que ela enterra a placenta e o sangue, selando, assim, seu compromisso, com esse espaço que é seu, e com a vida" (Lopes da Silva, 1983:55 - grifo meu, para lembrar os vínculos xavante com seus "territórios").

A habitação xavante, para Lopes da Silva, além de constituir-se como um lugar para a produção dos filhos, do descanso e da alimentação, também se revela como um lugar de múltiplos significados sócio-cosmológicos: ali os homens sonham e pelos sonhos eles têm

acesso a uma outra dimensão de sociabilidade, da qual se originam muitos dos *nomes e cantos* que compõem a vida social xavante. É também através do sonho que os Xavante podem visitar a “aldeia dos mortos” e ter contato com seus parentes que já se foram. (Maybury-Lewis, 1984[1967]:354; Lopes da Silva, 1983:39).

Hö, a casa de solteiros:

Há uma outra formação sócio-espacial que se destaca em meio à paisagem de uma aldeias xavante: a casa dos solteiros (Hö), a “*pedra fundamental do sistema de classes de idade*”, segundo Maybury-Lewis (1984[1967]:153).

No Hö adolescentes entre “7 e 17” anos⁶³ – classificados na categoria de idade *wapté* - são preparados pelas gerações masculinas mais velhas para a vida adulta plena. Nesse período de iniciação – denominado como *danhõno* (Lopes da Silva, 1980:236; Menezes, 1984:152; Brito Vianna, 2001:133)⁶⁴ - os *wapté* fazem artesanato, participam de caçadas coletivas, aprendem canções e cerimoniais, participam de rituais de imersão na água e perfuração das orelhas, de corridas e de lutas corporais. Menos por diálogos intergeracionais e muito mais por exemplos e competições, os atributos fundamentais estimulados no processo de produção da pessoa masculina xavante durante o período de socialização cerimonial dos *wapté* na casa de solteiros são os de *cooperação, vigilância, resistência, rapidez e belicosidade*. (Maybury-Lewis, 1984[1967]).

Diferentemente das demais casas, voltadas para o warã, a casa de solteiros – propositalmente desalinhada em relação as demais casas (Lopes da Silva, 1983:45) - tem sua abertura voltada exclusivamente para o rio, marcando espacialmente a dimensão simbólica que envolve a reclusão social, ou seja, o afastamento do grupo de adolescentes em processo de iniciação masculina da vida social cotidiana xavante. (Maybury-

⁶³ A idade biológica específica da fase da vida masculina marcada pela categoria de idade *wapté* varia muito na etnografia. Giaccaria&Heide (1972:136) afirmam categoricamente que se tratam de adolescentes entre 13 e 16 anos. Já Maybury-Lewis (1984[1967]:155) afirma que, apesar da faixa de idade dos meninos selecionados formalmente para adentrarem na casa de solteiros variar entre 7 e 12 anos, essa classificação depende mais da condição corporal dos “meninos”, já que “os xavante não se preocupam em calcular a idade de seus filhos até que eles se tornem membros de uma classe de idade.”. Nesse registro de relativização da condição biológica se filiam as abordagens de Lopes da Silva, 1980; Muller, 1976, Graham, 1995; Brito Vianna, 2001).

⁶⁴ Giaccaria&Heide (1972:148), diferentemente dos autores citados, afirmam que o danono é apenas parte do ciclo de iniciação, especificamente a festa de “perfuração de orelhas”.

Lewis,1984[1967]:157; Giaccaria&Heide,1972:141; Lopes da Silva, 1983:45; Graham,1995)
⁶⁵.

A casa localiza-se sempre em posição deslocada em relação ao centro da aldeia. Se, num determinado ciclo de iniciação à vida masculina adulta, estiver localizada à esquerda do centro da aldeia, no ciclo seguinte estará à direita, e assim sucessiva e alternadamente. (Giaccaria&Heide,1972:42). Lopes da Silva (1983:45) lembra ainda que uma vez terminado o período de iniciação – que dura, em média, 5 anos -, a casa é “queimada”, marcando simbolicamente a volta desse grupo dos ex-“adolescentes” xavante à vida social plena do grupo local.

Tanto na organização dos *wapté* dentro da casa, como em diversas atividades que realizam durante seu período de iniciação, a lógica institucional xavante expressar-se-á espacialmente. A herança clânica far-se-á presente, já que os adolescentes se posicionam dentro da casa de maneira a alternar um membro de cada clã - *Po'redzaono* (P) e *Öwawe* (O). Note-se aqui a ausência da referência ao clã *Toptató* que pode ser explicada, na perspectiva dos padres salesianos (1972:102), pela sua subordinação dentro da metade encabeçada pelo clã *Owawe* que, por sua vez, tem como contrapartida a transformação histórica do clã *Poredza'ono* em “Metade” .

Figura 20: Posição dos Wapte no Hö (salesianos)

Fonte: Giaccaria&Heide,1972:141

⁶⁵ De novo, há controvérsias entre os registros etnográficos. Além dos companheiros rituais dos *wapté* – os seus “padrinhos” - *´danhõhu´wa*) -, Maybury-Lewis assinala que tanto as mulheres visitam a casa de solteiros, como os *wapté* visitam as suas casas, ou seja, a reclusão seria, portanto, *mais conceitual do que física* .(1984[1967]:158/159). Giaccaria&Heide afirmam que a reclusão só é quebrada pelo fato dos *wapté* poderem falar com a “mãe um pouquinho”. (1972:147).

Entretanto, como vimos anteriormente, a nova herança recebida no Hõ, a identificação às classes de idade, se sobrepor-se-á àquela mais antiga: os wapté formarão pares (ou tríades) com outros dois imediatamente posicionados à sua volta, que serão considerados seus *i'amõ* – “amigos formais” ou “companheiros” –, em tese, para a vida inteira ⁶⁶.

Trilhas e pontos rituais conectam o Hõ ao pátio central quando os adolescentes em processo de iniciação realizam a corrida cerimonial do *Noni*. ⁶⁷

Figura 21: Esquema da corrida Noni

Giaccaria&Heide, 1972: 158

2.2.3. Marã: as clareiras rituais

As clareiras, sempre próximas do rio e do espaço social da aldeia como um todo, são duplamente exclusivas: utilizadas para atividades cerimoniais e ocupadas pelos homens adultos da aldeia. São nelas que é encenado parte do ritual do Way'a, talvez o ritual mais marcante da sócio-cosmologia xavante, já que diretamente relacionado com as dicotomias vida/morte, bem/mal, doença/cura. Maybury-Lewis o associa ao auge do período de iniciação masculina dos wapté, com uma duração de três meses, além de destacar três modalidades

⁶⁶ Maybury-Lewis, provavelmente pelo peso dado à dimensão política xavante, assinala que os laços de amizade formal que unem os wapté na prática só *têm vigor durante os anos em que a classe de idade à qual pertencem está cerimonialmente ativa*. (1984[1967]:158). O estudo detalhado da amizade formal entre os Xavante está em Lopes da Silva, 1980.

⁶⁷ Dois bastões de madeira – árvore de aricá - de mais ou menos dez metros, em cujas pontas se prendem dois ramos da mesma árvore carregados pelos grupos de wapté (Giaccaria&Hide, 1972:157)

de Wai'a que por ele registradas em campo: para os doentes, para as flechas e para as máscaras. (1984[1967]:321). Giaccaria&Heide assinalam ainda que os homens também produzem “assobios” específicos e “um colar de seda de buriti” durante esse cerimonial que dura de entre um e dois meses. (1972:185-186). Note-se que todos esses elementos sociológicos aparecem articulados a apropriação de uma diversidade de recursos “naturais” imprescindíveis à manutenção de vida social como um todo.

Como bem notado por Brito Vianna “*as relações entre o danhõno [o ciclo de iniciação dos wapté] e o ritual do way'a são mal conhecidas*”, já que, diferentemente de Maybury-Lewis, Giaccaria&Heide (1972) e Muller (1976) vêem o Way'a como uma modalidade paralela e distinta do ciclo de iniciação masculina xavante. (Brito Vianna,2001:130-133). O que importa para os fins desse capítulo, qual seja, o de demonstrar de que maneira se manifesta lógica espacial xavante no plano microsociológico, é que essa formação sócio-espacial, como praticamente tudo na vida social xavante, se conecta a outras formações sócio-espaciais que compõem integralmente o território tradicional de um grupo local. Assim, essas clareiras rituais se conectam através de trilhas, por exemplo, às áreas em que haja a presença de folhas de buriti, ou seja, áreas de coleta, ou ainda a uma parte das habitações xavante e ao pátio central, particularmente, ao espaço do warã, conforme ilustra a figura abaixo:

Figura 22: Trilhas da Iniciação do Way'a

Fonte: Giaccaria&Heide,1972:182

2.2.4. Panou: o rio

Outro espaço utilizado frequentemente e de fundamental importância na conformação do território de um grupo local xavante é a presença constante de um grande rio – ou um de seus afluentes – próximo à aldeia e de preferência em zonas de confluências de cabeceiras. (Giaccaria&Hide, 1972:40-42). As fontes oficiais e as narrativas indígenas propriamente ditas, como veremos nos capítulos finais dessa tese, são repletas de menções às constantes travessias de grandes rios pelos seus grupos locais e, sintomaticamente, pela ocupação constante desse tipo de região. Não é por acaso que a pintura corporal que identifica os indivíduos xavante a dois dos seus clãs, faz referência explícita a esse tipo de formação sócio-espacial: Owawe, quer dizer “grande rio”, enquanto Poredza’õno significa “girino”. (Giaccaria& Heide, 1972:101; Brito Vianna, 2001:104).⁶⁸

O rio e suas imediações – cobertas de matas ciliares – são utilizados cotidianamente pelos vários segmentos sociais que compõem um grupo local xavante: banho, coleta de água para cozinhar e beber, lazer, caça, coleta de raízes e frutas, plantações (roças) e, mais esporadicamente, a pesca⁶⁹. O rio é também um obstáculo natural – “controlador natural” nas palavras de Giaccaria&Heide (1972:37) - incorporado estrategicamente pela lógica espacial Xavante para evitar a propagação do fogo, não meramente acidentais, mas, particularmente, por incêndios provocados pelas atividades coletivas de caça.

Para os Xavante, a água dos rios não é apenas elemento utilizado para suas atividades cotidianas mais comuns, mas também carrega um valor simbólico essencial, já que grande parte de suas atividades cerimoniais está associada a esse espaço de sociabilidade. O ciclo de iniciação dos wapté é marcado por uma cerimônia de imersão no rio

⁶⁸ “Na relação entre Öwawe e Poredza’õno, parecem incidir aspectos simbólicos inexplorados pela literatura. Dum homem öwawe, ouvi considerações sobre a preguiça e a inaptidão dos poredza’õno para o trabalho pesado, curiosamente acrescidas de comentários sobre a inteligência dos mesmos. Um poredza’õno, por outro lado, falou-me que o nome do clã Öwawe tem a ver com a força das águas do Rio das Mortes, sendo que Poredza’õno seria o girino que nada tranquilamente nessas águas. Note-se que a palavra öwawe, por si mesma, quer dizer algo como ‘água, rio grande’, também sendo a designação para o aludido afluente do Araguaia, enquanto que a insígnia característica dos poredza’õno, pintada na face em ocasiões cerimoniais, representaria, segundo o informante, um girino.” (Brito Vianna, 2001:104-grifos do autor)

⁶⁹ Maybury-Lewis (1984[1967]:97-98) afirma que na época de suas pesquisas os Xavante demonstravam desprezo pela pesca devido à preferência pelas viagens de caça e coleta. O uso intermitente da seiva de cipós (*tingui*) - utilizada para drogar os peixes – por eles seria ainda um processo incorporado dos sertanejos da região. Com a introdução do anzol e da linha os Xavante teriam passado gradativamente a demonstrar maior interesse por essa atividade. Já Giaccaria&Heide, apesar de concordarem com a pouca importância dada pelos Xavante a essa atividade, descrevem dois sistemas de pesca por eles utilizados , um individual e outro coletivo, sendo este último considerado a verdadeira pescaria já que precedido, inclusive, de rituais. (1972:67) .

e batimento das mãos na superfície da água - o *datsí'waté* - com duração de cerca de um mês e que antecede a furação de orelhas. (Maybury-Lewis,1984[1967]:164; Giaccaria&Heide, 1972:149). Além disso, como sugere Lopes da Silva (1983: 44), os rios servem também de “divisas”. Acrescento: divisas estratégicas inter-grupos locais xavante e inter-étnicas.

Foto 14: Ritual do “batimento das mãos”

(Giacaria&Heide,1972)

As clareiras utilizadas exclusivamente pelos homens maduros para cerimoniais de pintura corporal associados ao cerimonial do Way'a ficam sempre próximas aos rios. (Giaccaria&Heide, 1972:43; Lopes da Silva,1983:45). O Hö – a casa de solteiros – tem um caminho para o rio utilizado exclusivamente pelos wapté, distinto, portanto, do *bödödi*, trilha principal que conecta o rio às outras trilhas interligadas ao warã e às habitações dos grupos domésticos. (Giaccaria&Heide,1972:43). Além dos wapté, os rapazes já iniciados - os *ritei'wa* – têm um lugar distinto dos demais membros do grupo local no rio para se banhar. Os Xavante ainda distinguem a água dos rios como o lugar em que habitam os bons espíritos - os *Otede'wa* – das lagoas⁷⁰, habitat cosmológico dos maus espíritos,

⁷⁰ Note-se que a “lagoa” , apesar da conotação negativa que aparece na perspectiva xavante, é para eles uma referência espacial e simbólica de suma importância. Na atual T.I. Parabubure temos uma

denominados *Uu'tede'wa*. (Giaccaria&Heide,1972:114-115; Ibdem,1975a:181-191/272-280). O critério dessa classificação, como sempre acontece na vida social xavante, baseia-se na oposição entre a “água corrente” que marca o rio e a “água parada” das lagoas.

Foto 15: Rio das Mortes

Nova Xavantina

Foto 15: “Lagoa Encantada”

T.I. Parabubure

2.2.5. Bru: as roças

O cerrado mato-grossense, no qual se encontram os territórios dos grupos locais xavante desde o final do século XIX, é marcado por duas estações bastante definidas: a época da seca denominada regionalmente como “inverno” – que compreende os meses de abril a outubro - e a época das chuvas (“verão”), compreendendo os demais meses do ano.

É certo que os Xavante já tinham desenvolvido uma agricultura não intensiva antes do (re)contato com a sociedade nacional. Maybury-Lewis (1984[1967]:93) afirma que os Xavante nos idos da década de 1950 dedicavam no máximo um mês do ciclo anual para o exercício de suas atividades agrícolas – tidas por eles como “enfadonhas”. Apesar desse pouco interesse, os Xavante tinham devidamente domesticados alimentos como a abóbora, o feijão e o milho, este último em grande variedade. Em termos sócio-cosmológicos, o milho

“lagoa encantada”, assim como em Sangradouro. (Brito Vianna, 2001:54). Parece-me que há uma diferença importante e não explorada pela etnografia entre as lagoas efêmeras – *isou'pá* - que se formam após as chuvas – que como veremos são áreas muito prestigiadas pelos xavante em termos de caça e, mais recentemente, pesca - e lagoas perenes, as “encantadas”.

é utilizado na preparação de bolos que compõem diversos ritos e trocas cerimoniais⁷¹ xavante, além de ser alimento de maior destaque no seu corpus mítico⁷².

“Para os Xavante, o produto das colheitas era pensado mais como alimento para ser usado nas celebrações do que como fonte essencial para a sobrevivência da comunidade” (Maybury-Lewis, 1984[1967]:94).

Os produtos da colheita das roças pertenceriam exclusivamente a cada um dos grupos domésticos⁷³ – portanto, cada habitação, uma roça - e as tarefas de derrubada e queimada caberiam aos homens, enquanto o plantio, às mulheres. As clareiras abertas e utilizadas para essa atividade são tidas na etnografia como de apropriação exclusiva dos grupos domésticos, pelo menos de maneira contextual, já que não há informações etnográficas detalhadas sobre o que se sucede com essa formação sócio-espacial após as colheitas. Não há nenhuma referência na literatura Xavante sobre roças coletivamente usadas por todo o grupo local ou mesmo por segmentos maiores do que um grupo doméstico.

Apesar de as atividades relacionadas à sociabilidade da roça – plantação, colheita e as ações subsidiárias a elas – estarem conectadas evidentemente às condições ambientais da região do cerrado, elas também são orientadas por estratégias sociais, o que poderíamos denominar como um planejamento alimentar de maior duração:

“Em abril de 1958, os Xavante estavam guardando o que restava da colheita do milho para consumir durante as cerimônias de iniciação previstas para o meio da estação seca. Nessa época, o feijão começou a dar nas roças e me foi dito que esse era o sinal para que o grupo organizasse uma expedição de caça e coleta. Desse modo os impacientes e os imaturos seriam impedidos de comer os feijões verdes e de estragar a colheita.” (Maybury-Lewis, 1984[1967]:89).

Maybury-Lewis (pág.96) aponta ainda que as ocasiões de visita às roças acabavam por se transformar rapidamente em atividades de caça e coleta, tanto por parte dos homens como das mulheres, confirmando, por um lado, a falta de empenho dos Xavante nesse tipo de atividade e, por outro, o quanto, de fato, todas as formações sócio-espaciais tradicionais

⁷¹ “Muito dos rituais Xavante requerem o preparo cerimonial de bolos de milho...os dois estágios mais importantes da cerimônia de iniciação, em 1958, aconteceram na época da colheita do milho e na época da colheita do feijão e da abóbora.” (Maybury-Lewis, 1984[1967]:94)

⁷² Milho-mulheres-periquito (*rewawe*): está é a associação encontrada nas versões do mito sobre a domesticação do milho. Para uma descrição dessas versões ver Giaccaria&Heide (1975a: 62-73).

⁷³ Giaccaria&Heide (1972:69) assinalam que, dentro da área da roça coletiva do grupo doméstico, também seriam distinguidas roças de cada uma das famílias nucleares que o compõem.

xavante se encontram interconectadas por inúmeras trilhas mais cotidianas ou mais sazonais.

Lopes da Silva (1983:45) assinala que o espaço social da roça seria uma extensão da aldeia propriamente dita, não só pelo processo de domesticação desse espaço via atividades agrícolas, mas também, como um lugar reservado para momentos de intimidade dos Xavante, algo não tão fácil de se obter dentro de suas habitações.

Essa formação sócio-espacial localiza-se para Giaccaria&Heide (1972:40) a um quilômetro de distância das habitações xavante, enquanto que para Maybury-Lewis “a um dia de caminhada” (Maybury-Lewis, 1984[1967]:93).

2.2.6. O segundo conjunto do território de um grupo local: as áreas de caça e coleta

Os Xavante, particularmente os homens xavante, gostam dos campos abertos do cerrado pela sua *amplidão*, já que, dentre outros aspectos, permite o exercício mais eficaz de sua atividade mais prazerosa e de maior prestígio: as caçadas, meio fundamental de expressão da virilidade de um homem xavante e uma atividade na qual as habilidades de resistência física, rapidez, agilidade, vigilância e agressividade são plenamente exercitadas.

“Isto é confirmado pelo fato de que só se pode constituir uma família polígama, se o futuro genro for capaz de procurar carne para todas as suas mulheres; além disso a incapacidade do caçador pode prejudicar seriamente a formação de qualquer família e até mesmo ser motivo de repúdio por parte da mulher.”
(Giaccaria&Heide, 1972: 58).

Mas as mulheres também apreciam as grandes extensões do cerrado pela suas constantes viagens de coleta, não só vistas por elas como uma atividade de subsistência, mas também, como um espaço de sociabilidade intra e inter-geracional.(Maybury-Lewis, 1984[1967]:92).

De maneira geral, os Xavante não escondem o profundo desagrado com matas fechadas, apesar de utilizadas para inúmeras tarefas tais como a coleta de raízes e frutas – base de sua alimentação – e, também, para caçadas só que em proporção bem menor das realizadas nos espaços do cerrado mais abertos.

“Em resumo: pensam na mata como sendo estranha e feia e desdenham os povos que fazem da mata o seu lar.” (Maybury-Lewis, 1984[1967]:76-78).

As atividades de caça e coleta entre os Xavante – a primeira exclusivamente masculina e a segunda essencialmente feminina⁷⁴ - eram realizadas de maneira cotidiana e durante todo o ano, independentemente, portanto, do calendário de outras de suas atividades sazonais. Apesar de um território de um grupo local xavante em termos tradicionais ser considerado em toda sua extensão como repleto de caça, o entorno dos lagos que se formam após o período das chuvas e onde há uma grande ocorrência de animais - particularmente do veado -, costuma ser objeto de predileção para os caçadores xavante (Giaccaria&Heide,1972:37).

A modalidade de caça cotidiana e individual – ou, quando muito, composta informalmente por pequenos grupos - é denominada por *aba* ou *ai'wa*. (Maybury-Lewis,1984[1967]:85; Giaccaria&Heide,1972:61). Quando o animal abatido é muito grande, o caçador volta à aldeia e convida alguns parentes para ajudá-lo, sendo o produto distribuído entre o pequeno grupo. (Giaccaria&Heide, 1972: 62).

Giaccaria&Heide (1972: 46-57) e Maybury-Lewis (1984 [1967]: 263) apresentam uma descrição do circuito social de distribuição de uma caçada, da qual podemos tirar outros elementos sobre o contorno de um grupo doméstico visto em termos tradicionais e o circuito de sociabilidade na qual está imerso.

Giaccaria&Heide apresentam os circuitos de distribuição da carne, tendo o genro como o “ego-caçador”.

⁷⁴ Giaccaria&Heide (1972: 63) afirmam que se trata de uma atividade exclusivamente feminina, enquanto Maybury-Lewis (1984[1967]: 92) afirma que os homens xavante também coletam, mas com menor intensidade devido ao envolvimento com as caçadas e os cerimoniais. Em outro momento, Giaccaria&Heide (1972:66), de maneira contraditória, afirmam que no ritual de cura de mulheres enfermas – o *datsiwaäywerè* – “os homens só fazem a coleta às escondidas...”

Figura 23: Circuito de distribuição da carne (salesianos)

O círculo A é a composição e organização do circuito de distribuição da caça que, para os autores, estabelecem os contornos do “grupo doméstico” ou, “grupo familiar” na linguagem por eles empregadas. O genro entrega a caça à esposa que, por sua vez, distribui entre os membros da “cabana”. O círculo B representa a distribuição “ulterior preferencial” – em caso de uma quantidade de caça razoável ter sido conseguida. Nesse círculo, Giaccaria&Heide assinalam que a distribuição da caça para os pais de ego tem grande aprovação do sogro – já que, devido à idade, o casal não está mais em condição de obter alimentação com facilidade. O mesmo acontece com a distribuição para os parentes do sogro. Já a distribuição da caça por parte de ego-caçador para seus demais parentes não é vista com “bons olhos” pelo sogro, apesar de ocorrer. Os autores afirmam ainda que quando o sogro morrer, será o genro mais velho que ocupará o seu lugar no circuito de distribuição. Por fim, fechando o circuito de distribuição da caça temos o círculo C: neste, a distribuição só é realizada quando ego-caçador consegue efetuar uma grande caçada suficiente para abastecer os dois circuitos mais restritos de parentes.

O modelo de Giaccaria&Heide é idêntico ao de Maybury-Lewis em termos de composição – sogro/genros-mãe/filhas - e identificação do grupo doméstico à “casa”. Maybury-Lewis, entretanto, descreve o circuito de distribuição da caça de uma maneira relativamente distinta, destacando o papel relevante do “tio materno” nesse processo, tanto na dimensão de Ego como geração ascendente de Ego, como na descendente.

Figura 24: Circuito de distribuição de carne (Maybury-Lewis)

“Os Xavante costumam levar grandes quantidade de caça abatida para seus próprios grupos domésticos, onde as famílias co-residentes têm a prerrogativa de escolher a sua porção. Nacos de carne vão sendo concomitantemente despachados aos parentes: para o irmão da mãe ou para o (a) filho (a) da irmã tanto do caçador quanto da sua esposa; o grupo doméstico dos pais do caçador é também agraciado com uma porção. Depois dessa distribuição, o caçador não tem mais obrigações específicas para com os seus parentes.” (Maybury-Lewis, 1984[1967]:263)

Ao que tudo indica, a diferença na distribuição no segundo circuito entre os modelos se deve ao fato de Giaccaria&Heide estarem descrevendo um circuito de distribuição “profano”, enquanto Maybury-Lewis um cerimonial – que o próprio autor reconhece assim mas não dá maiores pistas para sabermos de qual cerimonial se trata.

Já as caçadas coletivas, que são decididas e planejadas formalmente no “warã”, são exercitadas por todos homens da aldeia e seu produto final beneficia todo o grupo local. Denominadas como *hõmono*, essas empresas coletivas estão prioritariamente vinculadas à obtenção de caça para a realização de cerimoniais. (Maybury-Lewis, 1984[1967]:85).

Ressalte-se que, nas caçadas coletivas realizadas em períodos da seca, os segmentos de homens xavante que delas participam utilizam a “caçada de fogo” (*du*). Os caçadores ocupam uma determinada área em formação circular e vão colocando fogo em todas as suas extremidades: o resultado é que os animais que se encontram dentro da

circunferência tentam fugir do fogo e da fumaça, tornando-se assim, uma presa fácil para deleite dos caçadores xavante. (Maybury-Lewis, 1984[1967]:86; Giaccaria&Heide, 1972:59)⁷⁵.

Se o fogo é importante para as caçadas xavante, a água também o é. Apesar de um território de um grupo local xavante ser considerado em toda sua extensão como repleto de caça, o entorno dos lagos que se formam após o período das chuvas e onde há uma grande ocorrência de animais - particularmente do veado -, costuma ser objeto de predileção para os caçadores xavante (Giaccaria&Heide, 1972:37).

Foto 17: Lagoa para caça - Isou´pá

Lagoa localizada em uma fazenda nas mediações da T.I. Parabubure/Área IV (novembro/2000)

A foto acima retrata essas lagoas o que os Xavante denominam como “Isou´pa”. No caso, ela se localiza dentro de uma fazenda reivindicada por grupos locais xavante no processo de revisão de limites da T. I. Parabubure, conforme apresentado no Capítulo 1. Se o leitor estiver lembrado, o nome dado a essa área (Área IV) reivindicada por um conjunto de grupos locais xavante de Parabubure é justamente *Isou´pá*. Ressalto que esse parêntese busca chamar a atenção para o fato de que as formas xavante de apropriação dos recursos oferecidos pelo território, que aparecem por suas vez associadas também ao complexo

⁷⁵ Enquanto que para Maybury-Lewis a única conexão possível de se estabelecer entre uma caçada coletiva e rituais propiciatórios é de maneira indireta - já que em uma das modalidades cerimoniais do way'a são confeccionadas flechas para esse tipo de empresa - para Giaccaria&Heide, aquelas, quando realizadas nos períodos de seca, são marcadas por um ritual propiciatório onde “são designados aqueles que devem transportar o fogo”. (1972:60)⁷⁵.

sistema de nomenclatura xavante, continuam com muita vitalidade nos dias de hoje. Esses dois componentes da lógica espacial xavante serão melhor ilustrados particularmente no Capítulo 6 dessa tese.

Apesar de a caçada, atividade exclusivamente masculina, ser um dos assuntos mais importante dos homens – e também das mulheres⁷⁶ -, os produtos ali obtidos não fazem parte da dieta básica xavante devido, dentre outros fatores, às dificuldades tanto em obtê-la cotidianamente, como em preservá-la por longo tempo⁷⁷. Como a agricultura também não é uma atividade exercida de maneira intensiva pelos Xavante, a sua dieta básica está alicerçada nas atividades de coleta.

“Sem a caça, a cultura Xavante seria muito diferente; mas sem a coleta, os Xavante não seriam capazes sequer de existir.”. (Maybury-Lewis, 1984 [1967]:87).

Do mel a inúmeras raízes e tubérculos nativos, passando pelas frutas do cerrado, pelo palmito, o coco de babaçu, até chegar às sedas do buriti e às madeiras especiais para confecção das suas famosas bordunas, a agenda de coleta xavante é marcada por uma quantidade incontável de espécies, e de suas variedades, utilizadas para toda sorte de atividades sociocosmológicas, para além das de subsistência propriamente ditas.

As expedições de caça e coleta, apesar de coletivas – no sentido de compostas por diversos membros do grupo local –, não devem ser confundidas com aquilo que Maybury-Lewis denomina como “excursões de caça e coleta”, ou “migrações”. O motivo da distinção, aparentemente, é simples: no primeiro caso sempre permaneceriam segmentos sociais do grupo local na aldeia-base, enquanto no segundo, tratar-se-ia de um movimento migratório que envolveria toda a comunidade (grupo local); aconteceria anualmente em pelo menos duas grandes ocasiões (uma no “inverno”, outra no “verão”); além de chegar a durar cada uma entre três semanas e três ou quatro meses. (1984[1967]:98-104). A caçada coletiva realizada nessas expedições é designada pelos Xavante como *dzumöri* (ou *zomöri*), fato esse que em algumas passagens da etnografia faz com que o processo migratório seja denominado da mesma forma.

⁷⁶ “Embora não tenham interesse ou conhecimento das técnicas de caça – tópicos sempre presentes nas conversas de seus homens – elas têm sempre grande interesse pelo seu produto final: recebem um caçador malsucedido com uma frieza declarada, mesmo quando há quantidade satisfatória de outros alimentos na casa.” (Maybury-Lewis, 1984[1967]:80).

⁷⁷ “Os Xavante, quando querem preservar a caça, assam-na na brasa, entretanto, sua qualidade não dura mais que alguns dias”. (Maybury-Lewis, 1984[1967]:84).

A única imagem produzida na literatura xavante sobre essas expedições coletivas encontra-se em Maybury-Lewis, conforme a figura abaixo.

Figura 25: Território de caça e coleta de um grupo local (Região 1)

Fonte: Maybury-Lewis, 1984[1967]:100

Trata-se dos circuitos migratórios empreendidos conjuntamente por todos os segmentos do grupo local da aldeia São Domingos durante o período das primeiras pesquisas realizadas por Maybury-Lewis no final da década de 1950⁷⁸. Nessas expedições, o território do grupo local vai sendo esquadrihado distintamente por segmentos sociais compostos por conjuntos de grupos domésticos mais aparentados. Eles se mantêm em

⁷⁸ Para uma “descrição densa” desse processo, que contou, em alguns momentos, com a participação direta do autor, ver tanto a “Sociedade Xavante” como o seu livro de memórias de campo, “O Selvagem e o Inocente” (1990).

comunicação através de sinais de fumaça, objetivando a reunião de todos os segmentos ao final da expedição. (Maybury-Lewis, 1984[1967]:101). Na narrativa de Maybury-Lewis é possível destacar ainda que em todo o desenvolvimento da expedição o grupo local xavante está sempre atento – e tenso – a possibilidade de confrontos com grupos locais de aldeias distintas, apesar da timidez que o autor manifesta em reconhecer a possibilidade de fronteiras internas.

Diferentemente das caçadas realizadas individualmente ou por apenas alguns segmentos sociais, o trajeto dos segmentos xavante nesses “processos migratórios” é bastante lento, já que as mulheres e as crianças estão presentes, daí sua longa duração. Acampamentos são feitos diariamente para o descanso de todos. Sua composição é uma “versão em miniatura da aldeia-base”, não só na forma de ferradura, como na disposição dos grupos domésticos. (Maybury-Lewis, 1984[1967]:48; Giaccaria&Heide, 1972:40; Lopes da Silva, 1983: 43).

Giaccaria&Heide apresentam ainda um argumento importante no sentido de demonstrar os cuidados dedicados pelos Xavante a suas aldeias-base:

“No fim da migração pouco antes da volta à aldeia, dois TSAHÖRÖWA⁷⁹, vão verificar se tudo na aldeia está em ordem e se não há nenhum perigo.”
(Giaccaria&Heide, 1972: 75).

Associando as descrições e o calendário de “atividades sazonais” elaborado por Maybury-Lewis (1984[1967]:90) e a “tabela alimentar” de Giaccaria&Heide (1972: 72), além de suas descrições, é apresentada a seguir uma figura⁸⁰ que ilustra atividades sazonais exercidas por um grupo local xavante⁸¹ no decorrer de um ano.

⁷⁹ Também nome de uma cerimônia realizada no retorno da caçada coletiva. (Giaccaria&Heide, 1972: 287)

⁸⁰ Atividades sazonais bastante distintas daquelas apresentadas por Evans-Pritchard no diagrama a respeito da vida social exercida nas aldeias e nos acampamentos Nuer. (2005[1940]:111-112). Apesar disso, é fácil notar que o referido diagrama inspirou a construção da minha figura.

⁸¹ É importante ressaltar que, apesar dos autores mencionados se reportarem aos “Xavante” de maneira geral, os salesianos têm uma experiência de campo com grupos locais asilados na missão de São Marcos e Sangradouro – egressos da região do Kuluene e Couto Magalhães -, enquanto a maior parte do campo de Maybury-Lewis foi realizado nas comunidades na região do Rio das Mortes, particularmente, em São Domingos, atual T.I. Pimentel Barbosa, como o próprio autor reconhece em diversas passagens da “Sociedade Xavante” e do “Selvagem e o Inocente”.

Figura 26: Calendário de atividades sazonais xavante

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES SAZONAIS DE UM GRUPO LOCAL XAVANTE . Construído a partir da associação dos dados de Maybury-Lewis, 1984(1967) e Giaccaria&Heide, 1972.

O resultado da análise dos dados apresentados pelos autores, somados às observações feitas em campo, corrobora a tese de que a produção do modo de vida tradicional Xavante está associada muito mais a uma condição de *semi-nomadismo* (Lopes da Silva, 1984: 201) do que a uma “vida nômade” de “caçadores-coletores”, conforme algumas vez sugere explicitamente a etnografia de Maybury-Lewis. (1984[1967]; 1990)⁸².

Não por acaso, Giaccaria&Heide (1972:58), apesar de confirmarem a limitação do tempo empregado para as atividades agrícolas, assinalam que sua associação junto às atividades de caça, coleta e pesca propiciam uma *alimentação equilibrada e completa*, sugerindo assim, numa perspectiva relativamente distinta da de Maybury-Lewis, que o modo de vida tradicional xavante depende de um conjunto de atividades sazonais no qual estejam articuladas ciclicamente atividades sedentárias e migratórias. Giaccaria&Heide (1972:73-

⁸² “O território Xavante é, portanto, naturalmente bem dotado para a manutenção de uma pequena população de caçadores e coletores nômades.” (1984[1967]:92), ou ainda, “Sua vida nômade dificultava a prática de uma agricultura mais intensiva.” (Ibdem: 93).

75) caracterizam ainda não só a realização das migrações xavante, como todo os eventos que marcam o calendário de suas atividades sociais associadas à de subsistência, de maneira não tão relativa como fica sugerido em Maybury-Lewis. Para esses autores, haveria um período específico do ano – entre março e junho - nos quais os xavante “descuidariam da caça” e passariam a residir na aldeia, dedicando-se com mais intensidade às atividades cerimoniais e à colheita das roças. Após o fim desse período de “abundância”, só a partir de julho é que haveria espaço para o exercício da atividade migratória, que duraria em média três meses. Voltariam em setembro, no período ideal para plantar nas clareiras preparadas para as roças e, novamente, empreenderiam uma nova expedição migratória a partir de dezembro.

Ambas as etnografias coincidem num ponto importante: a totalidade dos segmentos que compõem um grupo local xavante não passaria mais do que um tempo médio de 6 meses fora de suas aldeias, distribuídos de maneira bastante equilibrada entre as estações da seca e das chuvas. Soma-se a isto o fato de que um grupo local, mesmo se ausentando de sua aldeia durante o período assinalado, não necessariamente abandona seu território, cujas fronteiras, mesmo não tão fixas como as que delimitam o conjunto de formações sócio-espaciais que compõem o plano mais próximo da aldeia, não são por isso, inexistentes.

Maybury-Lewis sugere que os limites do território de um determinado grupo local xavante seriam aqueles compreendidos pelas áreas que conseguissem explorar em suas excursões de caça e coleta coletivas num espaço de um ano e que, tais limites, apareceriam como sobrepostos entre si:

“(...) Cada aldeia mantinha direitos de propriedade coletiva sobre uma certa área e sobre seus produtos mas não reconhecia fronteiras específicas entre o seu próprio território e o de outros grupos.” (1984[1967: 99).

Giaccaria&Heide corroboram a idéia de que um grupo local xavante não escolhe por “dois anos consecutivos” o mesmo espaço social dedicado às excursões migratórias, mas, diferentemente de Maybury-Lewis, apontam para a existência de fronteiras menos fluidas entre os grupos locais já que “às vezes, surgem conflitos: “quando um grupo invade o território já ocupado por outro” (1972: 74).

Por fim, Lopes da Silva (1980:14/15) sintetiza com maior nível de detalhamento a lógica espacial xavante na dimensão de um território local:

“...no sistema Xavante tradicional, como é fato entre as sociedades indígenas brasileiras de modo geral, cada grupo local (a aldeia, neste caso) controla um território que seus membros sentem coletivamente como seu. Isto era feito,

tradicionalmente, por meio da guerra. Na qualidade de membro do grupo é que o indivíduo tem o direito de explorá-lo e usufruir de seus bens. Mesmo que haja, como entre os Xavante, uma noção muito consciente de propriedade individual de certos bens (como os produtos da roça e a própria roça, por exemplo), há, como se sabe, atividades comunitárias de exploração do meio ambiente, assim como mecanismos e canais de redistribuição dos bens que garantem uma situação de igualdade básica.(...) No meu entender, a noção de propriedade coletiva era, tradicionalmente, algo restrito ao território [local?], no caso Xavante.”

Se esta linha de argumentação estiver correta, fica mais fácil compreender a passagem abaixo um tanto quanto enigmática de Maybury-Lewis, já que possibilita uma dupla interpretação (1984[1967]:98).

“Eram nômades(1), mas isso não significava que considerassem como lar o lugar onde porventura estivessem num dado momento. Tinham suas aldeias, que concebiam como acampamentos semi-permanentes.(2) (...) Os Xavante, porém, não abandonavam suas aldeias a menos que tivessem uma boa razão e faziam-no, aliás, com a menor frequência possível, resguardando-se da tarefa árdua de construir novas casas.(3) Passavam, no entanto, pouco tempo nessas aldeias-bas. Durante a maior parte do ano ficavam fora, participando de expedições de caça e coleta.(4)”

Os trechos 1,2 3 e apontam para o nomadismo, enquanto o 3 sugere o apeço pelo território da aldeia, revelando assim uma certa dúvida etnográfica - não tão rara na literatura sobre os Xavante – em se admitir que um agrupamento de “bandos de caçadores-coletores” poderiam, justamente por essa condição, produzir vínculos mais duradouros com os espaços geográficos que ocupam historicamente, ou seja, possuírem uma lógica espacial na qual a demarcação de fronteiras mais fechadas entre territórios locais não fosse algo impensável. Evidente que há um complicador temporal nesse debate já que os dados etnográficos sobre esse tema foram coletados em “situação colonial” (Oliveira, 1998), o que deixa pouca margem para precisarmos o quanto esse “nomadismo” captado por Maybury-Lewis é fruto de um contexto em que suas bases territoriais de subsistência já estavam sendo extirpadas violentamente dos seus domínios⁸³.

A identificação que fiz até aqui das diversas formações sócio-espaciais nativas, bem como parte dos conteúdos semânticos das redes de sociabilidade que nelas estão inscritas e

⁸³ Que Garcia (2005) captou com precisão. Ver a discussão do autor sobre os “falsos nômades” (pág. 45-66)

que articulam por inúmeras trilhas os diversos grupos sociais que compõem a vida social xavante, possibilita apreendermos em parte pelo menos as formas nativas pelas quais seus grupos locais se apropriam dos espaços e dos recursos naturais a sua disposição, portanto, constituindo uma lógica espacial bastante complexa e precisa. Dessa apresentação emerge a implicação que mais me interessa ressaltar aqui: das formas Xavante de apropriação territorial – reveladas em parte pelas inúmeras trilhas que conectam seus conjuntos de formações sócio-espaciais – pode-se extrair, nesse primeiro momento, aspectos de uma lógica espacial marcada pelo estabelecimento de fronteiras de toda ordem.

No próximo capítulo apresento num primeiro momento de maneira mais sintética e conceitual o modelo do território de um grupo local xavante – ou o modelo do território de uma aldeia, nas palavras de Lopes da Silva (1983) -, no qual aparecem incorporadas os dois conjuntos de formações sócio-espaciais a que fiz referência no decorrer desse capítulo. Num segundo momento do próximo capítulo, apresentarei e discutirei algumas imagens e narrativas retiradas da etnografia Xavante que identificam algumas das transformações sócio-espaciais pelas quais passaram particularmente o primeiro conjunto de formações sócio-espaciais, ou seja, aquele circunscrito às fronteiras mais fixas que delimitam os contornos mais próximos da aldeia tradicional.

Tenho ciência de que as transformações na formação sócio-espacial da aldeia xavante com um todo são também decorrentes do *segundo movimento de territorialização* para os quais foram “atraídos” os grupos locais xavante durante o processo de (re)contato com a sociedade nacional na década de 1950.

Apesar de ser tema dos capítulos finais desta tese, no próximo capítulo o leitor já encontrará ainda que de maneira breve uma síntese da gênese e formação histórica de algumas aldeias xavante visando situá-lo macro-espacialmente. As narrativas e imagens produzidas sobre esses lugares - particularmente das formações sócio-espaciais que compõem seu primeiro conjunto - serão contrastadas com o modelo de território de um grupo local xavante *tradicional* mais detidamente. Continuarei assim, de certa maneira, suspendendo analiticamente a relação entre a dinâmica sócio-espacial xavante delineada nesse plano micro-territorial de um grupo local, preparando o terreno do qual partirá o vôo que alçarei no segundo movimento analítico previsto na Introdução dessa tese que buscará perceber as relações existentes entre os grupos locais xavante – e seus territórios – na dimensão em que a lógica espacial xavante se manifesta em termos macro-territoriais.

Capítulo 3

Da construção de um modelo de território local às suas transformações sócio-espaciais

“Por que esta divisão persiste na teorização antropológica? Temos mesmo que escolher teoricamente entre estrutura e história, sincronia e diacronia, modelo e ação, regra e improvisação? Acho que não. Acho, pelo contrário que é de suma importância evitar o Scylla do estruturalismo sem naufragar no Charybdis do transnacionalismo.”

(Maybury-Lewis, 1988:120)⁸⁴

A primeira parte deste capítulo diz respeito à proposição de um modelo do território de um grupo local xavante a partir daquele apresentado por Lopes da Silva (1983), a respeito do qual darei maiores detalhes mais à frente. Esse modelo será bastante útil não só para analisar as transformações ocorridas historicamente nas formações sócio-espaciais que compõem o *território de um grupo local xavante*, como também para o segundo movimento analítico que farei nos capítulos finais dessa tese, qual seja, o de se pensar a dinâmica sócio-espacial xavante no plano da macro-territorialidade que tem produzido e articulado seus diversos grupos locais historicamente no leste matogrossense. É a partir desse plano mais amplo da manifestação da lógica espacial xavante que diversas agentes (missionários, etnógrafos, indigenistas etc e, mais recentemente, os próprios xavante) têm se baseado para produzir imagens e narrativas a respeito do “território xavante”.

Na segunda parte deste mesmo capítulo, apresentarei e discutirei alguns subconjuntos de formações sócio-espaciais que compõem a primeira região que distingui analiticamente no capítulo anterior - a aldeia, as roças e as clareiras rituais – a partir da maneira como alguns etnógrafos captaram algumas de duas transformações sócio-espaciais. Por *transformação* entenda-se um movimento dialético que é produto (e produtor) de um conjunto de processos contraditórios e interpenetráveis que envolvem a perda, a

⁸⁴ Mito grego: Scylla e Charybdis eram, respectivamente, um mostro de seis cabeças e um redemoinho. Os marinheiros tinham que se defrontar com um ou com outro para conseguirem ir adiante. Disponível em <http://www.2020site.org/ulysses/scylla.html>, acessado em julho/2006.

manutenção, a incorporação, a re-significação, a (re)composição e a recombinação de elementos sócio-espaciais distinguidos heurísticamente como tradicionais e modernos.

A identificação e seleção de critérios sociais presentes nas redes de sociabilidade cotidianas ou sazonais que interconectam as diversas formações sócio-espaciais xavante é um dos caminhos possíveis para a construção de modelos que representem o território de um grupo local xavante⁸⁵.

Pode-se destacar dois critérios já bastante conhecidos na literatura sobre os Jê de maneira geral:

I) a oposição gradativa entre as regiões domesticadas, semi-domesticadas e não-domesticadas do ambiente natural (oposição “cultura/natureza”);

II) a oposição entre “centro/periferia” aldeã que se expressar-se-ia através de diversos pares de oposição (“público/privado”, “masculino/feminino”, “sagrado/profano”)

Ambos os critérios já são uma referência clássica dos especialistas que trabalham com grupos pertencentes ao tronco lingüístico Macro-Jê⁸⁶.

O modelo do “território de um grupo local” xavante proposto por Lopes da Silva (1983:45) pode ser classificado a título de hipótese explanatória como formatado exclusivamente por uma disposição morfológica concêntrica. Vejamos:

A) o *espaço social* da aldeia propriamente dita: constituída pelo pátio central, onde se destaca o *warã*; as habitações dos grupos domésticos, em forma de ferradura; a casa de solteiros (Hö) e o rio (*Panou*);

B) as clareiras adjacentes à aldeia utilizadas para as roças;

C) as clareiras adjacentes à aldeia para realização de rituais;

D) as áreas de caça e coleta.

Ressalte-se que a autora destaca que as roças, mesmo não fazendo parte analiticamente do primeiro conjunto – o *espaço social* da aldeia - devem ser consideradas

⁸⁵ Estou ciente de que ao reafirmar a validade desse modelo, suspendo a crítica apresentada por Marcela Coelho de Souza (2002) à base na qual se assenta sua construção (a oposição Natureza x Cultura e seus correlatos). Diz a autora: “É nesse sentido que procuro avançar, sugerindo substituir a linguagem dos domínios pela oposição entre dois tipos de processos, ou melhor, entre duas direções de ação: a produção de pessoas (e grupos) e a reposição das condições dessa produção – uma reprodução, pois, mas de um tipo particular, pois se no primeiro caso trata-se de criar identidades (uma diferenciação no espaço), neste segundo trata-se de recriar o potencial de diferenças assim consumidas; trata-se, enfim, de uma diferenciação das pessoas e do grupo com respeito a si mesmos, um movimento eminentemente temporal, que passa pela alteração e resulta que, comumente, chamamos de mudança.” (Souza, 2002:252-253-grifos meus)

⁸⁶ As fontes dessa referência são encontradas nos dois célebres artigos de Lévi-Strauss – “As estruturas sociais do Brasil Central” (1989a) e “As organizações duais existem?” (1989b) – presentes na coletânea intitulada “Antropologia Estrutural”.

como suas “extensões” já que se constituem como espaços “domesticados” pelos Xavante. (Lopes da Silva, 1983:45).

Figura 27: Modelo de território de uma aldeia xavante de Lopes da Silva

Obs. Elaborei esse croqui a partir do desenho de Maria Carolina Y. Rodrigues (Lopes da Silva, 1983:46)

A partir do modelo proposto por Lopes da Silva distingo apenas para efeitos da apresentação que se segue dois conjuntos de formações sócio-espaciais que, em seu conjunto, formam o território de um grupo local xavante. O primeiro conjunto é formado pelos espaços sociais que compõem a aldeia, conforme descrito por Lopes da Silva, além das clareiras abertas para a implantação das roças e realização de atividades rituais. O segundo conjunto seria formado exclusivamente pelas áreas de caça e coleta, conforme argumento já apresentado no capítulo anterior.

Figura 28 – Modelo abstrato do território de um grupo local

Ressalte-se que, diferentemente do primeiro conjunto de formações sócio-espaciais, que apresenta uma fronteira mais bem definida do seu centro para sua periferia – warã, habitações, rio, clareiras rituais até o limite razoavelmente definido pelas clareiras das roças -, as fronteiras dos segundo conjunto – as áreas de caça e coleta - são, por contraste, menos precisas, mas nem por isso, inexistentes, como afirmei no capítulo anterior. A gradação concêntrica existente entre uma formação sócio-espacial mais fixa – o pátio central da aldeia (a) – até as áreas de caça e coleta (e) está representada pela seta A-E na figura acima.

Nesse sentido, notar-se-á que todas as imagens selecionadas de trabalhos etnográficos sobre os Xavante, reproduzidas e analisadas a seguir, representam exclusivamente as transformações ocorridas no primeiro conjunto de formações sócio-espaciais a que me referi anteriormente (a, b, c e d). As imagens sobre o segundo conjunto de formações sócio-espaciais – as áreas de caça e coleta - só se encontram referenciadas na etnografia de maneira implícita a partir das diversas imagens sobre o *território xavante* como um todo, produzidas por diversos atores sociais em distintas situações históricas. Por outro lado, diferentemente da referida ausência explícita de imagens sobre as áreas de caça e coleta – à exceção de Maybury-Lewis (Figura 25- Capítulo 2 –Seção 2.2.6) - há, sintomaticamente, uma descrição ora mais densa, ora mais genérica, dos impactos causados pelo encapsulamento territorial a que foram submetidos historicamente os grupos locais xavante. Voltarei a esse assunto – a dinâmica sócio-espacial que envolve as áreas de caça e coleta – nos capítulos finais da tese, portanto, no segundo movimento analítico que propôs na Introdução, lugar que julgo mais adequado para esse fim.

3.1. As palavras e as coisas: transformações no primeiro conjunto de formações sócio-espaciais xavante

Como vimos no Capítulo 2, tratei de reconstituir em termos ideais o conjunto de formações sócio-espaciais que compõem o modelo do território de um grupo local xavante observando para tanto aspectos da sua dinâmica sócio-espacial em termos “tradicionais”. O que farei a seguir é, tendo em mente esse modelo, apresentar e discutir algumas das transformações que foram captadas e interpretadas por alguns etnógrafos sobre primeiro conjunto de formações sócio-espaciais que o compõe.

Antes de adentrar especificamente nesse tema, para que o leitor se localize na apresentação que se seguirá, é importante identificar geograficamente e de maneira bastante sintética, as aldeias e postos indígenas que serão objeto de comparação a seguir, indicadas no mapa abaixo (Figura 29). Ressalte-se que essa apresentação abarca apenas parte das aldeias e postos presentes historicamente nos diversos territórios de cada grupo local xavante. Outros tantos grupos locais xavante estiveram, como continuam a estar, imersos em outras situações históricas mais específicas, como é o caso, por exemplo, do grupo local de Marawatséde.

Peço ao leitor que faça um pequeno exercício de abstração pois é sobre o mapa das atuais terras indígenas Xavante – que nem sequer existiam – que estão identificadas as

aldeias e postos nos quais os etnógrafos colheram dados em suas pesquisas de campo. Lembro que todo o processo de gênese e formação dessas antigas aldeias e dos postos indígenas - muitas deles extintos atualmente – serão apresentados nos capítulos posteriores.

Note-se que, no mapa, designarei esses locais como aldeias ou postos indígenas, seguidos cada um deles com duas datas entre parênteses: a primeira data indica o ano da fundação da aldeia; a segunda, a data de sua extinção. Quando essa última data fizer referência ao ano 2006, significa que aquelas aldeias e postos continuam habitadas por grupos locais xavante devido a sua incorporação as atuais terras indígenas reconhecidas pelo Estado brasileiro.

Figura 29 – Localização de aldeias antigas xavante citadas no Capítulo 3

- a) **Aldeia São Domingos (Wededzé) e Oto:** primeiro grupo local xavante a aceitar o (re)contato com a sociedade nacional em 1946, liderados por Apowe. Note-se que São Domingos se localizava na margem leste do Rio das Mortes e Oto na margem

oeste. A aldeia Oto é um produto da fissão do grupo local de São Domingos por volta de 1956. Em 1958 o restante do grupo local que permaneceu na aldeia São Domingos muda-se para o Posto Indígena Pimentel Barbosa, instalado pelo S.P.I. próximo da aldeia Oto, portanto, na margem oeste do mesmo rio. Nessa região viria a ser reconhecida como a terra indígena Pimentel Barbosa muitos anos depois (indicada no mapa como a área verde na qual está indicada a localização da aldeia Oto).

- b) **Aldeias São Marcos e Sangradouro:** fundadas em 1956 em terras da missão católica salesiana para asilo de segmentos de grupos locais xavante que habitavam a região dos rios Couto Magalhães e Kuluene. Parte desses diversos segmentos xavante residem nas mesmas aldeias em situação de missão, que vieram a impulsionar a criação das atuais denominadas T.I.s São Marcos Sangradouro – e em parte na Terra Indígena xavante Parabubure (área verde na qual está indicada o Vilarejo do Patrimônio)
- c) **Posto Indígena Batovi:** um grupo de segmentos locais xavante refugiados também da região do Couto Magalhães e Kulene ali se abriga por volta de 1955 e o S.P.I. cria o posto indígena. Atualmente é a Terra Indígena Xavante Marechal Rondon.
- d) **Postos Indígenas Simão Lopes e Paraíso:** O primeiro posto foi criado pelo S.P.I. na década de 1940 para atração de remanescentes do grupo indígena Bakairi. Por volta de 1955 segmentos de grupos locais xavante, também refugiados da região do Kuluene e Couto Magalhães, foram para ali atraídos e fundaram uma aldeia ao lado dos Bakairi, junto ao Posto Simão Lopes. Em 1962, parte dos segmentos xavante ali abrigado funda uma nova aldeia a 12 km de distância do referido posto e o S.P.I. cria o Posto Indígena Paraíso para seu atendimento exclusivo. Ambos os P.I.s. – Paraíso e Simão Lopes, e suas respectivas aldeias xavante, viriam a ser extintos quando esses segmentos xavante retomam frações de seu território tradicional de uma região específica do rio Kuluene. Atualmente, a totalidade daqueles segmentos que se abrigou nestes Postos Indígenas reside nas atuais T.I. Xavante Parabubure, Ubawawe e Chão Preto (contíguas a T.I Parabubure, ao sul desta). A área na qual se localizavam os P.I.s Simão Lopes e Paraíso é atualmente a Terra Indígena Bakairi.
- e) **“Vilarejo do Patrimônio”:** localizado na beira do rio Kuluene, foi fundado por “sertanejos” em pleno território de um conjunto de grupos locais xavante que dali tinham sido expulsos durante a década de 1950. Em 1975 segmentos de grupos

locais refugiados nos P.I.s. Simão Lopes e Paraíso, além de segmentos daqueles que se abrigavam no P.I. Batovi, retornam ao seu antigo território e dali expulsam os referidos “sertanejos”. Anos depois, essa região viria a ser decretada como parte da Reserva Indígena Xavante do Kuluene (que futuramente virá a compor parte da atual T.I. Parabubure).

- f) As duas “áreas verdes” que não foram mencionadas nessa breve descrição sobre essas antigas aldeias xavante – assunto que será retomado nos próximos capítulos – são as atuais Terras Indígenas Areões (abaixo da aldeia São Domingos) e Maraiwasede (no extremo norte).

3.1.1. Transformações: aldeias em situação de missão

A gênese de duas das atuais terras indígenas xavante teve a participação ativa da Missão Salesiana - T.I. São Marcos e T.I. Sangradouro/Volta Grande – por conta do asilo de segmentos de parte de grupos locais xavante que ocupavam até a década de 1950 a região dos rios Couto Magalhães e Kuluene (Atuais terras indígenas Parabubure e Ubawawe).

A palavra “asilo” não é gratuita. Se, na perspectiva dos padres salesianos, tratava-se de uma ação assistencialista pastoral, na perspectiva dos segmentos de grupos locais xavante que ali se instalaram tratava-se de uma estratégia de sobrevivência num primeiro momento e, num segundo, de recuperar forças para retomar aquilo que lhes fora retirado: aquilo que consideram como seus territórios tradicionais localizados na região do Rio Kuluene e Couto Magalhães. O processo de expulsão e retorno desses segmentos de grupos locais xavante a essa região será matéria exclusiva do Capítulo 6.

Pelo menos duas atividades sociais foram levadas a cabo pelos missionários nas duas terras xavante em formação: a assistência à saúde e a educação, evidentemente, assentadas numa troca que incluía a catequização missionária. Voltarei a discutir com maior nível de detalhamento o envolvimento desses agentes mediadores do contato nos capítulos finais dessa tese, quando estiver tratando dos movimentos de *territorialização* com os quais os grupos locais xavante se defrontaram no decorrer do seu (re)contato (1950) com a sociedade nacional.

Reapresento para o bom encaminhamento da apresentação a Figura 17 (Capítulo 2) na qual se encontra indicado o croqui elaborado pelos missionários salesianos que sintetiza a configuração tradicional do primeiro conjunto de formações sócio-espaciais do território de um grupo local xavante:

Figura 17: Croqui de uma aldeia tradicional xavante (salesianos)

Foto: Giaccaria&Heide,1972

No croqui abaixo da aldeia São Marcos, elaborado por Maybury-Lewis no início da década de 1960, percebe-se que, para além das instalações das missões e do campo de futebol – esse último, uma novidade introduzida pelo S.P.I. e incorporada na estratégia de catequização missionária - aparecem na paisagem novos elementos tais como as bananeiras, as roças pequenas coladas às habitações, o galinheiro. A introdução desses elementos na paisagem da aldeia - “roças pequenas” e “bananeiras” bem próximas das habitações - sinalizam a tentativa de estímulo à dimensão sedentária da vida social xavante que será levada a cabo insistentemente pelas agências de contato de maneira geral (até os dias de hoje) e, no caso específico, por parte da missão salesiana.

Figura 30: Croqui da aldeia São Marcos em 1964. Maybury-Lewis,

Fonte: Maybury-Lewis, 1984[1967]:59

Essas “novidades” associam-se e sobrepõem-se à manutenção das formações sócio-espaciais tradicionais: as habitações (ferradura), o pátio central (círculos utilizados por duas categorias de idade xavante) e o Hô, habitação do grupo de idade no qual se encontram os wapté (“adolescentes”) em processo de iniciação masculina. O campo de futebol localiza-se neste momento fora do pátio central da aldeia. As instalações da missão, ainda se encontram relativamente distantes da parte central da aldeia e, de maneira significativa, é o campo de futebol que os separa.

A identificação da presença da “casa de solteiros” nessa paisagem num primeiro momento, passa a impressão de que essa formação sócio-espacial fundamental da lógica espacial xavante tradicional continua com vitalidade. Entretanto, através de uma observação mais atenta, a “casa de solteiros” desloca-se do semi-círculo da aldeia e se aproxima das instalações da missão, processo sócio-espacial que, como será indicado por Maybury-Lewis, 1984[1967]: 58) e aprofundado por Menezes (1984), se deve a tentativa de controle e vigilância ideológicos por parte dos missionários salesianos sobre as gerações mais jovens Xavante.

Mais de 30 anos depois, Brito Vianna (2001) descreve em pormenores a composição das formações sócio-espaciais de duas aldeias xavante em outra terra administrada também por salesianos: a Missão de Sangradouro. A aldeia Sangradouro, de mesmo nome da missão, localiza-se bem próxima das instalações da missão⁸⁷. Já a outra aldeia descrita pelo antropólogo – aldeia “Abelhinha” – é um produto de uma fissão sócio-espacial ocorrida bem mais recentemente, em 1995 entre o conjunto de grupos locais (mais de 600 pessoas) situado na aldeia Sangradouro.

Figura 31 – Croqui da Aldeia Sangradouro (1995- Brito Vianna)

Fonte: Brito Vianna, 2001:81

Na “aldeia-mãe” – Sangradouro, cf. figura acima - o destaque é para a manutenção das formações sócio-espaciais do warã, da clareira ritual (marã) e das trilhas para roça. As inúmeras árvores que aparecem no croqui são provavelmente mangueiras, planta introduzida pelo SPI nas áreas indígenas de maneira geral na década de 50 e, no caso aqui em questão, uma tecnologia agrícola incorporada pela missão. O campo de futebol já se encontra aqui dentro do anel formado pelas habitações xavante, mas, ainda que sutilmente, um pouco distante do pátio central da aldeia. Segundo Brito Vianna, as instalações da

⁸⁷ Segundo Brito Vianna (2001:51), a aldeia Sangradouro estaria, a *rigor*, dentro da propriedade fundiária da missão.

missão se localizam a cerca de 800 metros da aldeia Sangradouro. Nota-se em meio ao pátio central da aldeia Sangradouro, como destaca Brito Vianna, a presença de uma cruz demonstrando, por outra via, a força simbólica do micro-poder missionário, tema que será o objeto principal de Claudia Menezes (1984).⁸⁸

O croqui abaixo, elaborado por Cristina Sá (1983), mostra também a influência do poder missionário na aldeia xavante de São Marcos onde encontramos associadas e justapostas de maneira bastante evidenciada o que, outra autora, Menezes (1984:101) denominará como *um complexo arquitetônico aldeia/missão*, vistos pela autora como inseparáveis. Contraste-se esse croqui com aquele elaborado por Maybury-Lewis quase 20 anos antes, conforme apresentei acima (Figura 30).

Figura 32 – Croqui da Aldeia São Marcos (1981) – Cristina Sá.

Sá (1983:135)

Voltemos à aldeia Sangradouro. Seu processo de fissão recente que, dentre outras, formou a aldeia Abelhinha foi descrito precisamente por Brito Vianna (2001: 48-95).

⁸⁸ Esse mesmo signo do poder simbólico eclesiástico será etnografado no pátio central da aldeia de São Marcos - conforme relatam Sá (1983:139), Menezes (1984: 120/121) e Maybury-Lewis (1990:412).

Conforme o croqui abaixo elaborado pelo autor (Figura 33), diversos elementos na paisagem indicam novas transformações sócio-espaciais diante do modelo ideal de uma aldeia tradicional.

A – registro da caixa d’água	E – galinheiro	I – abelhas com ferrão
B- escola quadrada	F – triturador de mandioca	J – varal
C- barracão de madeira abandonado	G – garagem	K – roda d’água
D- aterro sanitário	H – placa de energia solar	L – abelhas sem ferrão

Figura 33 – Croqui da Aldeia Abelhinha (1999) – Brito Vianna

Fonte: Brito Vianna, 2001:82

Significativo também é, quando contrastamos com outras imagens mais antigas, a importância que o campo de futebol assume em termos da micro-espacialidade xavante que, em termos de sociabilidade cotidiana é vista pelos etnógrafos como uma atividade social

cada vez mais insubstituível ⁸⁹. Comparem-se as descrições de três antropólogos, já que ilustram por si mesmas, o que se poderia dizer sobre a dinâmica sócio-espacial existente entre as variáveis campo de futebol/ pátio central (no qual se realizava tradicionalmente as reuniões cotidianas do “conselho dos homens maduros – warã”).

“Muitos adolescentes sabiam ler e escrever e jogavam futebol com tanto entusiasmo no fim da tarde que o conselho dos homens só podia se reunir depois de escurecer, quando o centro da aldeia tinha sido abandonado pelos jogadores.” (Maybury-Lewis (1990: 405), sobre uma pesquisa de campo feita a aldeia São Marcos em 1982).

“No caso Xavante, o espaço central é claramente masculino: é ali que se reúne o conselho dos homens e é ali que fazem seus discursos; é o cenário dos rituais públicos, de que os homens Xavante participam muito mais ativamente que as mulheres; é onde se localiza o agora imprescindível campo de futebol.” (Lopes da Silva, 1983:53)

(...) Sala-de-vídeo, lugar de concentração para sessões de assistência coletiva à programação televisiva brasileira ou a fitas. Normalmente, é para onde todos se dirigem à noite, após as conversas no warã.” (Brito Vianna, 2001: 81)

Essas mudanças são acompanhadas de outra não menos significativa: o *desaparecimento da cruz do pátio central da aldeia Abelhinha* marca simbolicamente a estratégia de autonomia por parte de um conjunto de grupos domésticos xavante diante do grupo local-mãe – que continuará a residir na aldeia Sangradouro – e diante da missão salesiana (Brito Vianna, 2001: 86-87).

Esse rompimento com a missão salesiana fica mais evidenciado quando colocamos em cena uma imagem que bem representa a estratégia do poder eclesiástico. Na foto abaixo, tirada de um presépio localizado na aldeia São Marcos em 1981 por Cristina Sá, percebe-se indícios desse tipo de estratégia presente na ação pastoral salesiana, que poderia ser definido como uma espécie de sincretismo sócio-espacial, pois, ao mesmo tempo, preserva a formação estética tradicional das casas xavante, mas sobrepõe a ela o signo do poder missionário: a cruz.

⁸⁹ A literatura sobre os Xavante é repleta de referências a respeito da importância que o futebol foi ganhando gradativamente em sua vida social. Brito Vianna (2001) dedicou a sua dissertação de mestrado a uma reflexão sobre os sentidos do futebol para uma parcela dos Xavante contemporâneos.

Foto 18: “Presépio” numa aldeia xavante

Aldeia São Marcos, 1981 (Fonte: Sá, 1983:139)

A influência da missão salesiana também se fez presente no padrão estético tradicional de parte de outras formações sócio-espaciais xavante tradicionais. O formato em polígono das casas, com base de alvenaria e teto de palha - mais próximo da forma circular das habitações xavante tradicionais - foi introduzido pela missão salesiana (Menezes, 1984:110) e incorporado quase que definitivamente e de maneira generalizada pelas aldeias xavante sob sua influência⁹⁰.

⁹⁰ Menezes (1984:110) afirma ainda que na aldeia São Marcos era possível notar outras transformações no espaço social da casa tais como o uso pelos xavante de “trincos e até mesmo cadeados” nas portas que, segundo a autora, seriam “elementos indicadores de nova concepção de privatização e de propriedade.”

Fotos 19 e 20: Habitação xavante em forma poligonal

Sá (1983:139) Aldeia São Marcos, 1981

Aldeia São Domingos Sávio (Parabubure, 2003)

Algo a se destacar no processo de contato entre a missão salesiana e grupos locais xavante de modo geral é, como afirmou Menezes (1984), o reforço das instituições indígenas tradicionais paralelamente à introdução gradativa de uma ideologia catequética voltada para a “civilização do índio” que pode ser captada, como temos visto, pelo sincretismo de algumas das formações sócio-espaciais xavante em transformação.

A visão de Menezes é bastante explícita quanto a uma transformação pensada em base das perdas culturais. Apresentando as mudanças de lugar pelas quais foi passando historicamente a “casa de solteiros”, a autora analisa a sua captura sócio-espacial e ideológica pela missão salesiana. Fruto, segundo a autora, de um “pacto social” entre os xavante e a missão, a “casa de solteiros” foi comparada estrategicamente pelos missionários a um “internato” e nele transformada, já que ambos espaços sociais partem do pressuposto de que seus membros estão reclusos, isto é, afastados da vida social. A autora vai mais longe: o papel de “vigilância” dos *wapté* desempenhado pelos *riteiwa* (jovens iniciados) adquiriu novos contornos. Os *riteiwa* passaram a controlar diariamente as atividades dos *wapté* em outros termos: não mais como mediadores dos cerimoniais de socialização, como outrora, mas, sim, cuidando para que fossem realizadas a contento a coleta de lixo, a limpeza geral da aldeia e a organização diária no “internato/Hö”, além de mediar a relação entre os sacerdotes missionários e os *wapté* nos cultos. (Menezes, 1984:147-150)

“Não foi por falta de razões que a Casa dos Solteiros sofreu sucessivos deslocamentos da posição que ocupava originalmente até ser construída, definitivamente, no pátio principal da missão.” (Idem:1984:117).

A mesma autora, Cláudia Menezes, e a antropóloga Cristina de Sá, apresentam duas perspectivas que podem ser identificadas nas interpretações sobre as transformações sócio-espaciais xavante: uma no registro das “perdas culturais” e outra na chave da (re)significação. Vejamos primeiro as imagens por elas apresentadas.

Figura 34: Croqui agricultura mecanizada/classes e categorias de idade – Menezes

Menezes, 1984: 422

Figura 35: Desenho da disposição interna/externa de uma casa xavante “moderna” Cristina de Sá

Sá, 1983:141

No primeiro caso, os trabalhos de cuidado das roças mecanizadas de arroz – introduzidas a partir do final da década de 70 nas aldeias xavante de maneira geral – seriam organizados, vejam só, a partir das classes e categorias de idade⁹¹, o que significa, na perspectiva de Menezes como já salientado, a reapropriação das instituições indígenas pelo “colonizador”, no caso, o conjunto missão salesiana/Funai. É daqui a inspiração para a idéia de sincretismo sócio-espacial.

No segundo caso, a análise de Sá aponta indícios que salientam o processo de “indigenização” de uma habitação construída já não mais em termos vistos pelos etnógrafos como tradicionais: a fogueira, os depósitos de milho e, particularmente, a disposição das esteiras de cada família nuclear, mantêm ainda o mesmo padrão de ocupação de uma habitação xavante tradicional, independentemente da sua forma em polígono (convenhamos, bastante próxima da forma circular) e das parafernálias incorporadas (máquina de costura, lâmpadas, botijão de gás, panelas). (Sá, 1983:140).

⁹¹ Ver Capítulo 2

3.1.2. As formações sócio-espaciais xavante em postos do S.P.I.

Esse sincretismo sócio-espacial empreendido e estimulado pelos missionários salesianos junto a grupos locais xavante não é o único captado pela literatura xavante. As transformações na forma tradicional de enfileiramento espacial das habitações xavante - *em ferradura* - foram captadas em alguns momentos da etnografia, como é o caso do croqui abaixo, elaborado por Lopes da Silva da aldeia xavante do P.I. Paraíso em 1974.

Figura 36: Croqui da aldeia Paraíso (1974) – Lopes da Silva

Lopes da Silva, 1980

A autora assinala que esse caso da aldeia Paraíso, localizada junto ao Posto indígena de mesmo nome, ilustra essa desestruturação na formação tradicional semicircular da ferradura a partir da sócio-espacialização de pequenos aglomerados de casas que, nesse momento e em sua grande maioria, se encontrariam, segundo a autora, “arruados”. (Lopes da Silva, 1983:49).

Note-se ainda a presença de um conjunto arquitetônico formado pelas sedes do Posto indígena do S.P.I. e, certamente não por acaso, de um outro tipo de missão religiosa: a missão evangélica *South American Indian Mission*. A identificação desse “novo” agente sociocultural ilustra a complexidade e a distinção existentes nas experiências de contato de determinados grupos locais xavante. Nesse caso, a experiência foi com missionários evangélicos vinculados aos “lingüistas” do Summer of Institute Linguistic (SIL), enquanto outros, como vimos, com missionários católicos salesianos. Os impactos desses agentes sócio-culturais, como lembra Lopes da Silva, acarretaram algumas mudanças importantes e relativamente distintas sobre grupos locais xavante (Lopes da Silva, 1980:6).

Ressalte-se que, apesar de tamanhas influências, o warã, o Hõ e o Panou (o rio) continuam presentes na paisagem que conforma aquele modelo de território de um grupo local xavante tradicional. É assim que Lopes da Silva lembra-nos ainda que a “casa de solteiros” continuava a de destacar em meio à paisagem um tanto quanto desorganizada dessa aldeia.

“Nessas aldeias de formas inovadas, a casa de solteiros, significativamente, tende a aparecer sob a forma de construção tradicional, mesmo quando é a única exceção num conjunto de casas ‘modernas’. A dos solteiros, porém, mantém-se como repositório da tradição viva, das verdades básicas, garantia da formação de pessoas verdadeiras na concepção Xavante.” (1983:49)

Por outro lado, o estímulo à dimensão sedentária derivado das agências de contato presentes nos *processos de territorialização* sobre os grupos locais xavante associados aos postos indígenas do S.P.I., também trouxeram, como no caso das aldeias sob jurisdição dos missionários salesianos, a adoção de padrões estéticos e tecnologias de construção alienígenas. Destaca-se nesse processo desde a mudança da forma circular das casas para o formato retangular à incorporação por parte de segmentos xavante do adobe e madeira (“casas-de-pau-a-pique”) como matéria-prima (Lopes da Silva, 1983: 47-49). Essas casas foram identificadas pela mesma autora no caso do “Vilarejo do Patrimônio”, formação sócio-espacial produzida por “sertanejos” em território tradicional xavante – região do rio Kuluene - e ocupada por grupos locais indígenas quando da sua retomada na década de 1970.

Fotos 21 e 22: Mudança no padrão estético das habitações xavante

Casa na aldeia “Patrimônio”-Kuluene (1975) Hö (casa de solteiros) - T.I. Parabubure (2003)
(Lopes da Silva, 1983:48)

Apesar da desorganização sócio-espacial experimentada pelo segmento xavante que ocupou as casas localizadas no “Vilarejo do Patrimônio” (Foto 21), Lopes da Silva destaca que pouco tempo depois os grupos domésticos xavante já as estavam recompondo internamente dentro dos padrões tradicionais de suas habitações, ou seja, “*recriando a circularidade*” momentaneamente perdida. (1983:49), argumento análogo ao apresentado por Cristina de Sá (Ver Figura 35).

Giaccaria&Heide narram a ocorrência do mesmo processo de desestruturação momentânea na aldeia do Batovi, que foi sentido tanto no padrão estético das casas, como na organização das mesmas em forma de ferradura. A resolução da desestruturação momentânea, como apontada pelos missionários salesianos, guarda profundas semelhanças com aquela etnografada por Lopes da Silva acima, mas em outro plano sócio-espacial:

“Particularmente interessante é o caso do Batovi, onde se quis impor⁹², anos atrás, uma maneira mais racional, mais civil de estruturar uma aldeia. Foi assim

⁹² A crítica aqui é endereçada ao Serviço de Proteção aos Índios, responsável pela fundação da aldeia do Batovi. Como será visto com maiores detalhes nos capítulos finais dessa tese, a relação entre a missão salesiana e o Serviço de Proteção ao Índio, no caso Xavante, foi marcada historicamente tanto aproximações explícitas - quando, por exemplo, do período de (re)contato de grupos locais xavante na década de 1940 -, como também por confrontos cada vez mais evidenciados, particularmente a partir da década de 1970.

edificada uma série de cabanas de palha e terra, alinhadas todas segundo uma reta perpendicular ao rio; mas, quando o incremento demográfico exigiu novas habitações, os Xavante voltaram aproximadamente à disposição tradicional.” (Giaccaria&heide,1972:40)

Compare-se o croqui de Lopes da Silva (Figura 36, acima) com o da aldeia São Domingos (Figura 37, abaixo), elaborado por Maybury-Lewis, ainda no final da década de 1950, portanto, quase 20 anos antes. Ambas as aldeias foram fundadas sob os auspícios do Serviço de Proteção aos Índios. Enquanto o croqui de Lopes da Silva retrata o momento de desestruturação na paisagem da aldeia Paraíso, resultado de 20 anos de movimentos de territorialização, o de Maybury-Lewis retrata a manutenção da disposição sócio-espacial de uma aldeia tradicional xavante ainda no momento de gênese daqueles movimentos.

Figura 37 – Croqui da aldeia São Domingos (1958) – Maybury-Lewis

Maybury-Lewis, 1984[1967]:71

Note-se a referência a uma das trilhas rituais utilizada nos cerimoniais de iniciação masculina. Destaca-se ainda nessa paisagem a manutenção da disposição formação das habitações tradicionais xavante – diferentemente portanto da disposição “arruada” que Lopes da Silva observara na aldeia do P.I. Paraíso. Encontramos ali ainda uma pequena e

discreta formação sócio-espacial inédita, para os Xavante e, certamente, para o antropólogo: a sua própria habitação.⁹³

Na próxima seção, continuarei tendo como referencial o modelo de território de um grupo local xavante aqui apresentado, mas trazendo à baila, de maneira mais específica e detalhada, um exercício de espacialização de alguns dos grupos sociais xavante. De outra maneira, tentarei apontar alguns caminhos para que futuras pesquisas possam se deter num tema, que afora Maybury-Lewis, nunca foi trabalhado etnograficamente com profundidade entre os Xavante: a possibilidade de seus grupos sociais e coordenadas sociais mais importantes, como os grupos domésticos, as linhagens, os clãs ou as metades exogâmicas, serem espacializados na paisagem do primeiro conjunto do modelo de território local xavante. Além disso, e mais importante para a condução dessa investigação, a proposta desse exercício é que possamos extrair um perfil etnográfico da maneira como se processam as fissões existentes entre os grupos locais xavante e, portanto, a decorrente fundação de aldeias.

3.2. Um exercício de espacialização de grupos sociais xavante na dimensão micro-territorial.

Selecionei dados e análises produzidos por Maybury-Lewis e Lopes da Silva sobre duas aldeias xavante às quais já fiz algumas referências no decorrer desta investigação: aldeia São Domingos e P. I. Paraíso. Ambos os autores deixaram de herança para os pesquisadores um amplo e ainda não devidamente explorado material, particularmente, a partir de uma perspectiva da espacialidade.

Na apresentação dos dados desses autores e de suas análises, não pretendo dar conta das inúmeras possibilidades abertas pela análise detalhada sobre esse material. Busco apenas extrair algumas considerações sobre maneira pela qual se desenvolve as formas de apropriação territoriais indígenas numa dimensão que articula espacialidade e as configurações de seus grupos sociais no plano da aldeia. De maneira mais clara, esse procedimento de análise se aterá a relação entre a espacialização e a formação e a composição dos grupos domésticos e de um grupo local a partir da identificação de suas conexões com os conjuntos de linhagens clânicas .

⁹³ Apesar de atualmente Pimentel Barbosa ser considerada legitimamente como uma das aldeias mais tradicionais xavante, Maybury-Lewis percebeu o processo de transformação em foco ao afirmar que os xavante dessa aldeia : “...recentemente tinham reconstruído suas cabanas na tradicional forma de colméia, depois deter experimentado a casa retangular brasileira pro algum tempo.” (1990:408).

3.2.1. Composição e dinâmica sócio-espacial de um grupo local na perspectiva de Maybury-Lewis: a aldeia de São Domingos

O primeiro objeto de análise deriva dos dados e análises apresentados por Maybury-Lewis sobre um conjunto de grupos domésticos que compunham o grupo local da aldeia São Domingos em 1958/1962 (atualmente extinta). Lembremos que esse foi o primeiro grupo local xavante a aceitar o (re)contato com a sociedade nacional em 1946.

Dentre os diversos elementos sociológicos apontados pelo autor presentes na conformação sócio-espacial de São Domingos, destaco três clivagens fundamentais:

a) a relação entre as disputas inter e intra-linhagens e as alianças e rivalidades existentes entre os grupos domésticos que compunham a aldeia;

b) a “peculiaridade” do poder do “chefe” e da facção hegemônica do grupo local de São Domingos;

c) as consequências sociológicas dessas disputas no processo de fragmentação do grupo local/aldeia de São Domingos;

Numa observação da composição dos 18 grupos domésticos⁹⁴ registrados por Maybury-Lewis, é possível identificar uma média de 7 pessoas. Note-se que as casas A e K contam com 15 pessoas e a C, com 14, número bem acima desse padrão médio. Nessas três casas, concentra-se o maior número de filhas reais ou classificatórias de Apowe, o chefe da aldeia São Domingos, e seus respectivos genros. Só nas casas Q e W é que encontramos membros de linhagens pertencentes aos outros dois clãs exercendo sua condição de “sogro” plenamente. As demais estão todas subordinadas a Apowe via as relações de casamento de suas irmãs e filhas, reais ou classificatórias. Boa parte de seus genros mora em casas diferentes das dele., o que sugere a idéia de um grupo doméstico ampliado, já que composto por várias casas⁹⁵. Ressalte-se que o número estimado de habitantes da aldeia (141) fica próximo do limite mínimo (150) que daria os contornos demográficos de um grupo local etnografado como ideal por Giaccaria&Heide (1972). Outro detalhe não menos importante é que o número de habitantes por grupo doméstico, afora as exceções acima referidas, é também próximo à média indicada pelos missionários salesianos, qual seja, por volta de 10 pessoas. Por fim, apesar de se tratar de um tema mais distante ainda dos objetivos dessa tese, quando observamos esse mesmo conjunto na

⁹⁴ Em um deles – casa H - moram dois filhos solteiros do chefe da aldeia o que só vem a reforçar o quanto é arbitrário associar mecanicamente grupo doméstico a uma habitação xavante.

⁹⁵ Constatação já feita por Brito Vianna (2001:123-126) e da qual ao autor sugere a idéia de uma uxorilocalidade mais no plano do grupo local como um todo do que especificamente nas casas.

perspectiva da exogamia inter-clânica/metades, identificamos uma simetria quase perfeita: 59 indivíduos se reconhecem como membros de linhagens pertencentes ao clã Poredza'ono e 58 como pertencentes aos clãs Toptató e Owawe¹. Ressalte-se que Maybury-Lewis encaixa o grupo local de São Domingos como pertencente aos “Xavante Orientais”, ou seja, as alianças de casamento levadas a cabo nessa região ignoram a dicotomia entre as metades exogâmicas – manifestada no caso dos Xavante Ocidentais – realçando, portanto, o circuito de trocas matrimoniais dos três clãs xavante entre si. Mesmos tendo ciência disso, e sem a pretensão de continuar esse debate, é possível perceber a vitalidade da exogamia inter-metades nessa região, a despeito de Maybury-Lewis só tê-la verificado junto aos “Xavante Ocidentais”⁹⁶.

⁹⁶ Como chamou a atenção Souza (2002:268): “É necessário levar em conta a ‘presença’ das metades (e se possível explicar porque elas pareceram a Maybury-Lewis ‘ausentes’ de Pimentel Barbosa [na verdade, São Domingos])”. Um dos caminhos sugeridos pela autora para explicar essa “insuficiência” etnográfica baseia-se na hipótese histórica de formação das metades e dos clãs xavante apresentada pelos padres salesianos Giaccaria&Heide (1972). Trata-se de uma hipótese que compartilho intuitivamente e vou um pouco mais além, a título de mera provocação: os “clãs” e as “linhagens” entre os Jê Centrais são compósitos históricos, portanto, contextuais, que associam processos de fissão intra-grupal a processos apropriação e controle simbólico de recursos “ambientais” de toda ordem visando a distinção inter-grupos. Fiz um exercício sobre o processo de segmentação intra-linhagens e a constituição dos “clãs” Xerente de maneira intuitiva na minha dissertação de mestrado (De Paula,2000- Capítulo 4 - Seção 4.2.3).

Quadro 5: Composição dos grupos domésticos da Aldeia São Domingos por clãs (1958)⁹⁷

	Poredza'ono		Owawe		Toptató		Total de pessoas por casa	
Casas	H	M	H	M	H	M	Envolvidas em Relações de Casamento	Moradores ⁹⁸
A	5	2	1	5	0	0	13	15
B	1	3	1	2	0	0	7	8
C	0	8	3	2	0	0	13	14
D	1	1	1	0	1	2	6	7
E	1	0	0	3	0	0	4	4
F	2	0	0	3	0	0	5	6
G	1	2	0	0	0	0	3	4
H	0	0	0	0	0	0	0	2
I	1	3	1	2	0	0	7	8
J	1	1	0	0	1	3	6	7
K	1	8	2	0	2	0	13	15
L	1	2	1	2	0	0	6	7
M	0	2	2	0	0	0	4	5
N	2	0	0	2	0	0	4	4
O	0	4	2	0	0	0	6	7
P	2	0	0	3	0	0	5	8
Q	0	0	1	2	0	0	3	5
W	1	0	1	3	0	0	5	6
X	3	0	0	4	0	0	7	9
Total H / M clãs	23	36	16	33	4	5	117	141
Total pessoas/"metades"?	59		58				117	

⁹⁷ Brito Vianna analisou esses mesmos dados na perspectiva nada identificação das posições genealógicas recíprocas de cônjuges xavantes.". (2001:113-118).

⁹⁸ É importante destacar que Maybury-Lewis (1984[1967]:229). assinala um total de 200-220 pessoas distribuídas entre 17 ou 18 casas a existência em São Domingos. Relata ainda a existência de 60-65 homens e 75-80 mulheres, além de 70-75 crianças. Entretanto, quando analisamos a quantidade de pessoas por grupos domésticos, conforme apresentada pelo autor nas páginas 384-393, essa quantidade cai para aproximadamente 141 pessoas o que provavelmente reflete a fissão do grupo local.

A partir das indicações de Maybury-Lewis em pelo menos duas passagens (pág.122/ nota 8; pág. 124/nota 9) , a conformação sócio-espacial dos grupos domésticos de São Domingos em 1958 era bastante peculiar por causa fundamentalmente de Apowe ser um chefe “excepcionalmente forte”, e não “típico”. Como decorrência das lutas faccionais encabeçadas por Apowe, essa peculiaridade explicaria o desequilíbrio existente entre a quantidade de homens e mulheres envolvidos nas relações de casamento, 43 e 74, respectivamente⁹⁹.

Notamos também que dos cinco genros de Apowe presentes nas casas A,B,C e D - quatro casados com filhas reais (D) e uma com uma classificatória (BD) – apenas um mora na sua casa. De maneira contrária a isso, dos 9 filhos de Apowe nesse mesmo conjunto de grupos domésticos – 6 reais e 3 classificatórios - 4 que são casados habitam a sua casa, o que demonstra a tese Maybury-Lewis sobre a convivência da regra de residência pós-casamento uxorilocal com a “ideologia” patrilinear entre os Jê Centrais.

Vejamos no diagrama abaixo alguns grupos domésticos de São Domingos e suas relações em termos de parentesco e de vínculo às linhagens identificadas por Maybury-Lewis.

⁹⁹ Essa hipótese está sugerida, mas não explicitada, na Nota 9 da página 124 da “Sociedade Xavante”: “Em São Domingos, mais da metade dos casamentos eram poligínicos. Isto se deve à gravidade das disputas e à conseqüente matança dos homens. Há, pois, certa justificação estatística para a visão compartilhada por Xavante de outras aldeias de que os homens de São Domingos ‘matam muitos e tomam as mulheres para si’.” .

Figura 38: Aliança e descendência entre parte dos grupos domésticos de São Domingos

Se questionarmos a associação direta entre grupo doméstico e habitação, podemos supor que moram no grupo doméstico de Apowe (Casa A) sete filhos e não quatro¹⁰⁰, já que nas casas B e C moram uma esposa de seu irmão já falecido (Casa B) e as suas outras duas mulheres (Casa C). Ressalte-se que o autor ainda assinala que essa a “cunhada” (BW) era reconhecida pela comunidade como esposa de Apowe, apesar das constantes negativas do chefe xavante sobre o assunto.

Como veremos mais à frente, na situação etnográfica captada por Lopes da Silva, o modelo ideal de uxorocalidade é clivado contextualmente pelos arranjos políticos, que dependem, por sua vez, do prestígio interno e influência externa de um homem maduro xavante. A relação sogro/ genro, distante do modelo conceitual, segue o padrão encontrado em São Domingos por Maybury-Lewis, ou seja, depende das variáveis prestígio político e alianças intra e inter –linhagens. Mais do que isso, veremos que há também uma nítida hegemonia de um grupo de irmãos reais – portanto, de um “tronco”, na perspectiva de Lopes

¹⁰⁰ Brito Vianna, (2001: 123-126) problematizou com precisão a inadequação entre o modelo ideal de grupo doméstico/habitação, apresentando o que ele chama de “dupla residência”: homens xavante casados que ora moram com os pais, ora com os sogros.

da Silva –, pelo menos da maneira como os grupos domésticos aparecem arranjados contextualmente.

Devido principalmente à preferência de casamentos de um grupo de irmãos com um grupo de irmãs, haveria para Maybury-Lewis uma tendência a encontramos vínculos de linhagem entre determinados conjuntos de grupos domésticos que se localizam numa mesma micro-região da aldeia.

“Há, no entanto, uma tendência no sentido de as linhagens se localizarem em segmentos definidos do semicírculo da aldeia. Isto, porém, não constitui uma regra e não há afirmações ou idéias que explicitem que área da aldeia deveria ser de domínio de que clã ou linhagem. Ainda assim, os homens não se incorporam pelo casamento a grupos domésticos aleatoriamente: os homens da mesma patrilinhagem tendem a viver em casas vizinhas. Isto é possível porque se casam, deliberadamente, com mulheres de uma mesma linhagem; e, preferencialmente, um grupo de irmãos casa-se com um grupo de mulheres que são também irmãs entre si.” (Maybury-Lewis, 1984, [1967]: 231)

É interessante notar que, a despeito de Maybury-Lewis afirmar a inexistência de dados etnográficos que apontem para a correlação exata entre linhagens e espacialidade, o autor - na sua descrição sobre as disputas “faccionais” ocorridas na aldeia São Domingos (Idem, ibidem 229-238) – identificará a composição das casas a partir do nome da linhagem do chefe e das lideranças dominantes. Vimos no capítulo anterior que, para Maybury-Lewis, a linhagem não se confunde com a facção, apesar de ser o esteio na qual se assenta sua constituição e, talvez, isso ajude a explicar a maneira como o autor identifica o domínio político sobre as casas. Na Figura 39 apresento o domínio faccional exercido na maioria dos grupos domésticos da aldeia São Domingos pela linhagem ali dominante – Wamari, do chefe Apowe – , além dos grupos domésticos dissidentes, a partir do croqui original de Maybury-Lewis.

Figura 39: Croqui da aldeia São Domingos (1958) – Domínio faccional

Fonte: Maybury-Lewis, 1984[1967]: 71

Pouco tempo depois das primeiras pesquisas empreendidas por Maybury-Lewis, houve um processo de fragmentação da aldeia São Domingos, ocorrido por volta de 1958. Formou-se a partir da fissão do grupo local original uma nova aldeia, denominada Otõ. O fundador dessa aldeia, Prapá, era membro da linhagem Dzutsi, do clã Owawe e cunhado de Apowe, da linhagem Wamari do clã Poredza'ono, morador da Casa F. Prapá convenceu as suas duas irmãs classificatórias (FBD), casadas com Apowe, a se divorciarem e a seguirem junto com ele para a nova aldeia. Junto com esse grupo foram todas as filhas de suas irmãs classificatórias e seus respectivos maridos. Esses eram todos da linhagem Uhe/Owawe, portanto, e em tese, do mesmo "lado" de Prapá. Ilustro esse processo na perspectiva das relações de parentesco na Figura 40, abaixo)

Figura 40: Ilustração da fissão em São Domingos , origem Aldeia Oto (1958)

Até aqui poderíamos afirmar que se tratou de um racha entre linhagens pertencentes a clãs identificados a lados diferentes, o que demonstraria a força política dos vínculos de descendência agnática sobre a dinâmica sócio-espacial xavante que, como vimos, é algo idealizado pela teoria nativa. Entretanto, dois filhos de Apowe, casados com as filhas de Prapá, além de Tseredzamdi (FBS de Apowe), também foram junto com Prapá para Oto. Ou seja, a relação sogro/genro teria pesado mais forte nesse caso. Tserezamdi, da linhagem Wamari de Apowe, era casado com duas filhas de um dos irmãos reais de Prapá, da linhagem Dzutsi/Owawe. Apesar de Apowe ser um chefe excepcionalmente forte, percebemos pela descrição de Maybury-Lewis que a influência política de Prapá sobre suas irmãs classificatórias (esposas de Apowe), sobre dois genros (filhos de Apowe) e sobre Tserezamdi, falou mais alto na hora da divisão da aldeia. Duas questões são importantes de se destacar na descrição de Maybury-Lewis sobre a dinâmica faccional xavante em São Domingos. Os papéis de “pai” (F), de “sogro” (WF) e de “tio materno” (MB) possuem entre si uma relação de contraposição e de associação evidentes e que dão coordenadas também decisivas para orientar a composição e a

resolução dos conflitos oriundos da dinâmica faccional xavante e, portanto, no desenvolvimento das fissões dos grupos locais e conseqüente fundação de novas aldeias. Na resolução política propiciada pela formação da aldeia Otô percebe-se que as solidariedades propiciadas pelos vínculos clânicos e mesmo de linhagens se subordinam à solidariedade existente entre pelo menos parte dos membros que compõem um grupo doméstico, aliada a uma liderança política de peso – casos de Prapá, por um lado, e Apowe, de outro. Em outras palavras, diante do alinhamento político que o parentesco agnático (a descendência) proporcionaria em termos idealizados pela teoria nativa - como vimos no capítulo anterior -, eis que a solidariedade produzida pela convivência, digamos horizontal, entre membros de um mesmo conjunto de grupos domésticos, surge como um contraponto decisivo na resolução do conflito focalizado.

Julgo adequado reproduzir aqui a citação de Lopes da Silva, que já apresentei no Capítulo 2 (seção 2.1.3) sob a importância da noção de “comunidade de substância” para a compreensão da vida social Xavante e, em particular, da relação entre grupos sociais e espacialidade.

*“Os conceitos de identidade e continuidade são primeiramente transmitidos aos Xavante dentro grupo doméstico onde nasce: identifica-se com a comunidade de substância de que faz parte ao mesmo tempo que aprende a reconhecer como iguais os membros do grupo de ascendência paterna comum a que pertence. Temos aí os dois elementos de que fala J.Kaplan: **o grupo doméstico é definido espacialmente**; a “linhagem” significa um ele temporal, a través de gerações subseqüentes.” (1980: 214/215-grifo meu).*

3.2.2. Composição e dinâmica sócio-espacial de um grupo local a partir dos dados etnográficos de Lopes da Silva: a aldeia P.I. Paraíso.

Lopes da Silva descreveu a composição do conjunto dos grupos doméstico/habitações entre o grupo local residente no P.I. Paraíso em 1974. A autora não se debruçou sobre esse rico material, apenas os apresentou como anexo a sua pesquisa de doutorado. Todos os grupos domésticos foram mapeados e a grande maioria dos seus moradores devidamente identificados por nome (xavante e português), além de grande parte deles pela pertença às classes de idade. Além disso, cada morador pode ser localizado nos quadros genealógicos relativos a cada “tronco”/metade, em outra parte do anexo.

A genealogia levantada por Lopes da Silva compreende 5 gerações, tendo como primeiros ascendentes (G+2) os fundadores de cada tronco que foram identificados pela

autora.¹⁰¹ Esse vínculo inter-geracional é sempre identificado nas genealogias a partir dos membros masculinos de cada patrilinearidade, sendo que, como a própria autora reconhece (pag:248), raramente foi possível estabelecer os troncos aos quais pertencem as mulheres da primeira e segunda geração ascendente. Como de praxe, designarei a geração G0 - na qual se encontra a grande maioria dos casamentos identificados – como aquela que se encontra entre as duas gerações ascendentes (G+1 e G+2) e as duas descendentes (G-1 e G-2).

Meu esforço foi o de associar a composição dos grupos domésticos aos quadros genealógicos, buscando perceber suas implicações sócio-espaciais que configurariam possíveis conjuntos de grupos domésticos tal qual observado por Maybury-Lewis na aldeia São Domingos. Entretanto, ressalto que, diferentemente da aldeia São Domingos, Lopes da Silva não apresentou nenhuma consideração sobre a possível correlação existente entre os grupos sociais e espacialização no plano da aldeia do P.I. Paraíso. Portanto, o exercício que farei tem um aspecto unicamente heurístico. Entretanto, como argumento básico para controlar ao máximo as possíveis arbitrariedades que poderiam estar presentes nas minhas conjecturas parto do seguinte pressuposto: apesar de algumas diferenças sociológicas em suas estruturas sociais, o desenvolvimento da dinâmica faccional e sócio-espacial da aldeia P.I. Paraíso é estruturalmente análogo ao processo identificado por Maybury-Lewis na aldeia São Domingos. Mais do que isso, todo o esforço que tenho feito nesse capítulo, como no anterior, é o de deixar evidenciado para o leitor que a dinâmica sócio-espacial xavante fragmentária que será delineada nos próximos capítulos num plano macro-territorial, carrega em seu bojo toda a complexidade que tenho tentado até aqui apresentar.

As tabelas, croquis e análises que se seguem têm por base os demais 44 casamentos e os 26 grupos/ habitações domésticos identificados¹⁰². O conjunto dessas relações é composto por 90 pessoas, distribuídos entre 44 homens e 46 mulheres. Desse sub-conjunto, a Metade I comparece com 24 homens e 20 mulheres casados, respectivamente, com 26 mulheres e 20 homens da Metade II.

¹⁰¹ É importante ressaltar que Lopes da Silva não identifica as Metades I e II automaticamente com a oposição conceitual entre o clã Pored'ono, por um lado, e os clãs Owawe e Toptató, por outro, como o fizeram Maybury-Lewis e Giaccaria&Heide.

¹⁰² Dos 50 casamentos e 29 grupos domésticos identificados no mapeamento de Lopes da Silva foram excluídos 6 casamentos: os que compunham os grupos domésticos das casas B, G, V e um casamento de cada uma das casas M, S e Y. Dos 6 casamentos excluídos, em 4 deles um dos cônjuges não foi identificado pela autora. Os outros dois envolviam 2 homens – um de cada metade - casados com uma “não-índia” (Casa B - Metade II) e com uma “nhambiquara” (um dos casamentos da Casa S – Metade I). Essa exclusão foi apenas uma estratégia que facilitou a elaboração das tabelas em termos práticos, não tendo qualquer consequência conceitual para a análise dos dados.

Quadro 6 – Composição dos grupos domésticos na aldeia P.I. Paraíso por metades (1974)- Lopes da Silva

Distribuição de pessoas por gênero / metades/ grupos domésticos - Aldeia – P.I. Paraíso(1974)						
	Metade I		Metade II		Total de pessoas-Grupo Doméstico	
Casas	H	M	H	M	Envolvidas em Casamentos	Total de pessoas
A	1	1	1	1	4	10
C	2	1	1	3	7	16
D	1	0	0	1	2	5
E	0	2	2	0	4	13
F	0	2	2	0	4	11
H	0	1	1	0	2	6
I	2	1	1	2	6	14
J	0	1	1	0	2	2
K	2	0	0	3	5	13
L	2	1	1	2	6	13
M	1	0	0	1	2	9
N	0	2	2	0	4	11
O	0	2	2	0	4	9
P	0	1	1	0	2	3
Q	2	0	0	2	4	12
R	1	1	1	1	4	4
S	2	0	0	2	4	15
T	0	1	1	0	2	6
U	0	1	1	0	2	12
X	1	0	0	1	2	7
Z	0	1	1	0	2	2
Y	1	0	0	1	2	9
W	2	0	0	2	4	15
ZA	1	0	0	1	2	6
ZB	1	1	1	1	4	11
ZC	2	0	0	2	4	12
Total p/ Metades (gênero)	24	20	20	26	90	255
Total p/ Metades (pessoas)	44		46		90	

Lembro que na seção anterior apresentei esse mesmo croqui para exemplificar as transformações deletérias causadas pelo contato dos Xavante com a sociedade nacional na paisagem tradicional da aldeia, conforme afirmado claramente por Lopes da Silva. Nessa aparente desorganização existem conjuntos de casas que podem ser distinguidos visualmente no croqui. Não se trata de mero acaso. De fato, essa desorganização em termos arquitetônicos da paisagem da aldeia do P.I. Paraíso encobre a vitalidade da dinâmica sócio-espacial xavante, já que ela está imersa na relação de força política dos “troncos” que hegemonizam o grupo local/aldeia e, particularmente, a alguns de seus membros que exercem a posição hierárquica de “sogro”. Essa afirmação é uma hipótese a ser demonstrada, já que Lopes da Silva, como disse anteriormente, apesar de deixar de herança esse material etnográfico não teve tempo suficiente para efetuar nenhuma análise mais acurada sobre eles.

A partir da identificação dos conjuntos de casas presentes no levantamento de Lopes da Silva é que estabeleci as interligações via casamento entre grupos de irmãos e irmãos (reais ou classificatórios), bem como seus vínculos agnáticos.

No Quadro 7 a seguir apresento as composições das casas do P.I. Paraíso a partir do cruzamento entre duas variáveis: sexo e troncos. Para uma melhor identificação dos troncos - que estão indicados de maneira abreviada no quadro -, o leitor pode se guiar pelo Quadro 4, que reapresento mais abaixo. Notar-se-á que a maioria das relações de casamento envolve homens e mulheres dos troncos Wa'raí'ro e Rai'ri'té. A quantidade de homens e mulheres desses dois troncos indica o papel preponderante que esses dois troncos terão na conformação demográfica da maioria dos grupos domésticos da aldeia. Percebe-se também que os dois outros troncos de cada uma das metades, que vêm na sequência na tabela, possuem um número relativamente alto de pessoas quando comparados aos demais troncos, de menor importância demográfica.

	Troncos - Metade I														Total Metade I		Troncos - METADE II														Total Metade II	
	RAIRIT		OMOHI		APTS		TSAH		TSIP		ABAR		TOMOT				WARAI		ABDZU		TSIM		PARA		AIHI		POD					
Casas	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M						
	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2					
	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4					
D	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1					
E	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2					
F	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2					
H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1					
I	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3					
J	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1					
K	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3					
L	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3					
M	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1					
N	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2					
O	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2					
P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1					
Q	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2					
R	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2					
S	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2					
T	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1					
U	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1					
X	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1					
Z	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1					
Y	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1					
W	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2					
ZA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1					
ZB	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2					
ZC	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2					
Total	11	7	6	4	5	3	1	1	1	3	0	1	0	1	44	12	7	3	8	3	4	2	1	0	4	1	1	46				
Total Troncos	18		10		8		2		4		1		1		44	19		11		7		3		4		2						

QUADRO 7: DISTRIBUIÇÃO DE HOMENS E MULHERES POR GRUPO DOMÉSTICO A PARTIR DO TRONCOS - ALDEIA P.I. PARAISO 1974 – LOPES DA SILVA (1980)

Dos 44 casamentos, um número significativo de casamentos (10) foi realizado entre os descendentes de Wa'raí ro e Rai'rité, o que aponta indícios de aliança privilegiada entre esses troncos.

No Anexo 1 desta tese estão apresentadas três diagramas genealógicos nos quais constam as composições integrais dos grupos domésticos da aldeia P.I. Paraíso e também as conexões das pessoas que os habitam aos distintos “troncos” mapeados por Lopes da Silva. A numeração de cada indivíduo é exatamente a mesma presente nos quadros genealógicos elaborados pela autora. Apesar de indicar nos diagramas todos os membros de cada grupo doméstico, só enumerei aqueles que estavam envolvidos em relações de casamento – a grande maioria pertencente à geração O - e seus respectivos ascendentes. Ressalte-se que quando um número (ou um nome de tronco) aparecer sublinhado, significa que esse indivíduo (ou tronco) possui vínculos agnáticos em diversos grupos domésticos. Por exemplo, o principal descendente de Wa'raí ro, seu filho Wamri (285), devido ao altíssimo número de filhos e filhas reais que possui, aparece em grande parte dos grupos domésticos. O mesmo acontece com outros personagens.

Ressalto ainda que os três diagramas apresentados no Anexo I foram montados, num primeiro momento, tendo como referência básica a proximidade das casas, conforme mapeados por Lopes da Silva no croqui da aldeia P.I. Paraíso. Posteriormente, tentei relacionar essa proximidade com as relações de casamento e de ascendência agnática que possibilitasse a realização de conexões entre os grupos domésticos. É certo que tais conexões poderiam ser identificadas a partir da associação de outros conjuntos de grupos domésticos. Ressalto que apesar da maioria dos casamentos realizadas dentro da geração G0 ocorrer dentro do grupo local que residia na aldeia do P.I. Paraíso, Lopes da Silva indica diversos casos em que tanto homens como mulheres dessa se encontravam a época de sua pesquisa morando com seus cônjuges em outras terras xavante (Marechal Rondon e São Marcos, principalmente).

Para orientar o leitor na leitura tanto dos gráficos genealógicos que estão no anexo, como daqueles que apareceram mais a frente, a seguir reapresento o Quadro 4 presente no Capítulo 2, elaborada por Lopes da Silva a respeito dos “troncos” identificados na aldeia P.I. Paraíso. A diferença aqui é que identifico cada um dos “troncos” através de cores visando facilitar a apresentação tanto dos diagramas como, na próxima seção, dos croquis da aldeia em foco.

Quadro 8: “Troncos” e Metades na aldeia P.I. Paraíso – (1974)

Troncos/Metade I			Troncos/Metade II
`Ráí'rité (RA)	1 a 103		Wa'rái'ró (WA)	283 a 369
Omohi (OM)	104 a 149		Abdzu (ABD)	370 a 428
Tsahöbö (TSA)	150 a 180		Parawawi (PA)	429 a 461
Abarewarí (ABW)	181 a 198
Aptise'ré (APT)	199 a 251			
AVULSOS			AVULSOS
Tsipadzabé (TSIP)	252 a 264		Tsimõ (TSIM)	462 a 490
Tomotsu (TOM)	265 a 282		Aihidí (AIH)	491 a 499
			Podze'u (POD)	500 a.....

Fonte: Lopes da Silva, 1980: 248

Como deve ter sido notado, todos os digramas e mapas que apresentei até aqui seguem a distinção inter-linhagens (Maybury-Lewis) ou inter-troncos (Lopes da Silva) no que diz respeito à representação gráfica das genealogias, das relações de casamento e da dinâmica faccional (essa última, no caso específico de São Domingos). Por outro lado, analisar e representar esses grupos sociais a partir do critério clânico ou das metades exogâmicas seria uma outra alternativa possível de ser explorada com maior detalhamento.

Dito isso, o que farei a seguir é um exercício de espacialização desses grupos sociais na aldeia P.I. Paraíso a partir de um olhar que busque identificar quais são os personagens – individuais (chefes) ou coletivos (troncos/facções) – que hegemonizam politicamente o grupo local que ali residia à época das pesquisas de Lopes da Silva.

Essa identificação depende prioritariamente de uma hipótese explanatória a qual já fiz referência em alguns momentos dessa investigação: as disputas e soluções para a relação entre sogro/genro de um lado e pai/filho, de outro. O pressuposto é que, em tese, cada grupo doméstico deve ter como cabeça um “sogro” que vive com suas filhas e genros.

No croqui a seguir (Figura 45), elaborado sobre aquele feito por Lopes da Silva, estão representados as casas, os casamentos e a identificação por tronco de cada morador. Note-se que algumas casas e relações de casamento se encontram marcadas com um X, implicando sua exclusão da análise, conforme motivos alegados anteriormente (impossibilidade de identificação a que tronco pertenciam os indivíduos de determinadas casas e segmentos de grupos domésticos).

FIGURA 45: ESPECIALIZAÇÃO DOS GRUPOS DOMÉSTICOS NA ALDEIA DO P.I. PARAÍSO

FONTE DE DADOS: LOPES DA SILVA, 1980

Identifiquei em termos de hipótese explanatória cinco conjuntos de casas que conformariam o que poderíamos denominar como grupos domésticos ampliados, na falta de uma melhor definição. Descreverei as relações principais de parentesco existente entre os membros de cada uma das casas que fazem parte desses conjuntos sócio-espaciais visando demonstrar a lógica dessa distinção.

É importante ressaltar que não fiz nenhum malabarismo conceitual para chegar a essa disposição sócio-espacial. Apesar de Lopes da Silva ter afirmado em outro lugar (1983:46) que a disposição das aldeia do P.I. Paraíso apresentava-se bastante desestruturada – devido ao arruamento das casas - o próprio croqui elaborado pela autora nos dá indícios de que a lógica sócio-espacial xavante continuava operando em meio dessa aparente desorganização “paisagística” quando comparada ao modelo tradicional de ferradura. A tentativa de deciframento da lógica espacial que configura os grupos domésticos xavante na aldeia Paraíso que faço a seguir apresenta indícios que corroboraria essa assertiva.

Conjunto 1 (Grupo Doméstico Ampliado)

A casa **C** tem como cabeça do grupo doméstico um filho do fundador do tronco Aptise´ré (**199**), morando com suas duas mulheres, uma filha de Aihidi (493) e outra de Tsimõ (472), ambos, como Aptise´ré, fundadores de troncos. Seu filho (207) mora com a esposa (356), filha de (292), o que contraria a regra de uxorilocalidade e demonstra seu prestígio político. Esse prestígio fica mais evidenciado quando sabemos que sua SW (esposa do filho) é filha real de 292, o membro de maior prestígio político do tronco Wa´rai´ro, que, como já vimos, é o tronco de maior peso demográfico e político na aldeia. Reside na casa, ainda, um casal formado pelo seu “cunhado” (WB, 473) e uma mulher do tronco Ra´iri´té (27). Nas casas E e F, praticamente juntas à sua, residem suas três filhas classificatórias (BD - 218, 224, 222) com seus respectivos maridos – portanto, genros classificatórios de **199**. Todos são filhos de 285, irmão de 292, filhos reais de Wa´rai´ro que, como veremos, é quem tem mais descendentes diretos envolvidos em relações de casamento na aldeia. Os outros três filhos classificatórios de 199 residem em casas distantes da sua, portanto, na condição de genros. (241, casa M / 242, casa Zb/ 217, casa Zc). Poderíamos formar o primeiro grupo doméstico ampliado a partir da associação das casas C, E e F, já que teríamos consolidado aí a relação de uxorilocalidade em termos real e classificatório na qual o sogro é justamente **199**. Não sei como explicar a casa D que

aparece entre as casas que compõem esse conjunto, além de outras relações de casamento nelas contidas.

Figura 46: Descendência e aliança - Conjunto 1

Mas é importante ainda destacar, como indicado no diagrama, que **199** é casado com duas mulheres (493 e 472), filhas de Aihidi e Tsimõ, também fundadores de troncos (portanto, da Metade II, a mesma de Wa'rai'ró). Outro filho de Tsimõ também cunhado de **199**, mora na casa H (**462**) e é um dos homens mais velhos da aldeia. Lembremos ainda que na casa C reside o outro filho de Tsimõ (473). Essa co-residência entre “cunhados” parece indicar a aliança entre os troncos Aptisi'ré, Tsimõ e Aihidi, que pode ser notada pela disposição sócio-espacial de seus grupos domésticos ampliados.

Conjunto 2

A **casa H** conecta-se a outro conjunto de casas: K, L e M. Nelas residem 3 filhas reais de **462**, casadas com dois homens do tronco Omohi (135, casa L/ 108, casa K) um do tronco Aptisi'ré (241, casa M). O mesmo homem Omohi (108) tem como segunda esposa uma filha (281) de Aihidi.

Figura 47: Descendência e aliança - Conjunto 2

Esse conjunto teria como chefe político 462, filho de Tsimõ , morador da **Casa H**, e seria formado por uma aliança matrimonial entre suas duas filhas e dois irmãos reais Omohi que, por sua vez, estão envolvidos matrimonialmente com duas filhas de Aihidi. Note-se que um homem aptisi'ré (241) é casado com uma filha de (462), aliança matrimonial também verificada na casa C o que indicaria uma possível aliança entre os dois grupos domésticos ampliados apresentados até aqui.

Conjunto 3

Esse grupo doméstico ampliado fica na periferia da aldeia, conforme pode-se notar no croqui. Teria como cabeça dos grupos duas mulheres uma da casa Q (303) e outra da casa o (6a). A primeira foi casada com um filho (252) de Tsipadzebe, fundador de um tronco da Metade I e pela genealogia levantada por Lopes da Silva, muito provavelmente filho real de Rai'ri'té, o ancestral fundador. Mora com suas duas filhas (255/254) e genros (430/433), do tronco Parewawi, que não possui nenhum peso demográfico na aldeia como um todo. Além disso, uma outra filha real (259) mora na casa ao lado (P) com um filho de 462, da

casa H e do conjunto anterior. Parece ter herdado assim, a condição de “sogro” de seu marido falecido, fato que se repetirá em outras duas casas.

Figura 48: Descendência e aliança - Conjunto 3

A segunda mulher (6a), cabeça do grupo doméstico da casa O, mora com dois filhos (55/57) e suas respectivas esposas, uma delas (435), irmã dos homens parewawi da casa Q. 6a era uma das esposas de 6, já falecido, um dos filhos reais de Rai'rit'e. Na casa R reside, em exemplo único, um fundador de tronco – Podze'u – que é casado com uma filha de 7, também filho real de Rai'rit'e e irmão de 6 (todos já falecidos). Note-se, portanto, que o critério de antiguidade não deve ser o único a determinar a condição de “fundador de tronco”. Em síntese, a mulher 6a exerce, simultaneamente, como herança de seu marido (6), a condição de “pai” que manteve os filhos homens junto a casa e uma aparente relação de aliança em relação a Podze'u.

Conjunto 4

Nesse conjunto, também localizado na periferia da aldeia – quando comparado ao *warã* – a casa mais destacada é a S na qual residem dois irmãos Omohi (106 e 111), casados com duas irmãs Abdzu (384/381). Na casa T mora o cunhado (380) desses homens

Omohi, com sua esposa, uma Rai'ri'té (53). Lembremos que outros dois irmãos Omohi – irmãos reais dos homens da casa S – moram no outro extremo da aldeia (casa L).

Figura 49: Descendência e aliança - Conjunto 4

Conjunto 5

Esse conjunto é formado através do domínio político integral dos Wa'rai 'ro. Os homens mais velhos da aldeia - 292 e 295 - são filhos reais de Wa'rai 'ro, e residem, respectivamente, nas casas I e U. Apesar de morarem isoladamente com suas esposas, os grupos domésticos do seu entorno conformam um grupo doméstico ampliado, formado pelas casas I, W e X, nas quais residem suas filhas reais (354, filha de 295) e classificatórias (306, 312, 310), filhas reais de 285, também filho de Wa'rai 'ro.

Figura 50: Descendência e aliança - Conjunto 5

Conjunto 6

Tem como personagem central uma das esposas de 285, moradora da casa Z, aparentemente o núcleo central do conjunto das casas Za, Zb, Zc e Y. Reside ali com seu filho (316) que é casado com a única mulher Tsahobo da aldeia (167). Por sua vez, essa mulher é filha do único homem Tsahobo da aldeia (157), morador da casa Za e casado com uma mulher Abdzu (413). 285a, da mesma maneira que as mulheres das casas O e Q – do Conjunto 3 –, parece exerce assim a condição de herdeira política do falecido marido. Não conseguiria conjecturar sobre a composição da Casa A, ressalto apenas que se trata de um homem do tronco Abdzu casa com uma não-indígena, exemplo único na aldeia naquele momento.

Figura 51: Descendência e aliança – Conjunto 6

Essas esposas, ao invés de estarem mais próximas dos grupos domésticos de que fazem parte em termos de descendência, aparecem juntas aos grupos domésticos conectados ao tronco de seus maridos. Essa constatação aponta para indícios significativos da importância da noção de “grupo de substância” para o entendimento da vida social Xavante (Lopes da Silva, 1980), como também corrobora mais especificação as ilações que fiz sobre a composição derivada da fissão político-faccional ocorrida da Aldeia São Domingos (Figura 39). A convivência num grupo de solidariedade horizontal, como é o caso do grupo doméstico, em determinados contextos, talvez seja mais decisiva do que os vínculos que ligam cada membro às suas linhagens (troncos) e aos clãs. As demais casas desse conjunto final são compostas em sua maioria por mulheres do tronco Abdzu casadas com dois homens Aptsiré – filhos classificatórios de 199, da Casa C – e um Rai'rité. Note-se que os troncos Wa'rai'ro e Abdzu fazem parte da mesma metade e parecem, em conjunto, hegemonizar as casas que compõem os Conjuntos 5 e 6.

Finalizando esse exercício conjectural, vejamos um diagrama em que a totalidade dos casamentos envolve descendentes de Wa'rai'ro. Apesar de indicar as casas onde residem os grupos domésticos, o diagrama apenas representa as relações de casamento nelas presentes que envolvam o tronco Wa'rai'ro. Note-se que um de seus filhos (285-Wamri) tem 14 filhos reais (com mulheres diferentes) envolvidos nas relações de casamento em vigor na aldeia P.I. Paraíso, o que demonstra a força do tronco Wa'rai'ro junto à dinâmica sócio-espacial xavante dessa aldeia.

Figura 52: Aliança entre os Wa'rairo e os Rai'rite

Busquei neste capítulo exercitar algumas possibilidades de manejo sociológico de aspectos prioritários da estrutura social xavante: seus grupos sociais e suas disposições espaciais na paisagem central de uma aldeia, ou seja, o que defini como o primeiro conjunto do modelo de território de um grupo local no início desse capítulo.

O exercício heurístico que fiz sobre a espacialização de grupos sociais na aldeia do P.I. Paraíso a partir da sistematização dos dados etnográficos apresentados por Lopes da Silva repetiu, ao menos em parte, o mesmo padrão característico identificado de maneira mais concreta nos dados apresentados por Mayburi-Lewis na Aldeia São Domingos: composição populacional da aldeia e dos grupos domésticos próximas ao padrão ideal ; vitalidade da distinção da exogamia de metades; inadequação existente entre a identificação dos grupos domésticos às casas; conexões da dinâmica faccional a partir da relação entre os grupos domésticos e os vínculos de seus membros com distintas linhagens; o prestígio de “chefes” dado pela influência sobre filhos e filhas pós-casamento (ora como sogro, ora como pai); uma forte vitalidade da condição política hierárquica do “sogro” e da “sogra”, quando observada a ampliação da configuração de um grupo doméstico; a forte clivagem exercida

pela convivência entre grupos domésticos na composição de um processo de fissão de uma aldeia “ grupo de substância”; um aparente prestígio das mulheres xavante como herdeiras de homens fortes politicamente no grupo local, já que identificadas como cabeças de grupos domésticos ampliados e, por fim, as relações de casamento que estrategicamente são reproduzidas ao longo das gerações a partir de coalizões prioritárias entre alguns “troncos” que compõem a organização social xavante.

Nos próximos capítulos decolo da paisagem sócio-espacial micro-territorial xavante para me enredar na apresentação e análise da formação dos conjuntos de grupos locais xavante e as imagens sobre o que se poderia denominar como “o território xavante” produzidas pelos diversos agentes que estiverem entre eles – missionários salesianos, antropólogos e indigenistas, administradores do Estado etc. –, ora a partir de uma percepção externalista, ora a partir da interpretação da visão dos próprios xavante sobre sua história de ocupação territorial.

Como tratarei exclusivamente da dinâmica sócio-espacial xavante no plano da macro-territorialidade - ou seja, na formação de regiões territoriais que congregam, por inúmeros motivos, conjuntos de grupos locais mais próximos entre si -, não serão mais feitas menções as formações sócio-espaciais que compõem o primeiro conjunto do modelo de território de um grupo local. Não obstante espero que com essas demonstrações, o leitor tenha em mente que os inúmeros processos que vieram a dar origem tanto a aldeias antigas, como àquelas que compõem as atuais terras indígenas xavante, carregam certamente em seu bojo toda a complexidade que tentei apresentar sobre alguns dos aspectos da estrutura social xavante e sua relação com a espacialidade nesse plano micro-territorial. Acredito que o processo de fissão da aldeia São Domingos e a formação da aldeia Oto no final da década de 1950, conforme descrito por Maybury-Lewis, é paradigmático da maioria dos processos de fissão que ocorreram e ainda ocorrem entre os grupos locais xavante.

Além disso, toda essa complexa dinâmica sócio-espacial ilumina paradigmaticamente todo o conturbado processo de revisão de limites da T.I. Parabubure que tem colocado diversos grupos locais ora em confronto, ora em aliança, conforme a situação etnográfica que apresentei no Capítulo 1 dessa tese. Parte dos descendentes dos troncos identificados por Lopes da Silva na aldeia P.I. Paraíso em 1974 são atualmente as lideranças de maior prestígio entre os grupos locais que residem na T.I. Parabubure e que capitaneiam as reivindicações da revisão de seus limites territoriais, particularmente das Áreas IV e V. Isso não é casual. Toda a população abrigada na aldeia do Posto Indígena do Paraíso retornou a região do Rio Kuluene – no lado oeste da T.I. Parabubure no qual se encontram as referidas

áreas IV e V - na década de 1970 em diante, recuperando frações do que julgam seus territórios tradicionais que vieram, justamente, a resultar na formação da T.I. Parabubure.

Em síntese, a gênese da ocupação do leste matogrossense por grupos locais xavante ainda no final da metade do século XIX, os processos de territorialização com os quais se defrontariam somente a partir da década de 1950 e a conseqüente produção das suas atuais terras indígenas será apresentado nos três capítulos subseqüentes que comporá, como previsto na Introdução dessa tese, o seu segundo movimento analítico.

Capítulo 4

Imagens e narrativas sobre o “território xavante” em dois tempos

“Em suma, o que é hoje o Brasil Indígena são fragmentos de um tecido social cuja trama, muito mais complexa e abrangente, cobria provavelmente o território como um todo.”

(Manuela Carneiro da Cunha, 1998:12)

A partir de análises lingüísticas (Urban, 1992; Montserrat, 1994) e com base na história oral indígena, nos relatos e nos documentos deixados por funcionários de governo da Província de Goiás e por viajantes e missionários que percorreram o centro-oeste brasileiro durante o final do século XVII e durante os séculos XVIII e XIX, é consenso entre diversos especialistas (Maybury-Lewis, 1984[1967]; Giaccaria & Heide, 1972; Ravagnani, 1977; Lopes da Silva, 1980, 1992; Farias, 1990, 1994) que os “Xavante” e os “Xerente” atuais compuseram outrora um mesmo agrupamento etnolingüístico autodenominado “Akuen”, conjuntamente com os “Xacriabá” – que residem atualmente em Minas Gerais – e os “Acroás”, “extintos” dos registros oficiais e da etno-historiografia ainda no século XVIII.

Apesar de compartilhar do pressuposto conceitual contemporâneo sobre a “invenção das tradições” e, portanto, do “caráter situacional das filiações étnicas”, as análises etno-históricas presentes particularmente na primeira parte desse capítulo ignoram conscientemente as últimas consequências desse debate. Ou seja, ao invés de adotar uma posição radical que vê a gênese das “etnias” modernas – e, portanto, da idéia de “territórios fechados” – como produtos indissociáveis da consolidação do Estado-nação (Hobsbawm & Ranger, 2002[1983]; Gellner, 1988[1983]), compartilho de uma posição intermediária – “*um primordialismo temperado com situacionismo*” nas palavras de Comaroff (1993), seguindo Oliveira (1998) e Boccara (2001). Essa idéia pode ser sintetizada na seguinte passagem do último autor: as “sociedades” etno-designadas durante todo o processo colonial têm

“sido capaces de desarrollar estrategias de resistencia y adaptación que se inscriben en la continuidad de prácticas y representaciones anterior a la conquista pero que desembocaron también, a través de los múltiples procesos de mestizaje, en la aparición de nuevos mundos en el Nuevo Mundo”. (Bocara,2001:3).

Uma vez que tenha tomado partido desse debate, apresentarei e discutirei, num primeiro momento deste capítulo, uma série de imagens e narrativas que expressam a ocupação territorial de grupos locais ameríndios particularmente na antiga Província de Goiás, então identificados por diversas fontes oficiais e, mais recentemente, por etnógrafos e etno-historiadores como pertencentes ao conjunto “Akwen”. A partir da reinterpretação da complexa dinâmica sócio-espacial na qual os sub-grupos “Akcuén” aparecem enredados durante o final do final do Século XVII e pelo menos até metade do Século XIX - ainda nos limites administrativos que compunham aquela antiga província -, pretendo apresentar nesse primeiro movimento o que denominarei aqui como a produção de imagens sobre o “primeiro território xavante”.

4.1. Situando a proposta: os dois “territórios xavante” e o outro “território”

A partir da metade do século XIX, a historiografia oficial e as abordagens etno-históricas passariam a identificar especificamente como “Xavante” os grupos locais “Akcuén” que empreenderam a fuga da antiga Província de Goiás para a região leste do atual estado do Mato Grosso, particularmente, aqueles grupos remanescentes que conseguiram sobreviver às travessias sucessivas dos rios Araguaia, Cristalino e das Mortes.

Durante o período compreendido entre a segunda metade do século XIX e os primeiros anos da década de 1940, esses grupos locais - então já devidamente identificados, pelo menos externamente, como “Xavante” – ocupariam gradativamente grande parte da região dos leste matogrossense compreendida entre a banda oeste do rio das Mortes, a banda leste do rio Kuluene e os contrafortes da Serra do Roncador, e fundariam ali inúmeras aldeias durante quase 100 anos distantes dos “brancos” mas nem por isso longe de outros “índios”. Nesse período serão conformadas as fronteiras de pelo menos três grandes **regiões territoriais** que serão apresentadas mais à frente e que podem ser distinguidas analiticamente pela sobreposição ou combinação de conjuntos de territórios de grupos locais xavante, conforme discutido nos Capítulos 2 e 3.

Foi, entretanto, a partir da década de 1950 que os grupos locais Xavante se defrontaram com o segundo movimento de territorialização” (Oliveira,1998:56). Nesse processo serão produzidas por diversos agentes do contato as narrativas e imagens sobre o que denominarei aqui como o “segundo território xavante”. Essas imagens, como veremos, contemplam grande parte das regiões territoriais a que fiz alusão e que serão melhor explicadas no decorrer deste e dos demais capítulos. Como tentarei demonstrar, as imagens produzidas sobre os contornos do “primeiro território xavante” em terras goianas (Séculos XVIII e XIX) só podem ser levadas em consideração a partir de uma perspectiva heurística, já que as etno-designações dos sub-grupos identificados como “Akwen” - e suas ocupações territoriais – aparecem, e não poderia ser diferente, de maneira contraditória nas fontes historiográficas oficiais.

De maneira distinta, as imagens sobre as fronteiras do “segundo território xavante” – produzidas a partir de 1950 - se baseiam em parâmetros etnográficos, geográficos e históricos muito mais objetivos do que aqueles propiciados pelos subsídios etno-históricos que deram margem à produção de imagens espaciais sobre os “Akwen” e os “Xavante” ainda em território goiano ainda durante o primeiro movimento de territorialização no qual esse “conjunto étnico e histórico” esteve enredado. A construção desses parâmetros territoriais mais objetivos se apoiou no uso de tecnologias de mapeamento territorial modernas: o esquadrinhamento terrestre do “segundo território xavante”, particularmente, pelos expedicionários da Expedição Roncador-Xingu e, por outro, pelos sobrevôos da mesma região pela Força Aérea Brasileira em suas parcerias com a Fundação Brasil Central. Além destes atores, etnógrafos, indigenistas do S.P.I., missionários salesianos e até a mídia impressa também apresentarão imagens espaciais a esse respeito¹⁰³.

¹⁰³ Trata-se de adotar em parte a estratégia metodológica apresentada por Lima (1995) que, para estudar o Indigenismo enquanto discurso - *“um conjunto de idéias (e ideais, i.e., aquelas elevadas à qualidade metas a serem atingidas em termos práticos) relativas à inserção de povos indígenas em sociedades subsumidas a Estados nacionais, com ênfase especial nas formulação de métodos [política indigenista] para o tratamento das populações nativas, operadas, em especial, segundo uma definição do que seja índio. (1995:14) - assinala a importância de não se trabalhar apenas com documentos publicados pela administração colonial, mas também, com textos de Etnologia de época; literatura de ficção em geral; notícias da imprensa, iconografia, produção jurídica do período tratado, etc., que se relacionem à aparelhos de poder envolvidos direta ou indiretamente com a política indigenista (dentre outros, o Serviço de Proteção aos Índios, o Ministério da Agricultura, o Museu Nacional, as Comissões Telegráficas, etc.) cruzando-os com a temática da construção do discursos sobre a sociedade brasileira, da delimitação simbólica e política do território brasileiro, bem como dos modos concebidos para o seu povoamento.(Lima,1995:16).*

Uma das imagens mais marcantes que expressa essas duas configurações territoriais “Xavante” - e a transição de uma para outra - nos é apresentada pelos padres salesianos Giaccaria&Heide (1972:34):

Figura 53: Os “dois territórios xavante” na perspectiva dos salesianos.

Giaccaria&Heide (1972:34)

Há um exagero evidente na perspectiva dos salesianos em relação às fronteiras do “primeiro território xavante” na província de Goiás, já que a imagem ignora que, nesta região, estavam presentes não só os demais sub-grupos “Akwen”, como também grupos ameríndios classificados etnolingüisticamente de maneira distinta. Voltarei a isso mais adiante.

Foi justamente no período histórico intermediário existente entre a produção de imagens sobre o “primeiro” e o “segundo território xavante” que a dinâmica sócio-espacial “Xavante” se concretizaria naquelas paragens do leste matogrossense, produzindo as fronteiras do que denominei anteriormente como **regiões territoriais (1, 2 e 3)**. Incluo ainda mais uma região – denominada “**região de partida**” - que, como veremos com maiores detalhes no próximo capítulo, lugar no qual a dinâmica sócio-espacial xavante parece se

desenvolver de modo bastante efêmero devido ainda à pressão exercida por frentes pioneiras e de expansão econômicas em terras goianas. Nesse primeiro momento, os conflitos derivados da dinâmica sócio-espacial xavante aparecem ainda atrelados à “opções diante do contato com os brancos”.

Figura 54 – Regiões territoriais nos leste matogrossense

As fontes orais nativas e etnográficas consideram esse período histórico como marcado quase que completamente pela recusa consciente dos grupos locais xavante em estabelecer qualquer tipo de relação tanto com as agências de contato oficiais e missões religiosas como também com as frentes pioneiras e de expansão não-indígenas. O acesso à dinâmica sócio-espacial que se delineou nessa situação histórica de “relativo isolamento” dos grupos locais xavante diante da “sociedade nacional” só é possível de ser captada, evidentemente, através da memória nativa. Não vou me deter agora na apresentação e análise dessa situação histórica – a formação do “outro território xavante” - apenas adianto que a partir do conjunto de relatos nativo, obtidos tanto por etnógrafos como apresentados mais recentemente pelos próprios Xavante, é possível identificar na gênese da dinâmica sócio-espacial em terras matogrossenses uma concentração territorial estratégica dos grupos locais xavante que atravessaram gradativamente o rio das Mortes e, posteriormente, um processo também gradativo de fracionamento.

Como estamos partindo de uma trajetória sócio-espacial de longa duração que é recuperada em termos retrospectivos a partir de fontes distintas e, não raramente, com informações contraditórias – seja as derivadas das fontes historiográficas, seja àquelas produzidas pelos relatos nativos –, em alguns momentos de sua apresentação acabarei certamente por tomar partido de uma das múltiplas interpretações que são extraídas da literatura sobre o tema. É o caso, por exemplo, da dinâmica sócio-espacial ocorrida na “região de partida”, ou seja, quando os grupos locais xavante ainda não haviam atravessado o rio Araguaia e se encontravam, portanto, em terras goianas¹⁰⁴. Há controvérsias, principalmente entre os etnógrafos e historiadores, sobre qual a localização mais próxima da travessia do rio Araguaia pelos grupos locais Xavante e qual a época em que esse acontecimento histórico ocorreu. Nesse caso específico, tomarei como paradigma a versão coletada e apresentada pelos missionários salesianos, não pelo fato de ser mais “confiável”, mas, principalmente, por trazer elementos que demonstram o padrão fragmentário da organização social xavante diante das “opções oferecidas pelo contato”.

Como tentarei demonstrar, os contornos das três regiões territoriais que conjuntos de grupos locais ocuparam no leste matogrossense após a travessia do rio das Mortes – deixando para trás a “região de partida” – foram de certa forma contemplados pelas fronteiras que seriam indicadas nas imagens produzidas externamente sobre o “segundo território xavante” a partir da década de 1950. Por outro lado, o mapeamento da dinâmica sócio-espacial distinta que ocorreu em cada uma daquelas regiões através dos relatos nativos nos dão pistas etnográficas fundamentais para que compreendamos grande parte das motivações atuais que têm levado os grupos locais xavante a reivindicarem a revisão de limites das suas atuais terras indígenas. Num plano mais analítico, diferentemente das imagens produzidas sobre o “segundo território xavante” – que se baseiam quase sempre num olhar externalista –, a gênese e formação específicas dessas três regiões territoriais ajudam-nos a captar de maneira mais coerente a transição dos conceitos de “território” para o de “terra”, já que revelam com mais precisão o desencontro entre as lógicas espaciais distintas neles contidas.

Faço assim um recorte analítico em uma apresentação que poderia claramente seguir o desenvolvimento cronológico dos acontecimentos. Assim, ao invés de trilhar esse caminho

¹⁰⁴ Há uma referência em parte da literatura Xavante a um mapa que indicaria o “Sertão do Gentio Xavante” de 1751 elaborado por um cartógrafo espanhol chamado Francisco Tossi Colombina. Esse “território Xavante” se situaria a leste e nordeste da Ilha do Bananal, entre o Araguaia e a banda leste do rio Tocantins, portanto, na mesma região identificada por Nimuendaju. (Lopes da Silva, 1992:363; Coimbra Jr&Flowers&Salzano&Santos, 2002:57).

de apresentação mais tradicional¹⁰⁵, opto por apresentar e analisar nesse capítulo os dados coletados a respeito dos dois períodos históricos nos quais foram produzidas as imagens sobre o “primeiro” e o “segundo território xavante”. Nos dois capítulos subseqüentes, retomo a dinâmica sócio-espacial xavante que se delineou entre esses dois períodos históricos, apresentando tanto a gênese e formação das três regiões territoriais já aludidas, como também o segundo movimento de territorialização a que seriam especificamente submetidos gradativamente os três conjuntos de grupos locais xavante – abrigados nas referidas regiões territoriais - a partir do início da década de 1950. O terceiro movimento de territorialização, desencadeado a partir da campanha pela demarcação de suas terras durante a década de 1970 é resultado direto do segundo, já que a produção de suas atuais nove terras indígenas e, não por acaso, os pedidos de revisão de seus limites na atualidade, se encontram atrelados aos esbulho territorial ocorrido durante a década de 1950.

Importante ressaltar que a produção de imagens e narrativas sobre os dois “territórios xavante” está enredada em movimentos de territorialização que, apesar de em alguns aspectos apresentarem características análogas, foram também compostos por agências e agenciamentos de natureza diversas. No primeiro caso, encontramos esse “conjunto étnico e histórico” denominado “Ackwen”¹⁰⁶ imersos em plena “guerra da conquista” desencadeada pelo “Estado” nos períodos colonial e imperial, particularmente do território goiano. No segundo caso, o processo de territorialização vem no bojo da “Marcha para Oeste” (década de 1940) e atinge especificamente os grupos locais xavante já em terras matogrossenses. Em ambos os casos, encontramos “em campo” missões religiosas, além de frentes pioneiras como as bandeiras que, de certa forma, preparavam a chegada das agências diretamente vinculadas aos movimentos de territorialização. Entretanto, é somente no segundo processo, em meio ao qual serão produzidas as imagens sobre o “segundo território xavante”, que aparecerão associados às agências propriamente indigenistas até então inéditas na dinâmica sócio-espacial na qual os “Xavante” foram historicamente identificados: a Fundação Brasil Central e seu braço expedicionário, a Expedição Roncador Xingu e o Serviço de Proteção aos Índios, o antigo S.P.I.

¹⁰⁵ Estratégia de apresentação presente na maioria dos trabalhos a respeito da história do contado dos Xavante com a sociedade nacional. (Maybury-Lewis, 1984[1967]; Lopes da Silva, 1992; Garfield, 2001; Coimbra Jr & Flowers & Salzano & Santos, 2002).

¹⁰⁶ É nesse momento que podemos fazer uma clara analogia entre a idéia de “Índios do Nordeste”, conforme discutiu Oliveira (1998:51), e o que poderia chamar de “Índios de Goiás” – o “conjunto étnico histórico Akwen”.

Não pretendo me deter na descrição e análise pormenorizada das diferentes formas de apropriação territorial não-indígenas pelas quais os territórios goianos e mato-grossense passaram - e continuam a passar nos últimos séculos -, espaços esses identificados como de ocupação dos grupos locais “Akwen” e, posteriormente, “A’uwe-Xavante” pelo menos desde a primeira metade do século XVIII. Todavia, no curso da apresentação, farei referências a alguns cenários e atores que vêm compondo historicamente a lógica espacial que orienta a apropriação da terra em termos do modo de produção capitalista¹⁰⁷.

4.2. A produção de imagens e narrativas sobre o “primeiro território xavante”.

Farei aqui um esforço para traduzir a complexa dinâmica sócio-espacial “Akwen”, e de seus sub-grupos, conforme identificada em fontes oficiais¹⁰⁸. As primeiras referências histórico-geográficas oficiais a esse grande agrupamento ameríndio identificado como “Akwen” datam do final do século XVII (1698) e são todas relacionadas ainda ao sub-grupo “Acroás”. (Sampaio,1913;Nimuendaju,(1981[1944])). A partir da metade do século XVIII serão constantes os registros oficiais que começam a distinguir dentro do conjunto “Akwen”, os Xacriabá, os “Xavante” e, a seguir, os “Xerente (Sampaio,1913; Nimuendaju,,1981[1944]; Chaim, 1983; Ravagnani,1989;1991; Moreira Neto, 2005 [1971]; Ataídes,2001).

Dois mapas “etnohistóricos” buscaram representar a complexa rede territorial que envolveu esses agrupamentos ameríndios designados como “Akwen”. O primeiro, mais antigo, é do engenheiro e geógrafo Theodoro Sampaio (1855-1937)¹⁰⁹. O segundo e bem mais conhecido foi produzido por Curt Nimuendajú em 1944. Em ambos, é consensual que

¹⁰⁷ Moreno (1993) , em uma excelente abordagem da questão fundiária, particularmente no estado do Mato Grosso, demonstra como se deu a passagem das terras devolutas/públicas para o domínio privado a partir de um enfoque detalhado sobre os mecanismos institucionais e jurídico-políticos utilizados para legitimação da política fundiária estadual. A hipótese central da tese é a de que a legislação fundiária federal e estadual expressa as formas pelas quais o(s) poder(es) estatal(is) administra(m) os interesses das classes ou frações de classe sociais envolvidas na luta pela posse e uso da terra (1993:1). Trata-se de entender como as relações de poder estão presentes nas dinâmicas de desenvolvimento diferenciado do capitalismo no campo. A produção das atuais terras indígenas xavante são também, mas não exclusivamente, produtos desse processo histórico.

¹⁰⁸ Tendo como roteiro básico Farias (1990).

¹⁰⁹ Theodoro Sampaio, nascido na Bahia e filho de uma escrava e um padre, foi engenheiro, geógrafo, historiador e lingüista. Trabalhando em diversas comissões paulistas de reconhecimento do território nacional - bem antes, portanto, de Rondon - presidiu ao final de sua vida o Instituto Brasileiro Histórico e Geográfico da Bahia. Propôs a criação de “grandes reservas indígenas” ainda em pleno ano de 1880. (Neto, 2005)

os “Akuen” - Xavante, Xerente, Acroás e Xacriabá - ocuparam porções contíguas de um extenso território que compreendia fundamentalmente os atuais estados de Goiás, Distrito Federal e Tocantins, além de trechos do Maranhão, Piauí, Bahia e Minas Gerais. Todos esses grupos foram simultaneamente atingidos pela “guerra da conquista” (Lima,1995) patrocinada pela Coroa e pelo Império através do incentivo direto à organização de bandeiras, apoio às frentes pioneiras de ocupação, parcerias indiretas com missões católicas (jesuítas, num primeiro momento e depois capuchinas) e, por fim, a instalação de presídios militares para os índios da Província de Goiás¹¹⁰.

4.2.1. De “Akwen” a “Xavante”

Na “Carta Ethnographica dos Povos da Família Gê ou Gran”, conforme apresento abaixo, datada de 1913 ¹¹¹, Theodoro Sampaio indica as fronteiras territoriais - em amarelo – do que seria na sua concepção o “território” ocupado pelos povos “Gê” ou “Kran”. Dentro desse guarda-chuva etnolinguístico mais amplo, é possível mapear as localizações pontuais dos sub-grupos Akwen. Apesar dos limites da formação do autor, trata-se de um trabalho repleto de informações bastante precisas e que seriam, em grande parte, legitimadas tanto pelo Mapa Etnohistórico elaborado por Nimuendaju, como por estudos historiográficos contemporâneos.

¹¹⁰ “No sentido aqui utilizado a guerra da conquista é sempre realizada por uma organização militar e controlada pela administração de estados com maior grau de dependência funcional entre suas partes face aos povos que lhe são outros, cujo destino, na relação oriunda do conflito, pode oscilar entre o aniquilamento ou a plena absorção (mas pela via da violência, aos menos no primeiro momento). (Lima,1995: 51).

¹¹¹ Anexo ao artigo do mesmo autor “Os kraôs do Rio Preto no Estado da Bahia” . IN: Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Volume LXXV- Rio de Janeiro (1913). Outros trabalhos do autor relacionados aos índios foram “Contribuição para a história da catequese e civilização dos índios do Brasil” (1905). “O Tupy na Geografia Nacional” (1901), conforme indicado por Neto(2005).

Figura 55: Carta Etnográfica de Theodoro Sampaio (1913).

No mapa de Theodoro Sampaio, sublinhei a localização dos sub-grupos “Akwen” (Xavante, Xerente, Xacriabá e Acroás), além de indicar alguns locais de referência importantes para a compreensão do primeiro movimento de territorialização sobre os Akwen, especialmente, os Akwen-Xavante. As **letras C e D** indicam, respectivamente, os aldeamentos de Mossamedes e Carretão, nos quais segmentos de grupos Akwen foram territorializados, dentre lês, os “Xavante”. A **letra A** indica a sede da Missão do Duro construída em 1751 para alojar exclusivamente os “Xacriabá” e os “Acroás”. Uma imagem preciosa dessa época, logo abaixo (FIGURA 56), pode ser encontrada no “Mapa de trecho

do rio Tocantins e região circunvizinha” de 1758 ¹¹². Trata-se de um documento manuscrito preparado por missionários jesuítas localizando tanto a sede da Missão do Duro como as duas aldeias pelos missionários atendidas, entre os rios Manuel Alves Grande e Rio do Sono (**letra B**). O documento que descreve o mapa assinala ainda que as aldeias eram compostas cada uma por “286 cazas” e “396 cazas”, respectivamente, números que apontam indícios fortes de que se tratava de aldeias bastante extensas, com cerca de 1000 habitantes, no mínimo. Digno de nota é a disposição das casas presentes nessas aldeias: a sua forma semicircular nos remete diretamente à principal característica distintiva das aldeias Xavante atuais.

Figura 56: Missão do Duro – manuscrito aquarelado (1751)

¹¹² Tirei cópia deste mapa por volta de 1998, mas por deslize, não anotei precisamente a fonte. Tenho absoluta certeza que trata-se do anexo de uma artigo publicado em uma das três revistas citadas a seguir, antes do ano de 1920. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, . Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo ou. Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Ressalto que o mesmo mapa foi reproduzido em Coimbra Jr.&Flowers&Salzano&Santos (2002:56) e a fonte citada foi “Courtesy of the Map Library, Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro) No Anexo III –Documentos - reproduzo o mapa em maior escala e a página do artigo que o descreve.

Por outro lado, a região geográfica na qual estão localizadas os dois aldeamentos fica entre dois rios afluentes ao leste do rio Tocantins: “Manoel Luís Grande” e, um outro designado de maneira quase ininteligível, como “Rio he do X...renhe.” Logo abaixo, identificam-se dois outros rios do “Sonho” e “Manoel Luis”. Da sede da missão, descrevem os missionários, gastam-se “31 dias” para chegar à primeira aldeia e mais “3 dias” para a segunda (flecha que interliga as letras A e B no mapa de Sampaio- Figura 55), refletindo a grande distância sócio-espacial existente entre a sede da missão jesuíta e as aldeias dos sub-grupos “Akwen” ali territorializados, Acroá e Xacriabá. Essa situação é bem distinta dos atuais complexos sócio-espaciais formados pela missão salesiana e duas das aldeias xavante, nas atuais Terras Indígenas São Marcos e Sangradouro, conforme indiquei no Capítulo III. Por fim, outro elemento espacial importante de ser destacado nessa imagem é o fato de que, apesar de as duas aldeias ali retratadas não se localizarem na confluência dos rios do “Sonho” (muito provavelmente o atual rio do “Sono”) e Tocantins, há pelo menos um século eram os “Xerente” que ocupavam também essa região. Atualmente, as duas terras indígenas Xerente se encontram nessa última confluência.

Com a “submissão” dos Acroás e Xacriábas – além de outros grupos Jê, como os “Caiapós”, “Javaés” e “Carajás”, que, segundo Alencastre, viviam *“...perfeitamente nas suas aldeias do Duro e da Formiga, S. Pedro da Nova Beira, Maria I, S. José do Mossâmedes, Santana do Rio das Velhas, etc.”* –, os esforços da conquista seriam direcionados para os “Xavante”, pois estes,

“assolavam a repartição do norte, desde as margens do rio Maranhão, até o Pontal.” (Alencastre, 1979 [1863]:245).

Note-se ainda que não há referências aos “xerente”, que só apareceriam tempos depois.

Durante os anos de 1784 a 1788, o governador Tristão da Cunha, da Província de Goiás, manda construir e/ou reformar outros aldeamentos para os “Xavante” que: *“..passaram a residir em vários aldeamentos oficiais, entre eles São José de Mossamêdes, construída em 1755 e reformada em 1788 para recebê-los; Carretão e Pedro III... Salinas ou Boa vista...”* (Ravagnani, 1989:135).

Como já indicado acima, **as letras C e D** indicam dois desses aldeamentos – Mossamedes e Carretão (ou Pedro III) que, atualmente, é a terra indígena dos Tapuios do Carretão, que se auto-identificam como remanescentes dos “Xavante”.

Essa “primeira” experiência dos “Xavante” em aldeamentos, na perspectiva da historiografia oficial, terminaria de maneira trágica. O tamanho da população indígena no

aldeamento de Pedro III ou “Carretão” foi estimado em quase 5000 pessoas. Grande parte desse conjunto é identificada como Akwen-Xavante pela primeira vez na história oficial. O destino dessa população indígena ali aldeada, inclusive dos grupos locais xavante para ali atraídos, é trágica: quase todos morreriam por conta de uma epidemia de sarampo que os atingiu pelo contato com os colonos e “os poucos que escaparam dessa epidemia fugiram para os bosques” (Cunha Matos, 1924:42 apud Farias, 1990:27). Como veremos, em diversos outros momentos da história dos grupos locais xavante com a sociedade nacional, o tema da epidemia sempre se fará presente, seja nos relatos oficiais, seja nos relatos nativos.

Com o fim do ciclo do ouro em Goiás – final do século XVIII -, os grandes aldeamentos patrocinados pela Coroa foram à falência. Como consequência direta, ocorreu uma dispersão generalizada dos segmentos “Akwen”, particularmente de grupos locais “Xavante” - que haviam aceitado contextualmente a territorialização nesses “postos de atração de missionários” e deles tinham fugido. Demonstrando a complexidade da dinâmica sócio-espacial ali em curso, do início até a metade do século XIX, dos sub-grupos étnicos “Akwen” os “Xavante” e os “Xerente” – junto com outros grupos ligados a troncos lingüísticos distintos - é que seriam identificados como àqueles que rechaçariam a *territorialização* dos grupos indígenas em terras goianas. Com a redução e/ou extinção de grande parte dos grupos ameríndios da região, os esforços foram todos direcionados para dominar conjuntos de grupos locais identificados como “Xavante” e “Xerente”, além de outros não pertencentes ao conjunto “Akwen”.

A Carta Régia de 1811 declarava que:

*“...falho os meios brandos, será preciso empregar a força armada contra o índio, sendo esse recurso, de que se deverá lançar mão, para conter os Apinayé, **Xavante, Xerente** e Canoeiros, porquanto suposto que os insultos por eles praticados tenham origem no rancor que conservam pelos maus tratos experimentados e partidos de alguns comandantes das aldeias, não resta, presentemente, outro partido, senão intimidá-los e até destruí-los, se necessário for, para evitar os danos que causam.”* (Carta Régia de 1811 apud Silva Neiva, 1986:591).

A Coroa cria um dispositivo de repressão inédito até então: os **presídios militares**

“...com a finalidade de isolar os índios Xavante e Xerente do desenvolvimento que se iniciava no Araguaia e ao mesmo tempo garantir sua navegação, fundou-se o presídio de Santa Maria do Araguaia”. (Ravagnani, 1991:58/59).

Indico no mapa de Theodoro Sampaio a localização aproximada de alguns dos treze presídios criados à época na Província de Goiás. (Ataídes, 2001:233-315).(**Letras E**).

Mas esses conjuntos de grupos locais Akwen não dão sinais de desistência. É assim que uma coalizão “étnico-política” formada por “Xavante”, “Xerente” e “Karajá” ataca e destrói em 1813 o próprio Presídio Santa Maria do Araguaia (**Letra E1**), destinado ao cárcere indígena:

“três nações coligadas, xerentes, xavantes e carajás, pondo em campo todos os seus homens de guerra, marcharam contra Santa Maria, e no dia 11 de fevereiro de 1813 o assediaram.” (Alencastre, 1979[1863]:332).¹¹³

Pela metade do século XIX a menção aos “Acroás” desaparecerá por completo dos registros oficiais, passando eles a ser considerados oficialmente como “extintos”. A identidade “Xacriabá” só voltará à agenda indigenista e etnográfica no final do século XX, assim como os “Tapuios do Carretão”, ambos auto-identificados como remanescentes dos “Akwen”.¹¹⁴

O “Mapa Etno-Histórico” de Curt Nimuendaju¹¹⁵ publicado em 1944 parece se basear em grande parte das informações presentes na “carta etnográfica” de Theodoro Sampaio. Grande parte das localizações e referências históricas nele presentes é a mesma que aquelas apontadas por Theodoro Sampaio. Além do mais, as fontes documentais utilizadas por Nimuendaju para elaborar seu “mapa etno-histórico” têm como referência o artigo de Theodoro Sampaio sobre “Os kraôs do rio Preto”, no qual se encontra anexa sua “carta etnográfica”. Ao que tudo indica, Nimuendaju ampliou para outras regiões a identificação dos grupos ameríndios, além de acrescentar maiores informações sobre a “multi-localização” dos sub-grupos Akwen.

Apresento a seguir apenas a parte do mapa de Nimuendaju relativa aos grupos “Akwen” – e alguns outros que se encontram identificados junto a eles. Importante notar que, diferentemente da Carta Etnográfica de Theodoro Sampaio, o mapa de Nimuendaju já indica

¹¹³ O presídio foi totalmente destruído e as razões desta coligação é assim relatada por Alencastre: “os carajás, habitantes do Araguaia, tinham ido ao Pontal, a quase 80 léguas de distância, convidar os cherentes a esta guerra, alegando, para justificar a sua necessidade, que os brancos tinham tomado suas terras e os queiram cativar.” (Alencastre, 1979 [1863]:334)

¹¹⁴ Trata-se de casos de incorporação de designações identitárias historicamente recentes, processos conhecidos como “emergência étnica”. Sobre os Xacriabá ver Santos, Moreira (1997); sobre os “Tapuios do Carretão” Almeida Lazarin (1985), Silva (1998, 2001).

¹¹⁵ A importância do Mapa de Nimuendaju pode ser medida por uma pendenga judicial em curso relativa à Terra Indígena Maraiwatesede. Um antropólogo que questiona o direito de retorno dos grupos locais xavante a essa região, argumenta que pelo mapa etnohistórico o “território xavante” estaria muito distante de Maraiwatesede. (Rodrigues, 2004:23).

o resultado final da migração e ocupação dos “Xavante” atuais junto à região leste do Rio das Mortes, no estado do Mato Grosso. Além disso, percebe-se que o próprio formato de localização espacial contextual dos sub-grupos Akwen ganha outro tipo de representação: ao invés de pontos esparsos como na carta etnográfica de Theodoro Sampaio, Nimuendaju faz um esforço de representar as porções territoriais contíguas ocupadas por cada um daqueles sub-grupos, apontando, ainda que de maneira incipiente, para uma representação mais próxima da idéia de um “território”.

Diferentemente da imagem espacial apresentada pelos padres salesianos sobre o “primeiro território xavante”, claramente voltada para construir uma imagem de singularidade “Xavante”, podemos vislumbrar sub-divisões dentro das fronteiras do território ‘Akuen’. Em azul estão indicadas as fronteiras nas quais aparecem com mais ocorrências os subgrupos “Acroás” e “Xacriabá”; em vermelho, “Xavante” e “Xerente”.

Figura 57: Ocupação dos sub-grupos Akwen Séculos XVIII e XIX - Mapa etnohistórico de Nimuendaju.

Os “Xavante” e os “Xerente” ocupariam a banda oeste da então Província de Goiás – entre a margem leste do Rio Araguaia e a as duas margens do rio Tocantins -, enquanto os “Xacriabá” e “Acroá” estariam mais concentrados entre a banda leste dessa província e trechos das províncias do Piauí, Bahia e Minas Gerais, em direção às cabeceiras do rio São Francisco. Coincidentemente, após um longo processo de territorialização ocorrido me terras goianas, os Xavante seriam encontrados no leste matogrossense no século XX após a saga da travessia dos rios Araguaia e das Mortes que envolveu diversos de seus grupos locais; os Xacriabá, após um processo de “etnogênese”, foram “redescobertos” nas cabeceiras do rio

São Francisco, Minas Gerais, já no final do século XX. Os “Tapuios do Carretão” são um caso de “etnogênese” bastante recente, quando comparado aos demais, mas trazem a herança simbólica de se identificarem como remanescentes dos “Xavante” aldeados no Carretão ainda em 1788. Dentre os sub-grupos Akwen que ocupavam todo o território da antiga Província de Goiás, só sobraram os Xerente atuais na sua porção norte (atualmente, estado do Tocantins).

No mapa atual das terras indígenas no Brasil abaixo (FIGURA 58), destaco a região que compreende as atuais terras indígenas dos “Xavante”, “Xerente”, “Xacriabá” e “Tapuios do Carretão”. Compare-se essa região com aquela de ocupação “Akwen” durante os séculos XVIII e XIX. Os contornos indicados no mapa (linhas retas) a representa de maneira, evidentemente, imaginária, mas que não deixam de estar baseados na indicações presentes na “Carta Etnográfica” de Theodoro Sampaio e no “Mapa Etno-Histórico” de Nimuendaju.

Figura 58: “Desocupação” da Província de Goiás

Reza essa lenda que esses índios – os Araés¹¹⁶ – seriam descendentes dos antigos Incas e teriam sob seu domínio imensas jazidas de ouro e diamante.

Figura 60: “O Gentio” Araés

¹¹⁶ Não é só lenda. A área compreendida pelos rios Kuluene e das Mortes, que viria a ser ocupada pelos grupos locais xavante, é identificada por Sampaio (1913) e Nimuendaju (1981[1944]) como ocupada pelos “Araés”. (ver mapas dos autores acima).

Fonte: D'ery (1999: 14)

Foi guiado por ela que o também lendário coronel inglês Percyval Harrison Fawcett e sua expedição desapareceriam em meio à Serra do Roncador já em plena metade do século XX. Atribui-se também que esse desaparecimento coletivo da equipe do coronel deveu-se à ação dos “selvagens” da região ou ao seu sumiço na trilha de uma caverna misteriosa que tinha como final uma “cidade de telhados de ouros” – referência indireta à lenda das “Minas dos Araés” - conforme as palavras do então presidente Getúlio Vargas. (D'Eri,1999:51). Essas “estórias” antigas sobre as “Minas do Araés” se confundem hoje com as inúmeras “estórias” que cercam a misteriosa região da “Serra do Roncador”, da qual os Xavante atuais se consideram legítimos “donos”.

Desde a década de 1970, essa região tem atraído inúmeras comunidades “esotéricas-ambientalistas”. Algumas lideranças xavante, em seus discursos ao grupo de trabalho durante o processo de identificação, construíram frases como “somos os guardiões dos portais da Serra do Roncador” ou “guardiões do cerrado”, incorporando assim em seus discursos reivindicativos parte dos diversos discursos “esotéricos” e ambientais que se encontram em interação naquela região. Além de fazer todo o sentido para as lutas por terras por eles levadas a cabo, esse sincretismo “esotérico-ambiental” presente nessa região também se encaixa em alguns aspectos na cosmologia xavante, particularmente quando fazem referências ao “povo *Tsare'wa*”.¹¹⁷

4.3. Imagens e narrativas sobre o “segundo território Xavante”.

No final do século XIX, os “Acroá” estavam extintos oficialmente; um pequeno grupo de remanescentes “Akwen”, que viria a ser identificado futuramente como “Xacriabá”, misturou-se aos “caboclos” do vale do São Francisco em Minas Gerais. Aos remanescentes Akwen identificados como “Xerente” e “Xavante”, o final do século XIX reservou destinos

¹¹⁷ “Tsare'wa” é maneira que os Xavante se referem ao “outro povo”, que tem uma estrutura social análoga à sua – os mesmos clã, linhagens, etc -, por isso pode ser considerado como sendo seu “Outro Simétrico”. Os Xavante temem, admiram e se relacionam com os Tsare'wa, através da guerra e de alianças. Ouvi breves relatos em meu trabalho de campo por parte de velhos que indicavam que os Tsare'wa morariam nas cavernas e só exerceriam suas atividades sociais à noite. Lembremos que Maybury-Lewis colheu narrativas que indicam a origem tectônica dos clãs xavante. Por outro lado, ouvi um relato análogo sobre um misterioso “povo que mora embaixo da terra” de um velho Xerente: “Quando aqui em cima chove, lá embaixo faz sol”. Parece que a divisão cosmo-geográfica entre “Céu” e “Inferno”, disseminada pelas ideologias cristãs de modo geral, tem profundas influências no constrangimento que marca os Xavante e Xerente atuais quando estimulados a falar sobre esse tema. Para relatos nativos sobre os “Sarewa” ver Giaccaria&Heide (1975a:130-145 e 228-243).

opostos: grupos locais xavante passariam a ser identificados na literatura de maneira geral como aqueles grupos Akwen que recusariam definitivamente os processos de territorialização por eles vivenciados em território goiano, empreendendo uma longa fuga para o leste matogrossense, marcada pela travessia dos rios Araguaia, Cristalino e das Mortes; os remanescentes “Akwen-Xerente” passariam a ser reconhecidos na literatura pela residência definitiva no aldeamento capuchino de Teresa Christina em Piabanha – atual município de Tocantínia - na qual se encontram hoje suas duas terras indígenas ¹¹⁸.

Das imagens espaciais produzidas sobre a dinâmica sócio-espacial do conjunto Akwen durante os séculos XVIII e XIX em território goiano, busquei distinguir em termos heurísticos os contornos do que teria sido o “primeiro território xavante” e, para tanto, delimitar suas fronteiras tendo como fontes de informação os mapas etno-históricos de Theodoro Sampaio e Curt Nimuendaju. Os contornos desse “primeiro território xavante”, quando comparados à imagem elaborada sobre o mesmo pelos padres salesianos, ficaram restritos à região compreendida entre os rios Tocantins e a banda leste do Araguaia, ainda em terras goianas. Nas narrativas nativas coletadas pelos missionários salesianos Giaccaria&Heide (1972:13-34) teria sido justamente a partir dessa região que os grupos locais xavante “migraram” para o leste matogrossense.

Como afirmei no início deste capítulo, a estratégia metodológica de suspensão cronológica dos acontecimentos visa fundamentalmente dois objetivos: a) permitir que o leitor possa acompanhar de maneira integral nos dois próximos capítulos o desenvolvimento da dinâmica sócio-espacial xavante e a transição das três regiões territoriais ali formadas para as atuais terras indígenas Xavante, ou seja, apresentando assim uma *história continuada dos conflitos* (Gallois,2004:37) desde a sua gênese; b) demonstrar que as imagens produzidas sobre o “segundo território xavante” – apesar de não contemplarem a complexidade envolvida na produção das três regiões territoriais às quais tenho feito referência, têm por base parâmetros bastante objetivos e menos heurísticos do que aqueles presentes no exercício que fiz sobre a composição dos limites territoriais do “primeiro território xavante” ainda em terras goianas.

Apresento a seguir um quadro cronológico indicando os principais eventos que tanto antecederam como compuseram o segundo movimento de territorialização em foco.

¹¹⁸ No registro da história oficial da trajetória específica dos “Xerente” ver Farias (1990,1994) e, como complemento, De Paula (2000).

Quadro 9: Cronologia dos Eventos

1934	Os padres salesianos Fuchs e Sacelotti são mortos pelos xavante na banda leste do rio das Mortes (Região 1)
1935-1938	Membros das bandeiras Anhanguera conseguem entrar numa aldeia xavante e coletar material etnográfico.
1941	Equipe do S.P.I. comanda por Genésio Pimentel Barbosa é morta pelos Xavante na banda leste do rio das Mortes
1943-1944	- Criação da Fundação Brasil Central (F.B.C) e da Expedição Roncador-Xingu (E.R.X) - A Expedição chega à margem leste do rio das Mortes - Membros da F.B.C fundam a Vila Xavantina - Retorno do S.P.I. a “campo”
1945	- Primeiros encontros entre grupos locais xavante com a E.R.X e a equipe do S.P.I. comandada por Francisco Meirelles com os Xavante
1946	- (Re)contato oficial do Estado (S.P.I.) –Francisco Meirelles - com um grupo local xavante da Região 1 atraído para a margem leste do rio das Mortes.
1949	Discurso de um deputado federal sobre a necessidade de demarcar um “território” para os Xavante
1950	Decreto do Governo Estadual do Mato Grosso doa 2.000 milhões de hectares
1951	Elaboração do “Das Terras dos índios situadas entre o rio das Mortes e o rio Kuluene” pela F.B.C a partir de dados divulgados pela imprensa.
1952	Elaboração do mapa para criação do Parque Indígena do Xingu que faz referências implícita ao “território” xavante .
1953	O grupo local Xavante atraído para margem leste do rio das Mortes é o primeiro grupo a ser oficialmente territorializado , fundando a aldeia Wededze junto ao P.I. São Domingos, inaugurado 7 anos antes pelo S.P.I. .
1956	Anulação do Decreto de doação de terras para os Xavante.
1962	Criação do Parque Indígena do Xingu sem a “área reservada para os Xavante”.
1964	Elaboração do mapa sobre as “comunidades xavante” por Maybury-Lewis
1980	Elaboração do mapa sobre as “reservas xavante” por Lopes da Silva

4.3.1. Indícios do segundo movimento de territorialização dos grupos locais xavante

Durante o período que compreendeu a travessia dos rios Araguaia, Cristalino e das Mortes – que a literatura, como veremos, estima por volta de 1850 a 1890 - até o início da década de 1940 foram registradas algumas escaramuças entre grupos locais xavante e “civilizados” em alguns pontos extremos das regiões territoriais que ocupavam.

Mas, de fato, as primeiras tentativas de (re) contato e (re) pacificação mais sistemáticas e institucionalizadas com os grupos locais xavante partiriam dos missionários salesianos padres Pedro Sacilotti e João Baptista Fuchs .

Ressalto que o segundo movimento de territorialização que virá a seguir terá como foco grupos locais xavante que ocupavam a Região 1 a que fiz referência – entre as margens do rio das Mortes e a Serra do Roncador.

Após diversas tentativas de aproximação desde 1932, em janeiro de 1934, os padres salesianos seriam mortos por um dos grupos locais xavante na margem leste do rio das Mortes.

“O trabalho destes sacerdotes se caracterizou pela insistência, forçando os índios a aceitarem o contato, substituindo os presentes abandonados, reerguendo as cruzes que encontravam destroçadas, reconstituindo ranchos e roças desfeitas, sinais estes evidentes de uma recusa a qualquer aproximação.”
(Ravagnani,1991:91)

Nesse lugar, por volta de 1954 viria a ser fundada uma nova missão salesiana, a Missão de Santa Terezinha, primeira agência religiosa a obter contato pacífico com grupos locais Xavante depois de mais de duzentos anos de suas antigas experiências nos aldeamentos goianos.

Tempos depois, seriam agentes aparentemente desvinculados da política indigenista oficial que se confrontariam com alguns dos grupos locais xavante. Serão sucessivas as tentativas de ingresso nas regiões territoriais xavante, realizadas por segmentos de não-índios. Ainda nesse momento inicial do (re)contato, podemos perceber indícios do que viria a ser futuramente parte das estratégias de territorialização empregadas contra os grupos locais xavante a partir da década de 1950, quando se terá mais claramente delineada a chegada à região dos braços avançados da “Marcha para Oeste”.

Organizam-se entre 1935 e 1938, repetindo as estratégias do século XVIII já bem conhecidas pelos “Xavante”, novas bandeiras, tais como a “Bandeira Anhangüera” e a “Bandeira Piratininga” .

“Enquanto Fuchs e Sacilotti e mais tarde Chovelon [padre salesiano que conseguiu um breve contato com alguns Xavante] subiam e desciam o rio das Mortes, procurando grupos de Xavante para trocar presentes, e que à primeira vista desapareciam de seus seguidores, várias bandeiras circulavam na mesma área. Procuravam ouro e diamante, e por puro espírito de aventura, esperavam encontrar aqueles índios, o que os tornaria famosos.(...) [os membros da Bandeira Anhangüera] ...segundo seus idealizadores, foram os primeiros a andar

na margem esquerda do Mortes, atingir a Serra do Roncador, explorar as vertentes do Xingu, coletar material etnográfico Xavante, fotografá-los, filmá-los e a penetrar em uma aldeia povoada". (Ravagnani,1991: 94-96)

São dessa época os primeiros registros oficiais, por "brancos", tanto do "(re)contato pacífico" com grupos xavante, como, de maneira aparentemente contraditória, de violentos ataques às suas aldeias, "indefesas perante o poder de fogo do "civilizado".

" Somos os primeiros a perturbar o sossego daqueles nativos bravios. O avião passou, impetuosamente por sobre as casas e o mundo veio abaixo. E tudo desandou em formidável correria, onde se viam mulheres com crianças às costas, correndo para o mato; guerreiros com arcos distendidos; flechas que se cruzavam no céu, em nossa direção; bordunas que rodopiavam no ar e depois se precipitavam ao solo; e também gritos incitadores, medonhos, amortecidos pelo ruído infernal dos motores. E repetidas vezes descemos quase a pique sobre as malocas, e toda vez que o fazíamos, deparávamos com o mesmo espetáculo, impressionante: alvoroçados, ora reunidos, ora dispersos, os selvagens nos alvejavam com flechas de guerra...Além disso, na irresolução do momento, a tribo toda parecia tremer de espanto...Pelos matos e cerrados dos arredores, ocultavam-se as mulheres e crianças, após abandonarem suas choças, transidas de surpresa e assombro. (Ayres da Cunha apud Ravagnani,1991:103)"

O relato abaixo refere-se à descrição de um expedicionário que acompanhou as ações de campo dos novos bandeirantes sobre o território tradicional Xavante:

" Iam bem armados. Acampam aqui e ali; seguem sempre avante; vadeiam o rio das Mortes e não se cansam da procura que demora semanas e semanas. Guiados pelo faro sertanejo sabem que vão certos ao fim desejado, o que conseguem depois duma penetração de mais de trezentos quilômetros. Finalmente divisam a aldeia cuja destruição seria a recompensa prometida. Situava-se num vale circundado por pequenos morros e esta localização vinha a molde de oferecer condições estratégicas para que a desforra fosse integral. Contaram uma por uma as cento e vinte palhoças e calcularam em mil o número de habitantes. Os atacantes distribuíram-se em volta e, como fosse ao cair da tarde, aguardam a alvorada seguinte para a arremetida vingadora. Lá em baixo os selvagens dormiam tranqüilamente não se sabendo ao alcance da surpresa e dos fuzis civilizados...Mal despontando o sol, das tendas de palha surgiam os gês, alguns para saírem do aldeamento, ao lado das mulheres acoradas no preparativo da refeição matinal. A deixa foi dada. Ecoou o primeiro, o segundo tiro e centenas de tiros partiram do círculo agressor que não se cansava de descarregar as automáticas. Os expedicionários relataram que aos primeiros tiros

uma xavante ferida gritou: 'Civilizados! Civilizados!'. Tiros de misericórdia fizeram cessar os gemidos morimundos, tendo o incêndio completado o vandalismo."
(Luis Sabóia Ribeiro, Caçadores de Diamantes apud Lincoln de Souza, 1953:25/26)

Após mais 50 anos de encontros efêmeros entre grupos locais xavante e "civilizados", o segundo movimento territorialização não poderia ser mais detido. Dele participariam novas agências oficiais do Estado e velhas e novas missões religiosas.

4.3.2. O reencontro dos grupos locais xavante com o "Estado".

Não obstante ao fato de que só a partir da década de 1950 que podemos encontrar parte dos grupos locais xavante territorializados, já em 1941 um grupo local xavante que ocupava a Região 1 (ver Figura 54-supra) é confrontado com a primeira equipe de atração oficialmente autorizada pelo S.P.I. Chefiada pelo indigenista Pimentel Barbosa, toda essa primeira equipe de atração terá o mesmo destino dos dois padres salesianos em 1934. Repetindo a estratégia empregada pela missão salesiana, o S.P.I. fundará anos depois (1946) seu primeiro posto de atração denominado P.I. São Domingos no mesmo lugar em que a equipe de Pimentel Barbosa fora atacada e eliminada.

Após essa primeira tentativa frustrada de agências mediadoras do "Estado" diante da "pacificação xavante", uma nova estratégia será organizada pelas instâncias superiores do poder federal. Momentaneamente, ao S.P.I. caberá um papel de articulação de bastidores, explicitado pelos convênios que serão estabelecidos entre essa agência indigenista e a Fundação Brasil Central, órgão federal criado exclusivamente para organizar estrategicamente a ocupação do centro oeste brasileiro, particularmente, da grande região das bacias do rio Xingu na qual encontramos as regiões territoriais ocupadas pelos grupos locais xavante.

4.3.2.1. A Fundação Brasil Central e os "novos bandeirantes" da Expedição Roncador-Xingu.

Em 1943, é criada a Fundação Brasil Central (F.B.C), instância administrativa que seria responsável pelos preparativos já em curso da Expedição Roncador-Xingu¹¹⁹. A E.R.X.

¹¹⁹ Para uma análise detalhada dos bastidores políticos-administrativos da trama na qual foi forjado historicamente o atual cenário da luta pela terra indígena - não só em território mato-grossense, como também, em nível nacional – ver Menezes (2000). Dentre outras assuntos, ali encontramos um histórico precioso sobre a relação da Fundação Brasil Central, Expedição Roncador-Xingu e o Serviço de Proteção aos Índios.

se transformará no braço avançado da “Marcha para o Oeste” e ganhará notoriedade pelos encontros fugidios de seus expedicionários com grupos locais xavante. Dentre tais expedicionários, encontraremos os famosos Irmãos Vilas-Boas. Em 28 de fevereiro de 1944, a Expedição alcançaria a margem leste do Rio das Mortes e criaria ali a sua primeira base de apoio. Um mês depois, seria fundada a Vila de Xavantina, a partir do estabelecimento de uma base da Fundação Brasil Central em território até então controlado por parte dos grupos locais xavante que ocupavam a Região 1.

“O objetivo da Fundação Brasil Central era fixar a população nômade do sertão e atrair novos habitantes. Foi estabelecido um escrupuloso convênio com o Serviço de Proteção aos Índios, de modo que este resolvesse, a seu modo, mas em íntima cooperação com ela, um dos mais delicados problemas que a penetração apresentava: a neutralização dos índios Xavante.” (Francisco Meireles apud Ravagnani, 1991:102)”

No mapa abaixo, apresentado em uma matéria do Jornal da Tarde de São Paulo, em 9 de maio de 1993, aparecem indicadas as rotas empreendidas pela Expedição Roncador-Xingu

Figura 61: Rota Expedição Roncador-Xingu

Fonte: Jornal da Tarde (9/03/1993)

Note-se que as rotas dos expedicionários da E.R.P. aparecem truncadas e descontínuas, particularmente aquelas que tentaram penetrar nas regiões ocupadas pelos grupos locais xavante, evidenciando assim o rechaço dos Xavante a essa etapa inicial do segundo movimento de territorialização. Não por caso, a expedição só terá o primeiro encontro direto com grupos locais xavante em julho de 1945, mais de um ano depois do estabelecimento da base da Fundação Brasil Central em Xavantina. Na mesma reportagem publicada pelo Jornal da Tarde, Orlando Villas-Boas descreve assim os encontros da Expedição Roncador-Xingu com os “Xavante”:

*“Na área dos xavantes, abrimos uma picada na serra do Roncador. Levamos 11 meses atravessando lá. Tínhamos que fazer grandes desvios de morro, não por causa do homem, mas por causa da tropa de abastecimento. Andar três quilômetros por dia já era resultado excelente. Os xavantes hostilizavam a tropa, espantavam os burros... Nós tivemos 18 escaramuças com os xavantes, que eram os mais bravos que havia. Nos livramos bem, não demos um tiro em índio. Quando a coisa era muito séria atirávamos para cima. **E assim conseguimos atravessar o território xavante.**”*

Apesar das rotas truncadas desenhadas no mapa não se adequarem ao relato, que destaca uma suposta travessia integral do “território xavante”, note-se que esse tema - um “território xavante” - já está devidamente impregnado na fala retrospectiva do indigenista.

4.3.2.2. O retorno ao “campo” do Serviço de Proteção aos Índios.

Depois do trauma causado pela empresa mal-sucedida da equipe de Pimentel Barbosa em 1941, somente três anos depois – portanto, quase que simultaneamente à atuação da Expedição Roncador-Xingu - uma nova equipe do Serviço de Proteção aos Índios, chefiada por Francisco Meirelles – “o pacificador dos Xavante” – realizará várias tentativas de aproximação com grupos locais xavante que controlavam ainda as imediações da recém fundada Vila Xavantina, mas na margem oposta do rio das Mortes. Meirelles e sua equipe fundam na mesma margem do rio a primeira base de apoio do S.P.I., chamada P.I. São Domingos (1946). Para ali será atraído o primeiro grupo local xavante liderado pelo célebre chefe político xavante Apowe que, entretanto, virá a fundar a aldeia Wededze junto ao posto somente em 1953.

Uma dessas tentativas de atração é descrita por um dos membros da equipe de Meirelles:

“A um chamado seu surgiram uns quatrocentos índios alegres e risonhos, trazendo nas mãos flechas com as pontas quebradas, sem arcos, e bordunas que

logo foram entregues como presentes, recebendo outros em troca. Quanto estes acabaram, muitos índios se mostraram descontentes e, em pouco tempo começaram estrategicamente a fechar o cerco em torno do grupo de pacificadores. Meireles observando o comportamento inamistoso, ordenou a seus homens que arreassem às pressas seus cavalos, o que já se fez sob manifesta hostilidade. Fugiram em disparada correria, sob uma chuva de flechas e seguidos por vários índios que correram em seu encalço, num longo percurso. As baixas sofridas por Meireles e seu grupo se resumiram num ferimento sem gravidade...” (Em: Ravagnani, 1991:105).

É assim que, só em 1946, o sertanista Francisco Meirelles conseguia em caráter oficial, pela primeira vez desde o século XVIII, estabelecer contato pacífico com um dos diversos grupos xavante, curiosamente – certamente, na nossa perspectiva - o mesmo que exterminara a equipe de Pimentel Barbosa 5 anos antes.

Foto 23 – (Re)contato: a troca de “dádivas”

1946: a equipe de Meirelles faz contato com grupos locais Xavante na beira do Rio das Mortes. Fonte: Sereburã e Outros (1998:85).

O padrão histórico de relacionamento fragmentário verificado desde os tempos em que os sub-grupos “Akwen” foram identificados em território goiano nos séculos XVIII e XIX será análogo ao que ocorrerá nesse novo movimento de territorialização. De maneira mais clara, não são os “Xavante” que serão “pacificados” em 1946”, mas sim, apenas um dentre os seus inúmeros grupos locais que continuariam ainda por mais de uma década a recusar o (re)contato com a sociedade nacional.

“Os contatos amistosos da Pacificação- Abom-Meireles (1949-1950) foram com os Xavante de Wededze, mas já em 1949 e mais numerosos ainda em 1950, havia representantes dos outros 2 grupos muito embora os pacificadores não o soubessem e nem sequer suspeitassem.” (Sbaderllo, 1996:94)

Como já afirmado, apresentarei em detalhes nos dois próximos capítulos como que cada conjunto de grupos locais xavante que ocupa as três regiões territoriais a que tenho feito alusão, foi impactado de maneira distinta.

Adianto apenas que todos os esforços e resultados da estratégia de territorialização levada a cabo pela aliança entre membros do S.P.I. e a Expedição Roncador-Xingu - e, como será visto, também por missionários salesianos e protestantes - atingiriam num primeiro momento principalmente, mas não exclusivamente, grupos locais xavante abrigados na Região 1. Note-se que no mapa abaixo busco representar com linhas tracejadas a movimentação ocorrida em menor escala por parte de segmentos de grupos locais xavante das regiões 2 e 3 nessa primeira etapa de territorialização xavante

Figura 62 – Mapa da primeira etapa de territorialização.

Voltarei a apresentar e discutir essa complexa dinâmica sócio-espacial nos capítulos subseqüentes. Entretanto, é possível notar que o rio das Mortes, além de obstáculo natural, era ainda nessa primeira etapa do segundo movimento de territorialização um marco simbólico a separar as regiões territoriais xavante do “mundo dos brancos”. Não é por acaso, portanto, que as sedes da Fundação Brasil Central (Xavantina); do S.P.I. (P.I. São Domingos) e da missão salesiana (Santa Terezinha) estarão localizadas na banda leste do rio das Mortes (cf. FIGURA 62, acima). No modelo de regiões territoriais que apresentarei no próximo capítulo essa sub-região será identificada como **1a**.

É bastante esclarecedor o depoimento de um Xerente sobre o destino reservado aos “Xavante” a partir dessa época. Sabemos que esse subgrupo Acuen já tinha então mais de 100 anos de contato intenso com a sociedade nacional, pois, ao contrário dos Xavante, tinham resolvido “aceitar” o contato em Goiás, pelos idos da metade do século XIX. Em 1940, como “retribuição” a sua submissão um século antes, os Xerente estavam praticamente extintos, dizimados por epidemias de sarampo e sífilis, e os poucos que restavam (cerca de 200 pessoas) viviam em pequenos locais em meio a fazendas de gado.

(Nimuendaju,1942). Sabiam muito bem dos “benefícios” que o contato intenso com os “civilizados” poderia proporcionar a uma população indígena. Essa sabedoria seria expressa no depoimento de um intérprete Xerente - que participava da segunda equipe de “pacificação” do S.P.I – ao próprio Francisco Meirelles:

“Chico [Francisco Meirelles], deixa Xavante quieto...Xavante está muito melhor do que Xerente...Muito melhor do que outros índios que a gente vê por aí...Chico, deixa Xavante quieto.” (Ravagnani,1991:108).

Francisco Meirelles não daria - e nem poderia dar ouvidos ao conselho do intérprete Xerente - pois a “Marcha para o Oeste” era então uma das razões do Estado nacional. A estratégia do “grande cerco de paz” (Lima,1995)¹²⁰ já estava a caminho de maneira inexorável e a produção das imagens sobre o “segundo território xavante” já tinha os subsídios necessários para serem produzidas.

4.3.2.3. A “Marcha para Oeste” encontra os grupos locais xavante.

No início da década de 1950, grande parte das terras do leste matogrossense já vinha sendo loteada e vendida pelo Governo do Estado de Mato Grosso a empresas de colonização. Ao mesmo tempo, de maneira paradoxal, o mesmo Governo do Estado “doaria” aos “Xavante” um porção de terras¹²¹ muito próxima em termos de dimensão e configuração das imagens produzidas por Giaccaria&Heide sobre o “segundo território xavante”, como vimos anteriormente. De maneira nebulosa, o decreto de doação seria alterado 2 anos depois em um dos seus artigos, o qual previa a “devolução” pelo S.P.I. no prazo de dois anos dos quase dois milhões de hectares previsto para compor a “Reserva Indígena Xavante” ao Estado do Mato Grosso. Assim Maybury-Lewis descreveu esse processo:

“...o Mato Grosso aprovou uma legislação que estabelecia a cessão de uma extensão razoável de terra na margem esquerda do Rio das Mortes ao SPI em benefício dos Xavante, com a condição de que, caso a terra não fosse inspecionada pelo SPI dentro de dois anos, ela reverteria para o Estado. As

¹²⁰ “A imagem do grande cerco de paz revela-se em toda a sua complexidade nas palavras do militar, .sumarizando numerosos mecanismos ainda hoje em ação: técnica militar de pressionamento e forma de manter a vigilância, ao mesmo tempo assédio de um inimigo visando cortar-lhe a liberdade de circulação, os meios de suprimento e a reprodução social independente...” (Lima, 1995:131).

¹²¹ Com uma extensão de quase dois milhões de hectares, conforme declarava o Decreto nº 903 de 28.03.1950, publicado no Diário Oficial de Mato Grosso de 30.03.1950, sob número 10.874. Ver cópia do Decreto no Anexo

autoridades estaduais parecem ter suposto que isso realmente aconteceria pois as terras da reserva começaram a ser vendidas a particulares muito antes do fim deste prazo.” (Maybury-Lewis, 1984[1967]:46)

O padre salesiano Pedro Sbaderllo é ainda mais contundente em sua avaliação, além de criticar o diminuto pedaço de terra que, de fato, acabaria sendo doado aos Xavante:

“Deduzimos então que esse Decreto foi uma farsa, pois mal expirou o prazo, toda a [margem] esquerda do Rio das Mortes sofreu uma retaliação sem par, ‘in loco’ ou no papel, constante reservada para toda a tribo Xavante. Já vimos que chegavam a uns 2.200 membros os índios dos campos e cerrados. Tão somente uma área de 10.000 hectares (menos de 5 hectares per capita, quando cada pessoa duma família, mesmo recém-nascido, tem o direito de requerer 10.000 hectares) a bem à margem do Rio das Mortes, fronteira ao Posto Pimentel Barbosa, e terra alagadiça das águas, e cheia de águas estagnadas na seca.” (Sbaderllo, 1996:96)

Mais do que isso, segundo o próprio testemunho do padre salesiano Pedro Sbaderllo, mesmo que por um grande acaso a área proposta pelo Governo estadual do Mato Grosso viesse a ser aprovada, ela estaria comprometida, pois deixava de fora as demais regiões territoriais ocupadas pelos grupos locais xavante.

“Os contatos amistosos tinham ocorrido tão somente com os aldeamentos WEDEDZÉ e à beira do Rio das Mortes, portanto somente a eles podia ser solicitada a cessão de parte de seus imensos domínios, e convidados a se satisfazerem com uma área mais modesta; mas, examinando o mapa da Reserva salta aos olhos que só WEDEDZÉ foi contemplado, enquanto os outros 2 grupos totalmente expoliados, sem nenhuma contemplação para suas necessidades e para suas perambulações.” (Sbaderllo, 1996:95)

Os outros “dois grupos xavante” – Nrotsurã e Maraiwatsede , segundo Sbaderllo- juntos com Wededze, como veremos especialmente no último capítulo, dão nome as três regiões territoriais a que tenho feito referências fugidias.

Em meio ao auge da “Marcha para o Oeste” – que quase um século antes tinha sido empreendida pelos grupos locais xavante -, a mídia nacional divulgará com estardalhaço toda a estratégia de ocupação das terras matogrossenses. O poder midiático é tão grande que o primeiro mapa oficialmente produzido por uma agência oficial do Estado – a Fundação Brasil Central – intitulado “Das Terras dos índios situadas entre o rio das Mortes e o rio Kuluene” tem como sub-título nebuloso o seguinte: ***“Elaborado pelo Sr. Villas Boas de acordo com um mapa publicado pela imprensa em 3.1.1950”*** .

Indiquei nesse “território de índios genéricos” as três regiões territoriais xavante para que o leitor possa se situar melhor nas discussões que se virão na sequência. As regiões “anexas” 1a, 3a e 3b são os locais nos quais os grupos locais xavante viriam a ser territorializados até o final da década de 1950

Vejamos um relato retrospectivo de Darcy Ribeiro sobre a questão territorial Xavante, já que ele esteve envolvido, como veremos a seguir, na elaboração no anteprojeto de Criação do Parque Indígena do Xingu que incorporou em seus limites os contornos previstos no mapa das “*Das terras dos índios entre os rios Kuluene e Couto Magalhães*”. Note-se que, apesar das críticas à atuação dos ‘civilizados’, há uma tentativa de defesa da atuação do S.P.I., ‘*uma atitude deliberadamente pacífica*’.

“Os Xavante vivem nos campos cerrados à margem esquerda do rio das Mortes, que atravessam para atacar, a leste, os criadores de gado que procuravam instalar fazendas nos campos do Araguaia e, ao sul, os garimpeiros que exploravam ouro no vale do rio São Lourenço em Mato Grosso. O plano de pacificação consistia em estabelecer um cerco em volta do enorme território tribal para impedir hostilidades com civilizados, que prejudicassem os trabalhos, e para obrigar os Xavante a se defrontarem com as tiras de pacificação, em qualquer lado para que se dirigissem. (...) Só muitos anos mais tarde, porém, seriam coroados de êxito os esforços do SPI conduzidos por Francisco Meireles. Dessa vez contava-se com grandes recursos, com embarcações a motor e apoio aéreo para o suprimento das turmas para convencer os índios do poderio dos brancos, não utilizados contra eles por força de uma atitude deliberadamente pacífica. Só assim os índios Xavante do rio das Mortes se renderam, em 1946, à paz que jamais desejaram.” (Ribeiro, 1996 [1971]:194-196-grifos meus)

Como consequência de todo essa “ação civilizatória” (Lima, 1995:183) e dos diagnósticos daí derivados - não só sobre os indomáveis “Xavante”, como também sobre outros grupos indígenas espalhados pela região do rio Xingu - estava sendo elaborado paralelamente, sob a coordenação do Serviço de Proteção aos Índios, o Anteprojeto para a Criação do Parque Indígena do Xingu (P.I.X.), assinado por personagens como o Brigadeiro Raimundo Vasconcelos Aboim, Heloisa Alberto Torres, Orlando Villas Bôas e Darcy Ribeiro, e remetido para a apreciação do Vice-Presidente da República, Dr. José Café Filho, em 27 de abril de 1952.

Figura 64: Mapa original da criação do Parque do Xingu

Fonte: Rodrigues, 2004.

Os limites originais do P.I.X. – rachurados - indicados no anteprojeto de 1952, previam uma área total de quase 200.000 km quadrados, na qual estavam inseridas todas as regiões territoriais ocupadas por grupos locais xavante. A área em destaque no centro do mapa indica os contornos definitivos do Parque Indígena do Xingu que só viria a ser decretado em 1961.

Observa-se em um dos artigos do anteprojeto de criação do P.I.X. que há um reconhecimento implícito da dimensão do “território xavante”. É dito no artigo 4 :

"Fica anexado ao P.I.X, em caráter provisório, até a pacificação das tribos que a habitam, a área compreendida nos seguintes limites: norte - das nascentes do rio

Liberdade, por uma linha geodésica, até a foz do rio São João no rio das Mortes; leste - e por este acima até a foz do rio Noidori; sul- da foz do rio Noidori e por este acima até suas nascentes; oeste - das nascentes do rio Noidori, por uma linha geodésica até o Posto Curisevu, sobre o rio Batovi (Tamitoala). Parágrafo único: Após a pacificação de cada tribo que habita nas terras anexadas ao P.I.X lhe será assegurado um território tribal, na forma da lei, voltando a área que o contorna ao domínio do Estado." (Anteprojeto de Criação do P.I.X).

Sabe-se que a única das tribos não "pacificadas" naquela época na região indicada era a dos "Xavante". Ao afirmar a necessidade de que a referida área fosse anexada ao PIX para proteção dos grupos ali não pacificados, o anteprojeto fornece indicações mais objetivas para que consideremos como "Reserva Xavante" o que fora denominado, no mapa anterior, como "Terras dos Índios situadas entre os rios da Morte e rio Kuluene".

Uma década mais tarde, em 1961, quando é decretada sua criação - Decreto nº 50.455 de 14 de abril - a área do P.I.X. fica limitada a 22.000 km quadrados, ou seja, quase 10% do previsto originalmente.

Segundo o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, que assessorou a elaboração do anteprojeto, houve uma enorme mobilização de grupos econômicos poderosos para que o PIX não fosse criado com o tamanho originalmente proposto:

"Além dos técnicos e das autoridades federais - componentes daquela comissão - estiveram presentes às discussões sobre o tema Senadores e Deputados do Estado do Mato Grosso, bem como o seu próprio Governador. [...] Corria o Projeto os seus trâmites normais quando soubemos que o Governo do Mato Grosso, sob a alegação de estar colonizando o sertão mato -grossense, estava entregando a Companhias especuladoras enormes áreas não só por todo o Estado como, particularmente, dentro dos limites do Parque Indígena do Xingu. Teria o Senhor Governador mudado de pensar com respeito ao P.I.X., vendo-o agora, como um obstáculo à colonização? " (Cardoso de Oliveira, 1954 in Lea, 1997:176)

Um deputado federal por Minas Gerais, Vasconcelos da Costa, já havia proposto em 1949 a criação de um parque nacional para preservar apenas os Xavante. De alguma maneira, essa proposta viria a ser incorporada na primeira versão do anteprojeto de criação do Parque do Xingu. Em seu depoimento à Câmara, disse o deputado:

"A região do Brasil central onde os Xavante estão localizados, entre o Rio das Mortes e o Culuene, que encompassam a Serra do Roncador, é um dos mais lindos lugares do Brasil e até agora um dos mais desconhecidos. Tem-se a impressão que ali é um paraíso, tal a beleza de sua terra, a robustez de seus

habitantes que vivem livres, e sua felicidade de nunca ter ultrapassado a troca com a civilização. A criação de um parque nacional poderia salvaguardar a terra com seus primitivos donos e a variedade de caça e pesca abundante, assegurando um patrimônio histórico e geográfico para as futuras gerações.”
(Depoimento do deputado federal Vasconcelos Costa (MG) ao Congresso Nacional apud .(Garfield,2001:62/63).

4.4. O “território xavante” a partir de dois de seus etnólogos.

Ao largo dos 10 anos de discussão do projeto Parque Indígena do Xingu, continuava a pleno vapor a “liberação do território xavante” para a “civilização”, liberação esta que atingiria todos os grupos locais xavante, mas com resultados distintos. Afora um conjunto de grupos locais que só viriam a ser expulso de sua região territorial em 1966 (Região2) , todos os grupos locais da Região 1 já tinham sido *territorializados* pelos postos do S.P.I. na região do rio das Mortes. Os remanescentes dos grupos locais que controlaram a Região 3 até a metade da década de 1950, após um processo violento de expulsão, no início da década seguinte seriam encontrados territorializados em terras distantes a essa região, asilados então em postos indígenas do S.P.I. e em missões salesianas. Retomarei todo esse processo com mais vagar nos próximos capítulos.

O antropólogo David Maybury-Lewis, que efetuou pesquisas com parte dos grupos locais Xavante em momentos diferentes, entre 1958 e 1964, deixou dois mapas sobre a situação territorial dos grupos locais xavante.

O primeiro, apresentado no relato de viagem *O Selvagem e o Inocente* (1990), assinala o que poderia ser pensado como um “território xavante” concebido pela ausência de fronteiras “fechadas”.

Figura 65: Território Xavante – Maybury-Lewis

Entretanto, é em *A Sociedade Xavante*, do mesmo autor, que obtemos a imagem espacial que mais representa os resultados concretos do segundo movimento de territorialização que se abateu sobre os grupos locais xavante de maneira geral particularmente durante a década de 1950. A narrativa abaixo corrobora a imagem apresentada mais abaixo. (Figura 66)

“Quando voltei, em 1962, a situação já estava dramaticamente alterada. As margens do rio, entre Xavantina e Areões, estavam pontilhadas por pequenas fazendas. Rio abaixo, depois de Areões, havia poucos colonos mas a terra havia sido comprada, em sua maior parte, por companhias com sede em São Paulo e ocasionalmente chegavam turmas de trabalhadores, trazendo até mesmo um ou dois tratores, incumbidos de abrir estas fazendas. Os poderosos grupos de Xavante que anteriormente tinham conseguido manter os colonos afastados destas terras haviam sido reduzidos a quistos e estavam, pela primeira vez, cientes de sua impotência frente à invasão.” (Maybury-Lewis, 1984[1967]:44).

O mapa é paradigmático desse processo de “limpeza étnica” ocorrido em menos de 10 anos no leste matogrossense, e que nada deve em intensidade quando comparado com aquele que ocorrera em terras goianas um século antes (Ver Figura 58, supra). Note-se que, nessa nova imagem, já não há qualquer referência a um suposto “território xavante”, mas sim a uma situação dramaticamente representada pela territorialização dos grupos locais xavante remanescentes em aldeias localizadas em postos indígenas do S.P.I. e nas missões salesianas (“quistos”, na expressão de Maybury-Lewis). No mapa de Maybury-Lewis, para efeito de contraste, assinalo as fronteiras do que foi indicado como “Terras dos Índios situadas entre os rios da Morte e Kuluene” proposta na década de 1950 pela Fundação Brasil Central e pelos mentores do Anteprojeto do Parque do Xingu. Indico ainda as três regiões territoriais a que tenho feito alusão no decorrer desta tese, sendo que as flechas indicam as trajetórias específicas dos grupos locais xavante. Além disso identifico também o que denominarei nessa tese como regiões 1a, 3a e 3b produtos diretos da territorialização sobre conjuntos de grupos locais xavante que ocupavam em sua maioria, respectivamente, as Regiões Territoriais 1 e 3. Note-se que no mapa Maybury-Lewis não indica nenhuma “comunidade” ocupando a Região 3 e isso se explica pelo fato de que na época que o autor o elaborou realmente não existiam mais grupos locais na região, já devidamente territorializados em postos indígenas do S.P.I. (Região 3a) e missões salesianas (3b)¹²².

¹²² “É bem possível que esta lista não esgote todas as comunidades Xavante. Os próprios Xavante dizem que há ‘mais aldeias’ entre o rio das mortes e o Xingu, mas não as conhecem com detalhes e precisão. Além disso, a localização das aldeias varia muito à sua grande mobilidade.” (Maybury-Lewis, 1984[1967]:74)

Figura 66: “Quistos” territorializados (década de 1960) – Maybury-Lewis (1964)

Desde pelo menos meados da década de 1960 – em que pese as dinâmicas de territorialização distintas pela quais passaram os conjuntos de grupos locais xavante, como veremos nos próximos dois capítulos –, as demandas pela recuperação de frações de seus territórios tidos por eles como tradicionais são constantes. Será somente a partir da década de 1970 que os conjuntos de grupos locais xavante passarão a empreender decididamente a

“luta pela demarcação”, o que na perspectiva de Oliveira (1998) sobre os “Índios do Nordeste”, poderia ser considerada como o terceiro movimento de territorialização.

Não pretendo contemplar nesta tese todos os meandros envolvidos nessa etapa de recuperação territorial que, de alguma maneira, vai na contramão dos processos de territorialização almejados em última instância pelo Estado-nação brasileiro. Quando apresentar e discutir as territorializações específicas de cada um dos conjuntos de grupos locais xavante abrigados nas regiões mencionadas, farei referências pontuais e bastante sintéticas a esse período que foi delineado principalmente durante a década de 1970. O único argumento que tenho para justificar a ausência detalhada dessa etapa é a de que esse tema daria margem para a elaboração de mais alguns capítulos dessa tese, devido à enorme quantidade de material disponível. De qualquer forma, é possível afirmar que o paradigma básico presente nos processos demarcatórios ocorridos na década de 1970 – que deram origem à maioria dos atuais contornos territoriais das nove terras indígenas xavante – é, de maneira geral, bastante análogo àquele que descrevi no Capítulo 1 dessa tese, quando apresentei a situação etnográfica por mim vivenciada como antropólogo-identificador. Ou seja, uma associação inescapável entre a dinâmica fragmentária da organização social xavante e o estímulo dado a ela pelas estratégias derivadas de uma “situação colonial”.

No mapa das “Reservas Xavante” elaborado por Lopes da Silva (1980) está representado em grande parte o resultado desse terceiro movimento de territorialização, guardadas as especificidades que vinham se delineando em cada uma das regiões territoriais. Como discutirei essas especificidades nos dois capítulos subseqüentes, adianto apenas que nesse mapa podemos observar tanto a ausência completa da Região 2 – (Maraiwatsede) -, como, por outro lado, o “retorno” das “reservas indígenas” do Kuluene e do Couto Magalhães ao coração da Região 3, e a transformação das regiões 3a e 3b nas terras indígenas Marechal Rondon, Sangradouro e São Marcos. Além disso, note-se que na Região 1a se encontra desocupada. Lembremos que no mapa apresentado por Maybury-Lewis (Figura 66, supra) na bacia do Couto Magalhães e Kuluene não havia mais nenhuma aldeia xavante.

Figura 67: Mapa das Reservas Xavante – Lopes da Silva (Década de 1970)

Percebe-se pela seqüência de imagens e narrativas apresentadas até aqui apresentadas que houve uma mudança substancial no modo de conceber o que denominei aqui como “segundo território xavante”. A idéia de um “território xavante”, como foi visto, foi muitas vezes acionada pelas narrativas e imagens produzidas pelos missionários salesianos, indigenistas do S.P.I. e da F.B.C. e pela própria mídia impressa até a década de 1950, justamente enquanto os grupos locais xavante resistiam a etapa inicial deste segundo movimento de territorialização de maneira mais ou menos generalizada. Após esse período, afora a imagem produzida por Maybury-Lewis sobre um “território xavante” de fronteiras

abertas, as demais já assinalam os resultados concretos do movimento de territorialização (“comunidades xavante” – Maybury-Lewis; “reservas xavante” Lopes da Silva).

A minha proposta de se pensar a dinâmica sócio-espacial xavante a partir da distinção analítica – mas, nem por isso, sem fortes indícios etnográficos - entre três grandes regiões territoriais será apresentada no início do próximo capítulo de maneira mais detalhada. Será essa proposta que norteará toda a apresentação e discussão da gênese da ocupação territorial xavante no leste matogrossense ainda no final do século XIX até suas transformações nas atuais terras indígenas que derivaram dos processos de territorialização a que foram submetidos os conjuntos de grupos locais xavante que as ocuparam durante quase 100 anos. É justamente a partir das narrativas produzidas pelos próprios grupos locais Xavante sobre essa situação histórica em que estiveram relativamente a salvo desse “segundo processo civilizatório”, que podemos captar de maneira mais sutil e menos externalista alguns dos aspectos principais da sua dinâmica sócio-espacial e, portanto, o exercício da lógica espacial xavante num plano mais amplo do que aquele apresentado nos Capítulos 2 e 3 e com maior precisão etnográfica. Mais do que isso, talvez indícios mais etnográficos da maneira como os grupos locais pensam seus(s) territórios(s) na dimensão da macro-territorialidade. .

Capítulo 5

Travessias

“Warazu sempre veio atrás dos A’uwê. Sempre seguindo. Quando eles não conseguem, eles tentam de novo. São teimosos! Nossos avós contavam. Foi dela que nós viemos fugindo dos warazu. Viemos de longe, depois do Öpré [rio Araguaia]. Viemos atravessando.”

(Serenimirãmi)¹²³

Retrocedamos agora para a situação histórica que presidiu o segundo movimento de territorialização que se reiniciaria a partir da década de 1950 sobre os grupos locais xavante em terras matogrossenses e que sucedeu as suas fugas da antiga Província de Goiás, como vimos na segunda parte do capítulo anterior.

Diferentemente dos dois períodos históricos dos quais extraí as imagens produzidas sobre o “primeiro” e “segundo território xavante”, a gênese e o desenvolvimento da dinâmica sócio-espacial contida nesse interregno histórico só pode ser acessada a partir da perspectiva nativa, seja através de relatos diretamente expressados pelos próprios Xavante (como em Sereburã et al,1998), seja através da exegese desse mesmo tipo de relato apresentado em parte da etnografia xavante.(Giaccaria&Heide,1972; Lopes da Silva,1984,1992; Graham, 1995;).

Antes de adentrar na apresentação e reinterpretação desse material, recupero o modelo de *território de um grupo local xavante* conforme proposto nos Capítulos II e III, já que havia afirmado que sua ampliação lógica seria a estratégia analítica necessária para levantarmos vôo do *microcosmo* Xavante e observarmos de que maneira a lógica espacial ali manifesta pode ser articulada à dinâmica sócio-espacial xavante numa dimensão territorial mais ampla. São as interrelações socio-espaciais produzidas historicamente entre um conjunto de grupos e territórios locais que possibilitam especificamente dar os contornos das três regiões territoriais a que tenho feito referências pontuais e que, de certa forma, em seu

¹²³ EM: Sereburã et al.(1998:134)

conjunto, foram contempladas nas imagens produzidas na década de 1950 sobre o “segundo território xavante”.

A partir do modelo do território local, como sugerido por Lopes da Silva, distingi em termos analíticos dois conjuntos de formações sócio-espaciais: o primeiro composto pelas formações que compõem a aldeia propriamente dita e suas extensões (clareiras abertas para a implantação das roças e para a realização de atividades rituais e o rio). O segundo pelas áreas de caça e coleta.

Lembremos que, diferentemente do primeiro conjunto, que apresenta uma fronteira mais bem definida do seu centro para sua periferia, as fronteiras das áreas de caça e coleta são, por contraste, mais “movediças”, mas nem por isso, inexistentes. São justamente as sobreposições ou composições existentes entre essas “bordas territoriais” de um conjunto de territórios locais que conformam o que denomino como três regiões territoriais, e que ganharão conteúdos etnográficos mais a frente.

A síntese narrativa desse modelo pode partir da descrição feita por Lopes da Silva (1980) sobre o “microcosmo” xavante, ou seja, uma aldeia e seu território:

“(...) não vejo a aldeia como resultado da união de grupos numericamente reduzidos e economicamente autônomos; antes, vejo estes grupos como possíveis porque se articulam mutuamente num todo que se constitui como sociedade, a qual controla a posse e o usufruto, por seus membros, de um território do qual retiram sua subsistência. Não é a sociedade que é o resultado da soma ou da justaposição de pequenos grupos familiares; ao contrário, estes podem isolar-se temporariamente exatamente porque contam com a garantia de sua permanência a uma unidade maior e, portanto, física e logicamente mais forte

e mais capaz de controlar um território satisfatório em relação às necessidades do conjunto de seus membros.” (Lopes da Silva, 1980:226).

Tendo como mote essa passagem da autora proponho que o conjunto dessa três regiões territoriais - que em termos heurísticos, estão contempladas nas imagens e narrativas sobre o que denominei no capítulo anterior como “segundo território xavante” - foi produzido e reproduzido ao longo do tempo tanto a partir de fatores históricos, como por fatores presentes na “estrutura social xavante”, possibilitando assim um quadro de referências sociais que é responsável, hoje, por um sentimento cada vez maior de pertença de todos os grupos locais xavante a uma “unidade maior”, a “sociedade Xavante” e, portanto, ao “território xavante”.

Figura 68: Modelos de Território Xavante

Uma vez apresentado o que estou entendendo como um modelo conceitual das regiões territoriais xavante, podemos agora adentrar na análise da gênese e do desenvolvimento da dinâmica sócio-espacial xavante fragmentária que as produziu no período em que, de certa forma, ela ficou relativamente distante dos processos de territorialização de praxe.

É importante ressaltar ainda que a utilização dos termos ‘fragmentação ou fissão’ é adotado no sentido de diferenciar os processos de segmentação que ocorrem intra-linhagem

e inter-grupos locais xavante daqueles presentes nos modelos africanos que associam ‘segmentação de linhagem’ a controle territorial. Acredito que os argumentos para evitar essa analogia foram suficientemente discutidos nos Capítulos 2 e 3 dessa tese, quando apresentei a complexidade envolvida tanto na composição das “linhagens” xavante, como nos fatores que levam aos processos de fissão e recomposição de grupos locais. A Figura 69 representa o modelo africano de segmentação de linhagens e ocupação territorial entre os “Tiv” (povo africano), por Paul Bohannan (apud Sahlins, 1983,1961). A Figura 69A ilustra graficamente uma das possibilidades de se pensar o resultado da ‘segmentação’ dos ‘troncos’ xavante e sua relação com a ocupação territorial por seus grupos locais.

Figura 69: Modelos de linhagem e ocupação territorial

Fonte: Sahlins (1983:81)

Em outras palavras, diferentemente desse modelo africano, o modelo de ocupação territorial xavante que venho apresentando nessa tese só pode ser compreendido a partir do modo como são produzidos seus grupos locais que, como vimos, baseia-se sobretudo na composição entre “segmentos” de linhagem que muitas vezes ignoram, na prática social, os vínculos que os unem às suas metades, clãs ou “troncos” de origem. especialmente a Figura 40 – Seção 3.2.1 – Capítulo 3)

5.1. “De travessias é que se vive”: a gênese da ocupação do leste matogrossense pelos grupos locais xavante.

"Aquele liberdade sem peias, aquela vastidão imensa e rica em caça, frutas e peixes, imensidão que percorriam incansáveis de abril a novembro, o quanto suas pernas agüentavam, provocou na tribo uma rápida explosão demográfica e em poucos anos os 500 emigrados alcançaram alguns milhares de silvícolas rudes e audaciosos." (Sbaderllo, 1996:91)

É dessa maneira poética que o missionário salesiano Padre Pedro Sbaderllo nos apresenta a vivência dos grupos locais xavante num período estimado de quase 100 anos – 1850-1940 –, no qual a dinâmica sócio-espacial nativa se concretizaria naquelas paragens do leste matogrossense. A base para essa visão metafórica encontra-se nos relatos nativos xavante sobre essa etapa histórica da sua dinâmica sócio-espacial ampliada, ou seja, que envolve a dinâmica existente entre o conjunto de aldeias, produzidas historicamente por processo de fragmentação, que vieram a dar conformação às três regiões territoriais a que faço referência. Ela será marcada tanto por movimentos de concentração de seus grupos locais como por suas fragmentações constantes.

Apesar da existência de algumas controvérsias, há um certo consenso para todos os pesquisadores¹²⁴ que coletaram relatos orais junto a grupos locais xavante que estes, em seu longo processo de fuga de Goiás para a região leste do Mato Grosso, atravessaram sucessivamente os rios Araguaia, Cristalino e das Mortes, sedentarizando-se gradativamente na “mesopotâmia” formada entre a margem oeste desse último rio, a bacia composta pelos rios Couto Magalhães e Kuluene e os contrafortes da Serra do Roncador.

É consensual também entre a maioria desses autores que parte desta região era ocupada pelos Bororo, Karajá, Araés (extintos) e Bakairi.

“Em contraponto com a fuga com que procuravam deixar os colonizadores para trás, os Xavante enfrentaram a necessidade da conquista de novos territórios, o que explica enfrentamentos com os Karajá e, posteriormente, com os Bororo, a oeste do rio das Mortes.” (Lopes da Silva, 1984:205/206).

A base da apresentação que se segue está em Giaccaria & Heide (1972:13-34) e o motivo para essa escolha é muito simples. Mesmo sendo o primeiro etnógrafo da “Sociedade Xavante” atual, Maybury-Lewis não se preocupou em focalizar a representação nativa sobre

¹²⁴ Maybury-Lewis (1984[1967]); Giaccaria & Heide (1972); Lopes da Silva (1984 e 1992); Sbaderllo (1996).

o processo de fuga migratória conforme apresentado pelos dois padres salesianos. Maybury-Lewis se baseou fundamentalmente em fontes historiográficas oficiais. (1984[1967]:39-42). As sistematizações desse período realizadas por Leeuwenberg&Salimon (1999) e Garfield (2001) se baseiam em grande parte nas descrições presentes em Giaccaria&Heide, acrescentando apenas algumas informações complementares. Já Lopes da Silva elaborou dois trabalhos diferentes a esse respeito (1984,1992). No primeiro a autora, mesmo que partindo de fontes oficiais, incorpora uma gama de relatos nativos e, a partir de um exercício de análise estrutural, propõe pensar a “expressão mítica da vivência histórica” Xavante, perspectiva que destoa dos demais trabalhos acima citados. Voltarei a fazer referência a esse trabalho num momento que julgo mais adequado da tese. Já o segundo trabalho de Lopes da Silva (1992), por ter como fonte relatos nativos de grupos locais xavante da mesma região (Região3) na qual trabalharam os padres salesianos, acrescenta mais informações aos relatos nativos que esses últimos apresentaram sobre a gênese e formação daquilo que estou denominando como regiões territoriais. Por outro lado, um trabalho mais recente – Sereburã e outros (1998) - traz uma versão diferente da que fôra captada e descrita tanto pelos padres salesianos como por Lopes da Silva, já que focaliza em grande parte esse processo de ocupação territorial a partir da perspectiva dos grupos locais que hoje compõem apenas uma das aldeias da atual Terra Indígena Pimentel Barbosa (Região1).

No mapa abaixo estão indicados os processos de ocupação do leste matogrossense pelos grupos locais xavante a partir dos relatos captados pelos salesianos.

Figura 70: Migrações Xavante (Giaccaria&Heide)

Fonte: Giaccaria&Heide, 1972: 35

Os números de 1 a 9 presentes no mapa - e as flechas que os conectam - indicam o que os autores denominam como as 'zonas' de ocupação pelas quais os grupos locais xavante foram transitando após o início da travessia do rio Araguaia. A descrição dessas "migrações xavante" é rica em detalhes sobre conflitos intra-tribais que levaram à fragmentação de grupos locais xavante, além de indicar as lideranças indígenas que estiveram nesse processo envolvidas. Se num primeiro momento dessa interpretação do processo "migratório" dos grupos locais xavante, os conflitos intra-grupais aparecem motivados por desavenças internas diante dos processos de territorialização em curso ainda em terras goianas - "região de partida" -, num segundo momento, aquela narrativa passa a

Figura 71: Migrações Xavante – Seth Garfield

Garfield, 2001:61

Foi com o intuito de propiciar parâmetros mais adequados para a discussão etnográfica sobre a transição do que estou chamando de “segundo território xavante” para suas atuais terras indígenas, distingo analiticamente três regiões territoriais (1,2 e 3) que foram formadas no leste matogrossense por conjuntos de grupos locais xavante após a travessia do rio das Mortes. Além delas, acrescento uma outra, denominada como “região de partida”, que representa o processo inicial de fuga de grupos locais xavante do primeiro movimento de territorialização ainda na Província de Goiás.

Como já afirmado, o roteiro básico dessa ocupação foi extraído da descrição de narrativas nativas apresentada pelos padres salesianos Giaccaria&Heide. A diferença fundamental entre a minha proposta e as “zonas de ocupação” indicadas pelos salesianos é a de que as regiões territoriais a que faço referência - por abarcarem em suas fronteiras um conjunto de “zonas” - permitem vislumbramos com maior precisão a complexidade envolvida no encapsulamento da dinâmica sócio-espacial xavante no decorrer da segunda metade do século XX. Justamente por isso, também nos ajudam a compreender pelo menos parte das motivações que se encontram nos bastidores das atuais reivindicações pela revisão dos

limites das terras indígenas atuais, particularmente aquelas endereçadas pelos distintos conjuntos de grupos locais da Terra Indígena Parabubure. Por conta disso, notar-se-á no mapa também são indicadas outras duas sub-regiões (3a e 3 b), assunto que voltarei mais a frente.

Aplicando a distinção por regiões territoriais sobre o mapa apresentado pelos padres salesianos teríamos a seguinte configuração.

Figura 72: Aplicação do modelo de regiões territoriais

Diferentemente do conjunto composto pelas três regiões principais (1, 2 e 3) indicadas, formado em grande parte durante o período de autonomia relativa da dinâmica sócio-espacial xavante – “zonas” de 1 a 7 na indicação dos padres salesianos -, a produção das duas três regiões anexas (1a, 3a e 3b) é fruto de estratégias de territorialização endereçadas para o conjunto de grupos locais xavante que ocupavam essencialmente as Regiões 1 e 3 até a década de 1950. Um conjunto de frações de grupos locais que ocupa especificamente a Região 3, após um violento processo de expulsão, assunto que será abordado no próximo capítulo, se refugiariam em postos indígenas e missões salesianas que daria origem as região 3a e 3b.

A região 1a, onde se entram as “zonas” 8, 9 e 10, bem como o P.I. São Domingos – conforme aparecem indicados no mapa dos salesianos – também são derivações de estratégias análogas de territorialização sobre dos grupos locais que ocupavam, no caso, a Região 1. Tanto o desenvolvimento da dinâmica sócio-espacial da Região 3 (“zonas” 2,3,4,5,6), como a produção das sub-regiões 3a e 3b, serão objeto de análise exclusiva no próximo capítulo, quando buscarei conectar esse longo processo de ocupação territorial à situação etnográfica da qual participei como antropólogo-identificador (cf. Introdução e Capítulo 1).

A discussão sobre a dinâmica sócio-espacial contida nas Regiões 1 e 1a (“zonas” 1,8,9,10 e P.I. São Domingos), bem como a da Região 2 (“zona” 7), será apresentada ainda no final deste capítulo, após a apresentação da gênese das três grandes regiões indicadas no mapa.

Um último esclarecimento antes de adentrar na descrição e reinterpretação dessa situação histórica *sui generis*, na qual a dinâmica sócio-espacial xavante se delineou em afastamento quase total dos “waradzu”.

A descrição dos salesianos em que se baseia a apresentação que se segue (Giaccaria&Heide, 1972:13-33, sobretudo) confere destaque àquilo que poderíamos considerar como “motivos tradicionais” que produziram os processos de fragmentação de grupos locais xavante nessa situação histórica específica. (1850-1930).

Os missionários salesianos deixam bastante claro que o interlocutor principal dessas narrativas é Jerônimo Tsōwa Xavante (Giaccaria&Heide, 1972:23 – nota 9)¹²⁵.

¹²⁵ Setenta anos antes de se tornar o interlocutor dos padres salesianos, Jerônimo nascia na aldeia de Tsorepré, que, como veremos, é a principal referência socio-espacial de todos os grupos locais xavante após a travessia do rio das Mortes.

Em síntese, pretendo neste capítulo apresentar numa primeira seção a gênese das principais aldeias que deu origem às três regiões territoriais a que tenho feito referências e, na seqüência, apresentar especificamente o processo de transição das Regiões 1 e 2 para as atuais terras indígenas que nelas se encontram localizadas. Ou seja, por uma opção estratégica, a dinâmica sócio-espacial que se delineou especificamente nas fronteiras territoriais que compuseram a Região 3 a partir da sua gênese, bem como sua transição para as atuais terras indígenas ali localizadas, serão objeto de consideração no próximo capítulo. Essa opção está diretamente relacionada a uma estratégia maior da tese como um todo, já que a dinâmica sócio-espacial da Região 3 está associada à situação etnográfica apresentada no Capítulo 1 dessa tese.

5.1.1. Primeira travessia: rio Araguaia (Öpré- "água vermelha")

As únicas referências à fundação e fragmentação de aldeias xavante numa perspectiva nativa durante a transição do que denominei como "primeiro território xavante", em terras goianas, para o "segundo", já em terras matogrossenses, são encontradas em Giaccaria&Heide. Como veremos, os relatos de outros xavante se restringem, talvez de maneira sintomática, especificamente à travessia do rio das Mortes. A menção ao tempo vivido em Goiás e, particularmente, as lembranças do rio Araguaia, ganham contornos daquilo que Lopes da Silva (1984) denominou com a "expressão mítica da vivência histórica".

É a partir dessa saga heróica do contato dos Xavante com os "civilizados", que Lopes da Silva (1984:208/209), assinala que para esse povo, sua vivência histórica acaba por ser incorporada ao tempo mítico. É assim que, ao refletirem sobre o contato com os "civilizados", os Xavante distinguem três momentos chaves de encontro: a estória de Tseredzadadzuté, a estória de Mandu e a estória do Boto. A última estória, remete a separação definitiva dos Xavante, assunto bastante controverso, em relação aos Xerente, por volta de 1820-1940. As outras duas falam exclusivamente da experiência do contato vivenciada com os "brancos": a primeira de um tempo no qual um antigo Xavante "enrolava o cabelo e colocava o chapéu" para ninguém saber que ele era Xavante, e então, se misturava com os "portugueses", "para ouvir seus planos" ; a segunda, de um tempo em que um grupo Xavante trabalhava numa fazenda administrada pelos "brancos", onde recebiam maus tratos e comida escassa. Certo dia, teriam resolvido roubar um porco para comer, mas teriam sido denunciados e surrados. Brigaram então com o capitão da fazenda e sumiram no mato. Segundo Lopes da Silva, os Xavante que sobreviveram através dos séculos contam e recontam esses eventos de

geração em geração. Neles está contido a percepção da experiência histórica na perspectiva nativa : convivência com os "civilizados" para saber de "seus planos" – época em que os Xavante teriam residido "junto ao mar", próximos aos primeiros colonizadores portugueses - e depois, uma convivência forçada nos aldeamentos goianos. A história da separação dos Xerente - vistos pelos Xavante como seus "parentes" que perderam muito de sua identidade indígena - sintetizaria assim a experiência de contato com os "civilizados" e a sua recusa.

Esses eventos "históricos mitificados"¹²⁶ (Lopes da Silva, 1984) se referem, portanto, a um tempo, e a um mundo, que ficou para trás após a travessia do rio Araguaia pelos grupos locais xavante.

Assim, as narrativas nativas referentes à gênese de ocupação do leste matogrossense têm como referência as travessias sucessivas dos Rios Araguaia e Cristalino que os grupos locais xavante empreenderiam e se referem referentes à "região de partida". Segundo os relatos nativos coletados pelos missionários salesianos, na fuga das terras goianas, grupos locais xavante fundaram a aldeia de *Dunàri* ainda na margem leste do Rio Araguaia (denominado pelos Xavante como "Oprè"). Mas os "brancos" voltaram a incomodá-los e eles atravessaram o rio Araguaia e fundaram uma aldeia da qual não se lembram o nome, para, em seguida, atravessarem o rio Cristalino e fundarem a aldeia de Marâtò'bre. Diante novamente de escolhas relativas ao contato com os "waradzu" – traço característico, mas não exclusivo, de grande parte da história xavante -, segmentos desses grupos locais resolveram se aliar aos "brancos" contra outros segmentos xavante presentes na própria aldeia de Mârò'bre. O resultado dessa briga intra-grupal foi a eliminação completa do segmento xavante que então rechaçava a manutenção de relações com os "waradzu".

"Os Xavante vencedores levaram as mulheres e as crianças para a aldeia, enquanto os brancos voltaram para pedir reforços, a fim de exterminar todos os Xavantes, inclusive os que tinham sido seus aliados. Mas os Xavantes perceberam a traição e mandaram um com um cabrito que servisse para atrair a atenção dos brancos, a fim de descobrirem onde se reuniam. Descoberto o lugar, alguns índios que conheciam o português se vestiram como civilizados para penetrar no acampamento dos brancos. Os Xavante descobriram o que já suspeitavam: os brancos tinham a intenção de matá-los. Aproveitando, pois, uma noite de uma chuva imprevista, que certamente contivera os brancos no

¹²⁶ Lopes da Silva indica três modalidades principais de narrativas presentes no corpus mítico xavante: : *durei hã watsu'u* (estórias 'antigas'); *itsâna'rata watsu'u* (estórias do 'começo') e *wahi'rata nori watsu'u* (estórias que os antepassados contavam ou estórias sobre os antepassados), acrescentando que, "ao que tudo indica, tratam-se de rótulos gerais empregados alternativamente e que cobrem um mesmo campo semântico" (Idem, 202/203)

acampamento e apagara suas fogueiras, fugiram daquela aldeia e atingiram o rio das Mortes. O único grupo que então atravessou o rio, à altura da atual São Domingo (Wededze), foi o de Butsè; os outros ficaram ao longo do rio, apavorados, por causa de grandes cetáceos chamados pedzayü (boto, sotalia brasiliensis).” (Giaccaria&Heide,1972:23).

Nessa versão, o local “mítico” da separação de grupos xavante causada pela aparição de um “boto” se dá na travessia do rio das Mortes, chamado “Owawe” (mesmo nome de um de seus três clãs) pelos Xavante atuais. Duas observações são importantes de se fazer aqui. Primeiro, pelo fato de a “estória” do boto também fazer parte da mito-história Xerente¹²⁷, alguns autores, como Maybury-Lewis, afirmam que ela se refere o aparecimento desse cetáceo no rio Araguaia, ainda no período em que os “Xavante” e “Xerente” compartilhavam o mesmo território. Segundo, que a menção que Giaccaria&Heide fazem em sua etnografia sobre o fato de os “Xavante” identificarem sua origem “junto ao mar” merece questionamentos, aliás, algo já apontado por Lopes da Silva (1992:362). Por um lado, não há nada no corpus mitológico Xavante que aponte indícios de uma vivência “junto ao mar”. Por outro, o nome pelo qual os Xavante designam o “mar” – “Öporè” – é quase idêntico ao termo por eles utilizados para identificar o rio Araguaia – “Öprè” (“água vermelha”). Ou os Xavante viviam junto ao “mar” e, encontrando um rio imenso como o Araguaia, o denominaram da mesma maneira, ou então, o que é bem mais provável, o rio Araguaia é o próprio “mar” dos Xavante, e o que temos é um (des)encontro na tradução semântica realizada por Giaccaria&Heide.

Rio Araguaia – A. Coutinho (www.rioaraguaia.com.br)

5.1.2. Segunda travessia: rio das Mortes (Owawe)

Na versão coletada por Giaccaria&Heide¹²⁸, os grupos locais xavante que conseguiram atravessar o rio das Mortes fundam primeiramente a aldeia Wede’u (“espinho”), mas, devido a uma epidemia que “exterminou todos os velhos”, a abandonam e fundam a

¹²⁷ Colhi um relato entre os Xerente que apontava para outra interpretação da separação: o motivo da “briga” foi uma disputa para ver quem era o “pajé” mais poderoso da aldeia.

¹²⁸ Além dessa fonte, me apóio também em dois trabalhos de Lopes da Silva (1984; 1992); nos relatos de velhos xavante presentes no livro *Wamrêmê Za’ra – Nossa Palavra* (Sereburã et al,1998) e de Graham (1995) e, por fim, em alguns comentários sobre esse processo colhidos na situação etnográfica da qual participei.

aldeia de *Tsõropré*¹²⁹ – também chamada de Buru’õtõre (“andorinha pequena”) em Sereburã et al (1998) - nas adjacências da serra do Roncador. Essa aldeia é considerada por todos os grupos locais xavante como a “aldeia-mãe”, nas palavras precisas de Lopes da Silva (1992:366).

Ressalto que, dependendo do interlocutor xavante, a versão sobre a ordem e mesmo o nome das aldeias muda constantemente. Assim é que na versão coletada por Lopes da Silva, além de não haver referência à aldeia Wede’u, a primeira aldeia formada após a travessia do rio das Mortes se denominava Etetsiwatõ (“Pedra Distante”). Antes mesmo da formação de Tsõropré (“pedra vermelha”), ainda na versão coletada por Lopes da Silva (1992:366-367), outra aldeia teria sido fundada: Du’aaró (“capim da beira do mato”).

De qualquer forma, é consensual tanto nessas duas versões como naquela presente em Sereburã et al (1998) que, em Tsõropré, os grupos locais xavante – designados por Lopes da Silva, seguindo Ravagnani, como “um aglomerado de pequenas facções” (Lopes da Silva, 1992:365) - conhecem uma unidade nunca antes aludida, seja nos relatos nativos, seja nas descrições apresentadas pela historiografia oficial. O mapa abaixo (FIGURA 73) representa uma tentativa de destacar o que parece ser mais consensual em todos os relatos nativos sobre a gênese da ocupação do leste matogrossense pelos grupos locais xavante. Não posso negar, entretanto, que fiz a minha própria interpretação desse processo altamente complexo, buscando mapear as aldeias principais que teriam dado origem às três regiões a que tenho feito referência. Quando apresentar as dinâmicas específicas de cada uma dessas três grandes regiões territoriais, veremos de que maneira cada conjunto de grupos locais xavante as interpreta à sua maneira.

¹²⁹ Que aparece na literatura como Isõrepré (Lopes da Silva, 1992); Tsorepré (Giaccaria&Heide, 1972); Sõrepré (Sereburã et al, 1998), aliás, como diversos outros nomes xavante.

Figura 73: A fundação das principais aldeias xavante após a travessia do rio das Mortes

Em Tsõropré, os grupos locais xavante, após atravessarem o rio das Mortes, mantiveram-se unidos pelo menos por cerca de 30 anos, tempo esse identificado pelo fato de os relatos nativos indicarem que ali foram realizados ciclos sucessivos de iniciação masculina, que contemplaram a “furação de orelhas” de cinco (Graham, 1995:30) ou seis classes de idade. (Giaccaria & Heide, 1972:23; Lopes da Silva, 1992:366; Sereburã et al (1998:88).

Mas um conflito inter-grupal muito grave acontece em Tsõropré e ocorre uma decisiva diáspora entre os grupos locais xavante ali abrigados. Tal evento será responsável pelo processo de gênese e ocupação das três regiões territoriais a que tenho feito referência. Note-se que a partir desse momento inaugural desta situação histórica não haverá mais referências à presença dos “brancos” (warazu) nos processos de fissão ocorridos entre os grupos locais xavante. Esse fato é significativo já que se distingue completamente do padrão ocorrido tanto na “região de partida” – antes da travessia do Araguaia - , como daquele que viria a se manifestar décadas depois quando do (re)contato dos grupos locais xavante com a sociedade nacional: nestas duas situações históricas o padrão fragmentário xavante associa compulsões de ordem nativa como aquelas provenientes do contato com a sociedade nacional.

Não porá caso, na versão coletada e interpretada pelos padres salesianos o motivo da fragmentação ocorrida em Tsorepré relaciona-se muito sucintamente a um conflito eminente tribal: à “morte” de um xavante. Na versão coletada por Lopes da Silva, a causa dessa morte fica mais evidenciada:

“...lá começou a briga. Mataram feiticeiro e todo mundo mudou para fazer outra aldeia”. (Gustavo Pariôwá Was’aihö apud Lopes da Silva, 1992:366).

Em Sereburã et al (1998:97-101) está descrito da mesma maneira a morte de um homem xavante como causadora da fissão ocorrida em Sõrepre, acrescentando que esse ato já se tratava de uma vingança por conta da morte de outro homem numa expedição de caça (zomõr):

“Foi aí que aconteceu, no zomori. Um homem foi morto. Depois da morte, os wahirada [os velhos] não demonstraram que estavam zangados. Mesmo assim, não esqueceram o que aconteceu. O sentimento ficou guardado dentro deles, sem demonstrar. (...) Os responsáveis pela morte estavam sempre protegidos. O outro clã sempre observando. Não esqueciam. (...). [N]O Warã aconteceu. Com muita gente. Uma discussão antes do warã decidiu pela morte dele. Ele foi atacado com borduna, na cabeça. (...) Houve agitação no meio do povo. Amanheceu. Eles saíram das casas de uma das pontas da aldeia, depois da outra, depois das outras casas. Todos saindo para guerrear. Muita gente. As opiniões se dividiam. Nos dois clã tinha gente favorável à vingança. Mesmo no clã Owawe tinha gente favorável aos Poreza’ono. O povo antigo era muito bom de guerra. O combate era corpo a corpo. (...) Foi assim . Foi assim que Sõrepre se dividiu. Era muita gente...Era um lugar bonito, muito grande.” [grifos meus]

Note-se que a parte que grifei no texto confirma uma das teses fundamentais de Maybury-Lewis: a de que os resultados dos conflitos presentes no dinamismo “faccional” xavante ignoram por completo qualquer solidariedade mecânica entre membros de uma mesmo clã e, como já afirmará o próprio Maybury-Lewis, também entre membros da mesma linhagem.

Destaco ainda que, ao final das contas, esse conflito em Sõrepre parece ter desencadeado uma espiral de vingança que, nas palavras do interlocutor xavante, vem até os dias de hoje:

*“As disputas que acontecem hoje são antigas São de várias gerações passadas”.
(Idem, 1998:100)*

Diante desse evento traumático que põe fim à grande aldeia de Tsoropré, pelo menos três grandes conjuntos de grupos locais xavante tomam direções opostas, vindo a dar novos

contornos para a Região 1 e produzindo, ao mesmo tempo, a gênese inicial das Regiões 2 e 3¹³⁰.

Graham (1995) descreve assim esse evento:

“Na versão de Warodi, separaram-se desde Tsõreprẽ três grupos: um teria ido para noroeste, na direção do rio Suiá-Missu; outro, partido para oeste, rumo à região das cabeceiras do rio Couto Magalhães, onde fundaria a aldeia Parabubure; o terceiro, composto pelos antepassados dos atuais habitantes de Pimentel Barbosa, haveria permanecido nos arredores de Tsõreprẽ e mudado o local de sua aldeia várias vezes naquela mesma área. Lopes da Silva, por outro lado, ensaiou uma reconstituição dos movimentos Xavante a partir de Tsõreprẽ com base em informantes de grupos que se deslocaram para oeste, indicando que a cisão da aldeia original teria ocorrido em duas etapas. Seja como for, a despeito das várias versões, parece que todos os Xavante contemporâneos identificam Tsõreprẽ como a aldeia ancestral de referência. Dela partiram grupos para oeste e para noroeste, os quais viriam a dar, finalmente, nas regiões dos rios Couto Magalhães e Suiá-Missu, ao passo que um terceiro grupo permaneceu nas cercanias do rio das Mortes.” (Graham, 1995:31¹³¹)

Na gênese territorial de cada uma dessas regiões, produtos da dinâmica sócio-espacial xavante derivadas da fragmentação de Tsorepré, serão identificadas as fundações das aldeias Arobönipó (Região 1), Maraiwaséde (Região 2) e Ete´rá´u´rá´ Wawe (Região 3)

*“Depois de dois anos da formação de **Ete´rá´u´rá´ [Wawe]**, por causa da queda de um raio no warã que matou muitos homens, o grupo de ´Rapa retornou à aldeia de Tsorepré onde se celebrou a perfuração das orelhas dos Hotorã, dos Tirowa, dos Etapa, e dos Abareu. Cumprido o rito, também para esses últimos, o grupo de Parahipa se transferiu para a aldeia de **Arobönipò** enquanto o grupo de Tserenõ´ra foi para a aldeia de **Marãiwáséde**.” (Giaccaria&Heide, 1972:28- grifos meus).*

Chamo a atenção ainda para o motivo alegado pelo interlocutor xavante para que ocorresse a divisão da aldeia de Ete´rá´u´rá´ Wawe: a queda de um raio no warã. Note-se que esse trecho nos dá a entender também que, mesmo após a fragmentação ocorrida em Tsorepré, alguns grupos locais xavante ali permaneceram e vieram a se reencontrar com um

¹³⁰ Segundo informações coletadas pelo antropólogo Ricardo Calaça Manoel (2005) esses três grandes grupos seriam identificados respectivamente pelos grupos locais xavante da atual terra indígena Pimentel Barbosa como A’uwê Norõtsurã, A’uwê marãiwásédé e A’uwê apseniwihã. Não tenho dados suficientes para confirmar essa distinção, apesar de os indícios a esse respeito serem muito fortes.

¹³¹ Gentilmente traduzido por Fernando Britto Vianna (nov/2006)

grupo local liderado por 'Rapa, rompido com seus ex-aliados quando da formação de *Ete'rá'u'rá' Wawe*. Esse tipo de fluxo e refluxo sócio-espacial é constante em todos os relatos sobre a dinâmica sócio-espacial xavante e, por isto mesmo, muitas vezes qualquer tentativa de delimitar de maneira precisa, exclusiva e incontestável quem são os grupos locais xavante que ocuparam e continuam a ocupar cada uma das três regiões torna-se contraproducente.

Mesmo ciente disso, buscarei distinguir na apresentação que se segue, sempre que possível, especificidades da dinâmica sócio-espacial de cada uma das três regiões territoriais derivadas da fissão de Tsoropré. Tal esforço distintivo não significa esquecer que os processos em questão estão sempre articulados à dinâmica sócio-espacial mais ampla que acaba, em última instância, por envolver as três regiões no complexo conjunto que denomino 'segundo território xavante'.

Em cada uma dessas regiões territoriais, o típico padrão fragmentário da dinâmica sócio-espacial xavante continuará a manifestar-se, com intensidade cada vez maior, e virá a ser etnografado com mais propriedade a partir da década de 1950. Também é possível afirmar que esse padrão já estava presente de maneira menos explícita em todo o processo de fragmentação dos "Akwen" conforme identificado pelas fontes oficiais durante os séculos XVIII e XIX, ainda nas terras de Goiás. Não seria por outro motivo que os mapas etno-históricos de Theodoro Sampaio e Nimuendaju acabariam por refletir aquela complexa rede de sobreposições entre designações étnicas e territoriais, vista no capítulo anterior.

Lembro novamente que, diferentemente dos conflitos ocorridos na "região de partida" - que, como vimos, ainda estavam a reboque das escolhas dos grupos locais então identificados como "xavante" diante das alternativas oferecidas pelos "waradzu" - esse processo de fragmentação da grande aldeia de Tsorepré - "eram mais de mil pessoas", me disse um velho xavante - ocorre em um período que é considerado pelos etnógrafos como de relativo isolamento de seus grupos locais diante das frentes pioneiras e de expansão econômicas dos "brancos". (Maybury-Lewis, 1984[1967]:2; Giaccaria&Heide, 1972:23-25; Lopes da Silva, 1992: 367). Grande parte da dinâmica sócio-espacial xavante que ocorrerá "dentro" das fronteiras de cada uma das regiões territoriais que foram produzidas a partir da fissão em Tsorepré - Regiões 1, 2, 3 - também será ainda delineada nesse período de "isolamento" dos grupos locais xavante. Não custa lembrar ao leitor que a dinâmica sócio-espacial específica da Região 3 e seus subconjuntos derivados (3a e 3b) será objeto de consideração pormenorizada no próximo capítulo

Como havia afirmado anteriormente, apresento a seguir: as dinâmicas sócio-espaciais presentes em cada uma das duas primeiras Regiões (1 e 2); as estratégias de territorialização às quais os grupos locais xavante que as controlavam seriam submetidos a partir do processo de (re)contato com a “sociedade nacional” na década de 1950; e, por fim, os resultados daquelas estratégias, isto é, a conformação atual das terras indígenas xavante nestas regiões. Ressalto que, mesmo diante da desigualdade de forças, durante esse segundo processo de territorialização é possível observar um certo protagonismo por parte de grupos locais xavante, portanto, não se trata de um processo de mão única. (Oliveira,1998).

Importante lembrar ainda que a apresentação dialoga com o quadro geral no qual foram produzidas as imagens e narrativas sobre o “segundo território xavante”, conforme discutido em especial na segunda parte do capítulo anterior.

Por fim, é interessante destacar que enquanto os grupos locais xavante estavam a rechaçar de maneira violenta qualquer tipo de (re)contato com a sociedade nacional, seus “irmãos mais velhos do norte”, os “Xerente” - com uma população reduzida drasticamente a cerca de 200 pessoas e vivendo em meio às fazendas de gado – já descobriam as estratégias necessárias para reconquistar, pelo menos, parte de seu antigo território tradicional. Na foto abaixo, estão representantes Xerente, junto com Leolinda Daltro¹³² – professora que esteve com eles entre o final do século XIX até a década de 1920 -, em viagem ao Rio de Janeiro.

Fonte: Gagliardi, 1981

¹³² Para uma análise da biografia de Leolinda Daltro e sua relação com os Xerente ver Corrêa (1989)

5.2. Da dinâmica sócio-espacial xavante na Região 2 ao seu encapsulamento territorial.

Recuperando informações já vistas, e detalhando-as mais, tem-se que um dos conjuntos de grupos locais xavante abrigados em Tsorepré, a partir do conflito que abalou a unidade contextual dos “Xavante” ali reinante, funda a aldeia *Ete’rá’u’rá’ Wawe*, nas imediações do rio Sete de Setembro, pertencente à bacia dos rios Kuluene e Couto Magalhães (Região 3), enquanto outros dois conjuntos partem em direção opostas, um para a região do rio Suiá-Missu (Maraiwatsede-Região 2) e outro para a região do médio rio das Mortes (Região 1).

São poucas as informações que temos sobre a gênese da Região 2, de Maraiwatsede, quando contrastadas com as outras duas regiões. Essa defasagem é explicada pelo fato de os grupos locais xavante que ocuparam aquela região jamais terem sido etnografados diretamente, a não ser muito recentemente e através de situações etnográficas vivenciadas por antropólogos na condição de “identificadores de terra indígena”. O próprio Maybury-Lewis (1984[1967]:74) conta as dificuldades pelas quais passou ao tentar chegar a Maraiwatsede, objetivo que nunca viria a alcançar. As poucas informações etnográficas que se tem sobre o “povo de Maraiwatsede” vêm de relatos de indivíduos que chegaram a residir naquela região e que se encontravam em exílio político e territorializados em aldeias localizadas na Região 1, particularmente na aldeia de Wededze junto ao P.I. São Domingos, quando Maybury-Lewis realizou suas primeiras pesquisas de campo no final da década de 1950.

“Até 1962 ainda não se tinha contato com esta comunidade. A informação de que disponho a seu respeito me foi fornecida por alguns Xavante que se mudaram para São Domingos e que eram, originalmente, membros o grupo de Maiwatsede. Disseram-me que se localizava a pelo menos três dias de caminhada (cerca de 160 quilômetros) ao norte e que lutavam com brancos e, ocasionalmente, com outros índios (não-Xavante). Suas relações com São Domingos também não eram boas. São estes Xavante que, segundo informações, aceitaram a paz em 1964.” (Maybury-Lewis, 1984[1967:74) .

Sereburã et al (1998: 101), ao se referirem à divisão ocorrida em Sorepré, assim tratam da gênese de Maraiwatsede:

“Foi assim, foi assim que Sorepre se dividiu. Era muita gente. Era um lugar bonito, muito grande. Os primeiro que saíram de Sorepre foram para Maraiwaséde. Outros grupos também foram saindo... A família do avô caçula ficou sozinha em

Sorepre. O povo que ficou em Sorepré mudou adleia mais para baixo, bem pertinho, para um lugar que chama Zub´aze.”

A única fonte por mim encontrada que apresenta dados sobre a gênese da dinâmica sócio-espacial xavante, a partir da perspectiva nativa, delineada nessa região após a divisão ocorrida em Tsorepré está presente no “Relatório de Identificação da Área Indígena Maraiwasede” elaborado pelas antropólogas Iara Ferraz e Patrícia Rodrigues (1992).

“Naquele tempo, eles defendiam a terra para ninguém entrar. Vieram de Goiás subindo os rios até chegar em Mato Grosso. Os mais velhos hoje lembram o tempo em que eles ´tomavam conta de tudo´ até o rio Xingu, tempo da liberdade.” (Ferraz&Rodrigues,1992:45)

O relato abaixo foi registrado pelas antropólogas a partir dos discursos dos velhos de Maraiwatsede, traduzidos por um jovem xavante em 1992:

*“Andávamos nessa mata todinha até o rio Xingu, até lá no rio Tapirapés. Subia no Tapirape, descia, todos os lugares. Pegava no Xingu até o Kuluene, subindo. Eles [os velhos xavante] pegavam o território inteiro, andavam tudinho. Depois saía e recolhia para essa aldeia chamada **Bo´u**(...) Para o lado do Xingu encontravam com os Kaiapó, com a turma do Raoni, Txukahamae e também aqueles Trumai. A gente só pegava o território de lá para cá. O rio também ficava para o pessoal do Xingu, que é nosso parente.” (Idem, 46)*

Percebe-se que as referências territoriais do “povo de Maraiwasede” indicam, simultaneamente, a conexão com a Região 3 (Rios Kuluene e Couto) e também uma ampla ocupação territorial que tinha como limites, a noroeste, a região do rio Xingu e, a nordeste, o rio Tapirapés. Por outro lado, há de se destacar nessa fala um dos aspectos que constitui o padrão de ocupação territorial xavante: em meio às intensificações das fragmentações de suas aldeias, há sempre uma referência a grandes aldeias que seus grupos locais ocupavam de maneira mais sedentária, independentemente da presença do “branco”.

Extraí-se da leitura integral do relatório que, antes do (re)contato dos grupos locais xavante de Maraiwatsede com a “sociedade nacional”, existira apenas uma aldeia principal: **Bo´u**. As demais que aparecem indicadas no relatório já seriam formadas, ao que tudo indica, somente a partir da década de 1950.

Figura 74: Dinâmica sócio-espacial Região 2

Por se tratar de uma situação etnográfica derivada da atuação das antropólogas em grupos de identificação de terras, a argumentação apresentada em todo o relatório se orienta – e não poderia ser diferente – pela oposição entre os “Xavante” e os “Branços”, o que leva as autoras a não adentrar na complexidade multidimensional presente na dinâmica sócio-espacial xavante na perspectiva que venho dando destaque nessa tese. Em outras palavras, a ênfase discursiva presente no relatório está assentada no papel preponderante da “situação colonial” representada pelo encapsulamento territorial gradativo dessa região, estratégia que certamente impediu que as autoras não extraíssem – ou, melhor, não apresentassem – os motivos “tradicionais” que provavelmente estiveram presentes ou sobrepostos nesse processo.

A recusa da maioria do “povo de Maraiwatsede” a manter relações amistosas com as agências de contato que estavam naquele momento representando o Estado perduraria até 1966 – quase, portanto, 20 anos depois da atração dos grupos locais xavante da Região 1 e 10 anos da expulsão dos grupos locais da Região 3.

Os grupos locais xavante de Maraiwatsede pagariam um preço alto por essa recusa. Durante esse período, seriam registrados diversos ataques a sua aldeia mais antiga – Bo’u – por parte de segmentos da sociedade regional não-indígena, somente a partir dos quais passaria a ocorrer, segundo a versão coletada, o processo de fragmentação dessa única aldeia. Também a história oral desses grupos registraria conflitos com grupos indígenas da região, como os Karajá e Tapirapé. (Ferraz&Rodrigues,1992:48). Praticamente toda a região

que ainda estava sendo ocupada pelo “povo de Maraiwasede” será “vendida” por volta de 1961 a um grande empresário italiano, Ariosto da Riva, que formará ali a Fazenda Suia-Missú. Diante desse quadro, voltará à agenda diária de discussão dos grupos locais xavante dessa região – então já espalhados por cerca de cinco aldeias – a necessidade de escolha entre aceitar o contato definitivo com os warazu (no caso, com os representantes da Fazenda Suiá-Missu) ou recusá-lo. Em plena década de 1960, mas em outro lugar, temos a repetição, ainda como tragédia, dos mesmos dilemas vivenciados nos séculos XVIII e XIX pelos grupos locais “akwen-xavante”, então na província de Goiás. Alguns grupos locais acabam por aceitar essa espécie de territorialização e fundam aldeias próximas à sede da fazenda, enquanto outros recusariam por mais um tempo essa submissão definitiva. Mas o destino final de todos esses grupos já estava sendo decidido em esferas mais altas do poder governamental.

“Contudo, e um acerto que envolveu os padres salesianos, funcionários do S.P.I., a Força Aérea Brasileiro e Ariosto da Riva , já estava decidido que aqueles Xavante seriam transferidos para a missão salesiana de São Marcos, localizada a mais de 400 km de Maraiwasede, em uma aldeia de outro sub-grupo Xavante.” (Ferraz&Rodrigues,1992:62).

Dos 286 xavante que embarcaram no avião da FAB para a Missão São Marcos em 1966, sobreviveram 180. Os demais morreram de sarampo.

A partir desse ponto, a história específica do “povo de Maraiwasede” será em parte análoga à que ocorrerá com os grupos locais xavante da Região 3, como veremos no próximo capítulo. Assim é que, por volta de 1970, não haverá mais referências de ocupação xavante nessa região: os grupos locais que ali habitavam serão encontrados territorializados tanto na Missão Salesiana de São Marcos como de Sangradouro, como também, devido a conflitos inter-tribais, em postos indígenas e aldeias das Regiões 1 e 2. Atualmente grande parte deles se encontra asilado na Aldeia Água Branca na Terra Indígena Pimentel Barbosa e na Aldeia Santa Clara na T.I. Parabubure¹³³.

¹³³ Ressalto que num artigo de teor, digamos, mas acadêmico, Ferraz&Mapiere (1995) indicam motivações tradicionais importantes para compreender o “processo de assimilação” interna do “povo de Maraiwatsede aos outros dois conjuntos de grupos locais xavante das Regiões 1 e 3. *“Para os Xavante de Água Branca, eles foram banidos e, desde então, encontram-se ‘em terras dos outros’, como afirmam, acentuando as condições precárias de sobrevivência e um aspecto do faccionalismo existente em torno da disputa territorial que, por sua vez, associada às acusações de feitiçaria, provocaram os constantes deslocamentos de todo o grupo.”* (Ferraz&Mapieri,1995:676). Dados sobre esse processo de assimilação dos grupso de Maraiwatsede podem ser encontrados em diversas passagens da “Sociedade Xavante” de Maybury-Lewis.

A partir da década de 1970, como vimos no capítulo anterior, os conjuntos de grupos locais Xavante de maneira generalizada passariam a empreender a luta pela recuperação de frações daquilo que consideram seus territórios tradicionais. No mapa das “Reservas Xavante” elaborado por Lopes da Silva (1980) que capta o resultado contextual do atendimento parcial das demandas pelas demarcações das terras xavante pelo Estado brasileiro na década de 1970, a ausência da Região 2, que até o ano de 1966 vinha sendo ocupada pelo menos ainda em parte pelo “Povo de Maraiwasede”, aparece representada de maneira marcante. As flechas que acrescento ao mapa indicam os sucessivos “asilos políticos” e territorializações pelos quais passaram os grupos locais de Maraiwatsede durante as décadas de 1970, 1980 e 1990.

Figura 75: “Desaparecimento da Região 2”

Fonte: Mapa das Reservas Xavante (Lopes da Silva, 1980)

O “povo de Maraiwasede”, mesmo espalhado por terras xavante “emprestadas”, passa a reivindicar o direito de retorno a Região 2 somente no início da década de 1990. Com a intervenção inclusive de organismos internacionais, a Funai, em 1991, admite o pleito e autoriza a ida a campo de um grupo de trabalho para identificar a área pleiteada pelos grupos locais de Maraiwasede. Apesar de uma fração do seu território original ter sido reconhecida e homologada pela Funai em 1998 – tornando-se a atual T.I. Maraiwasede -, o acesso concreto dos grupos locais xavante a ela tem sido impedido constantemente por uma coalizão de segmentos regionais (posseiros, fazendeiros, prefeitos, vereadores, deputados

estaduais) que encontram legitimidade jurídica entre determinados membros das esferas judiciárias federal e estadual do Mato Grosso ¹³⁴. Praticamente toda a área homologada encontra-se na atualidade ocupada por não-índios.

Deste longo processo de territorialização dos grupos locais xavante que ocupavam a Região 2, com ao agravante de estarem asilados em território alheio, a fração que foi recuperada das suas antigas fronteiras – mesmo que ainda apenas formalizada por decreto – está representada no mapa abaixo. A indicação múltipla a que faço referência no mapa sobre a Região 2 visa traduzir mais de perto o relato sobre a ocupação tradicional dessa região, conforme descrito no início dessa seção.

Figura 76: Da Região Territorial 2 a Terra Indígena Maraiwatsede.

5.3. A dinâmica sócio-espacial xavante na Região 1

Como já afirmado anteriormente, dependendo do grupo local ao qual pertence o interlocutor indígena, a versão manifestada sobre a ocupação das regiões territoriais varia de

¹³⁴ “ Os Xavante foram expulsos da terra Maraiwatsede onde surgiu, no ano de 1967, a fazenda Suiá Missú. Em 1998, o trabalho de demarcação foi concluído. No entanto, mesmo com a situação de sua terra demarcada, homologada e registrada há 5 anos, 400 famílias Xavante aguardam acampadas às margens da BR-158 -- próxima ao município de Alto Boa Vista, 1.063 km de Cuiabá -- uma decisão judicial que faça com que enfim os índios possam gozar de seu direito sobre a terra garantido pela Constituição. (Diário de Cuiabá, 29.01.2004)”

região, período histórico e nome(s) da(s) aldeia(s), pois esses circuitos históricos possuem dentro do sistema Xavante significados políticos e simbólicos próprios. Assim é que, quando nos voltamos para os relatos nativos sobre a gênese da Região 1 e a dinâmica sócio-espacial ali ocorrida, apresentados principalmente em Sereburã et al (1998), não há nenhuma referência aos grupos locais e aldeias pertencentes à Região 3 e, como vimos, há apenas uma ou outra breve menção ao “povo de Maraiwatsede”, que veio a ocupar a Região 2. (Sereburã et al, 1998:101). Por outro lado, a narrativa sobre esse processo coletada por Grahlan (1995) entre os grupos locais da mesma terra indígena (Região 1) onde mora Sereburã (“e os outros”) – um dos chefes políticos de maior prestígio atualmente entre os Xavante –, faz referência pelo menos a uma aldeia (Parabubure) que veio a ser formada na Região 3. Entretanto, ambas fontes de narrativas (Sereburã et al e Grahlan) não se referem, e não poderia ser diferente, às dinâmicas sócio-espaciais específicas desenvolvidas nas outras duas regiões. Acredito que isso se deva não a ignorância dos fatos acontecidos, mas sim, a uma estratégia interpretativa particular dos Xavante de modo geral em relação a história indígena.

O mapa que se segue (Figura 77) é uma síntese da dinâmica sócio-espacial xavante que veio a reconfigurar os contornos da Região 1 – após o conflito em Tsorepré - conforme informações retiradas de narrativas indígenas presentes nos trabalhos Grahlan (1995), Sbaderllo (1996) Sereburã et al (1998) e Leeuwenberg&Salimon (1999). Nesses relatos não há menção a qualquer das aldeias que teriam sido fundadas durante o período de travessia dos rios Araguaia e Cristalino (Dunari e Maratobre), conforme extrai-se das narrativas apresentadas pelo padre salesiano (1972); Lopes da Silva (1992), Grahlan (1995). Além disso, é mencionado nessas narrativas assim como em Sereburã et al (1998) que, antes da aglutinação dos grupos locais xavante em Tsörepré, os “Xavante” teriam “parado em Wededze”, antes ainda da travessia do rio das Mortes (portanto, ainda no século XIX).

“Nós viemos de lá, de onde aparece o sol, fugindo dos warazu. Paramos em Wedeze. Depois atravessamos o Owawe. Em Sörepré não tinha warazu. Ali fixamos a aldeia. Em Sörepré cinco gerações completaram a formação no Hõ. Abare’u entrou no Hõ mas não se formou. (...) Então começou o conflito. O povo ficou com medo e se espalhou pelos lados.” (Sereburã et al, 1998:88)

Por outro lado, no relato sobre as “comunidades xavante” Maybury-Lewis (1984[1967:69] indica que a aldeia junto ao P.I. São Domingos – portanto, Wededze – foi fundada em 1953 por conta do processo de atração empreendido pelo S.P.I. Provavelmente

ambas informações estejam corretas. Como os Xavante têm o hábito de nominar as regiões que ocupam, Wededze é, ao mesmo tempo, a região que fora tradicionalmente ocupada por eles antes da travessia do rio das Mortes e, por isso, quando da fundação de uma aldeia quase 100 anos depois no mesmo lugar eles, ao que tudo indica, não tiveram dúvidas em nominá-la (a aldeia) da mesma maneira.

Acredito que nem todas as aldeias formadas na Região 1, ainda longe dos “brancos”, encontram-se indicadas no mapa, já que, como afirmei, a interpretação dessa dinâmica varia com o grupo de interlocutores que a narra, mesmo quando fazem parte do mesmo conjunto regional. Os sinais de interrogação indicam a ausência nesses relatos de referências à “região de partida”.

Figura 77: Dinâmica sócio-espacial xavante – Região 1

Para um leitor que tivesse acesso somente ao trabalho de Sereburã et al (1998), a ocupação histórica dos “Xavante” do leste matogrossense ter-se-ia iniciado assim na aldeia Wededze, ainda na banda oeste do rio das Mortes, e se restringiria praticamente aos grupos locais que controlavam a Região 1. Não parece, portanto, ter sido de todo arbitrário que Maybury-Lewis tenha distinguido a “Sociedade Xavante” através de uma divisão que

podemos denominar como sócio-espacial: os “Xavante Ocidentais” (Região 3 e suas sub-regiões anexas 3a e 3b) e os ‘Xavante Orientais’ (Região 1 e 2).

5.3.1. A territorialização dos grupos locais da Região 1

No capítulo anterior, apresentei o quadro geral do segundo movimento de territorialização que se abateu sobre os três conjuntos de conjuntos de grupos locais xavante a que tenho feito referência. Apesar de fazer breves comentários sobre o delineamento específico da etapa inicial de territorialização da Região 1, o objetivo prioritário naquele momento foi o de sistematizar e analisar algumas das imagens e narrativas produzidas sobre o que denomino como “segundo território xavante”, algo, digamos, paradoxal.

Em síntese, as primeiras tentativas de (re)contato com a totalidade dos grupos locais xavante se deram às margens do rio das Mortes, sucessivamente, por missionários salesianos, membros da Expedição Roncador-Xingu e, finalmente, indigenistas do S.P.I. Apresentei também um mapa, que volto a agora mostrar, sobre a localização das duas primeiras bases de atração dos grupos locais xavante da Região 1 – a Missão salesiana de Santa Terezinha e o P.I. São Domingos (formando a Região 1a) -, ambas nos arredores da Vila de Xavantina, base de todas as operações estratégicas que seriam desencadeadas para territorializar quase que exclusivamente os grupos locais dessa região.

Figura 78: Territorialização – Região 1.

A “quase exclusividade” a que fiz referência na frase anterior não é gratuita. Se a grande maioria dos grupos locais que foram atraídos para a missão salesiana e o posto do S.P.I., além, é preciso dizer, para a própria cidade de Xavantina (Região 1a), são identificados na etnografia como oriundos da Região 1, alguns segmentos da Região 3 também o foram, mas em quantidade bem menor. Por isso que a trajetória desses segmentos minoritários – da Região 3 no sentido de Xavantina – aparece pontilhada no mapa.

A população de migrantes que vinha formando a Vila de Xavantina desde 1944, sob os auspícios da Fundação Brasil Central, não suportará o assédio cotidiano de grupos locais xavante atrás das mercadorias dos brancos – assédio que hoje em dia continua intensamente – e solicitará tanto para a Fundação como para o SPI que tome providências para detê-lo. A administração da cidade de Xavantina, que naquele momento tinha a participação exclusiva de indivíduos ligados a F.B.C e ao S.P.I., tentará atender essa demanda, mas o resultado sairá um tanto quanto enviesado.

Um missionário protestante fundará em 1956 a Missão de Areões, do outro lado do rio das Mortes – ou seja, na sua banda oeste - em território ainda controlado por grupos locais xavante da Região 1 e que não tinham sido atraídos para a missão de Santa Terezinha e para o P.I. São Domingos anos antes (Região 1a). Lembro o que havia afirmado na segunda parte do capítulo anterior: *até essa primeira etapa do segundo movimento de territorialização, o rio das Mortes, além de obstáculo natural, era um marco simbólico a separar as regiões territoriais xavante do “mundo dos brancos”*. Não seria por acaso, portanto, que as sedes da Fundação Brasil Central (Xavantina); do S.P.I. (P.I. São Domingos) e da missão salesiana (Santa Terezinha) estarão localizadas na banda leste do rio das Mortes ,portanto, lugar em que os primeiros grupos locais xavante serão definitivamente territorializados. Trata-se da Região 1a.

Para a Missão de Areões se dirigirão frações de grupos locais xavante oriundos da Região 3 que participavam do assédio a Xavantina desde o final da década de 1940 e fundarão ali aldeia Norowedena´rada¹³⁵ (Giaccaria&Heide,1972:27). Ficarão sob a direção do missionário protestante durante cerca de dois anos. Note-se que essa informação sobre a origem desses segmentos xavante – da “Região 3” - pode parecer contraditória com o esforço que tenho feito em distinguir as territorializações específicas de cada conjunto de grupos locais xavante regionais. Entretanto, como também já afirmei, esse é um padrão que se repete constantemente na dinâmica sócio-espacial xavante mais ampla, já que parte de seus segmentos e grupos locais que, num primeiro momento, encontram-se localizados em regiões territoriais distintas, acabam por circular entre elas.

O Serviço de Proteção aos Índios – e, ao que tudo indica, a missão salesiana - não admitirá a intromissão na região da missão protestante e denunciará formalmente o missionário a instâncias superiores da administração federal com o argumento de que ele estaria a serviço de “interesses internacionais”. (Maybury-Lewis,1984[1967]:65- nota 16).

“Na época de sua fundação, eram muitas as circunstâncias contrárias à missão de Areões. Uma vez que o missionário tinha atraído para si um grupo de índios dissidentes da comunidade que o Serviço de Proteção aos Índios estava tentando afastar da cidade, ele caiu na amarga inimizade do funcionário do SPI encarregado da tarefa. Sua missão, não foi, portanto, favorecida pelo SPI. Ele não poderia contar com o apoio da população local porque era protestante e além

¹³⁵ “Norowede”: babaçu.

disso os moradores de Xavantina achavam Areões ainda perto demais da cidade.” (Idem, ibidem –grifo meu)

Um pequeno parêntese se faz necessário aqui na apresentação da dinâmica social-espacial ocorrida da Região 1. Esse “grupo de índios dissidentes” que veio a abrigar-se na Missão de Areões era oriundo da Região 3. Naquela altura dos acontecimentos, estamos por volta de meados da década de 1950, as narrativas nativas e mesmo outras observações etnográficas (Sbaderllo, 1996:96-97) sinalizam que as “escolhas diante do contato” voltavam a estar na agenda diária dos grupos locais xavante de maneira generalizada e sugerem ainda que essas “escolhas” eram estimuladas pelas já tradicionais desavenças inter-grupais em associação com as estratégias de atração propiciadas pelos “waradzu”.

“Causa da divisão do grupo originário [Região 3] nos dois grupos de Dutsã e de Oribewe, foi a morte de Tserewatawe atribuída a um feitiço de uma mulher Wautomohoybebe, que por isso foi morta. O grupo de Apowe, depois de ter deixado Parawadza´radzé (1952?), chegou à aldeia de Ariwe´rapa (zona 8), onde ficou 2 anos.” (Giaccaria&Heide, 1972:26).

Parawadza´radzé era uma grande aldeia localizada nas margens do rio Couto Magalhães (Região 3), enquanto Ariwe´rapa era o nome dado a aldeia fundada junto ao P.I. Capitariquara. Em síntese, Maybury-Lewis e os padres salesianos estão narrando, muito provavelmente, o mesmo acontecimento só que o primeiro fala somente na estratégia de atração empregada pelo missionário protestante de Areões, enquanto os segundos aludem a um “motivo tradicional” – “feitiço de uma mulher” -, que também se encontraria associado a esse “racha” entre grupos locais da Região 3.

Voltemos à dinâmica da Região 1. Paralelamente, visando minar a influência do missionário protestante, o S.P.I. funda um segundo posto para os Xavante, o P.I. Capitariquara (1956), bem próximo à Missão de Areões, portanto também já no lado oeste do rio das Mortes. É ali que se funda a aldeia Ariwe´rapa.

Impossível saber se esse era o resultado esperado pelo Serviço de Proteção aos Índios, mas o fato é que a criação desses dois pólos de atração – Capitariquara e Areões – inaugurará o processo de sedentarização, bancado por agências do contato, de grupos locais xavante na banda oeste do rio das Mortes – uma nova (re)travessia do rio das Mortes-, algo inédito até então. Lembremos que o grupos locais xavante que até então tinham sido atraídos estavam localizados na margem leste do rio das Mortes, na missão salesiana de Santa Terezinha, na aldeia Wededze formada junto no Posto Indígena de São Domingos. (Região 1a). Além disso, alguns outros segmentos também freqüentavam a

cidade de Xavantina de maneira esporádica. Em 1959, como parte desse mesmo movimento de (re)travessia do rio das Mortes, um segmento do grupo local que fundara a aldeia Wededze junto ao P.I. São Domingos, retornará à banda oeste desse rio, fundando a aldeia Oto. Essa fissão que considero paradigmática para o entendimento dos processos de fragmentação entre os grupos locais xavante, foi apresentada no Capítulo 3 (ver seção 3.2.1.- Figuras 39 e 40). Importante ressaltar que, nas palavras de Maybury-Lewis,

“esta é a única aldeia Xavante (dentre aquelas cuja localização se conhece) que não está ligada nem a missão nem a um Posto do SPI.” (Maybury-Lewis, (1984[1967]:72).

No mapa abaixo (Figura 79) está representado essa espécie de (re)territorialização por qual passariam os mesmos grupos locais xavante que já tinham sido aldeados na Região 1a.

Figura 79 – (Re)travessia do rio das Mortes

De 1956 a 1959, os “brancos” terão uma pequena dimensão do que é uma “Guerra Xavante”, nas palavras de Maybury-Lewis (1984[1967]:65-nota 16). Os grupos locais xavante territorializados nas missões de Santa Therezinha (salesianos), de Areões (protestante) e

nos P.I.s São Domingos e Capitariquara (S.P.I) se envolverão numa disputa faccional agora não mais com bordunas, mas com espingardas, o que redundará em um número de mortes entre eles fora dos padrões relatados até então. As explicações para as causas dessas disputas, conforme descritas por Maybury-Lewis (1984[1967]:61-74) e Pedro Sbardellotto (1996:110) associarão simultaneamente a lógica fragmentária que caracteriza a organização social xavante às estratégias da dominação colonial.

“...temendo um ataque pelos Xavante de Maraiwasede, [Apoena] queima a aldeia e passa a morar definitivamente no Posto Pimentel Barbosa. Com isso renuncia por nada aos direitos sobre aquelas terras, continuando a desfrutá-la em suas andanças.” (Sbardellotto, 1996:97)

*“ Por esta mesma época [1958], os Xavante de Capitariquara se dividiram e alguns forma para São Domingos. As lutas de Areões com Capitariquara foram levadas adiante, portanto, entre Santa Therezinha e São Domingos. São Domingos atacou Santa Therezinha em 1960. No mesmo ano, mais tarde, os Xavante desta última aldeia massacraram um grupo de São Domingos que encontraram **caçando**.”* (Maybury-Lewis, 1984[1967]:69)

O resultado final da disputa envolvendo essas agências de contato em distintas e antagônicas articulações com grupos locais xavante foi a obtenção da hegemonia pelo S.P.I - pelo menos em termos de administração ¹³⁶ - de todos os pólos de atração localizados na Região 1: a missão protestante de Areões seria transformada em posto indígena do S.P.I. de mesmo nome e a missão salesiana de Santa Therezinha seria fechada pro volta de 1960. O P.I. São Domingos e a aldeia Wededze seriam extintos, já que todo o restante do grupo local que ali tinha permanecido após a fissão que deu origem a aldeia Oto mudou-se em definitivo para o posto indígena fundado junto a esta última aldeia, na banda oeste do rio das Mortes. Esse posto é que viria receber o nome de P.I. Pimentel Barbosa na década de 1960 em homenagem ao indigenista morto pelos mesmos xavante em 1941.

Dessa dinâmica sócio-espacial intensa e intensificada pelo contato, marcada por travessias e “(re)travessias” do rio das Mortes, alguns grupos locais xavante que até então ocupavam ainda com relativa autonomia outras sub-regiões entre os rios da Morte e Kuluene serão também territorializados da mesma maneira que os demais até aqui referenciados.

¹³⁶ Note-se nessa passagem de Maybury-Lewis a resistência xavante a territorialização: *“Até aquela época [1958], a presença do Posto [São Domingos] tinha exercido pouca influência sobre os Xavante. O encarregado não tinha nenhuma autoridade sobre a aldeia: ele podia aconselhar mas os Xavante só o ouviam quando seus conselhos lhes convinham...”* (Maybury-Lewis, 1984[1967]:70). Nada diferente dos dias atuais.

Como já afirmei, a partir da década de 1970, os conjuntos de grupos locais Xavante de maneira generalizada passariam a empreender a luta pela recuperação de frações daquilo que consideram seus territórios tradicionais. No caso específico da Região 1, uma de suas frações territoriais na qual se localizara, durante a década de 1950, a Missão Protestante de Areões e o Posto Indígena de Capitariquara dará lugar à atual Terra Indígena Areões; ao mesmo tempo, uma outra fração territorial na qual se localizara Aldeia Oto e, posteriormente, o Posto Indígena Pimentel Barbosa, será demarcada, transformando-se na atual Terra Indígena Pimentel Barbosa. No mapa abaixo (FIGURA 80), estão apresentadas as configurações atuais dessas duas terras indígenas. Note-se que elas se encontram na margem oeste do rio das Mortes, ao passo que as antigas bases de atração da missão salesiana (Santa Terezinha) e do S.P.I. (P.I. São Domingos e aldeia Wededze) e a própria cidade de Xavantina (Região 1a), localizam-se na margem leste do mesmo rio.

Figura 80 – De territórios a terra (Região 1)

Praticamente todos os conjuntos de grupos locais xavante hoje reivindicam a revisão de limites de suas nove terras indígenas, e a referência nativa para tanto são os territórios

das aldeias que compuseram cada uma das três regiões a que fiz referência. No caso de Pimentel Barbosa e Areões, os territórios locais reivindicados são, dentre outros, Tsoropré, Wededze (P.I.São Domingos), Santa Therezinha (“Etedzutserahi”- Giaccaria & Heide,1972:27). Note-se aqui que enquanto o território da aldeia de Tsorepré é considerado pelos grupos locais xavante como um todo como a principal referência mítica de suas vivências históricas durante a gênese da ocupação do leste matogrossense, uma aldeia como a que foi fundada junto à missão de Santa Therezinha tem significado histórico apenas para alguns grupos locais.

No próximo capítulo focalizarei exclusivamente, por um lado, a gênese e a dinâmica sócio-espacial que produziu historicamente a Região 3 e, por outro, seguindo a metodologia que apliquei às Regiões 1 e 2, os impactos específicos do segundo movimento de territorialização a que os grupos locais xavante dessa região foram submetidos a partir da década de 1950. O objetivo principal do capítulo final será o de demonstrar que a territorialização do conjunto de grupos locais que ocupavam essa região não só produziu quatro das terras indígenas atuais xavante - Parabubure, São Marcos, Sangradouro e Marechal Rondon - , como também produziu, em grande parte, as demandas atuais pela revisão de seus limites. Pretendo assim fechar o circuito histórico iniciado no primeiro capítulo desta tese, quando apresentei a situação etnográfica por mim vivenciada como antropólogo-identificador.

Capítulo 6

O direito ao retorno

“(...) Os Xavante que sobreviveram e que hoje somam mais de 5.000 [1980] pessoas são os donos dessas verdades. Verdades nascidas de uma dura experiência de aceitação inicial do contato, seguida de uma rejeição, com conhecimento de causa. A fase seguinte foi a retomada de autonomia, ciclo que parece recomençar agora, em novos e desafiadores termos. O momento é outro e não há mais terras onde se abrigar. Há, no entanto, um acervo de conhecimentos preservados pela memória, fruto das experiências históricas e das reflexões que mereceram por parte dos próprios Xavante. Experiências que hoje são a marca viva de uma história heróica de defesa de seus direitos, de sabedoria no enfrentamento dos opositores, nascida de uma observação detida de seus padrões sociais. História heróica de combatividade e perseverança; de imposição, afinal, de seu próprio modo altivo de ser.”

(Lopes da Silva, 1984:212)

Enquanto parte dos grupos locais xavante da Região 1 estavam sendo assediados por diversos agentes da sociedade nacional desde a década de 1940 – e viriam a ser territorializados como vimos em meados da década seguinte pela aliança contextual entre as agências de contato oficiais da política indigenista brasileira naquela região e as missões religiosas –, a maioria daqueles que ocupava a Região 3 (Kuluene e Couto Magalhães) ainda recusariam por alguns anos mais esse novo movimento de territorialização. Digo “maioria”, porque, como vimos no capítulo anterior, alguns grupos locais dessa região também acabaram por ser atraídos para as imediações da cidade de Xavantina, sede da Fundação Brasil Central e do S.P.I., particularmente, o grupo que se abrigaria na missão protestante de Areões (que, mais tarde, viria ser incorporada como pólo do S.P.I. na Região 1).

Antes de adentrarmos no processo de territorialização específico que seria implementado sobre o conjunto de grupos locais xavante da Região 3, retrocedamos, a exemplo do movimento realizado no capítulo anterior, para quase um século antes, quando grupos locais xavante abrigados na “aldeia-mãe” Tsoropré – após a travessia do Rio das Mortes – entraram em conflito entre si e iniciaram a ocupação do leste matogrossense

(distante dos “brancos”) dinâmica sócio-espacial que viria a conformar as três regiões territoriais a que fiz referência.

6.1. A gênese da ocupação da Região 3

Lembremos que em Tsoropré os grupos locais xavante mantiveram-se unidos pelo menos por cerca de 30 anos (Giaccaria&Heide, 1972:23; Lopes da Silva, 1992:366; Sereburã et al (1998:88). Estamos por volta da virada do século XIX para o XX. Após conflitos que envolveram todos os grupos locais xavante em Tsorepré, ocorre uma grande e intensa diáspora que será responsável pelo processo de gênese e ocupação das três regiões territoriais tematizadas nesta tese.

Retomo aqui mais de perto o relato apresentado por Giaccaria&Heide (1972) e, na medida do necessário, faço inserções de narrativas de outros interlocutores xavante. Na versão dos salesianos, a primeira aldeia fundada após o conflito em Tsoropré denomina-se *Ete´rã´u´rã´ Wawe*. Os atuais grupos xavante da Região 3 localizam-na nas cabeceiras do Rio Sete de Setembro. Lembro que, na versão apresentada em Sereburã et al(1998), a partir das narrativas de grupos locais da Região 1 – conforme vimos no capítulo anterior -, não há qualquer menção nem a essa aldeia, tampouco às demais que viriam a ser formadas na bacia compreendida entre o rio Kuluene, Couto Magalhães e Sete de Setembro. Por outro lado, no relato recolhido por Graham(1995:31) entre grupos locais da mesma Região 1, há apenas uma breve referência a formação de uma das aldeias que vieram a ser fundadas na Região 3: “Parabubure”.

A narrativa que destaca a conexão entre a específica dinâmica sócio-espacial xavante da Região 3 e a “aldeia-mãe” Tsorepré assinala que um conflito em uma “área de caça” será o motivo definitivo para a gênese da ocupação por grupos locais xavante dessa região.

*“Durante uma caçada o grupo de Tsorepré foi atacado em seu acampamento (U´re´re) pelo de Ete´rã´u´rã´ Wawe, que queria vingar alguns homens mortos por um raio e, na luta, morreram dois velhos. Depois disso o grupo dos atacantes foi fundar a aldeia de **Wabdzèrèwaprè**, onde permaneceu dois anos (zona 3). (Giaccaria&Heide, 1972:23- grifo meu).*

Note-se que esse trecho reforça a idéia de que mesmo após a fissão ocorrida em Tsoropré alguns grupos locais xavante ali não só permaneceram como se envolveram em conflitos com aqueles que de lá tinham partido e já se encontravam abrigados em

Ete'rá'ú'rá' Wawe. Mais do que isso, como vimos na parte dedicada à formação da Região 1 (Capítulo 5-Seção 5.3), um grupo local dessa última aldeia retornaria a Tsorepré, ou seja, ao local do qual ele se havia antes retirado por causa dos conflitos. É importante ainda ressaltar que, em determinados trechos das narrativas nativas, aparecerão menções a esse padrão de “idas e vindas” presente na dinâmica sócio-espacial de maneira generalizada, particularmente no decorrer dos processos fragmentários da Região 3, conforme as narrativas coletadas pelos padres salesianos. Portanto, o mapa abaixo – assim como todos os que tenho apresentado - deve ser visto como uma tentativa de representação o mais verossímil possível dessa complexa dinâmica, e não como seu retrato preciso e indiscutível.

Figura 82: Dinâmica sócio-espacial de formação da Região 3

Assim é que na aldeia de *Ete'rá'ú'rá' Wawe* (“pedra branca grande”) também vemos reproduzir-se o aspecto fragmentário da dinâmica sócio-espacial xavante: segundo a versão coletada por Giaccaria&Heide, a aldeia de **Wabdzèrewapre** vem a ser fundada não por todos os membros da aldeia de *Ete'rá'ú'rá' Wawe*, mas apenas por parte de seus segmentos, o “grupo de atacantes”, aqueles que se haviam envolvido no conflito com o grupo de Tsorepré. Como vimos, um parte retornaria novamente a Tsorepré. A fundação da aldeia de **Wabdzèrewapre** (“espécie de espinho”) vem a se constituir, a partir dessa nessa versão, no marco sócio-espacial decisivo que viria a inaugurar a ocupação da bacia do rio

Kuluene e Couto Magalhães por grupos locais xavante e, portanto, os contornos territoriais da Região 3.

Faço um parêntese aqui para que o leitor não perca o “fio da meada”: todo esse processo inaugurado pela fundação da aldeia de **Wabdzèrèwaprè** – estamos ainda lá pelos idos da virada do século XIX para o XX – produzirá a Região Territorial 3, que, por sua vez, virá muitos anos depois os grupos locais que a formaram serem territorializados dando origem tanto à atual Terra Indígena Parabubure, como a seus sub-produtos jurídico-administrativos, as sub-regiões 3a e 3b (atualmente, as T.I São Marcos, T.I. Sangradouro e T.I. Marechal Rondon.

A aldeia de Wadzèréwaprè é abandonada por causa de uma “epidemia”¹³⁷ e seus grupos locais fundam Wedetede, na beira do rio Couto Magalhães. Entretanto, em Wedetede um novo conflito vem à tona

“Na seca seguinte, durante uma caçada, um Xavante de nome Uyrè foi mordido por uma cobra e, porque o Wahitede’wa [“dono das cobras”] de nome Butsé não conseguiu curá-lo e morreu, os parentes mataram o irmão Wawe’ru.”
(Giaccaria&Heide,1972:24)

Reproduzindo o padrão da dinâmica sócio-espacial xavante já identificado em outros momentos relatados anteriormente, essa crise em **Wedetede** (“pau para festa”) dá origem a duas novas aldeias: um conjunto de grupos locais vai para a margem direita do Rio Kuluene e funda **Oniudu** (ou Onhi’rudo- “córrego curto”) e outro conjunto vai para as cabeceiras do rio Couto Magalhães e funda **Parabubu** (“espécie de batata nativa azeda”)¹³⁸. Ressalto que a semelhança do nome “Parabubu” com a atual Terra Indígena “Parabubure” não é mera semelhança casual, já que possui significados sócio-políticos importantes dentro da dinâmica sócio-espacial xavante contemporânea. Voltarei a esse assunto mais a frente, mas é importante lembrar aqui que parte dos grupos locais xavante exigiram o “cancelamento” do nome “Parabubure” em pleno processo de revisão de limites dessa terra indígena, conforme apresentei no Capítulo 1.

¹³⁷ Note-se que essa remissão a “epidemias” como um dos motivos para o abandono de aldeias aparece constantemente na história das relações de contato entre os “xavante” e a sociedade nacional, seja na perspectiva nativa, seja na perspectiva dos etnógrafos e das fontes oficiais.

¹³⁸ A semelhança do nome Parabubu com a atual Terra Indígena Parabubure não é mera semelhança casual, já que possui significados sócio-políticos importantes dentro da dinâmica sócio-espacial xavante contemporânea. Voltarei a esse assunto mais a frente, mas é importante lembrar aqui que parte dos grupos locais xavante exigiram o “cancelamento” do nome “Parabubure” em pleno processo de revisão de limites dessa terra indígena, conforme apresentei no Capítulo 1.

Após a divisão de Wedetede e a fundação das aldeias Oniudo e Parabubu novos conflitos entre os conjuntos de grupos locais nelas abrigados são identificados pelas narrativas nativas.. Além das constantes idas e vindas de segmentos de seus grupos locais, que se aliam e se confrontam numa dinâmica sócio-espacial extremamente complexa, outras aldeias vão sendo formadas nessa região: **Parawādze´radzè** (“**ajuntamento de lenha**”), **´Rituwawe** (“**aldeia grande**”), **Tsiwaweni´radzé**, **Öwarare** (“**córrego pequeno**”), **Rooredzaodze**, **U´ratawa´ture**. Ressalto que parte dessas aldeias são as mais lembradas pelos atuais grupos locais atuais da Terra Indígenas Parabubure, mas certamente não as únicas que foram fundadas, refundadas e mesmo extintas nesse longo processo de ocupação e formação da Região 3.

Nos trechos selecionados abaixo da narrativa dos salesianos (1972), destaco alguns dos motivos “tradicionais” alegados pelo interlocutor xavante dos padres para esse intenso processo de ir-e-vir de grupos locais xavante, de dinâmicas conflitivas que vão produzindo novas:

*“(...) Depois, por causa de um **feitiço**, Tsimhoropupu(...) brigou com o grupo de Tsiwaru e, na luta, perderam a vida cinco homens. Por isso se transferiram todos para a aldeia de U´ratawa´ture ” (Idem,.24)*

*“(...) No entanto, por causa da **escolha do Pahori´wa** do grupo dos Ay´rere, o grupo de Aptise´ré dividiu-se da aldeia...”(Idem.24)*

*“Nesta aldeia, um ´ritey´wa de nome Paraudza, que fora Pahori´wa do grupo Ai rere, adoeceu e seus pais , **atribuindo a doença a um feitiço**, levaram-no à aldeia Oniudu, onde morreu. Então os da aldeia de Oniudu organizaram uma expedição punitiva contra os de ´Rituwawe e a luta acabou sem vítimas. Feita a paz, o grupo dos atacantes voltou a Oniudu, enquanto os de ´Rituwawe voltavam a Wedetede.” (idem.25)*

Importante ressaltar que a menção à idéia de pacto contida nesse último trecho, para selar a paz entre grupos locais xavante envolvidos em conflitos, também é uma constante nas narrativas nativas sobre a dinâmica sócio-espacial; não poderia ser diferente, já que a exacerbação dos conflitos, ou a “espiral da vingança”, tem um limite sem o qual a “Sociedade Xavante” não se sustentaria por longo tempo. Lembremos, aqui, do papel da linhagem dos Wamaritedewa – “os pacificadores xavante –, como vimos no Capítulo 2.

A partir desse momento da narrativa apresentada pelos padres salesianos, a dinâmica sócio-espacial xavante específica da Região 3 começa a se sobrepor àquela que

estava em curso na Região 1. Os autores indicam que estamos por volta dos meados da década de 1950.

A partir de agora, retomo novamente a dinâmica sócio-espacial xavante que passaria a se delinear especificamente na Região 3 a partir das estratégias de territorialização que os grupos locais xavante ali residentes passariam a estar submetidos desde a década de 1950, quando, finalmente, a “Marcha para o Oeste” os encontraria definitivamente.

6.2. Travessias dos rios Kuluene, Noidori e das Mortes e o exílio

Como vimos, esse novo movimento de territorialização que viria a afetar todos os conjuntos de grupos locais xavante – e quem tem sua gênese o ano de 1943, com a formação de Xavantina pelos membros da Fundação Brasil Central e da Expedição Roncador-Xingu, atingiu em sua primeira etapa, essencialmente, a Região 1, mesmo que alguns segmentos xavante residentes na Região 3 tenham sido para lá atraídos.

Segundo Sbaderllo (1996:94) ainda no final da década de 1940 havia entre os rios Couto Magalhães e Kuluene três grandes aldeias xavante, totalizando mais de 1000 pessoas¹³⁹. Apesar de estimado, podemos derivar daí que se tratava de cerca de cinco grupos locais xavante, se levarmos em conta a composição ideal de cada um deles, conforme discuti no Capítulo 2 – Seção 2.1.3. Portanto, tratava-se de um conjunto de grupos locais que, conforme o modelo que propus nos Capítulos 3 (Figuras 28 e 29) e 5 (Figura 68), ocupavam e controlavam também um conjunto de territórios locais conformando a Região 3. Lembro ainda que Sbaderllo indica que essas três aldeias ficavam distantes cerca de 240 km das aldeias situadas no rio das Mortes (Região 1) que, por seu turno, ficava a 140 km da aldeia de Marawatsede (Região 2). Distâncias significativas para permitir o livre exercício das expedições de caça e coleta de maneira a evitar a ocorrência de conflitos entre cada um dos três conjuntos de grupos locais xavante. Os padres salesianos denominam essas regiões como Wededzé (Região 1); Maraiwatsede (Região 2) e Nrotsurã (Região 3).

Na perspectiva dos grupos locais xavante da Região 3, um evento traumático é muito lembrado pois seria um marco do processo de expulsão de todo o conjunto de grupos locais da Região 3. Tal evento, datado de meados da década de 1950, assinala que um dos

¹³⁹ Queria ressaltar aqui, talvez um tanto atrasado, que o padre salesiano Pedro Sbaderllo, assim como Hipólito Chovelon e Francisco Fernandes, conviveram durante quase meio século na região de Xavantina, tendo contato com grupos locais xavante desde a década de 1940. Considero assim suas narrativas como relatos etnográficos.

grupos locais dessa região (o da aldeia de Parabubu) foi vítima de um ataque armado por um grupo de “brancos”: além de alguns feridos que conseguem escapar, morrem quatro mulheres e dez crianças.

“Além disso, os assaltantes queimaram toda a provisão e todas as cabanas e deixaram, no centro da aldeia, uma grande quantidade de carne envenenada. Tsiwari foi o único homem que conseguiram matar e crucificaram o seu cadáver no meio da aldeia e dispuseram todos os outros ao redor.” (Giaccaria&Heide,1972:25).

Os sobreviventes desse grupo local, na maioria homens que estavam ausentes da aldeia Parabubu na hora do ataque, se refugiam na aldeia de Parawadza´radze (atualmente, a aldeia São Jorge da T.I. Parabubure). Parte desses sobreviventes são hoje as velhas lideranças que reivindicam uma das áreas presentes no processo de revisão de limites da Terra Indígena Parabubure. Farei a conexão mais detalhada desse processo no momento apropriado¹⁴⁰.

Nos anos subseqüentes, todos os grupos locais xavante da Região 3 —e muito provavelmente da Região 1 e 3 — serão envolvidos numa nova guerra biológica: segmentos da população não-indígena de Xavantina passam a doar roupas contaminadas para as aldeias, desencadeando entre os grupos locais xavante uma epidemia que será decisiva para minar definitivamente suas resistências em abandonar a região.

A bacia compreendida entre os rios Kuluene e Couto Magalhães passará a ser definitivamente objeto da cobiça das frentes de expansão econômicas que viriam a reboque da “Marcha para Oeste” e de seu braço avançado capitaneado pelos “novos bandeirantes” da Expedição Roncador-Xingu.

Relativamente diferentemente da estratégia de pacificação já colocada em marcha na Região 1 desde 1943 - marcada pela fundação de pólos de atração indigenista e missionário para os grupos locais xavante ali residentes -, entre 1953 e 1959 os grupos locais da Região 3 serão quase que exterminados. Os poucos segmentos de grupos locais sobrevivente, uma vez expulsos da bacia do rio Kuluene e Couto Magalhães, serão atraídos tanto para novos

¹⁴⁰ Além de Giaccaria&Heide (1972:26), alguns antropólogos que participaram de grupos de trabalho tanto para diagnosticar a situação da T.I. Parabubure (Paulo Serpa,1990), como para identificar as áreas reivindicadas pelos seus grupos locais (Eugenio Wenzel ,1998 e Jorge Luiz de Paula,1997, 1998), também colheram depoimentos dos Xavante sobre essa “guerra biológica”. *“Os velhos Xavante nos apontaram a cova coletiva onde estão sepultadas as vítimas daquele massacre, inclusive várias crianças. Este foi um momento tenso e emocionante, muitos deles perderam filhos e parentes sem poder reagir dado o ataque surpresa realizado pelos brancos”* (Serpa, 1990:06)

postos indígenas criados pelo S.P.I. na região oeste do rio Kuluene - rios Batovi e Paraíso – como para a missão salesiana de Sangradouro. De fato, é aqui que começa o processo de territorialização específico desse conjunto de grupos locais xavante.

Note-se que se trata de novas travessias, portanto, “(re)travessias”.. A missão salesiana de São Marcos, nesse momento inicial de asilo dos remanescentes xavante da Região 3, ainda não havia sido criada. Esse movimento de territorialização será responsável pela produção das sub-regiões 3a e 3b, conforme havia indicado no Capítulo 5, na qual virão a ser criadas futuramente as Terras Indígenas Xavante São Marcos, Sangradouro e Marechal Rondon. Esse processo é em grande parte análogo ao ocorrido entre os grupos locais da Região 1 que foram “atraídos” para a banda leste do rio das Mortes, conformando o que chamei de Região 1a.(Capítulo 5 – Seção 5.3.1 – Figura 78). Disse em “grande parte” porquê pelo contraste das narrativas ao que tudo indica os grupos locais xavante da Região 1 tiveram uma maior margem de manobra, se é que isso fosse possível, e ao “escolherem” e aceitarem antes dos demais o processo de “territorialização” nos postos indígenas e nas missões, a violência se voltou decididamente para os grupos locais da Região 2 (Capítulo 5 – Seção 5.2) e a 3, a qual estou focalizando nesse capítulo.

No quadro 10 e no mapa (Figura 83) a seguir, está assinalada a trajetória registrada dos remanescentes dos grupos locais xavante que ocupavam toda a Região 3 até meados da década de 1950. As duas próximas seções têm ambos como referência.

Quadro 10: Exílios

Período	Procedência	Local do Exílio
1.955	Kuluene - Aldeias Oniudu e Rituwawe	PIN Simões Lopes (PIN Paraíso)
1.955	Kuluene - Aldeias Oniudu e Rituwawe	Rio Batovi (PIN Marechal Rondon)
1.957	Couto Magalhães - Aldeia Parabubu	Sangradouro - Missão Salesiana
1.956 - 58	Couto Magalhães - Aldeia Wedetede	São Marcos - Missão Salesiana
1.958 - 59	Couto Magalhães - Aldeia Parawanha'radze	São Marcos - Missão Salesiana

Fonte: Maybury-Lewis, 1984[1967]; Giaccaria & Heide (1972)

Figura 83: Territorialização dos grupos xavante –Região 3

6.2.1. A atuação do Serviço de Proteção ao Índios

Diferentemente do ocorrido da Região 1 (Rio das Mortes) – que já em 1946 tinha grupos locais xavante atraídos pelo S.P.I. para a banda leste do rio das Mortes -, os grupos locais xavante das Regiões 2 (Maraiwatsede) e 3 (Couto Malgalhães/Kuluene) rechaçaram não só o contato com segmentos regionais não-indígenas, como também qualquer aproximação com o Serviço de Proteção aos Índios, postergando ao máximo esse primeiro movimento de territorialização.

É assim que, só em 1955, após terem sido levadas adiante estratégias genocidas contra os grupos locais xavante que controlavam a Região 3 (invasão armada de suas aldeias, doação de roupas contaminadas), haverá notícias mais consensuais sobre o asilo político de remanescentes xavante dessa região tanto em postos do S.P.I. como em missões salesianas.

O Posto Indígena do Batovi, localizado na banda oeste do rio Kuluene e o P.I. Paraiso, nas cabeceiras dos rios Curusevo e Teles Pires, foram criados em 1955 pelo S.P.I. para abrigarem segmentos de grupos locais xavante refugiados da Região 3, particularmente aqueles originários da sub-região do rio Kuluene (aldeias de Oniudo e Rituwawe). Apesar

desta informação ser relativamente consensual entre etnógrafos e indigenistas do antigo S.P.I., os informes sobre a ocupação “não-oficial” pelos Xavante dessa região são um pouco contraditórios.

O **P.I. Batovi** não foi visitado por Maybury-Lewis durante suas pesquisas de campo. As poucas informações que o autor recolheu especificamente sobre esse local foram a ele repassadas por um funcionário da Funai de um outro posto indígena. Segundo o autor,

“Tem-se notícias dos Xavante na região dos braços superiores do Batovi e do rio Sete de Setembro desde o começo dos anos 50. (...) Naquela época eles não estavam estabelecidos junto a nenhum dos postos do SPI na região, simplesmente os visitavam ocasionalmente, nunca ficando muito tempo. Foi somente em 1955 que uma comunidade Xavante estabeleceu sua base no local a que estou me referindo como Batovi.” (Maybury-Lewis (1984[1967]:53).

Já Lopes da Silva (1980:5) indica que grupos locais xavante teriam sido atraídos para essa região uma década antes:

“No início da década de 40 foram atraídos para uma região mais a oeste, próxima ao rio Paranatinga, onde localizava-se o P.I. Simão Lopes (hoje P.I. Bakairi). O grupo, originário do rio Kuluene, dividiu-se em dois: um fez sua aldeia às margens do rio Batovi; o outro chegou a Simões Lopes e construiu sua aldeia junto à sede do Posto, ao lado da aldeia Bakairi, onde ficou até 1962.”

Diferentemente do P.I. Batovi, Maybury-Lewis visitou a aldeia xavante localizada no **P.I. Simão Lopes** em 1962. Segundo o autor, o “território” no qual se encontra esse posto teria começado a ser ocupado por grupos locais Xavante ainda por volta de **1930**. (1984 [1967]:53), portanto, diferente da datação indicada por Lopes da Silva. Mais do que isso, essas datas indicam a possibilidade da Região 3 ter contornos mais amplos do que tenho proposto. Nesse caso, fica bastante evidenciado o que Oliveira (1998) denomina como territorialização: *a maioria das casas estavam construídas em estilo sertanejo; durante as cerimônias não mais se pintavam e nem queriam “aparecer nus”; o ciclo de iniciação masculina parecia ter desaparecido; também haviam abandonado completamente as expedições coletivas de caça e coleta, apesar de ainda continuarem a caçar individualmente já com o uso de espingardas.* (Maybury-Lewis, 1984[1967]: 54).

Em 1962, há uma fissão no grupo local abrigado na aldeia junto ao P.I. Simão Lopes e, como decorrência, é fundada uma nova aldeia a 12 km de distância, o S.P.I. criando o

Posto Indígena Paraíso para o atendimento exclusivo desse grupo¹⁴¹. Lopes da Silva (1980:5) indica que *“a primeira característica destes Xavante é, portanto, o fato de terem abandonado o território de origem e, posteriormente, recuperado suas terras no Kuluene”*, e ressalta para tanto o massacre ocorrido na aldeia de Parabubu. Por outro lado, a autora assinala uma segunda característica que distinguiria o conjunto desses grupos locais xavante dos demais abrigados em Simão Lopes e Paraíso: eles se considerariam “crentes”, devido à longa atuação entre eles de missionários da South American Indian Mission. Além disso, quando parte desses grupos locais xavante retorna ao Kuluene, já na década de 1970, defronta-se com a catequização de missionários brasileiros de igrejas protestantes. Ambos os P.I.s. – Paraíso e Simão Lopes, e suas respectivas aldeias xavante - viriam a ser extintos quando os segmentos xavante ali exilados retornariam e retomariam frações da Região 3 da qual tinham sido expulsos. A área na qual se localizavam as aldeias e os P.I.s Simão Lopes e Paraíso é atualmente a Terra Indígena Bakairi. O P.I. Batovi viria, na década de 1970, a ser declarado como terra indígena xavante, a atual T.I. Marechal Rondon.

6.2.2. A atuação da Missão Salesiana

A Missão Salesiana de Sangradouro – antiga Colônia de São José do Sangradouro - foi fundada em 1906 e veio a abrigar na seqüência grupos locais Bororo. Há notícias de ataques intermitentes de grupos locais xavante a essa missão durante a primeira metade desse século. (Maybury-Lewis, 1984[1967]:57; Menezes, 1984:38). Durante a década de 1950, no processo de expulsão da Região 3, ocorreram desavenças entre parte dos grupos locais que ocupavam especificamente a sub-região do rio Couto Magalhães. Segmentos desses grupos irão para Xavantina e depois para Areões, na Região 1. Mas a grande maioria seguirá para a Missão de Sangradouro, particularmente aqueles segmentos xavante que residiam nas aldeias de Parabubu e Wedetede. Segundo Menezes (1984:46) *“eram aproximadamente 300 índios”* os que chegariam na missão por volta de 1956. Anos depois, segmentos de grupos locais asilados no posto indígena do Batovi também viriam a residir na aldeia formada junto a essa missão. (Giaccaria&Heide, 1972:29; Menezes, 1984:46). Maybury-Lewis não visitou essa missão e as informações que obteve foram-lhe repassadas por padres salesianos da Missão São Marcos. Segundo o autor,

“De acordo com eles, os Xavante de Sangradouro não constroem mais as suas casas no estilo tradicional e sim à maneira dos sertanejos. Elas tampouco estão

¹⁴¹ Foi na aldeia localizada no P.I. Paraíso que a professora Aracy Lopes da Silva realizou parte de suas pesquisas de campo no ano de 1974.

dispostas no semicírculo tradicional mas em filas formando ruas ao lado da missão. Diz-se também que estes Xavante estão mais alfabetizados que os de São Marcos e que se adaptaram completamente ao novo estilo de vida, assemelhando-se a uma comunidade de camponeses ligados à missão.” (Maybury-Lewis, 1984[1967]:57).

A formação da **Missão Salesiana de São Marcos** é da mesma ordem de complexidade. Segmentos de grupos locais xavante da sub-região do Couto Magalhães - que, por desavenças diante de outros segmentos xavante ocorridas no processo de expulsão da Região 3 - foram se abrigar na Missão Salesiana do Merure, também criada anos antes para catequização dos Bororo. Surgem conflitos entre os Bororo e Xavante ali contextualmente abrigados e os padres salesianos fundam em 1956 a Missão de São Marcos para abrigo exclusivo dos grupos locais xavante. Rapidamente segmentos de grupos locais já asilados na Missão Sangradouro transferem-se para São Marcos, processo que será seguido anos depois por segmentos de grupos locais do Rio Kuluene (Região 3) - então já residentes no P.I. Paraíso - e mesmo em aldeias da Região 1 e 2. Maybury-Lewis visitou São Marcos em 1962 e depois em 1964 e, em síntese, encontrou o seguinte quadro: um intenso aumento no número de casas, associado à diminuição do tamanho médio dos grupos domésticos; diferentemente de Sangradouro, a grande maioria das casas mantinha tanto o seu formato circular tradicional, como também a disposição entre elas em forma de ferradura; os mais velhos continuavam a participar de expedições de caça nas redondezas da missão, mas não a comunidade como um todo; o despertar do “vício pelo futebol”; a troca por bens de consumo através do trabalho nas roças da missão; e um intenso processo de catequização e alfabetização das gerações mais jovens, particularmente dos adolescentes, os *wapté*.

“Há uma modificação digna de nota. O Hö, que traduzirei sempre por “casa de solteiros”, não está mais localizado numa das extremidades da aldeia. Os missionários, visando doutrinar os jovens da comunidade, insistiram para que a casa dos solteiros ficasse situada na missão. Ali construíram, então, uma casa octogonal onde dormem todos os meninos e rapazes da aldeia. Um dos irmãos leigos, ou ‘mestres’, também dorme ali com eles.” (Maybury-Lewis, 1984[1967]:58).

Lopes da Silva assim definirá a relação de troca existente entre os Xavante a Missão Salesiana:

“Em poucas palavras, a situação pode ser resumida como sendo uma troca permitida e até certo ponto bastante consciente entre as duas partes: os índios deixam-se catequizar e os missionários garantem assistência, proteção e apoio na defesa das terras.” (Lopes da Silva, 1980:10 - grifo meu).

O único problema dessa afirmação é que a frase final - “defesa de suas terras” - não revela integralmente os interesses de bastidores envolvidos nessa relação de troca entre os Xavante e as missões salesianas, já que essa agência de mediação como deve ter sido notado, sempre ocupou nos processos de territorialização dos grupos locais xavante um papel importante.

Desses anos de exílio nos postos indígenas do S.P.I. e nas missões salesianas, os grupos locais xavante expulsos da Região 3 recuperaram-se demograficamente e aprendem a dominar os códigos escritos e a conhecer melhor os “warazu”. Esses dois fatores virão a ser decisivos para o retorno futuro para a Região 3 de parte dos grupos locais xavante exilados nestes postos de atração e, por decorrência, para a recuperação de frações territoriais nessa região dos rios Couto Magalhães e Kuluene. Além disso, da mesma maneira que aconteceu com o P.I. Batovi, a maior parte das terras das missões salesianas de Sangradouro e São Marcos viria, durante a década de 1970, a ser reivindicada pelos Xavante ali abrigados como “suas terras”, demanda que viria a ser reconhecida pelo Estado brasileiro.

6.3. O direito ao retorno

Como é possível notar (Ver Capítulo 5, especialmente Seção 5.1.2) , no decorrer da dinâmica sócio-espacial xavante, mesmo após as fissões de suas aldeias – seja por motivos intra-tribais seja por desavenças diante do contato com os “warazu” -, parte dos grupos locais costumam permanecer nas aldeias e regiões por eles conquistadas e ocupadas, a menos que sejam escorraçados de maneira impiedosa, como foi o caso da situação histórica vivenciada na Região 3 durante a década de 1950. O processo de recuperação de parte dessa região que será narrado a seguir - uma espécie de “desencapsulamento territorial”, portanto, colocando em xeque parte da territorialização anterior -, também manterá essa característica: parte de seus grupos locais para lá retornarão gradativamente, mas outra parte permanecerá nas missões e nos postos de atração do S.P.I.. Essas áreas de ocupação - num primeiro momento, provisória - serão, futuramente, reivindicadas pelos grupos locais xavante que ali permaneceram e se transformarão também em terras indígenas Xavante.

É consensual entre os grupos locais xavante e seus etnógrafos que o retorno à Região 3, na confluência do rio Couto Magalhães e Kuluene, começaria por volta de 1964, através da liderança de um cacique xavante, Benedito Roadzo, que estava refugiado na missão de Sangradouro.

“Com a volta do Benedito ao Couto Magalhães, os missionários tiveram conhecimento dos propósitos secretos dos Xavante, tanto de São Marcos como de Sangradouro, a respeito de seu antigo território, e sua vontade inabalável de lá voltar em parte, quando fosse possível serem acompanhados por missionários e missionárias. Vêm desde de então as práticas dos Padres Salesianos para conhecer a antiga região da tribo e encaminhar junto ao Governo Estadual o pedido de terras para a instalação de um Posto Missionário.” (Sbardellotto, 1996:110- grifo meu)

Ressalto aqui como as dinâmicas sócio-espaciais xavante em cada uma das três regiões territoriais, mesmo que inseridas num mesmo contexto histórico mais amplo, possuem delineamentos situacionais distintos. Na mesma época em que segmentos de grupos locais da Região 3 empreendiam sua viagem de volta, aqueles da Região 2 ainda resistiam a abandonar definitivamente seu território de origem em Maraiwatsede, enquanto os da Região 1 já estavam em processo adiantado de territorialização nos postos do S.P.I. e nas missões às margens do rio das Mortes.

Percebendo que a decisão de segmentos de grupos locais xavante em retornar e retomar frações da Região 3 era irrevogável, em 1967, o governo de Mato Grosso reserva, apenas para o grupo local xavante liderado por Benedito Roadzo, uma área de 10.000 ha, próxima às cabeceiras do Couto Magalhães. Esse grupo local, num primeiro momento, não volta para um local aleatório, mas, sim, para o território local da aldeia que ocupava antes da sua expulsão: a aldeia de *Nrõtsurã*.

Essa atitude estimulará segmentos de grupos locais xavante – ou *grupos domésticos ampliados*, como chamei no Capítulo 3 - a retornarem e retomarem frações de seus antigos territórios locais na Região 3 de maneira generalizada, sempre retornando para as áreas que ocupavam antes da expulsão ou tentando retomá-las. Ressalto aqui que o uso do termo grupo doméstico não é arbitrário. Segundo os interlocutores que ouvi em campo, esse processo de retorno a Região 3 era sempre capitaneado por algumas lideranças e seus parentes mais próximos, normalmente àquelas que tinham suas biografias territoriais enraizadas em determinados territórios locais e, por outro lado e necessariamente, com prestígio político e coragem suficientes para empreender essa jornada de volta.

Note-se que os atendimentos pontuais às demandas territoriais xavante verificados nesse caso são muito semelhantes ao que descrevi a respeito da dinâmica presente atualmente no processo de revisão de limites da T.I. Parabubure (Ver os casos das demarcações das T.I.s Chão Preto e Ubawawe, conforme apresentados Capítulo 1 –Seção 1.1.-Figura 3). É assim que a região assistirá, no início dos anos 70, outros conjuntos de grupos domésticos xavante reiniciarem gradativamente um longo caminho de volta a partir dos locais nos quais se encontravam asilados: não só nas missões de Sangradouro e São Marcos (3b), como também nos Postos Indígenas do Paraíso e do Batovi (3a). A Figura 84 (abaixo) representa esse processo de retorno e de recuperação parcial de territórios locais que compunham a Região 3. Observe que entre as Regiões 3/3a e 3/3b temos, respectivamente, os Rio Kuluene e Noidori.

Figura 84: Retorno do Exílio –Região 3

Nesse retorno, os grupos domésticos xavante encontraram a Região 3 dividida e loteada pelo governo estadual. Na região do Couto Magalhães, por exemplo, conjuntos de grupos domésticos xavante se defrontam com a poderosa Fazenda Xavantina. Segundo Lopes da Silva:

“A situação nesta área caracterizou-se, entre 1975 e 1980, por extrema tensão. A disputa tomou proporções trágicas na medida em que, durante a gestão do Gal.

Bandeira de Mello à testa da FUNAI (1967-72), foram cedidas certidões negativas à Fazenda Xavantina S/A relativas a uma área aproximadamente dezoito vezes maior que a área então recuperada pelos índios... Os cemitérios das antigas aldeias parecem ter sido sistematicamente destruídos com o intuito de roubar aos índios tal direito... A intenção dos índios foi reaver integralmente a área de que foram despojados e as tensões foram de tal forma se agravando que, diante da sua disposição em enfrentar os jagunços da Fazenda Xavantina e possivelmente morrer pela terra, o governo viu-se forçado a conceder-lhes uma área satisfatória" (1980:39).

A retomada das duas sub-regiões dos rios Kuluene e do Couto Magalhães acontece praticamente de maneira simultânea e segundo as mesmas estratégias que têm como paradigma o retorno do grupo liderado por Benedito Roadzo, conforme visto anteriormente. Assim é que, partir de 1974, segmentos de grupos locais xavante que ainda permaneciam no Posto Indígena Paraíso (atual Terra indígena Bakairi) retornam gradativamente aos territórios locais de suas antigas aldeias na sub- região do Kuluene e lá encontram não só grandes fazendas, como o "Vilarejo do Patrimônio", construído e ocupado por sertanejos. Uma das atuais lideranças xavante que participou ativamente do retorno à região do Kuluene assim descreveu o acontecimento:

"Em 1972, chegou quatro famílias. Aqui só fazendeiro. Posseiro. Então fazendeiro e posseiro está juntando, brigar contra nós. Xinga muito comigo. Em 1974 eu trabalhar sozinho, junto de posseiro. Cheguei primeiro em Brasília, dia 15 de dezembro de 1974. Sai para cá Brasília, estrada de Goiânia. Eu, Barnabé, e meu cunhado Benjamim. Eu pedi primeiro área. Mas presidente FUNAI, general Ismart Araujo Oliveira ele marca área do tapera antiga, marca urgente, 1975. Aumentou Xavante, pessoal do Paraíso estava chegando aqui, pessoal da Aldeinha também. Eu pedi presidente de FUNAI 13 mil litros de óleo diesel mandar de Cuiabá, e aí trazer pessoa para cá. E agora está botando aldeia. C. primeiro passou aqui na Aldeona. Veio pedir fazenda Xavantina. Ai avisei ele para morar junto na Aldeona, mas C. não queria morar no Culuene, ele quer ir morar no Couto Magalhães. Ai demarcou área do Parabubu. C. pôs o nome de tudo como Parabubu. " (Chefe político A.- outubro de 2001)

Nesse depoimento há um outro padrão implícito que aparece nas estratégias implementadas pelos grupos locais xavante de maneira generalizada, não só naquela situação histórica caracterizada pelo retorno às frações territoriais da Região 3, como nas que permeiam as reivindicações pelas revisões de limite das suas atuais terras indígenas: uma aproximação lenta e uma pressão posterior sobre os ocupantes de seus territórios

locais – sejam eles grandes fazendeiros ou pequenos posseiros –, associadas às viagens até a sede do órgão tutelar em Brasília, na qual as demandas são oficializadas. É o que, na perspectiva xavante, denomina-se como “amansamento do branco”. Apesar de não ser ainda o momento adequado para adentrar nos detalhes da questão do nome da T.I. Parabubure, note-se a referência direta que o interlocutor faz a esse fato: “*C. pôs nome em tudo como Parabubu[re]*”.

Devido à enorme pressão dos Xavante, e mesmo diante da resistência de “funcionários graduados da Funai, com raras exceções” (Lopes da Silva, 1980:5), são demarcadas a Reserva Indígena Couto Magalhães (1975) e a Reserva Indígena do Kuluene (1976), cada uma com uma média de 50.000 mil hectares.

Curiosamente, antes que a Funai admitisse as demarcações dessas duas reservas, o P.I. Batovi, ainda no ano de 1965, seria transformado na Reserva Indígena Xavante Marechal Rondon (com 65.000 hectares) para abrigo dos grupos locais xavante que ali tinham se refugiado ainda na década de 1950 e que não tinham empreendido o retorno para a Região 3, conforme fizeram outros segmentos ali abrigados. A decretação das terras das missões salesianas de São Marcos e Sangradouro como terras Xavante - no ano de 1972 – também se deram antes da demarcação das reservas indígenas do Kuluene e Couto Magalhães.

É muito provável que todo o esforço da agência indigenista estivesse concentrado em fazer com que a totalidade dos segmentos de grupos locais xavantes desestivesse desse retorno, já que as três novas terras para eles demarcadas – Marechal Rondon, São Marcos e Sangradouro – mantinham-nos devidamente afastados de seus territórios originais na Região 3, ocupados, como vimos, desde os tempos da divisão ocorrida em Tsorepré, quase um século antes. Aliás, é preciso ressaltar que o rio Kuluene, da mesma maneira que o rio das Mortes para os grupos locais da Região 1, aparentemente se manteve durante um bom tempo como uma fronteira “étnica” diante de outros grupos indígenas e frentes de contato dos “waradzu”. Os relatos nativos sobre a ocupação da Região 3, assim como as imagens produzidas na década de 1950 sobre a totalidade do “segundo território xavante”, como demonstrei no capítulo 4, corroboram essa constatação. É por isso também que tenho designado como **3a** e **3 b** as sub-regiões nas quais se localizam as terras indígenas xavante São Marcos, Sangradouro e Marechal Rondon: elas são, mas do que qualquer outra terra indígena atual dos Xavante, o resultado mais evidente – e mais enviesado - dos processos de territorialização que foram implementados de maneira geral sobre todos os grupos locais

xavante no decorrer de décadas. No mapa abaixo apresento a síntese espacial dessa discussão.

Figura 85: Reservas Xavante – Região 3 (Década de 1970)

- **As terras indígenas xavante demarcadas na Região 3: resultado do retorno dos Xavante a bacia do Kuluene e Couto Magalhães**

Letra A: Reserva Indígena Xavante Kuluene. (1975)

Letra B: Reserva Indígena Xavante Couto Magalhães (1976)

Letra C: Área pleiteada a partir de 1977. (ver mais abaixo a seção “unificação das reservas indígenas Couto Magalhães e Kuluene”).

- **As terras indígenas xavante demarcadas na Sub-região 3a: resultado da expulsão dos grupos locais xavante da Região 3 na década de 1950.**

Letra D : Reserva Indígena Xavante Marechal Rondon (1965-ex-P.I. Batovi)

- **As terras indígenas xavante demarcadas na Sub-região 3b: resultado da expulsão dos grupos locais xavante da Região 3 na década de 1950.**

Letra E: Reserva Indígena Xavante de Sangradouro (1972- ex-missão salesiana)

Letra F: Reserva Indígena Xavante de São Marcos (1972 - ex-missão salesiana)

Letra G: Reserva Indígena Bakairi (1965 - ex-P.I. Simão Lopes e Paraíso, ocupados por grupos locais xavante até o início da década de 1970)

Apesar das conquistas – sempre situacionais, na perspectiva xavante - propiciadas pelas demarcações das reservas indígenas do Couto Magalhães e Kuluene, esses segmentos de grupos locais - que gradativamente iriam sendo ampliados com o retorno de parte dos grupos domésticos abrigados nas terras já demarcadas nas sub-regiões 3a e 3b (Marechal Rondon, Sangradouro e São Marcos) - continuariam inconformados com o tamanho daquelas reservas.

O próximo passo da estratégia de “desencapsulamento territorial” implementada pelos grupos locais xavante da antiga Região 3 redundaria, finalmente, na produção da Terra Indígena Parabubure.

6.4. E assim se formou Parabubure

Enquanto o Estado brasileiro admitia oficialmente o direito de retorno de parte dos grupos locais xavante a frações da Região 3, continuava de maneira gradativa o regresso de novas levas de grupos domésticos abrigados nas três reservas demarcadas nas sub-regiões 3a e 3b – São Marcos, Sangradouro e Marechal Rondon. Em 1977, lideranças Xavante, então já com elevado prestígio político, retornam da missão de Sangradouro para as Reserva Couto de Magalhães e Kuluene, juntando-se aos grupos locais já ali residentes e aquecendo a luta contra a “Fazenda Xavantina”¹⁴².

¹⁴² Noto que a parte que sobrou da antiga área dessa fazenda é reivindicada atualmente pelos grupos locais xavante no processo de revisão de limites da T.I. Parabubure (Área IV).

Parte dessas lideranças nasceu na Aldeia de Parabubu e presenciou de perto a chacina efetuada por brancos, que vitimou segmentos do seu grupo local em meados da década de 1950. Esse processo se repetirá à exaustão com diversas outras lideranças xavante e seus grupos domésticos. A maioria das lideranças que empreenderam o retorno para o Couto Magalhães e Kuluene são as mesmas que reivindicam atualmente a revisão dos limites da Terra Indígena Parabubure, a qual, nesse momento – estamos por volta de 1978 –, ainda não tinha sido criada.

Entre 1978 e 1980, após a conquista, anos antes, de parte das duas sub-regiões que compunham a antiga Região 3 – reservas indígenas do Kuluene e do Couto Magalhães – o conjunto de grupos locais xavante de ambas as reservas passam a reivindicar a sua unificação.

“Neste contexto, Couto Magalhães e Culuene foram aliados potenciais e houve acordos explícitos entre seus líderes no caso do enfrentamento com a Fazenda Xavantina, vizinha comum e igualmente odiada pelas seis aldeias”. (Lopes da Silva, 1980:8)

Figura 86: Proposta de unificação das Reservas Kuluene e Couto Magalhães.

A pressão xavante na região ganha dimensões quase que incontroláveis e a região torna-se objeto de estudo da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. (Jorge Luiz de Paula, 1997).

No Estudo 220/3ª SC/79, de autoria da Secretaria Geral do CSN, são previstas diversas situações possíveis para o litígio em vigor. Dentre elas, é encaminhada a sugestão de se unificarem as duas reservas Xavante, do Kuluene e do Couto Magalhães. Abaixo, seguem trechos do referido estudo:

“O nível de tensão na área é bastante elevado, estando a comunidade indígena plenamente consciente de seus direitos legais e da luta para readquirir, pelo menos parcialmente, seus antigos territórios. Os incidentes entre os silvícolas e a população envolvente são freqüentes.”(...) A solução aventada será de corajosa implementação já que ferirá interesses econômicos de grupos poderosos com amplas ligações e ingresso em diferentes níveis da administração pública.(...) Cabe entretanto observar, com inteira isenção de ânimo e pré-disposições, os seguintes fatos incontestáveis:- O grupo indígena pré-existiu ao civilizado; - O grupo indígena foi expulso da região por pressão armada e biológica; - A área pretendida é fração da anteriormente ocupada pela comunidade; (...) Nas reuniões mantidas em Brasília e nas aldeias, o grupo indígena externou seu contentamento e satisfação com os limites ora propostos, conscientizando-se do descabimento da pretensão que mantinham sobre o vale do Ribeirão Piranhas e a gleba a leste do Ribeirão Felipe” (Estudo nº 020/3ª-SC/79- Conselho de Segurança Nacional apud Jorge Luiz de Paula, 1997 - Grifos meus).

Seguindo as recomendações propostas no Estudo do CSN, é criada e demarcada a Reserva Indígena Parabubure que unifica as duas reservas numa só.

Ressalto aqui que, desde então, emergiu uma questão que está na agenda diária dos grupos locais xavante até os dias de hoje e a qual fiz alusões no decorrer da tese. O nome “Parabubure” foi dado a essa terra indígena xavante porque, no momento em que o Estado nacional aceitou a unificação das duas antigas reservas, a liderança mais proeminente do Couto e do Kuluene “para fora” já tinha se tornado então um grande chefe político. Nascido na aldeia Parabubu, presenciou o encontro do corpos de seus parentes mais próximos na chacina a que já fiz referência. Para muito xavante atuais de Parabubure, a unificação das duas antigas reservas não teria acontecido se não fosse pela sua tenacidade. Entretanto, para muito outros, o nome “Parabubu[re]” é o nome apenas a designação de uma das “áreas nativas” da antiga Região 3, e jamais poderia ter ganho a dimensão que ganhou ao se transformar no nome da terra indígena como um todo. Note-se que a enquanto a aldeia – e a suposta área nativa - é denominada como “Parabubu”, a terra indígena é “Parabubure”.

Isso seria um dado insignificante se não fosse pelo fato de que a partícula “re” quando no final de uma palavra xavante implica em diminutivo: podemos supor assim, que a terra indígena, na perspectiva do chefe político xavante que lhe nomeou, seria “menor” em termos simbólicos do que sua aldeia, o que não seria nada surpreendente em se tratando da lógica sócio-espacial xavante.

A proposta que fiz de mudança do nome da T. I. Parabubure e a distinção em subáreas com os nomes tradicionais pretendidos pelos conjuntos de seus grupos locais – Nrotsurã, Oniudo, Parabubu, Isoupá, Hu’uhi, Eterairebere (ver Capítulo 1) - foi uma tentativa de resolver “por cima” essa pendenga absolutamente associada ao vigoroso “sistema de nomeação” Xavante, que continua incólume, e às distinções entre territórios locais. Portanto, estamos diante de uma lógica espacial que não exclui a idéia de fronteiras, pelo menos é o que tenho buscado demonstrar.

Retomemos o circuito histórico.

Em 1979, o próprio ministro do Interior, Mario Andreazza reconhece - ao encaminhar a proposta de união das reservas indígenas Xavante do Couto Magalhães e do Kuluene - a maneira pela qual os Xavante que habitavam aquela região até 1950 foram de lá expulsos:

“Acossados pelas doenças, pela fome e pela violência, os índios foram obrigados a abandonar a região e buscar abrigo junto às missões religiosas e aos postos do antigo Serviço de Proteção aos Índios. Em 1955, os índios da Aldeia Onhinutire (Oniudo) refugiaram-se no Posto Indígena Simão Lopes; em 1957, os de Parabubure fugiram para a missão de Sangradouro; em 1956/1958, os de Wedete e Rituwawe asilaram-se na missão de Merure; em 1958/1959, os de Parawanháradze acoutaram-se em São Marcos, ficando o vale, dessa forma, inteiramente aberto à instalação dos civilizados. É imperioso destacar que o abandono temporário da área pelos Xavante deveu-se a três razões fundamentais: a cura de doenças, o preparo de uma geração nos hábitos e costumes dos civilizados e a busca de armas e remédios.” (Andreazza, Mario David, FUNAI – Processo 0015/80 – Folha 02)

Ressalte-se que o próprio Conselho de Segurança Nacional admitiu que mesmo a Terra Indígena Parabubure era fração do “território Xavante”, vislumbrando assim a continuidade das reivindicações pela revisão dos seus limites, que passariam a se tornar uma constante até os dias de hoje e que desembocaria na situação etnográfica apresentada no Capítulo 1 desta tese.

“Esta subchefia crê que a área proposta atende perfeitamente às aspirações e às necessidades atuais e futuras do grupo ameríndio. Que a área englobada é

apenas uma porção da anteriormente sob o domínio e posse da nação Xavante, que precedeu de muito a corrente civilizada." (Estudo nº 020/3ª-SC/79- Conselho de Segurança Nacional apud Jorge Luiz de Paula, 1997 - Grifos meus).

O resultado desse longo processo de expulsão (década de 1950) e de retorno dos grupos locais xavante a frações territoriais da Região 3 (década de 1970), convergiu, finalmente, para os contornos da T.I. Parabubure (1980), conforme indicados no mapa abaixo. Em destaque no mapa algumas das aldeias mais antigas fundadas pelos xavante antes do período da “pacificação” (1950), referências paradigmáticas para os grupos locais xavante no processo de retomada dessa fração da antiga Região 3. A grande maioria delas foram “refundadas” no antigo local em que se situavam e encontram-se atualmente ocupadas pelos grupos locais que têm suas biografias territoriais a elas vinculadas historicamente.

Figura 87: Os limites da T.I. Parabubure em 1980

6.4.1 A dinâmica sócio-espacial xavante “para dentro”

Maybury-Lewis classificou a “Sociedade Xavante” em duas regiões sócio-espaciais - os Xavante “Orientais” e os “Ocidentais” – que, na minha proposta de distinção por regiões territoriais, abarcam, respectivamente, as Regiões 1, 1a e 2 (Rio das Mortes – em suas duas margens - e Maraiwatsede) e a Região 3 (rios Couto Magalhães, Kuluene e as terras indígenas derivadas do processo de territorialização na década de 1950 – sub-regiões 3a e 3b). Essa distinção se assenta particularmente em pequenas diferenças notadas pelo autor no que diz respeito a alguns aspectos da estrutura social Xavante, particularmente, na ordem de sequência das classes de idade e na presença ou não das metades exogâmicas. (Ver Capítulo 2). Reapresento a Figura 12 na qual está indicada essa distinção sócio-espacial.

Figura 12: Divisão entre “Xavantes Ocidentais” e “Orientais” (Maybury-Lewis)

Lopes da Silva (1980) tornou mais complexa essa distinção e, para tanto, apresentou três “grandes grupos de comunidades” Xavante a partir das seguintes variáveis: “a) a intensidade e a qualidade dos contatos entre aldeias: parentesco e relações políticas de aliança, disputa ou cisão; b) continuidade ou não de permanência no território que ocupavam

na época do contato; perda total/parcial do território original (à época da ‘pacificação definitiva’, durante a década de 40) ou a recuperação parcial/total do mesmo; c) os agentes do contato: representantes do Estado ou da Igreja cujas influências mais marcaram as relações do grupos Xavante com a sociedade nacional.” (Lopes da Silva, 1980:3).

O primeiro grupo seria composto por membros das terras indígenas de Areões e Pimentel Barbosa (Região 1; o segundo pelos das terras indígenas Marechal Rondon e da região do rio Kuluene (sendo que a este último estariam ainda vinculados membros da região do rio Couto Magalhães –Região 3 e 3a) e um terceiro grupo formado pelos habitantes de Sangradouro e São Marcos (que também teriam vínculos com parte dos grupos locais do rio Couto Magalhães.Região 3 e 3b). Note-se que não há menção na figura abaixo (88) ao grupo de Maraiwatsede que ocupava a Região 2 no mapa, evidentemente porque, como vimos, daquele lugar já tinha sido expulso por volta de 1966. Ressalte-se que a autora indica esse processo de expulsão e do posterior abrigo na missão salesiana de São Marcos (Lopes da Silva, 1980:9)¹⁴³.

¹⁴³ Como bem me lembrou Brito Vianna, o processo de incorporação do grupo de Maraiwatsede aos demais conjuntos de grupos locais xavante, que os abrigaram em suas terras indígenas, seria um tema de pesquisa instigante. Indícios de que não se tratou de uma incorporação nada fácil podem ser encontrados de maneira esparsa na etnografia (Maybury-Lewis, 1984[1967]; Sbardellotto, 1996 etc) como também nos relatórios de identificação de terras xavante. Não é por acaso que o conjunto de grupos locais que conforma hoje o “povo de Maraiwatsede”, apesar de todas as resistências políticas e jurídicas que têm encontrado, não abrem mão do “direito ao retorno” aos seus “territórios ocupados” na Região 2. (ver Capítulo 5)

Figura 88: Grupos de comunidades xavante – Lopes da Silva

Basicamente, a dinâmica sócio-espacial xavante, após a expulsão e o retorno da Região 3, foi essa apresentada com propriedade pela autora. Entretanto, como espero demonstrar abaixo, há alguns fatores que complexificam um pouco mais essa distinção em "três grandes grupos de comunidades xavante", conforme assinalou Lopes da Silva.

Após a unificação das reservas Couto Magalhães e Kuluene em 1979, que vieram a conformar situacionalmente os limites da Terra Indígena Parabubure até a década de 1990, um intenso processo de fissão de grupos locais abrigados nas aldeias tradicionais recuperadas no bojo do processo de retomada parcial da Região 3 passa a se manifestar não só em Parabubure como, de maneira geral, em todas as demais terras indígenas xavante.

No caso de Parabubure, esse processo pode ser datado no começo da década de 80, com o processo inicial de divisão de três das grandes aldeias tradicionais para as quais grupos locais tinham retornado na gênese de seus retornos à Região 3: "aldeia Aldeona" (micro-região da antiga Oniudo), na sub-região do rio Kuluene; "aldeia Couto Magalhães"

(localizada numa micro-região denominada por alguns grupos locais Xavante como Norotsurã) e Parabubu, ambas na sub-região do rio Couto Magalhães. (Ver Figura 89 – abaixo)

Os dados de Lopes da Silva (1980:16) confirmam a existência dessas três grandes aldeias em Parabubure ao final da década de 1980 :

*“Em 1974 havia uma aldeia por reserva. Atualmente [1980] só em Pimentel Barbosa, Batovi e Areões é que há apenas uma reserva. No Batovi isso se explica pelo pequeno número de habitantes da Reserva [Marechal Rondon]; em Areões há, desde alguns anos, planos para a divisão da aldeia, a facção minoritária preparando-se para ocupar uma área distante da sede do Posto Indígena junto ao qual se localiza a aldeia atual. Nas demais reservas, os Xavante hoje organizam-se em duas (Sangradouto), **em três (Couto Magalhães e Kuluene)** ou cinco aldeias (São Marcos).”*

Note-se ainda que a autora faz alusão ao fato de que uma “facção minoritária” teria planos “há alguns anos” para se retirar da única aldeia existente na “Reserva Areões” indicando assim indícios de que os processos fragmentários nesse momento histórico ainda não se davam de maneira abrupta. Esse padrão não pode ser generalizável para a dinâmica sócio-espacial xavante em qualquer tempo. Talvez a manutenção dessas grandes aldeias durante toda a década de 1970 deveu-se a um contexto histórico que exigia dos grupos locais xavante a unidade política que, por suas vez, estava associada à dependência destes grupos à assistência propiciada pela Funai nos Postos Indígenas. Lembro que esse padrão de fragmentação mais lento identificado nessa “situação de reserva” (Oliveira Filho, 1988) pode ser encontrado no processo de gênese da ocupação xavante do leste matogrossense quase um século antes, particularmente no contexto de convivência entre seus diversos grupos locais na “aldeia-mãe” Tsorepré (Ver Capítulo 5 – Seção 5.1.2.).

Como havia afirmado anteriormente, a partir da década de 1980, numa nova etapa da dinâmica sócio-espacial xavante, os processos de divisão entre os conjuntos de grupos locais xavante aumentariam expressivamente dando origem a dezenas de novas “aldeias”, com composições demográficas absolutamente variadas. Diferentemente do momento vivido durante a década de 1970, no qual os grupos xavante estiveram enredados numa situação bastante indefinida e vulnerável em relação à luta pela, a partir da década seguinte - com a grande maioria das terras que haviam reivindicada relativamente reconhecidas oficialmente - surgiram outros fatores vinculados diretamente ao processo de autonomia (econômica e política) que os grupos locais Xavante passarão a experimentar numa nova situação histórica. Dentre alguns dos fatores mais importantes que estão por detrás da

intensificação dos processos tradicionais de fragmentação dos grupos locais Xavante - que passariam a incorporar novos elementos ao exercício de sua dinâmica sócio-espacial – e, seguindo Lopes da Silva (1980), pode-se apontar: a) ocupação territorial estratégica dos territórios parcialmente recuperados, visivelmente articulada a um notável crescimento demográfico; b) desavenças e alianças políticas históricas entre grupos locais; c) a afirmação e emergência de novos papéis sociais (caciques, secretários, professores; agentes de saúde; diretores de associação, vereadores; etc); d) a política de “uma aldeia por projeto” implementada pela Funai a partir do “Projeto Xavante” (Graham, 1986); e) e, mais recentemente, e de maneira ainda tímida, parcerias com ONGs.

A observação que fiz a respeito da ausência da identificação das motivações tradicionais no diagnóstico realizado por Ferraz & Rodrigues (1992 – Capítulo 5 – Seção 5.2.) sobre a dinâmica sócio-espacial de Maraiwatsede pode certamente ser replicada para o caso de Pararabubure.

No mapa a seguir (FIGURA 89), está indicada a maioria das atuais aldeias xavante presentes na T.I. Parabubure, além dos Postos Indígenas da Funai aos quais elas se subordinam administrativamente (distinguidos por traços roxos). Distingui também, com um traço vertical em amarelo, as sub-regiões do Kuluene e do Couto Magalhães, indicando aproximadamente, nesse caso, as antigas fronteiras existentes entre as antigas “reservas” de mesmo nome.

Em vermelho estão indicadas as primeiras aldeias que foram reocupadas pelos segmentos de grupos locais xavante ainda durante a década de 1970 e início da década seguinte. Em azul indico as aldeias que primeiramente se derivaram dessas “aldeias-mães”, durante a década de 1980 ainda. Note-se que, na grande maioria delas, seriam criados novos postos indígenas. Por fim, em verde, as aldeias mais contemporâneas, normalmente derivadas de uma aldeia que deu origem a cada um dos postos indígenas.¹⁴⁴ Note-se ainda que indico entre parênteses a data de “refundação” das aldeias mais antigas e prestigiadas, seus nomes nativos e o local no qual os segmentos xavante que para elas retornaram estavam abrigados.

Ressalto que se trata de uma “aldeia por cacique”, numa paráfrase de Graham (2000). Não estamos pois falando de grandes chefes políticos – como o foram Apti’sí’ré’, Apowe, Oribewe, Rai’rí’te, Wa’rai’ró, e, como vêm se constituindo tantos outros em atividade - que, necessariamente, são os portadores das decisões coletivas mais importantes de um conjunto de grupos locais pensados em termos tradicionais. É por isso que um antropólogo-identificador que trabalha com os Xavante não se depara com lideranças, mas com verdadeiras biografias territoriais. Ressalto entretanto que para se constituir como um ‘chefe político’ entre os xavante são necessários outros diversos atributos e prerrogativas - dentre eles uma auto-identificação (sempre em disputa) com ancestrais míticos que, via de regra, se expressa na herança de grandes nomes de prestígio do passado -, a condição de cacique, apesar de distante daquelas exigências, também não é algo fácil de se alcançar. Note-se que, em cada uma dessas sub-regiões, há divisões menores que se refletem na distinção e organização dos conjuntos de aldeias subordinados aos postos indígenas. Atualmente (2006), existem quatro postos indígenas em cada uma delas. Assim como a fragmentação das aldeias é uma constante, suas reorganizações em novos postos indígenas, apesar de mais lenta, também o são. Dentre tantos fatores para esse processo “administrativo”, um dos mais importantes é a disputa pelo controle dos recursos repassados pela Funai para cada posto indígena – disputa que se revela, por seu turno, pelos conflitos em torno de qual liderança vai chefiá-lo. De qualquer forma, nessa complexa trama que articula a dinâmica fragmentária xavante às estratégias colonialistas tardias, é possível perceber que determinados grupos locais mantêm entre si uma maior proximidade e uma certa homogeneidade política. Formam-se, assim, conjuntos de grupos

¹⁴⁴ Ressalto ainda que já existem pelo menos mais de uma dezena de novas aldeias espalhadas pela T.I. Parabubure como um todo, só que não obtive dados suficientes para identificá-las com um mínimo de precisão.

locais entre os quais, por sua vez, a relação é de distanciamento político. São desses conjuntos, a seguir identificados, que partem os pedidos de revisão dos limites da T.I.Parabubure, conforme apresentados no Capítulo 1.

a) conjunto de aldeias subordinadas aos P.I.s Parabubure e Palmeira; b) conjunto de aldeias subordinadas aos P.I.s Kuluene, Ita e Estrela; c) conjunto de aldeias subordinadas ao P.I. Xavante. As aldeias que formam os P.I.s Campinas (sub-região do Kuluene) e P.I.Oribiwe (sub-região do Couto Magalhães), apesar de terem apresentado dissensões políticas explícitas em relação aos pedidos de revisão de limites encabeçados pelos demais conjuntos de aldeias, podem ser identificadas, respectivamente, como vinculados ao conjunto (c) e (a).

Na perspectiva nativa, apesar de não haver consenso integral sobre o assunto, esses três conjuntos de “micro-regiões” são identificados, respectivamente, como “Parabubu” (“batata”), “Oniudo ou Onhiturê” (“córrego fundo”) e “Norôtsu’rã” (“babaçu de folha preta”) que são, por sua vez, os nomes das três aldeias centrais que se localizam em cada um dos referidos territórios. Demonstrando a falta de consenso integral sobre a composição desses conjuntos territoriais, se as aldeias do P.I. Campinas podem ser vistas como pertencentes ao conjunto Oniudo, às do P.I. Oribewe ora são identificadas como ligadas a Parabubu, ora a Norôtsu’rã. Tem um fator a complicar mais ainda essa distinção nativa: uma das lideranças mais proeminentes de Parabubu rechaçou enfaticamente a possibilidade da “Funai” oficializar a denominação de “Norotsu’rã” para a Área III reivindicada pelos grupos locais vinculados administrativamente ao P.I. Xavante. Seu discurso indignado confirmou a fala de outros interlocutores xavante que haviam assinalado que esse nome estaria associado a um “grande chefe xavante que não deixava os xavante brigarem [entre si]”. A liderança de “Parabubu” – e não da T.I. “Parabubure” - afirmou ainda que a “área deles”, quer dizer, a reivindicada pelos grupos locais do P.I. Xavante, poderia chamar “Norowede” (“babaçu”), se assim o quisessem, mas nunca “Norotsu’rã”. Como “Norotsu’rã” significa “babaçu de folha preta” é bem provável - não pude comprovar isso em campo - que estejamos diante de conflito que os etnógrafos pioneiros identificaram como associados a disputa de prerrogativas de linhagens clônicas: *“norotsu’rã tedewa” – donos do babaçu de folha preta*¹⁴⁵. Em síntese, a lógica espacial nativa está totalmente impregnada pelo complexo sistema de nominação Xavante.

¹⁴⁵ Não saberia dizer se “Norôtsu’rã” seria também o nome de um ancestral fundador de “troncos”, conforme aqueles identificados por Lopes da Silva (1980). Ressalte-se que o mapeamento da autora sobre os troncos xavante – conforme apresentado no Capítulo 2 – foi realizado na aldeia P.I.Paráiso,

Importante ressaltar que já não é mais possível identificarmos mecanicamente cada aldeia a um grupo local, esforço heurístico que utilizei temerariamente durante boa parte desta tese. Agora, o que temos são pequenas aldeias-satélites vinculadas através de parentesco e de cerimoniais à mesma “aldeia-mãe” da qual se originaram. Certamente esse não é um processo estático, já que, pelo que podemos extrair da análise da dinâmica sócio-espacial xavante, as suas grandes e mais prestigiadas aldeias não sobrevivem para sempre, até porque são produtos de contextos históricos mais ou menos duráveis. Não é por acaso que das inúmeras aldeias antigas da Região 3, fundadas ainda antes do (re)contato oficial de grupos locais Xavante com a sociedade nacional na década de 1950, somente algumas delas mantiveram seu prestígio político e simbólico até os dias de hoje.

No quadro a seguir, estão apresentados os totais populacionais por micro-regiões da T.I. Parabubure. No Anexo II, é possível verificar dados mais detalhados sobre a dinâmica demográfica de cada aldeia e dos postos indígenas. Adianto que o leitor encontrará aldeias com mais de 200 pessoas como outras com 15, o que corrobora a constatação que fiz acima a respeito da inadequação da associação de grupo local/aldeia e, por outro lado, que tais aldeias fazem parte daqueles três conjuntos territoriais a que fiz referência (Parabubu, Norotsu’rã e Oniudo).

Quadro 11- Dinâmica populacional na Região 3 (1977-2006)

	1977 Funai	1984 Funai	1988 Funai	1996 Funai	2000 DSEI	2003 DSEI	2006 DSEI
“Oniudo” (sub-região Kuluene)	710	1279	1596	1827	2339	2713	2992
“Parabubu” (Couto Magalhães)	111	131	404	464	514	638	797
Norôtsu’rã (Couto Magalhães)		604	585	819	1018	1199	1690
T.I. Parabubure	821	2014	2585	3110	3871	4550	5479

ocupada por grupos locais vinculados historicamente ao conjunto “Oniudo” (atualmente, as aldeias do P.I.Kuluene (T.I.Parabubure) e as terras indígenas Marechal Rondon, Ubawawe e Chão Preto.).

A maioria das aldeias fundadas antes de 80 tem como origem os segmentos de grupos locais que retornaram das terras indígenas São Marcos, Sangradouro e Marechal Rondon e do P.I. Paraíso. Entretanto, retomando aqui a promessa que fiz acima de tornar mais complexa a distinção entre os três conjuntos de comunidades apresentada por Lopes da Silva, já nesse processo inicial de reocupação da T.I. Parabubure podem-se notar aldeias que foram fundadas por grupos locais provenientes de lugares distintos daqueles que a literatura xavante apresentou até esse momento. Assim, na sub-região do Kuluene temos grupos locais não só provenientes do P.I. Paraíso e do Batovi (T.I. Marechal Rondon), mas também grupos de São Marcos (aldeias Santa Cruz, Baixão e Campinas) ; na sub-região do Couto Magalhães, grupos advindos de Areões (Aldeia Santa Clara). Além disso, há algo que torna essa trama ainda mais complexa: algumas das lideranças com as quais conversei deixaram bastante evidenciado que suas “biografias territoriais” após a expulsão da Região 3 na década de 1950 estão associadas a constantes mudanças: assim, o cacique de uma aldeia atual do P.I. Parabubu (sub-região do Couto Magalhães) disse-me que saiu pequeno da aldeia Oniudo (sub-região do Kuluene), foi abrigar-se no P.I. Batovi (atual Marechal Rondon) e, em seguida, Sangradouro, antes que retornasse para o Kuluene; a aldeia que viria depois a fundar, porém, fica, como já disse, na sub-região do Couto Magalhães. As lideranças do grupo local de uma aldeia subordinada ao P.I. Xavante (Couto Magalhães-Região 3) encontram-se aparentemente em situação de exílio em Parabubure, assim como outros grupos locais a elas vinculados em Areões e Pimentel Barbosa (Região 1). Trata-se do “Povo de Maraiwatsede”, originários da Região 2. Foram vários os exemplos coletados a respeito dessas interconexões entre conjuntos de grupos locais tradicionalmente e relativamente distintos e autônomos entre si.

Em vista dessas informações etnográficas – não só as deste capítulo, mas também dos anteriores –, posso apresentar uma outra maneira de representar o “conjunto de comunidades xavante”, a partir do mapa elaborado por Lopes da Silva e articulando todas as atuais terras indígenas xavante.

Figura 90: Interconexões entre as Regiões Territoriais Xavante e suas atuais terras indígenas

6.5. O “fracasso” do “Grande Cerco de Paz”

A partir do movimento de territorialização desencadeado sobre o conjunto de grupos locais xavante durante a década de 1950 no leste matogrossense, povoados, cidades, grandes fazendas dedicadas à agropecuária, além de assentamentos para reforma agrária foram sendo criados¹⁴⁶. O marco simbólico da chegada da “civilização” ao que denominei nessa tese como o “segundo território xavante” foi, como vimos, a fundação da cidade de Xavantina pela Fundação Brasil Central ainda no início da década de 1940. Abaixo, indico as cidades principais que foram criadas e consolidadas durante as décadas posteriores,

¹⁴⁶ “A consequência imediata dessa política econômica sobre a região habitada pelos Xavante foi a intensificação significativa da migração espontânea, resultado da instalação tanto de cooperativas de assentamento de posseiros como de empresários. O salto demográfico é visível: Mato Grosso passou de 330.610 habitantes em 1960 para 612.887 em 1970 e 1.169.812 em 1980 (Lopes, 1988:50-2). Ilustrativa, a esse respeito, é a relação de 64 projetos de pecuária aprovados pela SUDAM em 1970 nos municípios de Barra do Garças e Luciara, no Mato Grosso (Davis, 1989:145-7). (...) Segundo Menezes (1982:64), os empreendimentos agropecuários e os projetos fundiários na região, a partir do início da década de 70, transformam-na numa das maiores produtoras de arroz do mundo.” (Lopes da Silva, 1992:374).

processo intrinsecamente associado à territorialização específica dos conjuntos de grupos locais xavante¹⁴⁷.

Quadro 12: Fundação das principais cidades

Município/ Fundação oficial	Gênese	T.I. Xavante
Água Boa (1976)	1950-1960: "doação de terras" pelo governo estadual para empresários do sul e sudeste para implantação de projetos de colonização	Pimentel Barbosa
Barra do Garças (1961)	1943- Base da FBC	São Marcos
Campinópolis (1986)	1973, povoado de Jatobá (extensão da colonização de Xavantina)	Parabubure
Canarana (1979)	1971 -Cooperativa Colonizadora 31 de Março	Pimentel Barbosa
(Nova) Xavantina (1986)	1943 – base da FBC	Parabubure Areões
Santo Antonio do Leste (1998)	----	Parabubure/Ubawawe
Novo São Joaquim (1986)	1950 – influência da FBC	Parabubure/Ubawawe
Paranatinga (1979)	1963 – mineração de diamante	Marechal Rondon

¹⁴⁷ Para uma análise da ocupação de segmentos não-indígenas na região leste matogrossense numa perspectiva antropológica ver, por exemplo: Oliveira, Luís Roberto Cardoso – Colonização e Diferenciação: os colonos de Canarana. Dissertação de Mestrado PPGAS – Museu Nacional/UFRJ. 1981; FRANÇA, Maria Stela de Campo – Xavante, pioneiros e gaúchos: relatos heróicos de uma história de exclusão em Nova Xavantina, Dissertação de Mestrado. PPGAS/UNB. 2000.

Apesar de não pretender me deter nesse assunto, a grande maioria desses municípios é cotidianamente freqüentada pelos Xavante de modo geral. Mais do que isso, os grupos locais xavante disputam acirradamente o “controle” desses municípios de maneira confessa. Apenas uma ilustração desse fato. Um pequeno distrito que está ainda em fase de formação – São José do Couto (também chamado pelos regionais e pelos Xavante como São José do “Coult”) – já tem “dono”, segundo uma das lideranças xavante que participou da identificação da Área IV: ele mesmo. E assim acontece com Paranatinga, Campinápolis, Xavantina. A implementação de administrações regionais pela Funai, reivindicadas constantemente pelos grupos locais xavante, segue essa lógica.

No segundo conjunto de formações sócio-espaciais que constituem o modelo de território de um grupo local xavante (Capítulo 3, Figuras 27 e 28) – as áreas de caça e coleta – ,apesar de agora em grande parte “ocupado” por outras lógicas de espacialização (fazendas, assentamentos, cidades), podemos vislumbrar ainda a produção de fronteiras estratégicas entre os grupos locais xavante, num processo dinâmico de incorporação de novos elementos às suas expressivas territorialidades.

Representemos visualmente uma situação hipotética na qual os grupos locais xavante que tinham sido expulsos das Regiões 2 e 3 e atraídos para a banda leste do rio das Mortes, no caso dos da Região 1, não tivessem empreendido suas incríveis sagas de travessias e retravessias dos seus rios mais simbolicamente significativos: Kuluene, do lado ocidental, rio das Mortes, do lado oriental. Lembre que nesses processos se formaram as regiões anexas 3a, 3b e 1a, como já observado anteriormente.(Ver Capítulo 5-Figura 72). Além disso, incorporo desse mapa hipotético (FIGURA 91, abaixo) alguns dos municípios citados acima e outros, como de Gaúcha do Norte, que atualmente são, em grande parte, pólos de produção de grãos, particularmente, a soja.

O resultado desse longo processo de territorilização que visou claramente a desocupação das regiões xavante 1,2 e 3 para a colonização – uma espécie de “grande cerco de paz” de duração efêmera – seria esse:

Figura 91: Um “Grande Cerco de Paz” efêmero

Entretanto, como espero ter demonstrado com dados etnográficos, os grupos locais xavante não só resistiram em pontos estratégicos de seus territórios – como é o caso dos segmentos que controlavam a Região 1, no rio das Mortes - como passaram a retornar e a retomar seus antigos territórios nas Regiões 2 e 3. Agora há cidades, fazendas, assentamentos rurais, terras indígenas (e suas constantes revisões de limites); numa frase, “A’uwe” e “Warazu”; convivendo numa dinâmica sócio-espacial altamente complexa e de resultados imprevisíveis.

Figura 92: Territórios em confronto

6.6. Fechando o circuito

Será em 1985 – poucos anos depois, portanto, da reunificação das Reservas do Kuluene e Couto Mahalhães – que se terá notícias oficiais das novas reivindicações pela revisão dos limites da Terra Indígena Parabubure resultante daquela unificação.

Em 1987, foram reiniciados os conflitos entre os Xavante de Kuluene e ocupantes de algumas das áreas pretendidas. Em 22.04.87, os caciques do PIN Kuluene encaminharam carta à FUNAI na qual afirmavam:

“Pelo presente vimos apresentar a Vsa., nossos protestos contra posseiros e para ampliação de nossas terras. Nossa comunidade cresce a cada dia e nós estamos ficando sem terras, precisamos urgente resolver essa situação que ora tanto nos prejudica. Os pessoal estão tirando toda madeira verde das matas e nada podemos fazer, porque não foi resolvido nada para nós, será que FUNAI acaba e o índio fica sem terra. Obs: Próximo ao Rio Kuluene estão reunindo bastante gente entre posseiros, e gente que se dizem estar comprando

as terras, falam que o índio vai atravessar eles vão nos matar, já informamos FUNAI de Xavantina...”

Naquele mesmo ano, iniciaram a retomada forçada de parcelas do território pretendido, queimando as casas e expulsando posseiros na região do rio Paraíso. Em 1989, fundaram a aldeia Água Limpa, fora dos limites da área até então demarcada e ocuparam a fazenda de Olímpio Azambuja de Castro, na região próxima à aldeia Chão Preto (ver no Figura 89, acima, P.I. Campinas – sub-região Kuluene). Estes conflitos tiveram grande repercussão e deixaram exposta a firme intenção dos Xavante de recomeçarem decididamente a retomada daquilo que outrora formava os contornos da Região 3. Pressionada pelos fatos, a FUNAI abriu, em 1990, o processo para encaminhar a identificação e delimitação das terras em litígio (Processo FUNAI/BSB Nº1800/90).

Lembremos que o processo de revisão de limites da T.I. Parabubure, conforme apresentado no Capítulo 1 da tese, baseava-se num primeiro momento (1996) em cinco áreas contíguas. (Áreas I,II,III,IV e V), sendo que a Área I veio a ser demarcada em 1998 (T.I.Ubawawe), assim como uma fração da Área II (T.I. Chão Preto.)

Ainda no ano de 1993, uma forte liderança do P.I.Xavante/sub-região Couto Magalhães), apresentava ao Presidente da FUNAI um mapa com proposta de delimitação da Área III. Diante da apresentação de novas reivindicações referentes às demais áreas, naquele mesmo ano, a Diretoria de Assuntos Fundiários esclarecia:

“São de nosso conhecimento as reivindicações das diferentes comunidades Xavante de Parabubure na identificação de antigos e tradicionais territórios, com o propósito de resgatá-los e, conforme a localização das diferentes famílias, os integrantes de cada aldeia referem-se ao acréscimo correspondente a seu território tradicional específico... Assim, as reivindicações somadas, e que resultam na prevista ampliação da terra de Parabubure, em todas as direções, formam o teor do processo FUNAI/BSB Nº1800/90.” (MEMO Nº 214/DAF, de 23.08.93)

Após longos anos de tentativas de contornar-se o problema, envolvendo a participação do Governo de Mato Grosso, que novamente acenava com a possibilidade de “doar” parte das terras, especialmente na área ocupada pela Aldeia Água Limpa (que viria a se transformar na atual T.I. Ubawawe); vendo-se que os Xavante não abriam mão daquelas terras e reivindicavam uma revisão geral de todos os limites da T.I. Parabubure, em 1996 foram dados os primeiros encaminhamentos para tanto.

Naquele ano, uma série de portarias seria editada, tendo por finalidade a revisão dos limites da T.I. Parabubure, tais como a Portaria Nº 092/PRES, de 11.03.96; Portaria Nº 107/PRES, de 26.03.96 e a Portaria Nº 344/PRES, de 21.06.96, que tinham como objetivo a identificação e delimitação das porções daquele território que eram chamadas de Paraíso e Chão Preto e a Portaria Nº 255/PRES, de 24.04.96, que determinava a realização de *“estudos dos aldeamentos que ficam fora da área indígena Parabubure”*.

O leitor pode agora, assim espero, reconectar-se a situação histórica específica apresentada no Capítulo 1 dessa tese quando apresentei a situação etnográfica que a ela se articula e da qual participei como antropólogo-identificador.

As reivindicações demandadas pelos grupos locais xavante de Parabubure não se encontram apenas associadas à luta pela recomposição dos contornos da Região 3, os quais, de certa forma, foram reconhecidos pelo Estado na década de 1950 através de uma razoável documentação oficial¹⁴⁸.

Por consequência da territorialização implementada sobre eles desde o grande marco da “Marcha para o Oeste” – da qual tantos atores participaram entusiasticamente –, áreas compreendidas entre o coração da Região 3 (Kuluene e Couto Magalhães), o baixo rio das Mortes (Sangradouro e São Marcos- Região 3b) e o Rio Batovi (Marechal Rondon- região 3a) foram incorporadas decididamente na biografia territorial dos grupos locais xavante de Parabubure. Lembro que as notícias sobre a presença dos Xavante nessas áreas aparecem sempre relacionadas a efêmeras escaramuças com “civilizados”, seja na perspectiva das fontes oficiais, seja das narrativas nativas.

Nos trabalhos de identificação das Áreas II, IV e V, situadas entre as três regiões a que fiz referência acima (3, 3a e 3b), além das inúmeras narrativas sobre dramas ali vivenciados, foram nominados pelos Xavante morros tais como Eterãírebere, Uhōwatsieoze (“Morro onde as queixadas caíam”) e Hu’uhi (“morro onde xavante matou a onça”. A foto abaixo foi tirada no processo de identificação da Área II, localizada entre as T.I.s Parabubure e Sangradouro/Volta Grande. Note-se que a terra já estava sendo preparada para a lavoura. Segundo o chefe político que participou da identificação até 5 anos atrás era tudo “cerrado.”

¹⁴⁸ Conforme discutida no Capítulo 4 (“Mapa da Terras dos Índios situadas entre os rios das Mortes e Kuluene” (F.B.C); Anteprojeto do Parque do Xingu e o Decreto n 903 de 28/-3/1950 – Diário Oficial do estado de Mato Grosso, nro. 10874 de 30.03.1950. (Ver no anexo dessa tese).

Foto 24 – ‘Conjuto de Morros “Uhöwatsieoze”

Identificação da Área II – Fazenda entre as T.Is. Parabubure e Sangradouro.(setembro/2003)

—

Muitos parentes morreram pelo caminho e neles foram enterrados, quando empreendida a fuga da Região 3 em direção aos postos do S.P.I.(região 3a) e das missões salesianas (região 3b). No processo de retorno e de recuperação de parte da Região 3 – a atual T.I. Parabubure -, segmentos dos grupos locais permaneceram nesses locais de verdadeiro exílio. Só que gostaram e, hoje, como vimos, essas áreas são também terras indígenas Xavante: as de Marechal Rondon, Sangradouro e São Marcos.

Encerro este capítulo com a apresentação de um último mapa para que o leitor possa se orientar na síntese narrativa que estou aqui desenvolvendo, tarefa, confesso, nada fácil.

Figura 93: De terra a territórios?

Ressalto que durante todo o desenvolvimento da situação histórica delimitada pelo início dos processos de revisão de limites da T.I. Parabubure, grupos locais xavante de Sangradouro, São Marcos e Marechal Rondon se movimentaram no sentido de pressionar a Funai para que suas terras também passassem por processos de revisão de limites. A Funai, inclusive, autorizou um grupo de trabalho para atender as reivindicações dos grupos locais de Sangradouro no mesmo período em que o GT¹⁴⁹ de Identificação das Áreas II e III de Parabubure estava em campo. As propostas de revisão de limites de Sangradouro e Marechal Rondon se conectariam, particularmente, aos contornos das Áreas II e V, pretendidos pelos grupos locais dos territórios de Parabubu e Oniudo.

Essas áreas reivindicadas – especificamente I, II e V - se encontram justamente entre os atuais limites da T.I. Parabubure e as T.I.s Marechal Rondon, São Marcos e

¹⁴⁹ O GT autorizado pela Funai em junho de 2003 para identificar as demandas territoriais dos grupos locais de Sangradouro - coordenado pelo antropólogo Ricardo Calaça Manoel - foi impedido a força por segmentos não-indígenas de realizar o trabalho. Não se teve mais notícias desde então sobre os rumos desse processo de identificação.

Sangradouro, produzidas a partir da expulsão dos grupos locais xavante que ocupavam a Região 3 até a década de 1950. Como vimos, essas sub-regiões 3a e 3b resultaram de processos de territorialização implementados pela associação de diversas agências de mediação sobre esse conjunto de grupos locais xavante, particularmente o S.P.I. e as missões salesianas, conduzindo às atuais T.I.s Marechal Rondon, São Marcos e Sangradouro/Volta Grande. Também vimos que as fronteiras internas e “nativas” que distinguem os três conjuntos de territórios Parabubu, Nrotsu’rá e Oniudo comporiam, ainda que de maneira não consensual, a atual T.I. Parabubure.

Ao aqui juntar uma discussão à outra, o que quero destacar é a existência de uma conexão entre esses três conjuntos de territórios e as duas sub-regiões anexas, numa rede de territorialidade extremamente complexa.

Para uma compreensão mais acurada de todo o processo, cabe dizer que as cinco propostas originais de revisão de limites articulam-se aos três “territórios nativos” hoje encapsulados pelos limites administrativos da T.I. Parabubure da seguinte maneira: as Áreas I, IV e V foram e continuam a ser reivindicadas pelo conjunto de grupos locais vinculados ao território de “Oniudo”, portanto, da sub-região do Kuluene; a Área II, pelos grupos vinculados aos território de “Parabubu”; a Área III e também a IV, por aqueles de “Norõtsu’rá”. Note-se que o conjunto de grupos locais de Oniudo, não obstante ao fato de manifestarem uma razoável homogeneidade política quando diante dos outro dois conjuntos, apresentaram também de maneira fragmentária o processo de revisão de limites da sub-região na qual se encontram localizados (a sub-região do Kuluene). Ou seja, diferentemente dos grupos locais xavante de Parabubu que reivindicam de maneira homogenia a Área II e dos de Nrotsu’rá que fazem o mesmo em relação à Área III, o conjunto de grupos de Oniudo distingue suas demandas a partir das Áreas I, IV e V. Não foi por acaso que a Funai, que sempre “sabe”, demarcou em um curto período a Área I, reconhecendo-a como a Terra Indígena Ubawawe. Essa estratégia, ao legitimar a posição de apenas uma parte do conjunto de grupos locais de Oniudo, desestabilizou contextualmente a unidade maior que esse conjunto manifestava no início do processo dos pedidos de revisão (1985-1996), mesmo que apresentados de maneira a distinguir as Áreas I, IV e V. Tanto é verdade que o grupo local que participava desses pedidos unificados de revisão, ao verem seus interesses particulares atendidos (o reconhecimento isolado da Área I), não só abandonaram as reivindicações pelas outras duas áreas (IV e V), como passaram a desqualificá-las, inclusive, e como de praxe, através de documentos escritos enviados para a Funai.

Dentre tantos fatores envolvidos na situação etnográfica que vivenciei como antropólogo-identificador, gostaria de destacar que a compreensão mais adequada dos pedidos de revisão de limites da T.I. Parabubure exigiu que o olhar do pesquisador estivesse direcionado para as diversas dimensões pelas quais se manifesta a dinâmica sócio-espacial xavante. É por isso que, por um lado, fiz questão não só de mergulhar no “microcosmo” xavante, dando destaque à relação de suas instituições sociais e as suas espacializações - conforme discussões apresentadas nos Capítulos 2 e 3 -, como também de apresentar em diversos momentos do texto as interconexões entre a lógica espacial nativa e, por exemplo, o vigoroso sistema de nominação xavante. A composição dos troncos xavante identificados por Lopes da Silva na antiga aldeia do P.I. Paraíso (região 3a) também merece ser resgatada: os herdeiros principais de parte daquele conjunto de troncos – Rai’rí’ té, Omohi e Tshobo – por terem nascido no território de Oniudo, capitaneiam, não por acaso, as propostas de revisão das Áreas I, IV e V. Tais áreas, como vimos no mapa, se encontram justamente entre a sub-região do Kuluene/Oniudo e tanto a T.I. Marechal Rondon como o antigo P.I. Paraíso (hoje, terra Bakairi).

Assim é que os limites territoriais que compõem os contornos das quatro áreas restantes pretendidas pelos Xavante de Parabubure fincam suas raízes, fundamental mas não exclusivamente, na lógica espacial nativa. Tal lógica se expressa, em síntese, nas fronteiras internas existentes entre os três conjuntos de territórios a que fiz referência: Parabubu, Nrotsu’rã e Oniudo. Trata-se, porém, de contornos territoriais que não podem ser plenamente entendidos sem que se leve em conta à produção do que chamei de regiões anexas 3a e 3b – onde se encontram as atuais T.I.s São Marcos, Sangradouro e Marechal Rondon,- produtos diretos dos processos de territorialização sobre o conjunto integral de grupos locais que ocupavam a Região 3.

Considerações finais

“Este espaço, este território, é fundamental para continuarmos nossa Tradição. O Território e a Tradição têm que ser respeitados. A Tradição deve permanecer. Ela vem de antes de nós e deve seguir à frente.” (Sereburã et al, 1998:153).

Busquei no decorrer desta tese investigar, fundamentalmente, de que maneira se processa a apropriação material e simbólica do espaço pelos grupos locais xavante em termos de “estruturas e estratégias” (Maybury-Lewis, 1988). Para tanto, busquei averiguar de que maneira essa apropriação é exercida em duas dimensões da vida social xavante: no plano da micro e da macro-territorialidade. Intitulei esse fenômeno essencial da vida social xavante pelo nome de dinâmica sócio-espacial¹⁵⁰.

O mote básico para empreender essa jornada investigativa foi dado, como vimos, pela minha participação numa situação etnográfica marcada pela condição de antropólogo-identificador. A partir desta vivência turbulenta e pouco adequada para uma investigação que se queira dentro do cânone da “antropologia científica”, num esforço retrospectivo tentei organizar o material etnográfico captado naquela situação e busquei compreender os significados embutidos no comportamento fragmentário dos grupos locais xavante diante do processo de revisão de limites da T.I. Parabubure.

Desde a gênese dessa ‘situação histórica’ específica, por volta de 1985, a disputa de caráter inter-grupal por fronteiras internas manifestou-se de maneira contundente, dinâmica esta que me surpreendeu já que tinha como suposto que os processos de luta pela “terra” desencadeados pelos Xavante desde a década de 1970 se caracterizariam, conforme Lopes da Silva (1980:15), por uma ‘unidade’ raramente etnografada no decorrer do longo processo de contato deste povo com a sociedade nacional. Como vimos no Capítulo 6, esta ‘unidade’ diante do processo de luta pela terra foi uma estratégia política desencadeada justamente pelo conjunto de grupos locais que compunham as antigas ‘reservas indígenas’ do Couto Magalhães e Kuluene que, uma vez unificadas, vieram a conformar a atual Terra Indígena Parabubure (Capítulo 6 – Seções 6.3. e 6.4).

¹⁵⁰A noção de dinâmica sócio-espacial, assim como a de formação sócio-espacial utilizada no decorrer da tese, faz parte do vocabulário corrente da geografia moderna. No Brasil, como se sabe, foram temas recorrentes na imensa obra de Milton Santos. Ver especialmente Santos (1979).

Lopes da Silva, ao afirmar a unidade dos grupos locais xavante no processo de unificação situacional das duas antigas reservas, o fez a partir da observação do grau de tensão e vulnerabilidade a que estavam sujeitos os grupos xavante na década de 1970. Justamente pelo fato de os Xavante terem superado os “momentos mais difíceis de luta pela terra”, a dinâmica faccional, estrategicamente relegada a “segundo plano”, pôde voltar a manifestar-se intensamente, numa situação histórica distinta, mas na qual estavam enredados os mesmos grupos locais e a mesma terra indígena. Lembremo-nos que uma situação de unidade situacional análoga havia sido vivenciada pela totalidade dos grupos locais xavantes após a travessia do rio das Mortes, quando fundaram a grande aldeia-mãe de Tsorôpré e lá permaneceram por mais de trinta anos (Capítulo 4).

Por outro lado, não há dúvidas de que estratégias coloniais tardias do “dividir para imperar” continuam a ser implementadas pela Funai em seu relacionamento com os diversos grupos locais xavante na atualidade. Entretanto, busquei demonstrar que a aplicação dessa fórmula clássica do poder colonial entre os Xavante deve ser relativizada: mesmo encontrando na dinâmica fragmentária que caracteriza a estrutura social xavante um “terreno sociológico fértil” para germinar, sua efetivação integral não pode ser aceita como de mão única ou homogeneizadora (Oliveira, 1998). Numa avaliação pragmática, vale dizer que os grupos locais xavante têm conseguido o reconhecimento de boa parte de suas demandas territoriais (e assistenciais) nos últimos 40 anos. Pode-se inclusive pensar que a configuração sociológica fragmentária tenha sido condição para a sobrevivência física e cultural dos grupos locais xavante até o presente momento, o que faz lembrar a precisa fórmula castreana: *“a conjuração do Um, do Estado”* (Clastres, 1990:152)¹⁵¹.

Note-se que tenho feito um esforço para não me enredar em um debate que talvez pudesse ter tido maior destaque conceitual no decorrer desta tese: a associação entre faccionalismo e ocupação territorial como uma das dimensões possíveis da “conjuração do Um”. Entretanto, ao denominar a apropriação do espaço em termos simbólicos e materiais pelos grupos locais xavante como dinâmica sócio-espacial – que como vimos, começa no espaço da casa, passa pela organização dos grupos domésticos ampliados na aldeia, até chegar à dimensão macro-territorial que envolve a ocupação de regiões por conjuntos de grupos locais –, busco me distanciar da idéia de que (quase) tudo na vida social xavante se deriva da força motriz do faccionalismo.

¹⁵¹ Lopes da Silva dedicou as páginas conclusivas de sua tese para uma bela reflexão sobre esse tema

Como demonstrou Maybury-Lewis, a composição estrutural de uma aldeia xavante tradicional, portanto, de um grupo local, exige a convivência de pelo menos duas facções, uma dominante, e uma opositora, além do quê, as disputas de ordem faccional são caracterizadas como efêmeras e contextuais. Quero dizer com isso que não são “facções” – no sentido de grupo “não-corporado” dado por Maybury-Lewis - que fundam aldeias, pelo menos não as grandes aldeias xavante. Lembremos que a facção é um composto resultante de coalizões intra-linhagens, muitas vezes vinculadas a clãs diferentes. Poderia-se alegar que os grupos domésticos e, portanto, locais, também o são. Ambos se comportam como grupos sociais de solidariedade horizontal, poderíamos dizer. Entretanto, parece-me que a dinâmica sócio-espacial xavante – e, portanto, os processos de fissão inter-aldeias (e estou falando, repito, das grandes aldeias) – carrega elementos muito mais complexos, tratando-se, assim, de um processo de produção de grupos sociais (os grupos locais) de natureza muito mais duradoura que não pode ser subsumido a meras disputas contextuais de ordem faccional. Diria que se levasse a relação entre faccionalismo e ocupação territorial ao limite, certamente teria que chegar à conclusão de que um dos critérios para se delimitar o “território xavante” deveria considerar as suas disputas de ordem faccional, o que não me parece ser o caso. Talvez haja uma sobreposição conceitual entre ‘faccionalismo’ - que é um processo político, aliás, presente universalmente em qualquer sistema político - e “facção” como a unidade sociológica produzida a partir daquele fenômeno. De qualquer forma, é importante ressaltar que, com os processos de territorialização situacionalmente consumados a partir da década de 1980, o desafio que surgiu para os grupos locais Xavante foi o de administrar uma convivência social nem sempre fácil, em espaços geográficos construídos a partir de uma lógica espacial antagônica às suas, responsável, em grande parte, pelo imbróglio fundiário captado na situação etnográfica aqui apresentada. Não por acaso, a intensificação do processo fragmentário das três grandes aldeias xavante a partir da década de 1980 produziu quase 70 aldeias até os dias atuais. Mas existe o outro lado da moeda. Apesar dessa enorme quantidade de aldeias que existem atualmente na T.I. Parabubure, elas de fato, em termos de articulação sociopolítica e ritual, limitam-se a um conjunto de territórios vinculados aos três conjuntos de grupos locais xavante a que fiz referência no Capítulo 6 (seção 6.4.1). É possível constatar isso facilmente pela observação da quantidade de moradores existentes atualmente em cada uma dessas “aldeias” existentes. (Ver Anexo II). Noto que, como visto nos Capítulos 2 e 3, até pelo menos a década de 1970 não era fácil encontrar aldeias como menos de 100 pessoas.

Além da argumentação desenvolvida nos Capítulos 2 e 3, que buscou demonstrar a complexidade do enraizamento micro-territorial de grupos sociais xavante em suas aldeias – e as transformações dessa dinâmica no tempo – foram apresentados indícios etnográficos importantes sobre a maneira pela qual se desenvolvem essas mesmas formas de apropriação territorial num plano mais amplo, a partir da distinção analítica feita entre as três regiões territoriais referidas no decorrer da tese, distinção esta muitas vezes implícitas em parte da literatura Xavante. Paralelamente, das narrativas nativas foi possível também extrair subsídios etnográficos sobre essa manifestação tridimensional da dinâmica sócio-espacial xavante (Giaccaria & Heide, 1972; Lopes da Silva, 1992; Graham, 1995; Sereburã et al., 1998). De maneira mais explícita, a versão coletada e interpretada por Sbaderllo (1996) corrobora essa tendência sócio-espacial ao indicar que tais regiões eram denominadas pelos Xavante como “Norotsurã”, “Marawatsede” e “Wededzé”. Recentemente, em outra versão coletada por Ricardo Calaça Manoel o conjunto de grupos locais que ocupam essas três regiões aparecem designadas pelos Xavante como *A’uwê Norôtsurã*, *A’uwê marãiwasedé* e *A’uwê apseniwihã* (Manoel, 2005). Não obstante o fato destes dados etnográficos apontarem para essa distinção espacial tridimensional, ressalte-se que, como vimos, existem inúmeras interconexões entre os conjuntos de grupos locais que as constituíram no decorrer da ocupação do leste matogrossense, o quê implica necessariamente na relativização de uma perspectiva que as veja como radicalmente autônomas e independentes entre si. Na verdade, a continuidade do território xavante passa por essas inter-conexões. Por outro lado, pelas análises empreendidas nos capítulos 5 e 6 especialmente, parece que tais interconexões e interdependência ou foram intensificadas ou então associam-se diretamente aos movimentos de territorialização, desencadeados a partir da década de 1950, sobre o conjunto total dos grupos locais xavante. Até essa data, as narrativas nativas assinalam a existência de uma razoável autonomia no desenvolvimento da dinâmica sócio-espacial entre as três regiões referidas neste trabalho. Esse triadismo sócio-espacial manifestou-se (ou melhor, “eu o interpretei como”) entre o conjunto de grupos locais xavante da atual T.I. Parabubure através de três categorias territoriais nativas (“Parabubu”; “Norotsurã” e Oniudo). Note-se que Norotsurã também é a designação de uma das três regiões territoriais a que Sbaderllo (1996) e Manoel (2005) fazem referência. Além disso, internamente à área de Oniudo (ou Oniuthure) (região do rio Kuluene da T.I. Parabubure) novamente podem ser encontrados indícios dessa reprodução triádica através da distinção expressa pelos pleitos relativos às Áreas I, IV e V (lembrando que no caso específico da Área IV, suas fronteiras se encontram sobrepostas aos contornos reivindicados pelos grupos

locais da Área III). Para além do fato de que esses indícios etnográficos possam apontar para um delineamento da dinâmica sócio-espacial xavante em termos tridimensionais – tratando-se, portanto, de uma questão etnográfica e etnológica em aberto – o que importa reter desta discussão é que a apropriação do espaço geográfico pelos Xavante, também nesta dimensão, só vem a demonstrar a sua capacidade intrínseca de inscreverem suas marcas, em termos materiais e simbólicos, nos espaços geográficos que ocupam.

Finalizando este trabalho, quero dizer com isso que não estamos diante de uma lógica espacial “expansionista”, o quê não admitiria possibilidade alguma do estabelecimento de fronteiras “para fora” de maneira precisa, e impediria uma convivência, digamos, mais pacífica com o Estado nacional. Pelo contrário, como procurei demonstrar no decorrer desta tese tanto no plano da micro-territorialidade xavante (Capítulo 2), como da macro-territorialidade (Capítulos 4, 5 e 6), a partir do final do século XIX os grupos locais xavante inscreveram suas ‘marcas’ num determinado conjunto de territórios locais, com fronteiras bastante definidas - pelo menos, na perspectiva nativa - fronteiras estas reconhecidas oficialmente pelo governo do Mato Grosso no início da década de 1950¹⁵² (Ver Anexo III).

De certa forma, me contraponho assim à forte imagem contida na afirmação de Lopes da Silva quando assinalou que *“a história do povo Xavante é marcada pela condição de transitoriedade em relação aos territórios habitados”* (1984:203). Essa condição de *“povo eternamente on the move”*, nas palavras da autora, seria explicada por dois fatores interdependentes, os quais têm profundas implicações na reflexão sobre as demandas territoriais xavante atuais: por um lado, o padrão de seminomadismo característico da adaptação dos grupos Jê ao cerrado e, por outro, e “especialmente”, devido aos deslocamentos impostos pelo colonizador que os levaram a conquistar (de outros povos) novos territórios.

“Nessas circunstâncias, a territorialidade talvez se manifeste enquanto elemento também constituinte de identidade, de modo menos enfático do que nos casos de povos que ocuparam durante, pelo menos, três ou quatro séculos, um mesmo território.”(1984:201-grifos meus).

Seriam os “Xavante” atuais uma “Sociedade sem Território” pelo fato de terem tido poucas chances de *“inscreverem nos territórios por onde passaram suas marcas”* (Lopes da

¹⁵² Além dos comentários críticos a este decreto realizados por Maybury-Lewis (1984[1967]) e Sbaderloto (1996), diversos antropólogos que trabalham com diagnósticos ou processos de identificação de terras xavante o apresenta como documento de, em tese, legitimidade da imemorialidade da ocupação.

Silva, 1984:206)? Ou, numa imagem aparentemente exotizante¹⁵³, um “grupo sempre em expansão”, porque de “natureza guerreira”, como sugeriram implicitamente Seeger & Viveiros de Castro¹⁵⁴?

Não me parece que essa relação conceitual seja sustentável, pelo menos contemporaneamente. Procurei demonstrar que todas as reivindicações atuais de revisão de limites de Parabubure assentam-se numa concepção de “recuperação” de um “território” (ou de alguns territórios). Em outras palavras, a situação etnográfica vivenciada por mim como antropólogo-identificador não foi marcada pela inexistência de uma concepção nativa de “território” – leia-se, “com fronteiras externas definidas” ou “contínuo” –, e sim pelos inúmeros problemas sociopolíticos derivados justamente da instauração de uma nova relação dos grupos locais xavante com seu território, ou seja, pela imposição de uma descontinuidade territorial que impede o livre desenvolvimento da dinâmica sócio-espacial xavante e da sua necessária associação a um território contínuo, mas não necessariamente em eterna expansão.

É certo também que as fronteiras desse “território” a ser recuperado têm sido pensadas pelos Xavante no bojo de um processo intenso de *“reelaboração da cultura e da relação com o passado”* (Oliveira,1998) a partir, há que se notar, da instauração de novas relações entre *sociedade e território*, e não de suas ausências. Apesar de longo, o trecho abaixo de uma liderança xavante tipicamente “interétnica”, isto é, que domina ambos os códigos em confronto, ilustra a tese de que os Xavante têm uma noção de território contínuo, com fronteiras situacionais – já que definidas e recompostas em processos de disputas tradicionais –, que não coincide com lógica espacial ocidental. Ou seja, *a’uwẽ* e *warazu* possuem diferentes formas de se apropriar do espaço, expressas em distintas noções de continuidade e segmentação que, por sua vez, encontram meios específicos de se concretizarem no espaço. Nocaso Xavante, os rios e suas incontáveis travessias.

“Território para nós significa espaço grande, sem limite, onde os nossos antepassados, onde vários povos indígenas andavam, viviam, faziam suas tradições, conforme a cultura de cada um, então isto para nós é território, sem influência como nós estamos tendo agora...claro essas andanças neste espaço grande agora se tornou uma ilha, uma ilha ..E que guerreavam com outras

¹⁵³ Interessante notar que esse significado se contrapõem àquele manifestado por Herbert Baldus(1951), quando afirmou, de maneira também exotizante, que os Xavante eram “pacíficos”. As imagens do século XVIII ainda nos perseguem.

¹⁵⁴ “Outros, como os Ge e os Yanomami, por estarem mesmo em processo de expansão – muitas vezes de natureza guerreira – e por se apoiarem em adaptações mais móveis ao meio ambiente, não parecem definir sua identidade em relação a uma geografia determinada.” (1970:104).

etnias, então cada etnia não precisa de mapa para se localizar. Cada etnia sabia seu limite através dos rios, através das cabeceiras... Estamos ultrapassando o limite de nosso território [terra?] em busca de nosso auto sustento. Quer dizer nós ultrapassamos em busca da necessidade e não para invadir ou matar gado ou destruir casa..os fazendeiros sempre fala que estamos invadindo fazenda. Na lei branca quem entra na privacidade do outro está invadindo mesmo. Agora nós entendemos diferente. Como nós sobrevivemos, sempre foi baseado no que o cerrado guarda, depositava escondia, produzia, é acompanhado o ciclo do cosmo...**e agora com a presença para nós as reservas indígenas que antes era um enorme ficamos como ilhas, nós não consideramos como território, é apenas uma ilha,** então muita coisa que a gente usava, usufruía está nas fazendas, em outros lugares que precisa de vários dias para chegar lá, onde existe mais bicho, que nós precisamos dela para sobreviver e fazer: o casamento, e os rituais, e com isso nós estamos ficando..vamos dizer assim, mais pobre. Pobre de que? De animais que estão diminuindo, de matéria-prima que tem pouco na TI, por isso nós ultrapassamos os limites, porque nós achamos pensamos que quem está na nossa vizinhança vai sentir sempre a nossa presença na área, quer dizer sempre respeitando a privacidade das fazendas, a gente não vai matar a vaca que o gosto da carne é diferente de anta e do veado, né. Porque a vaca ela come sal como capim, é vacinada que nem o ser-humano, a anta não precisa de vacina, não precisa de sal. ” (Ruriõ Xavante apud Gomide, 2004:112-grifos meus)

Outra face deste processo de reelaboração, particularmente num contexto político de luta pela terra, o ambientalismo é um discurso que está sendo incorporado como forma de continuar reafirmando a especificidade de sua lógica espacial. É assim que, em anos recentes, jovens lideranças xavante, em parceria com pesquisadores da Universidade de São Paulo, construíram uma proposta de “corredor de sustentabilidade”, que cumpriria a função de interligar – via as margens do rio das Mortes – as terras indígenas xavante São Marcos e Sangradoutro/Volta Grande e, evidentemente, seus conjuntos de grupos locais atuais. A incorporação da narrativa do “ambientalismo” surge como uma estratégia fundamental.

“... através do manejo ocorre o uso e a conservação, pois através de suas regras os Xavante têm preservado a natureza, em específico o cerrado que é a base de sua sobrevivência física, social e cultural. Portanto, esse corredor seria um espaço da territorialidade Xavante, surgindo assim um mosaico de usos da terra.” (Gomide, 2004:181-grifos meus).

Figura 94: Proposta de Corredor Ecológico (2004) entre as T.I. São Marcos e Sangradouro (Fonte: Gomide ,2004)

Na síntese de uma jovem liderança Xavante, Hiparidi Top'to'tiró, a associação entre a perspectiva sociocosmológica, a incorporação das bandeiras do ambientalismo e de referências ao discurso jurídico-político da demarcação de terras fica bastante explícita:

“A reprodução física e cultural é uma coisa só, não há separação, por isso é que se fala: o Rõ (“o cerrado”) depende dos Xavante, os Xavante dependem do Rõ.” (Hiparidi apud Gomide, 2004:112).

No mesmo contexto tenso de luta pela terra, desponta a capacidade dos segmentos regionais que convivem diretamente com os Xavante em produzir narrativas que vão acrescentando mais elementos para a idéia de um “território xavante”: de “povo nômade” e, portanto, “sem território” (dentre outras tantas insuficiências sociológicas que têm caracterizado a imagem dos Xavante e dos índios em geral¹⁵⁵), surge agora uma associação enviesada entre as variáveis “Nação” e “Território”, ou seja, a possibilidade de implementação de um “Estado Indígena” em meio ao cerrado matogrossense.

¹⁵⁵ “Já apontamos que o índio, enquanto tal, possui em nossa sociedade uma carga simbólica elevada. Na ideologia da nacionalidade ele representa a autoctonia e a relação com a natureza. Mais ainda, o índio está estreitamente associado à idéia de liberdade. No imaginário popular, o índio é duplamente livre: não tem governo e perambula pelo território, isto é, não está preso nem ao Estado nem à propriedade.” (Durham, 2004[1982]:303)

Até que ponto a produção de uma narrativa sobre “território xavante” nos termos pensados pela ótica ocidental é verossimilhante à concepção nativa sobre o mesmo ou se é um produto do repensar atual *dos e sobre os* Xavante em relação às dramáticas experiências históricas por eles vivenciadas em suas incontáveis e duras travessias é uma questão difícil de responder e, muito provavelmente, desnecessária.

Não há apenas *territorialidades* antagônicas em confronto no leste matogrossense. Há, acima de tudo, *territórios* em disputa.

Bibliografia

- ALENCASTRE, José Martins Pereira de (1979[1863]). **Anais da Província de Goiás**. Brasília: Sudeco/ Governo de Goiás.
- ALMEIDA LAZARIN, Rita Heloísa de (1985). **O aldeamento Carretão: duas histórias**. Dissertação de Mestrado, UnB.
- ATAÍDES, Jésus Marcos (2001). **Documenta Indígena do Brasil Central**. Goiânia: Editora Universidade Católica de Goiás.
- BALANDIER, Georges (1993). "A Noção de Situação Colonial". **Cadernos de Campo**, n.3. São Paulo: Departamento de Antropologia Social/USP.
- BARRETO FILHO, Henyo (2002) "Disciplinado a Diversidade Cultural: uma perspectiva antropológica sobre a Portaria 14". **Boletim Especial nro. 6 - Fórum de Pesquisa Indigenismo e Antropologia da Ação: 25 anos identificando terras indígenas. Seminários Virtuais**. Brasília: GERI/UNB.
- BASTIDE, Roger (1979). **Antropologia aplicada**. São Paulo: Editora Perspectiva SA.
- BALDUS, Herbet (1951) "È belicoso o Xavante?". **Revista do Arquivo Municipal**. Volume CXLII-ANO XVIII. São Paulo. PMSP, Secretaria de Educação e Cultura
- BOCCARA, Guillaume (2001). **Mundo Nuevos en las Fronteras del Nuevo Mundo - Relectura de los procesos coloniales de etnogenesis, etnificacion y mestizaje en tiempos de globalización** (Mimeo).
- BRASIL, Americano (1924). Cunha Mattos em Goyas, 1824-1826. **Rev. do IHGB**, Rio de Janeiro: IHGB, tomo 96, v. 150.
- BRITO VIANNA, Fernando Fedola (2001). **A bola, os "brancos" e as toras: futebol para índios Xavante**. Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP.
- CHAIM, Marivone M. (1983) **Aldeamentos Indígenas - GOIÁS 1749-1811**. São Paulo: Nobel.
- COIMBRA JÚNIOR, Carlos Everaldo Álvares; FLOWERS, Nancy M.; SALZANO, Francisco Mauro; SANTOS, Ricardo Ventura (2002). **The Xavante in transition: health, ecology and bioanthropology in Central Brazil**. Ann Arbor: Univers. of Michigan Press.
- COMAROFF, John (1993). "Humanidade, etnia, nacionalidade: perspectivas conceituais e comparativas sobre a URSS". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 22, junho.

- CORRÊA, Mariza (1989). "Os índios do Brasil Elegante & a Professora Leolinda Daltro". **Revista Brasileira de História**, volume 9- nº18, agosto/setembro, pp.43-65.
- CHOVELON, Hipólito; FERNANDES, Francisco; SBARDELLOTTO, Pedro (1996). **Do primeiro encontro com os Xavante à demarcação de suas reservas. Campo Grande**: Missão Salesiana.
- CLASTRES, Pierre (1990). **A Sociedade contra o Estado**. São Paulo: Francisco Alves.
- CUNHA, Manoela Carneiro da (1998) Introdução. Em: CUNHA, Manoela Carneiro (org.) **Histórias dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras.
- D'ERI, Domingos (1999). **Nova Xavantina, sua Gente, suas histórias**. (impressão do autor)
- DE PAULA, Luís Roberto (2000). **A dinâmica faccional xerente: esfera local e processos sóciopolíticos nacionais e internacionais**. Dissertação de mestrado, São Paulo, FFLCH/USP.
- (2005). **Relatório de Identificação e Delimitação das Áreas II e III (Terra Indígena Parabubure/Xavante)**. Brasília, DF: FUNAI.
- DURHAN, Eunice (2004[1982]). "O lugar do índio." Em: Thomaz, Omar Ribeiro (org.) **A Dinâmica da Cultura**. São Paulo: Editora Cosac Naify.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. (2005[1940]). **Os Nuer**. São Paulo: Editora Perspectiva
- FALLEIROS, Guilherme Lavinias Jardim (2005). **A dádiva e o círculo – um ensaio sobre a reciprocidade a'uwe xavante**. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH-USP.
- FARIAS, Agenor (1990). **Fluxos Sociais Xerente: Organização Social e Dinâmica das Relações entre Aldeias**. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH/USP.
- (1994) Notícia histórica sobre os Akwen-Xerente. **Boletim do MPEG, Série Antropologia**, Belém: MPEG, v. 10, n. 1, p. 21-41, jul.
- FERNANDES, Estevão Rafael (2005). **Entre cosmologias, estratégias e performances: incursões Xavante à Funai**. Dissertação de Mestrado, Brasília, UNB.
- FERRAZ, Iara; MAMPIERI, Mariano (1995) "Suiá-Missu: um mito refeito". Em: Ricardo, Carlos Albeto (edit.) **Povos Indígenas no Brasil 1991/1995**. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- FERRAZ, Iara & RODRIGUES, Patrícia (1992). **Relatório de Identificação e Delimitação da Área Indígena Maraiwatsede**. (Portaria nro 9 de 20.01.1992.) Brasília, DF, Funai
- FRANÇA, Maria Stela de Campos (2000). **Xavante, pioneiros e gaúchos: relatos heróicos de uma história de exclusão em Nova Xavantina**. Dissertação de Mestrado, Brasília: UnB.

- FREIRE, José Rodrigues (1951[1790]). "Relação da Conquista do Gentil Xavante conseguida pelo Illmo. Sr. Tristão da Cunha Menezes". **Coleção textos e documentos** (1). FFLCH-USP. SP.
- GAGLIARDI, José Mauro (1989). **O Indígena e a República**. São Paulo: Editora Hucitec / Editora da Universidade de São Paulo.
- GALLOIS, Dominique T. (2004). "Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?". EM: RICARDO, Fany (org.) **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- (1996). Conferência sobre o tema "Questões sobre o estudo da territorialidade indígena". Seminário 'Sexta-Feira do Mês'. Departamento de Antropologia/USP. São Paulo.
- GARCIA, Uirá Felipe (2005). **Sob a Sombra da Floresta: a propósito da mobilidade na Amazônia Indígena**. Dissertação de Mestrado. FFLCH/ USP.
- GARFIELD, Seth (2001). **Indigenous struggle at the heart of Brazil: state policy, frontier expansion, and the Xavante indians, 1937-1988**. Durham: Duke University Press.
- GELLNER, Ernest (1988[1983]). **Naciones y nacionalismo**. Madrid: Alianza Universidad.
- GIACCARIA, Bartolomeu & HEIDE, Adalberto (1972). **Xavante (Awe Uptabi: Povo Autêntico)**. São Paulo: Editorial Dom Bosco.
- (1975a). **Jerônimo Xavante conta**. Mato Grosso: Casa da Cultura.
- (1975b). **Jerônimo Xavante Sonha**. Mato Grosso: Casa da Cultura
- GOMIDE, Maria Lucia Cereda (2004). **Povos Indígenas do Cerrado: Territórios Ameaçados (Terras Indígenas Xavante – Sangradouro/Volta Grande e São Marcos)** Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP.
- GRAHAM, Laura R. (1995). **Performing Dreams: discourse of the immortality among the Xavante indians of Central Brazil**. Austin: Univ. of Texas Press;
- (1986) "Uma aldeia por um projeto". EM: **Aconteceu - Povos Indígenas no Brasil - Especial 17**. São Paulo: CEDI, , pp.348-350.
- (2000) "Os Xavante na Cena Pública". EM: **Povos Indígenas no Brasil (1996-2000)**. São Paulo: ISA.
- (2005) "Image and instrumentality in a Xavante politics of existential recognition: the public outreach work of Eténhiritipa Pimentel Barbosa". **American Ethnologist**. Vol. 32. N.4.

- . HAVT, Nadja (2001). **Representações do ambiente e territorialidade entre os Zo'é/PA**. Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP.
- (1999) **Processos e produtos territoriais: território indígena é terra indígena?** Em: Boletim No.3 - Edição Especial - Seminário Virtual: Direitos Indígenas e de Minorias. Grupo de Estudos de Relações Interétnicas (GERI)/DAN-UNB.
- HOBSBAWN, Erick & RANGER, Terence (2002 [1983]). **A Invenção das Tradições**. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- LADEIRA, Maria Inês (2001). **Espaço geográfico Guarny-Mbya: Significado, constituição e uso**. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- LEA, Vanessa (1997). **Lauda Antropológico do Parque Indígena do Xingu**. Campinas – SP, IFCH-UNICAMP.
- LEEUWENBERG, F. & SALIMON, Mário. (1999). **Para sempre A'Uwê: os Xavante na balança das civilizações**. Brasília: Unicef.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1979a). “As estruturas sociais do Brasil Central e Oriental”. Em: **Antropologia estrutural**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- (1979b). “As organizações dualistas existem?”. Em: **Antropologia Estrutural**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza (1998). “A ‘identificação’ como categoria histórica”. Em: OLIVEIRA, João Pacheco (org.) **Indigenismo e Territorialização**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda, pp. 171-220.
- (1995). Um **Grande Cerco de Paz. Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes.
- LINHARES, A. (2000) “Da admissibilidade dos títulos da dívida agrária”. (site **Jus Navegandi**. <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1348>) Acesso em set/2006
- LITTLE, Paul (2002). **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade**. Série Antropologia. Brasília: UNB.
- LOPES DA SILVA, Aracy (1984). “A Expressão Mítica da Vivência Histórica: Tempo e Espaço na Construção da Identidade Xavante”. **Anuário Antropológico/82**. Fortaleza/Rio de Janeiro: Edições Universidade Federal do Ceará / Editora Tempo Brasileiro.
- (1980). **Nomes e amigos: da prática Xavante a uma reflexão sobre os Jê**. Tese de doutorado, FFLCH-USP.

- (1992). Dois séculos e meio de história Xavante. EM: Cunha, Manoela C. (org.) **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras.
- (1994). "Há Antropologia nos laudos periciais?" Em: Silva, O. & Luz, L. & Helm, C. (orgs). **A perícia antropológica em processos judiciais**. Editora da UFSC/SC.
- (1983). "Xavante: casa-aldeia-chão-terra-vida". Em: Novaes, Sylvia C. (org.) **Habitações Indígenas**. São Paulo: Livraria Nobel S.A./Editora Universidade de São Paulo.
- LOPES, Marta M (1988). **A resistência do índio ao extermínio: o caso dos Awe-Xavante, 1967-1980**, Dissertação de Mestrado em História. Assis/SP: Unesp.
- MALDI, Denise (1997). "De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX". **Revista de Antropologia**. Vol. 40. N. 2. São Paulo.
- MANOEL, Ricardo Calaça (2005). **Relatório de Identificação e Delimitação das áreas pretendidas pelos Xavante da Terra Indígena Pimentel Barbosa e Areões**. Brasília, DF: FUNAI.
- MAYBURY-LEWIS, David (1984[1967]). **A sociedade Xavante**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves
- (1979). **Dialectical Societies. The Gê and Bororo of Central Brazil**. Cambridge: Harvard University Press.
- (1990). **O selvagem e o inocente**. Campinas: Ed. da Unicamp.
- (1988). "Conferência: Estruturas e Estratégias". **Anuário Antropológico**, (vol.86) Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro e UnB.
- MENEZES, Cláudia Sá Rego Ribeiro de (1984). **Missionários e índios em Mato Grosso : os Xavantes da Reserva de São Marcos**. Tese de Doutorado São Paulo: USP.
- MENEZES, Maria Lúcia Pires de (2000). **Parque Indígena do Xingu - A Construção de um Território Estatal**. Campinas: Editora UNICAMP.
- Ministério da Justiça/ FUNAI (1979)- DOCUMENTOS "Pasta do GT Parabubure"– Processo nº 17069/ 79 - "Carta de Apresentação" - Mario Andreazza - Ministro do Interior.
- (1979) Estudo nº 012/3a.SC/79 - Reserva Indígena Couto Magalhães.
- (1979) Estudo 220/3a. SC/79 - Proposta para a Criação da Reserva Indígena de Parabubure.
- (vários) Documentos anexos ao Processo de Revisão de Limites da T.I. Parabubure (1983-2003).

- MONSERRAT, Ruth (1994). "Línguas Indígenas no Brasil Contemporâneo". In: GRUPIONI, Luís Donizete B. (org.) **Índios no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação e Desporto, pp.93-104.
- MOREIRA NETO, Carlos Araújo (2005 [1971]). **Os Índios e a Ordem Imperial**. Brasília: CGDOC/Funai.
- MORENO, Gislaine (1993). **Os (des)Caminhos da Apropriação Capitalista da Terra em Mato Grosso**, Tese de Doutorado, São Paulo: FFLCH/USP.
- NETO, Candido Malta Campos (2005). "Um técnico às voltas com a oligarquia". **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, nro 2.. São Paulo: PPGAU-USP.
- NIMUENDAJU, C. (1981[1944]). **Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú**. Rio de Janeiro: FIBGE.
- (1942) **The Serent**. Los Angeles: Publications of the Frederick Webb Hodge, Vol.IV.
- OLIVEIRA, João Pacheco (1998). "Uma etnologia dos 'índios misturados'? situação colonial, territorialização e fluxos culturais". **Mana: Estudos de Antropologia Social**, vol. 4, nº 1, Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, ContraCapa.
- (1988). **"O Nosso Governo" - Os Ticuna e o Regime Tutelar**. São Paulo: Editora Marco Zero.
- OLIVEIRA, João Pacheco de & ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (1998). "Demarcação e reafirmação étnica: um ensaio sobre a Funai". Em: OLIVEIRA, João Pacheco (org.) **Indigenismo e Territorialização**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda.
- OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso (1981). **Colonização e Diferenciação: os colonos de Canarana**. Dissertação de Mestrado PPGAS – Museu nacional/UFRJ.
- PAULA, Jorge Luiz de (1997). **Relatório de Identificação e Delimitação da Área I (Terra Indígena Parabubure/Xavante)**. Brasília, DF: FUNAI.
- PAULA, Jorge Luiz de & DE PAULA, Luís Roberto (2001). **Relatório de Identificação e Delimitação das Áreas IV e V (Terra Indígena Parabubure/Xavante)**. Brasília, DF: FUNAI.
- RAVAGNANI, Oswaldo (1989). "Eu te batizo...em nome da servidão (a catequese dos Xavante)". **Revista de Antropologia** – Volume 32, FFLCH-USP.
- (1991). **A experiência Xavante com o mundo dos brancos**. Textos. Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara, Unesp.

- (1977) **A experiência Xavante com o mundo dos brancos**. Tese de Doutorado. São Paulo: Escola de Sociologia e Política
- RIBEIRO, Darcy (1996[1971]). **Os índios e a civilização. A integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Petrópolis – RJ: Editora Vozes,.
- RODRIGUES, Patrícia (2004). **Subsídios antropológicos para a contestação do laudo elaborado por Hilário Rosa sobre a Terra Indígena Maraiwatséde**. Goânia, Mato Grosso, Seção Judiciária de Mato Grosso – Juízo da Segunda Vara.
- SÁ, Cristina (1983). “Observações sobre a habitação em três grupos indígenas brasileiros”. Em: Novaes, Sylvia C. (org.) - **Habitações Indígenas**. São Paulo: Livraria Nobel S.A./Editora Universidade de São Paulo.
- SAHLINS, M (1961). “The segmentary lineage: An Organization of Predatory Expansion”. **American Anthropologist**. Vol. 63 – N. 2. Part 1.
- (1983). **Sociedades Tribais**. Zahar Editores: Rio de Janeiro.
- SAMPAIO, Theodoro (1913). “Os Kraôs do Rio Preto no Estado da Bahia”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** - Tomo 75 - Parte I - Rio de Janeiro – Brasil
- SANTILLI, Paulo (2000) **Pemongon Pata: Território Macuxi, rotas de conflito**. São Paulo: Editora Unesp.
- SANTOS, Ana Flávia M. (1997). **Do terreno dos caboclos do Sr. São João à Terra Indígena Xacriabá: as circunsâncias das formação de um povo. Um estudo sobre a construção social de fronteiras**. Dissertação de Mestrado, Brasília/ UNB.
- SANTOS, Milton (1979) **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes.
- SBARDELLOTTO, Pe. Pedro (1996). “Sugestões para criação de reservas para os índios Xavante”. Em: Chovelon, Pe. Hipólito & Fernandes, Me. Francisco & Sbardellotto, Pe. Pedro: **Do primeiro encontro com os Xavante à demarcação de suas reservas**. Campo Grande – MS: Missão Salesiana de Mato Grosso.
- SEEGER, A. & VIVEIROS DE CASTRO, E. (1979). “Terras e territórios indígenas no Brasil”. **Encontros com a Civilização Brasileira**. N.12. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira SA.
- SEREBURÃ et all (1998). **Wamreme Za'ra-Nossa palavra: mito e história do povo Xavante**. São Paulo: Senac.

- SERPA, Paulo Marcos de Noronha (1990). **Laudo Pericial sobre o Território de Ocupação Xavante: um estudo de ocupação imemorial Xavante do Vale do rio Couto Magalhães (Área Indígena Parabubure)**. São Paulo, SP: Juízo Federal da 1ª Vara da Seção Judiciária do estado de Mato Grosso..
- SILVA, Cristhian Teófilo da (2001). **As falas dos antigos: Narração e identidade entre os tapuios de Goiás**. Dissertação de Mestrado, Brasília: UNB.
- (1998). **Parados, bobos, murchos e tristes" ou "caçadores de onça"? Estudo sobre a situação histórica e a identificação étnica dos tapuios do Carretão**. Monografia de Graduação, Brasília: UNB.
- SILVA NEIVA, Antonio T. (1986). **Introdução à Antropologia Goiana**. Goiânia: Editora O Popular.
- SOUZA, Lincoln de (1953). **Os Xavante e a Civilização**. Rio de Janeiro/RJ: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- SOUZA, Marcela Coelho de (2002). **O Traço e o Círculo. O conceito de parentesco entre os Jê e seus antropólogos**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Museu Nacional.
- TORAL, André Amaral (1986). Xavantaço ou Funailaço? **Aconteceu - Povos Indígenas no Brasil - Especial 17**. São Paulo/SP: CEDI, pp. 344-345.
- TRAJANO, Wilson (1993). "Rumores: uma narrativa da nação". *Série Antropologia*, N. 143, Brasília: UNB.
- URBAN, Greg (1992). "A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas". Em: CUNHA, Manuela Carneiro (org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras/FAPESP/SMC. pp. 87-101. Relatórios e Documentos.
- WENZEL, Eugenio & PAULA, Jorge Luiz de (1998). **Relatório de Identificação e Delimitação das Áreas 2 e 3 (Terra Indígena Parabubure/Xavante)**. Brasília, DF: FUNAI.

ANEXOS

Anexo I : Diagramas de parentesco da aldeia Paraíso (1974). Fonte:Lopes da Silva (1980)

Anexo II: Dinâmica demográfica nas aldeias da T.I. Parabubure (1984-2006)

Anexo III : Decreto do Governo do Mato Grosso de doação de terras aos Xavante - 1950

Anexo IV - Mapa e descrição da Missão e Aldeias no Sertão do Duro (1971)

Anexo 1: Diagramas de parentesco – P.I.Paraíso (1974) – Fonte: Dados apresentados por Lopes da Silva (1980)

Anexo II: Decreto de Doação de Terras para os Xavante(1950) – Governo do MT

PRUV. B. 2212/1950
FLS. 84
RUBRICA

DECRETO Nº 903 de 28/03/ 1950

Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, nº 10.874 de 30/03/1950

Reserva para uso dos Índios Xavantes, as terras pelos mesmos ocupadas, no município de Barra do Garças.

O Governador do Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe confere o Art. 33, item I, da Constituição do Estado, e, tendo em vista o que consta do processo nº 767 - 5, da Diretoria do Expediente do Governo, decreta:

Art. I - Fica reservada para uso dos Índios Xavantes, no Município de Barra do Garças, a área de terras pelos mesmos ocupadas, dentro dos seguintes limites: partido da barra do Rio Noidori no Rio das Mortes ou Rio Manso, por este abaixo - até a Barreira do Bocada; desta por uma linha seca, no rumo NW 58º00' até encontrar a linha de 52º00' de longitude; deste ponto por uma linha de rumo 23º00' SW, até encontrar o ponto de interseção da linha determinando o 53º00' de longitude com o Rio Noidori, e deste ponto, pelo Noidori abaixo até a sua barra, do Rio Manso ou das Mortes, ponto de partida.

Art. 2º - As terras ora reservadas serão medidas e demarcadas pelo Serviço de Proteção dos Índios, dentro do prazo de dois anos.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio A lencaastro, Cuiabá, 28 de março de 1950.
129º da Independência, 62º da República.

Arnaldo Estevão Figueiredo - Governador do Estado
Rosário Congro - Secretário da Agricultura.

Anexo III – Descrição e mapa – Missão do Duro (1751)

— 640 —

Z. Duro, certão onde está cituada a Aldeya do gentio, por ordem de S. Mag.*

- a. Nativid.*
- b. Pontal
- c. Descoberto do Carmo
- d. Terreiro
- e. Ouro fino
- f. Meya ponte
- g. Jaraguá
- h. S.^{ta} Luzia
- i. S.^{ta} Cruz
- l. Cocaes, descoberto novo.

Esta figura [retângulo com ponto negro interior] representa os citios. Os pontinhos encarnados q principião de V.^a boa caminhando p.^a o Este, he a estrada q vay p.^a o Cuyabá.

- m. Arayal da Chapada de S. Felix.
- n. Arayal da Chapada de S.^{ta} Amada Nativid.*

Foi mais conveniente afirmar-se as legoas pellos mesmos pontinhos pretos q servem de caminho, com o algarismo, pondolhe o n.^o dellas o q vay de hum arrayal a outro ficandolhe a conta em meyo: como se vê".

Map. — c. 1758

[Mapa de trecho do rio Tocantins e região circunvizinha, com a localização das Missões do Duro. 2.^a metade do século XVIII]

32,5×42cm.

Manuscrito, aquarelado, sobre papel encorpado. Mostra a região a leste do médio Tocantins, hoje correspondente ao nordeste de Goiás e ao sudoeste do Maranhão.

Nêle, estão, assinalados:

Rio Tocantins	
Rio de Manoel Luis	(margem direita)
Rio do Sonho	" "
Rio de Manoel Luis grande	" "
Este Rio he do X[...]renhe	" "
Caza da Missão do duro	(ao sul do primeiro afluente)
Capela da Misão	" " " " "
Primeira Aldea, de duzentas oitenta e seis Cazas	
Segunda Aldea, que tem trezentas e noveta, e seis Cazas	(ambas ao norte do Rio de Manoel Luis grande)
Caminho para a primeira Aldea, no qual se gasta 31 dias	(atravessa os três primeiros afluentes acima citados)
Caminho p. ^a a Segunda Aldea e gasta-se 3 dias.	

Morros rodeiam as aldeias, estando, ainda, representados no mapa figuras de índios que empunham arco e flecha, bom como, a de um oficial português. Este mapa, aparentemente, parece ter sido preparado por missionários para uso próprio.

No tempo em que governava a Capitania de Goiás D. Marcos de Noronha, foram os índios Acroás e Jacaraibás (ou Chacriabás) dominados por Venceslau Gomes da Silva, Gabriel e Manoel Alves. Com o intuito de aldeia-los e instruí-los na fé cristã, a pedido do Governador goiano vieram da Bahia quatro missionários jesuitas. Fundaram-se, então (1751), na região do Duro, as aldeias de S. José, com os índios Acroás, e de S. Francisco Xavier, com os índios Jacaraibás.

As Missões do Duro foram administradas pelos Jesuítas até o ano em que foram expulsos do Brasil (1759). Tiveram elas conexão com o Piauí, rio de S. Francisco e com o Maranhão, e este mapa mostra, sem dúvida, a sua posição e ligações com a região circunvizinha.

Este exemplar foi adquirido no leilão de Sotheby & Co., de Londres, em 7-11-60, tendo figurado sob o n. 8 no catálogo respectivo.